

ASSOCIAÇÃO  
MÉDICA  
BRASILEIRA

# HISTÓRIA E CONSTRUÇÃO DA VERDADEIRA CASA DOS MÉDICOS DO BRASIL

PATRICIA MORGADO  
OLDAIR DE OLIVEIRA

Copyright © 2023 Associação Médica Brasileira (AMB). Todos os direitos reservados.  
Proibida a reprodução, mesmo que parcial, por qualquer meio e processo,  
sem a prévia autorização escrita da AMB.

ISBN: 978-65-997296-5-2  
480 páginas, 21,5 x 25,0 cm

**Autores:** Patricia Morgado e Oldair de Oliveira  
**Revisão:** Amara Felix e Ederson Gomes Benedicto  
**Produção Gráfica:** Farol Editora  
**Design:** Marco Murta

Impresso no Brasil em maio de 2023  
Tiragem: 1.500 exemplares

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Morgado, Patricia

Associação Médica Brasileira : História e construção da verdadeira casa dos médicos do Brasil / Patricia Morgado, Oldair de Oliveira. 1. ed. -- São Caetano do Sul : Farol Editora, 2023.

Bibliografia.

ISBN 978-65-997296-5-2

1. Associação Médica Brasileira - História 2. Medicina - História - Brasil  
I. Oliveira, Oldair de. II. Título.

23-149950

CDD-610.209  
NLM-WZ-400

Índice para catálogo sistemático: 1. Medicina : História 610.209  
Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



Rua São Carlos do Pinhal, 324 - Bela Vista  
São Paulo, SP - CEP 01333-903  
Tel: +55 (11) 3178-6800 - [amb.org.br](http://amb.org.br)



Evolução da marca institucional da AMB ao longo da história: o primeiro, utilizado até dezembro de 2007, deu lugar em janeiro de 2008 à identidade que permanece até hoje

A Associação Médica Brasileira é uma sociedade sem fins lucrativos, fundada em 26 de janeiro de 1951, cuja missão é defender a dignidade profissional do médico e a assistência de qualidade à saúde da população brasileira.

A entidade, presidida atualmente por César Eduardo Fernandes, possui 27 Associações Médicas Estaduais e 396 Associações Regionais. Compõem o seu Conselho Científico Sociedades de Especialidade que representam as especialidades reconhecidas no Brasil.

## DIRETORIA

**Presidente:** César Eduardo Fernandes (SP)

**1ª Vice-Presidente:** Luciana Rodrigues Silva (BA)

**2º Vice-Presidente:** Jurandir Marcondes Ribas Filho (PR)

**Secretário-Geral:** Antonio José Gonçalves (SP)

**1ª Secretária:** Maria Rita de Souza Mesquita (SP)

**1º Tesoureiro:** Akira Ishida (SP)

**2º Tesoureiro:** Fernando Sabia Tallo (SP)

**Vice-Presidente da Região Centro-Oeste:** Etelvino de Souza Trindade (DF)

**Vice-Presidente da Região Nordeste:** Roque Salvador Andrade e Silva (BA)

**Vice-Presidente da Região Norte:** Rossiclei de Souza Pinheiro (AM)

**Vice-Presidente da Região Sudeste:** Agnaldo Lopes da Silva Filho (MG)

**Vice-Presidente da Região Sul:** Oscar Pereira Dutra (RS)

**Diretor de Relações Internacionais:** Carlos Vicente Serrano Júnior (SP)

**Diretor Científico:** José Eduardo Lutaif Dolci (SP)

**Diretor Cultural:** Carlos Henrique Mascarenhas Silva (MG)

**Diretor de Defesa Profissional:** José Fernando Macedo (PR)

**Diretor de Atendimento ao Associado:** Carlos Alberto Gome dos Santos (ES)

**Diretor Acadêmico:** Clóvis Francisco Constantino (SP)

**Diretor de Assuntos Parlamentares:** Luciano Gonçalves de Souza Carvalho (DF)

**Conselho Fiscal (titular):** José Carlos Raimundo Brito (BA)

**Conselho Fiscal (titular):** Nerlan Gonçalves de Carvalho (PR)

**Conselho Fiscal (titular):** Juarez Monteiro Molinari (RS)

**Conselho Fiscal (suplente):** Francisco José Rossi (DF)

# Sobre os autores

## PATRICIA MORGADO

Paulistana, é formada em Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero (2002) e licenciada em História pela Universidade Cruzeiro do Sul (2009). Tem passagens pelas redações dos jornais *Diário Popular*, *Diário de São Paulo*, *Shopping News*, *DCI (Diário Comércio e Indústria)*, *Metrô News* e também pelas redações das revistas *Chega Mais!*, *Zero*, *Baby & Cia* e *Chiques&Famosos*, da Editora Símbolo, além dos projetos independentes *Bom Gosto em Negócio* e *Zoornal* (jornal do segmento pet). Foi a ganhadora, em 2003, 2004 e 2005 do 1º, 2º e 3º Prêmio Fecomercio de Jornalismo, promovido pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio-SP), com as matérias “Alimentação já é 35% da receita dos cinemas”; “O varejo invade as academias de ginástica” e “Varejo cria roteiros para vender a turistas”, todas publicadas no *DCI*. Ao lado de Oldair de Oliveira, é coautora de *História da Sociedade Paulista de Radiologia – Uma jornada em construção* (2013); *História da Sogesp – 25 anos de lutas e conquistas* (2014); *De coração e alma – 40 anos de História da SBHCI* (2015); e *Memórias da Febrasgo – Da concepção à maturidade* (2020).

## OLDAIR DE OLIVEIRA

Mineiro da cidade de Umburatiba, é graduado em Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero (2000) e licenciado em História pela Universidade Cruzeiro do Sul (2009). É autor da biografia *O mestre das sombras – Um raio X histórico de Manoel de Abreu* (2012), sobre este médico paulistano, que foi

indicado três vezes ao Prêmio Nobel de Medicina. Tem passagens pelas redações do então *Diário Popular*, revistas *HOSP* e *Hotelaria*, *Chiques&Famosos* e, na condição de editor-chefe, da *Universo Masculino*, da Editora Símbolo, e jornal *Metrô News*. Oldair de Oliveira contribuiu também com diversas outras publicações, incluindo *Leituras da História*, da Editora Escala e, desde 2012, vem se dedicando à pesquisa e resgate da história do associativismo médico no Brasil. Ao lado de Patricia Morgado, divide a autoria de obras como *História da Sociedade Paulista de Radiologia – Uma história em construção*; *História da Sogesp – 25 anos de lutas e conquistas*; *De coração e alma – 40 anos de história da SBHCI*; e *Memórias da Febrasgo – Da concepção à maturidade*.

## Sumário

Apresentação .....	9
Prefácio.....	11
1. Os antecedentes de um sonho antigo .....	15
2. Engajamento e união da classe: enfim, a AMB.....	29
3. Uma longa marcha de dez anos .....	47
4. Casa dividida: A AMB no contexto da ditadura.....	75
5. Tempos de mudança: dos agitados anos 1980 às portas do século 21.....	103
6. Cruzando as fronteiras para o século 21: quem vigia a casa? .....	137
7. O início de uma nova história .....	175
8. O dia seguinte.....	189
9. Tinha uma pandemia no meio do caminho.....	207
10. Arrumando a casa.....	227
11. AMB se conecta com a nova geração de médicos .....	243
12. Qualidade acima de tudo.....	259
13. Defesa Profissional em ação.....	273

## Sumário

14. AMB nos bastidores do Congresso.....	295
15. Saúde de qualidade para todos: nasce a ASB.....	307
16. Do Brasil para o Mundo.....	321
17. E o trabalho continua .....	335
Presidentes da AMB .....	351
Federadas .....	387
Sociedades de Especialidades .....	417
Linha do tempo.....	447
Bibliografia.....	463
Índice onomástico.....	469

# Apresentação

**A** **O FOLHEAR AS PRÓXIMAS PÁGINAS** desta publicação, convido você, caro leitor e cara leitora, a conhecer não o relato oficial desta entidade, mas as muitas histórias de pessoas visionárias, abnegadas e obstinadas que, em seus respectivos tempos, ousaram transformar um sonho antigo em realidade. Digo que esta obra – *Associação Médica Brasileira: História e construção da verdadeira Casa dos Médicos do Brasil* –, que chega agora às suas mãos, não tem a intenção de ser um simples um livro de história. É, antes de tudo, uma janela pela qual se verá passar a bem-sucedida trajetória da nossa querida e respeitada AMB. Ela proporciona tanto uma imersão no passado quanto uma emersão nos eventos mais contemporâneos observados até o fechamento desta edição, como é o caso da pandemia de Covid-19 e as iniciativas levadas a cabo pela gestão 2021-2023, da qual tenho a honra de presidir.

O francês Jacques Le Goff nos ensina que a “matéria fundamental da história é o tempo”. E tempo esta septuagenária casa tem de sobra. Desde seu nascimento em 1951, cuja construção começou pelas mãos habilidosas de mestres como Jairo Ramos, Alípio Correa Netto e Hilton Ribeiro da Rocha, a AMB vem fortalecendo suas estruturas e atuando como protagonista nas principais demandas que mexem com a vida do médico e da Medicina. E é isso que será narrado a seguir, com uma linguagem clara, fluida e convidativa.



**Dr. César Eduardo Fernandes**

## Apresentação

Para se chegar ao conteúdo das cerca de 400 páginas que vêm a seguir foi necessário um profundo trabalho de pesquisa, que incluiu mergulhar no vasto acervo de publicações e atas da própria AMB e de outras fontes bibliográficas. Mas considerando-se que é a memória que alimenta a história, buscou-se também ouvir parte daqueles que acompanharam esta jornada de perto. A eles coube dar o testemunho sobre o que viram e vivenciaram dentro da AMB, narrando de modo intimista sua relação com esta entidade. Foram cerca de 30 entrevistas, com todos os ex-presidentes vivos, diretores do presente e do passado e funcionários. Cada um pôde contribuir de maneira ímpar para colocar mais uma pedra na construção deste longo quebra-cabeça com mais de 70 anos de vida.

A história que ora trazemos buscou se apartar da visão romântica que impregna muitas das obras do gênero. Como uma organização construída por homens e mulheres, a Associação Médica Brasileira esteve sujeita a erros e acertos ao longo de sua trajetória. Isso a “humaniza” e nisso está a sua beleza, daí não precisar de retoques para torná-la mais interessante e atraente do que já é. Ao trazer à tona tais eventos, a AMB faz uma justa homenagem às gerações passadas – ora esquecidas – e proporciona aos mais jovens a oportunidade de descobrir como chegamos até aqui, sinalizando também a importância do trabalho associativo durante esta jornada. Mas este é também um legado para as diretorias futuras desta que é a “verdadeira casa dos médicos do Brasil”. Creiam-me, conhecer a nossa memória e lutar para mantê-la viva é um ativo importante e estratégico para uma boa gestão.

Enfim, insisto no convite para que sua leitura não pare por aqui. Tenha a oportunidade de conhecer verdadeiros heróis que, ano após ano, continuaram a se desafiar em nome dos princípios basilares sobre os quais se sustenta esta casa. Nós, os protagonistas desta gestão (2021-2023), temos nos empenhado em dar a nossa contribuição para que novos e auspiciosos capítulos sejam escritos e para que esta obra, por princípio inacabada e em eterna construção, seja ainda mais engrandecida. O resultado é o que veremos a seguir. Então, sigamos adiante. A todos, uma boa leitura!

**Dr. César Eduardo Fernandes**

*Presidente da AMB (gestão 2021-2023)*

## Prefácio



**Carlos Henrique Mascarenhas Silva**

**O PASSAR DO TEMPO TRAZ** para todos nós o grande privilégio de observar e participar da evolução do mundo, das culturas, das profissões e também das instituições que fazem parte de nossas vidas. E isso é muito marcante também para a Associação Médica Brasileira, carinhosamente conhecida e denominada pelos médicos simplesmente como AMB.

Instituição de destaque em toda a história da Medicina brasileira, a AMB vive sua sétima década de intensa atividade, marcada por uma história pujante, bela e de destaque no cenário da saúde de nosso País. Em função disso, a presente diretoria, sob a liderança do seu presidente, Dr. César Eduardo Fernandes, decidiu-se pela pesquisa e produção de um livro, que fosse capaz de recuperar, registrar e narrar de forma leve estes mais de 70 anos de persistência e resistência. Organizada pela Diretoria Cultural, a obra é fruto de uma profunda pesquisa historiográfica, que envolveu um mergulho no acervo de documentos e de publicações da nossa entidade e entrevistas com figuras

## Prefácio

que contribuíram (e contribuem) com a história que foi contada. O que resultou disso não é só o registro da memória dos médicos brasileiros, mas também uma forma de incentivo para que todos os médicos brasileiros participem e se engajem no futuro desta Associação.

Neste *Associação Médica Brasileira – História e construção da verdadeira Casa dos Médicos do Brasil*, a AMB volta no tempo e relembra fatos marcantes desde sua fundação como uma instituição representativa da classe. Assim, página após página, vêm à tona as lutas realizadas para defender uma prática médica de qualidade e segura aos nossos pacientes, a defesa incansável de condições adequadas de trabalho nos serviços de saúde para todos os médicos, as intensas negociações pela valorização do trabalho do médico, tanto no sistema público quanto no serviço privado de saúde, e as parcerias de sucesso firmadas com outras entidades, tais como o Conselho Federal de Medicina e os Sindicatos de Médicos. Em resumo, esta é a epopeia de personagens audazes, muitos deles agora anônimos, que se reuniram lá atrás numa busca incessante por uma Medicina digna para os médicos e para a população brasileira e cuja luta segue até os dias de hoje.

Reconhecemos e agradecemos a todos pelo apoio e dedicação na elaboração deste livro, compartilhando suas lembranças, visões e posicionamentos. Reconhecimento aos ex-presidentes da AMB, por nos auxiliar a contar e conectar a história de nossa associação. Às diretoras e diretores da atual gestão, reconhecemos em cada um a dedicação por fazer as mudanças necessárias para uma AMB cada vez melhor e mais próxima das necessidades da Medicina do futuro. A este grupo coube dar um caráter de atualidade à obra, ao compartilhar as principais atuações então em desenvolvimento. E, por fim, um agradecimento especial aos presidentes de cada uma das 27 Federadas estaduais da AMB e das 54 Sociedades Médicas de Especialidade, cuja participação indispensável possibilitou construir uma visão ampla de nossa complexa e multicultural Associação Médica Brasileira.

Esperamos que, ao final da leitura, cada um possa compreender melhor a importância de termos uma Associação Médica vigorosa, forte e protagonista na definição do futuro da Medicina no Brasil. Nossa certeza é que

## Prefácio

esta história não acaba aqui, cabendo a cada um de nós escrever e protagonizar seus próximos capítulos. Certo é também que esta verdadeira casa dos médicos do Brasil estará sempre de portas abertas, para o bem comum da classe e da sociedade como um todo.

**Carlos Henrique Mascarenhas Silva**

*Ginecologista/obstetra e diretor Cultural da Associação Médica Brasileira  
(gestão 2021-2023)*



1

## Os antecedentes de um sonho antigo



**A** O ENTRAREM NO SALÃO DA SEDE da Associação Paulista de Medicina (APM), na avenida Brigadeiro Luís Antônio, Centro da cidade de São Paulo, os doutores Jairo de Almeida Ramos e Alípio Corrêa Netto cumprimentaram, pacientemente, diversos colegas conhecidos de vários Estados do País. Reunidos durante o III Congresso da APM, todos que ali estavam tinham como propósito participar de um momento histórico, há muito desejado: a organização da Associação Médica Brasileira (AMB).

A entidade que começava a ganhar forma naquela quinta-feira, 26 de janeiro de 1951, trazia a ambiciosa missão de ser a casa dos médicos do Brasil, promovendo união, defesa profissional e soluções dos problemas médico-sociais. No agitado começo da década de 1950, quando questões como descontentamento com as condições de trabalho, falta de incentivos, baixos salários e ameaças de greve estavam sempre presentes, ter um porto seguro era realmente necessário para a classe médica. Faltavam lideranças para coordenar as demandas (tais como a assistência médica urbana, opondo os temas “socialização da medicina” e “livre escolha”) e também para dar voz ao burburinho dos consultórios e hospitais, especialmente daqueles que estavam a serviço do Estado, o que, naquele momento, era a maioria.

Reconhecido como pai daquele projeto, o fluminense Jairo de Almeida Ramos teve no mineiro Alípio Corrêa Netto outro incansável defensor da ideia. Velhos conhecidos, foram colegas da turma que colou grau em março de 1924, na antiga Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (atual Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo). Juntos lecionaram Propedêutica Cirúrgica do Abdômen e lançaram, em 1930, um livro sobre o tema. A dupla também estava entre aqueles que trabalharam e contribuíram para a fundação da própria Associação Paulista de Medicina (APM).

Desbravadores e à frente do seu tempo, ambos sabiam quanto trabalho havia sido despendido para, naquele 26 de janeiro de 1951, finalmente, estarem concretizando um sonho antigo, idealizado não por eles, mas por

## Os antecedentes de um sonho antigo



O fluminense Jairo de Almeida Ramos (à esquerda) e o mineiro Alípio Corrêa Netto foram colegas de turma na antiga Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (atual Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo) e colaram grau em março de 1924

muitos outros que os precederam. Portanto o adjetivo “antigo” aqui empregado não se trata apenas de uma hipérbole. A edição 47 do extinto semanário *O Brazil-Medico*, de 1922, trazia um chamado aos médicos do País para a criação da “Associação Medica Brasileira”. Essa ideia embrionária ganharia corpo e defensores com o passar dos anos, até culminar, quase três décadas depois, com a criação oficial da AMB. Mas, antes de chegar a este dia, muito foi idealizado, realizado e batalhado por médicos de todo o Brasil.

## O chamado de 1922

A convocação redigida para o semanário *Brazil-Médico*, de 1922, tinha como autor o respeitado obstetra Fernando Augusto Ribeiro Magalhães, então presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro (SMCRJ),<sup>1</sup> a mais rica e bem estruturada entidade médica da época. O fato se deu durante o I Congresso Nacional dos Práticos, patrocinado pela SMCRJ, que aconteceu entre os dias 18 e 25 de setembro, na cidade do Rio de Janeiro, em comemoração ao centenário da Independência. O manifesto já lançava as bases para a formação da AMB,<sup>2</sup> pois, na opinião do Dr. Fernando Magalhães, era uma das mais justas aspirações da classe médica nacional. Também julgava o projeto indispensável para a garantia dos interesses e direitos comuns de milhares de médicos que viviam “como filhos dispersos de uma grande e poderosa família”.<sup>3</sup> O objetivo era congregar a classe que se encontrava espalhada pelo País, mas concentrada especialmente nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, e ter sob seu guarda-chuva todas as academias e sociedades médicas do Brasil. Conforme a ideia original, deveriam ser criadas novas sociedades nos Estados onde estas não existissem e também um “Club Médico” ou Casa do Médico na então capital federal.

“A Associação Médica Brasileira é a confederação das sociedades médicas do Brasil, guardando cada qual a sua autonomia administrativa e científica, mas reservando para uma decisão coletiva os seus votos em matéria de saúde pública, assistência, deontologia e ensino médico. Seu fim principal é a unificação da classe médica em todo o território nacional”.<sup>4</sup>

1. Doutor Fernando Magalhães foi eleito em 1919 presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, sendo reeleito em 1920, 1922, 1923 e 1928. Em 1928, tornou-se também presidente do Sindicato Médico Brasileiro e, no ano seguinte, da Academia Brasileira de Letras, onde ingressara três anos antes, ocupando a cadeira número 33.

2. Escrito conforme ortografia vigente

3. PRIMEIRO Congresso Nacional dos Práticos. *Correio da Manhã*, n. 8.580, ano 22, p. 5, 1 set. de 1922.

4. ASSOCIAÇÃO Médica Brasileira. *O Brazil-Médico*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 47, ano 36, p. 342-343, 25 nov. 1922.



O Dr. Fernando Magalhães, ainda na década de 1920 e na condição de presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro (SMCRJ), já aspirava uma entidade nacional que congregasse a classe médica, que se encontrava espalhada pelo País

## Capítulo 1

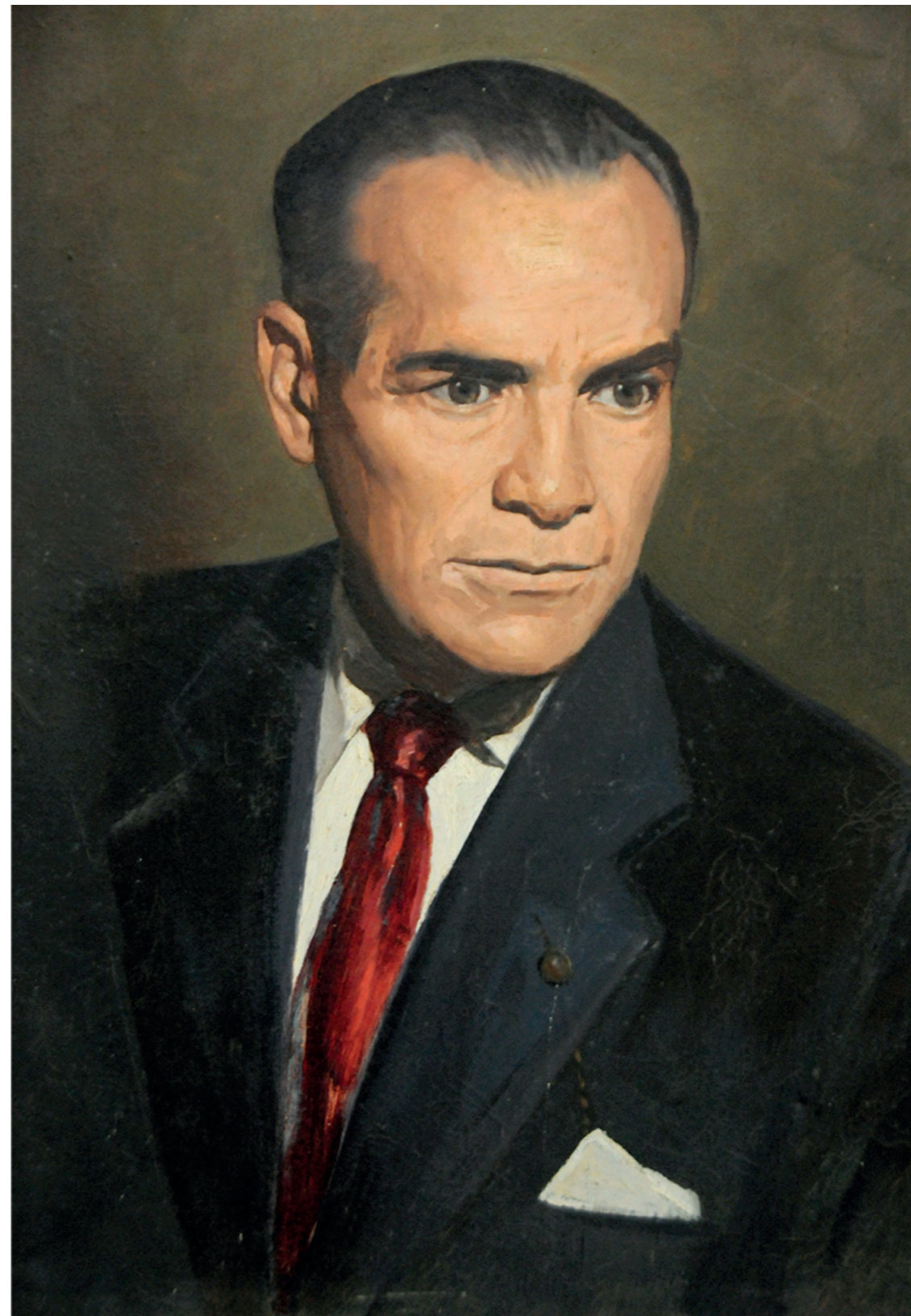
Ao Dr. Theophilo de Almeida, então primeiro-secretário da SMCRJ, foi dada a missão de estudar o assunto. Logo viu como bons exemplos a American Medical Association – que àquela altura já contava com 100 mil associados –, além da British Medical Association, a Asociación Médica da Argentina e a Federación Médica da Espanha. Apesar da boa impressão, só quase um ano após o Congresso Nacional dos Práticos houve a primeira sessão preparatória para a criação da entidade, em 12 de setembro de 1923. No encontro ficou estabelecida a finalidade da organização, que, entre outras, destinaria-se a favorecer a cultura científica junto aos associados, estruturar congressos médicos e facilitar a adesão dos brasileiros aos eventos internacionais.

E tendo estas bases em vista, aquela AMB chegaria, de fato, a ser fundada em outubro daquele ano, quando apenas 13 delegados compareceram à sede da Sociedade de Medicina e Cirurgia, na Avenida Mem de Sá, para prestigiar e validar aquele momento. Por aclamação, foi escolhido o Dr. Fernando Magalhães para presidente, justamente aquele que mais lutou por levar adiante a ideia. Entre os demais presentes, foram selecionados também Olintho de Oliveira, Nascimento Gurgel e Clementino Fraga (vice-presidentes); Álvaro Reis, Castro Barreto, Carlos Silva Araújo e Antonio de Barros Barreto (secretários); Arthur Vasconcellos (secretário-geral); e Raul Leite (tesoureiro).

Entretanto a ideia não avançou. Embora 25 instituições tivessem aderido a ela – caso das Sociedades de Medicina do Amazonas, Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará e as Sociedades de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro e de São Paulo – a maioria preferiu não embarcar no projeto, como a Sociedade Brasileira de Oftalmologia e Otorrinolaringologia. Contudo, a recusa mais significativa foi da respeitada Academia Nacional de Medicina, já quase centenária e de influência ímpar. Com isso, a entidade recém-criada ficaria em *stand-by* e voltaria a ser citada cinco anos depois, em 1928, quando o mesmo periódico, *Brasil-Medico* (agora rebatizado com a letra S), divulgaria a realização do Congresso das Associações Médicas do Brasil, agendado para 15 de novembro de 1928. Este evento trazia entre as suas pautas a “Constituição da Associação Médica Brasileira, na forma do que foi já iniciado em 1923, competindo a cada sociedade a propaganda e a organização dos respectivos estados”.<sup>5</sup>

5. CONGRESSO das Sociedades Médicas do Brasil. *O Brasil-Medico*, Rio de Janeiro, n. 24, ano 42, p. 660, 16 jun. 1928.

## Os antecedentes de um sonho antigo



O Dr. Ermiro Estevam de Lima se vinculou ao Sindicato Médico em 1932, associou-se à Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro em 1941 e foi figura atuante nos primeiros tempos da AMB

## Capítulo 1

Cinco anos depois, em abril de 1928, um decepcionado Fernando Guimarães narra as tentativas feitas e fracassadas para a união da classe, dando como exemplo a própria Associação Médica Brasileira. O obstetra era o convidado para presidir a Comissão Executiva da mais nova corporação: o Sindicato Brasileiro dos Médicos. Alheio aos primeiros trabalhos que vinham sendo realizados, questionou se aquele novo coletivo médico teria o caráter beneficente, como era a AMB, de resistência ou ambos. Ele próprio, embora desejasse, era temeroso de um sindicato que enveredasse pelo caminho da luta.

Em resposta, o Dr. Carlos Seidl tranquilizou o colega dizendo: “Se o sindicato entrar desde logo num caminho de iniciativas violentas correrá o risco de morrer no nascedouro”. O psiquiatra carioca Henrique Roxo e outros participantes fizeram coro a Seidl. Já o sanitarista gaúcho Dr. Bonifácio Costa, radicado no Rio de Janeiro, expressou que a moralização do exercício da Medicina era o que havia de mais urgente naquele momento; e que aquela deveria ser a primeira batalha a ser travada pelo sindicato.<sup>6</sup>

### Do caráter liberal à socialização

O início da década de 1930 marcou um novo momento na trajetória profissional dos médicos. Até então estes profissionais estavam acostumados a atuar de forma isolada. Evitavam até mesmo o debate de seus direitos como classe, pois entendiam que o caráter liberal da profissão deveria levá-los ao individualismo e que a ação coletiva macularia a situação social que desfrutavam. Estavam mais preocupados com as questões do cotidiano, a formação científica ou mesmo as dificuldades de acesso a publicações especializadas produzidas fora do País. E o surgimento dos hospitais, escolas médicas e sociedades de medicina não tinham outro objetivo senão permitir o aprendizado e regular a ciência.

Mas a evolução social imporia mudanças na relação médico-paciente e na forma como o primeiro auferia seus rendimentos. Isso porque o Estado passou a legislar em relação aos serviços médicos assistenciais. Com isso, o médico, paulatinamente, de profissional liberal foi se tornando um assalariado. Tal

6. SYNDICATO Médico Brasileiro. *O Paiz* (RJ), n. 15.883, ano 54, p. 9, 15 abr. 1928.

## Os antecedentes de um sonho antigo

mudança estava relacionada à nova mentalidade que se consolidava nos princípios do século XX, que entendia a saúde como um direito de todos. O mesmo já tinha acontecido no século anterior com a educação. Para tanto, era preciso que o Estado fizesse a sua parte e entrasse definitivamente no jogo.

Os ventos da mudança no que se refere ao exercício profissional começam a ser sentidos de fato nos primeiros anos da década de 1930, com a consolidação das chamadas Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs). Estas estavam vinculadas às grandes empresas da época e tinham como finalidade ofertar serviços de assistência médica e de seguridade social aos trabalhadores e seus dependentes, sustentadas por uma contribuição mensal de empregados e patrões. As CAPs, que inicialmente tinham uma zona de ação restrita às empresas, tornaram-se mais abrangentes com o tempo, convertendo-se nos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), agora organizados em torno de categorias profissionais. Em 1966, após unificação, passariam a ser chamados simplesmente de Instituto Nacional de Previdência Social (INPS, hoje Instituto Nacional do Seguro Social – INSS). Nesse processo transformador, o médico foi tirado do consultório particular e atraído para dentro de um hospital, passando a conviver com problemas e descontentamentos que antes não existiam. No entanto, demorou a perceber o complexo e desajustado aparelhamento médico-assistencial que estava em curso.

Anos depois, o Dr. Antônio Moniz de Aragão, um dos delegados presentes na fundação da AMB e, posteriormente, seu presidente (gestão 1959-1961), resumiria bem a trajetória das CAPs, que mudaram de nome, mas não de rumo. “(Elas) cresceram e enfraqueceram os múltiplos serviços médicos, sem planejamento de conjunto e até sem o apoio de prévios estudos das reais



O ortopedista e traumatologista Antônio Moniz de Aragão foi um dos delegados presentes na fundação da AMB, representando o Estado de Santa Catarina

## Capítulo 1

necessidades das coletividades que iriam atender. E à medida que cresceram e vicejaram, estiolaram e apequenaram a medicina liberal”.<sup>7</sup>

A isto se manteve alheia a classe médica, que não foi convidada a opinar ou a colaborar no estabelecimento de serviços que ela própria iria executar. Uma ou outra voz se levantava apontando o problema que surgia, mas a característica que sobressaía nos médicos de então ainda era o individualismo, por conta de toda a tradição histórica. Faltava coesão e um organismo unificador. Era preciso um órgão de cúpula e de âmbito nacional, capaz de coordenar as correntes de opinião vindas dos mais diferentes cantos do País, convertendo-as em um denominador comum.

A essa altura, começaram a nascer as associações médicas estaduais, voltadas a congregar os milhares de profissionais espalhados pelo território brasileiro. No entanto, limitavam-se mais às atividades puramente científicas, não intervindo nos nascentes problemas classistas. Uma das primeiras a surgir é a Associação Paulista de Medicina (APM), fundada em 29 de novembro de 1930, graças ao trabalho de um grupo liderado por Alberto Nupieri<sup>8</sup> e ao apoio incontestado do respeitado professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), Rubião Meira.<sup>9</sup> “Desde o início, a APM não só era a sociedade onde os médicos se reuniam para a discussão de problemas referentes à investigação ou que envolviam o exercício da arte; também se constituía em um centro de reuniões sociais para médicos e suas famílias, com estrutura de um verdadeiro clube”, ressaltou na época o Dr. Jairo Ramos.<sup>10</sup>

Enquanto de um lado as associações despontavam, do outro o sindicato demonstrava o descontentamento da classe, que, embora timidamente, tornava-se cada vez mais latente. Em 1934, um grupo de médicos publicaria um

7. ARAGÃO, Antônio Moniz de. Discurso do prof. Antônio Moniz de Aragão. *Boletim da Associação Médica Brasileira*, 2a quinzena de setembro de 1961, p. 3.

8. O grupo liderado por Nupieri era formado por Barbosa Corrêa, Potiguar Medeiros, Felipe Figlioni, Oscar Monteiro de Barros e Cesário Matias.

9. Domingos Rubião Alves Meira nasceu no município fluminense de Barra do Piraí, em 4 de junho de 1878. Diplomou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, transferindo-se depois para a cidade de São Paulo, onde em 1916 se tornou professor da FMUSP, mantendo-se vinculado à instituição até seu falecimento, em 1946.

10. RAMOS, Jairo. Política médica no Brasil – Rumos a seguir. *Boletim da Associação Médica Brasileira*, 1a. quinzena de agosto de 1961, p. 7.

## Os antecedentes de um sonho antigo

manifesto expondo suas inquietações, para aborrecimento dos demais. Manifestar publicamente estas reivindicações era, na visão de muitos, colocar os médicos na condição de “necessitados” e “falidos”. Ao menos foi assim que, de forma enfática e indignada, se posicionou o clínico Silio Bocanera. Para ele, que já tinha defendido o que acreditava em entrevista ao *Diário Carioca*, a classe deveria reclamar a garantia dos seus direitos, mas “sem quebra da sua dignidade no conceito social”.<sup>11</sup>

## 1948: a luta pela equiparação salarial

O despertar que culminaria na criação definitiva da Associação Médica Brasileira começou em 1947, quando o então governador paulista, Adhemar de Barros, assinou o decreto-lei 17.330, de 27 de junho daquele ano, que estabeleceu para os advogados na função pública vencimentos mais elevados do que aqueles recebidos pelos médicos. Ali ganharia visibilidade o líder médico Alípio Corrêa Netto, que começou a chamar para si a responsabilidade de unir uma classe dispersa. Adhemar de Barros se comprometeu a cuidar do caso, mas um ano se passou sem que nada fizesse para mudar aquela realidade inconveniente.

Em 1948, na condição de presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (hoje Academia de Medicina de São Paulo), Alípio escreveu para o governador lembrando da sua “promessa” e destacando a reivindicação da classe, de equiparação salarial ao dos profissionais do Direito. Entendia-se que o político era sensível àquela luta, pois ele também era médico de formação, graduado em 1923 pela Escola Nacional de Medicina (atual Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro). O governador tinha clinicado até

11. Agita-se a classe médica. *O Jornal*, Rio de Janeiro, n. 4.404, ano 16, 17 fev. 1934.



O respeitado médico fluminense Rubião de Meira foi eleito primeiro presidente da Associação Paulista de Medicina



Em carta à Faculdade de Medicina de São Paulo, Alberto Nupieri propôs a criação de uma nova sociedade de Medicina

## Capítulo 1

1932, e, assim como Alípio, se engajado na condição de médico nas fileiras da chamada Revolução Constitucionalista de São Paulo.<sup>12</sup>

Contudo, a demora na tomada de ações contundentes do então governador paulista mostrou que as impressões iniciais eram equivocadas. Por isso, ao passar o cargo de presidente da SM CSP, em março de 1948, para seu sucessor, Pedro Ayres Netto, Alípio fez questão de ressaltar a necessidade de união em torno da luta pela equiparação, frisando que as entidades médicas já constituídas deveriam reforçar o movimento. Além disso, um mês depois, formou uma Assembleia Permanente, voltada a mobilizar a classe médica pela equiparação econômica e jurídica em relação aos advogados do Departamento Jurídico do Estado de São Paulo. O movimento logo se espalhou, e outras 13 comissões foram criadas em cidades paulistas, como Santos, Sorocaba e Ribeirão Preto.

De pulso firme, mas reconciliador, Dr. Alípio já era um médico experimentado. Estava com 50 anos àquela altura e fora forjado como cirurgião de Guerra na Revolução Paulista de 1932 e, posteriormente, com a patente de major, chefiou o Serviço de Saúde da Força Expedicionária Brasileira (FEB), durante a II Grande Guerra Mundial. Ao lado do anestesiológico José Monteiro, seu antigo aluno, serviu na Itália, recebendo, inclusive, elogios do comandante das forças americanas, o general Mark W. Clark.<sup>13</sup>

O eco do descontentamento dos médicos ficava mais forte, à medida que outras entidades aderiam ao movimento. E em maio de 1948, ao participar de uma Assembleia dos Engenheiros, Dr. Alípio percebeu que ambos os grupos profissionais tinham em comum a mesma reivindicação. Com base nesta contenda, formam uma Comissão Mista e passam a pelejar conjuntamente. Aquele organismo vai ganhando corpo e se cria uma tesouraria, que passa a fazer a gestão das doações de engenheiros e médicos. Mais adiante (julho de 1949), passa a haver inclusive uma contribuição no valor de 100 cruzeiros, cobrada de todos os envolvidos naquela luta, que cresce dia após dia.

12. Levante armado protagonizado pelo Estado de São Paulo e iniciado em 9 de julho de 1932, desencadeado pela insatisfação dos líderes políticos locais com a centralização de poder imposta pelo governo de Getúlio Vargas. O movimento resistiu por quase três meses, mas a rendição paulista aconteceu em 2 de outubro de 1932.

13. BEGLIOMINI, Helio. Alípio Corrêa Netto. Disponível em: <https://academiamedicinasaopaulo.org.br/biografias/12/BIOGRAFIA-ALIPIO-CORREA-NETTO.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2022.

## Os antecedentes de um sonho antigo

Do interior chegam telegramas com manifestação de apoio à causa, que ganha outros Estados do País. Neste ínterim, organizou-se em setembro daquele 1948 uma Convenção Estadual de Médicos e Engenheiros de São Paulo, que contou com a participação do governador. Como nas diversas vezes anteriores, Adhemar disse ser justa a causa, e que enviaria em um prazo de 30 dias um projeto de reajustamento dos médicos válido para o orçamento do próximo ano. A notícia era ótima e colocaria fim à contenda. Mas o governador não cumpriria a palavra dada mais uma vez, e ficou sob a incumbência de Alípio Corrêa Netto lembrar, diante da imprensa, o que dissera o governador na convenção de setembro.

O político, contudo, negou o que ele próprio havia dito. Em resposta, o líder do movimento fez publicar a nota taquigráfica da reunião, onde não pairavam dúvidas sobre o que fora e o que não fora dito no encontro, para irritação de Adhemar de Barros. Ali, a relação de proximidade e identificação entre o político e os médicos foi rompida. E até quem acompanhava a certa distância o impasse viu por bem tomar partido e entrar em definitivo naquela luta. Foi o caso do Dr. Jairo Ramos, àquela altura, presidente da Associação Paulista de Medicina.

# Estatutos da Associação Médica Brasileira

Aprovados em 7 de outubro de 1951

## Capítulo I - Título, Finalidades, Sede e Organização Geral

Artigo 1º - A Associação Médica Brasileira (A.M.B.), fundada em 26 de janeiro de 1951, com sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma sociedade civil, sem finalidades lucrativas, que congrega profissionais de medicina em todo território nacional.

Artigo 2º - São finalidades da Associação: a) congregar os médicos do país para o objetivo de defesa da classe no plano científico, ético, social e econômico; b) contribuir para a melhoria da assistência médica e médico-sanitária na procura de melhor assistência médica e médico-sanitária.

Parágrafo único - Para a consecução desses objetivos a A.M.B. utilizar-se-á dos meios que se mostrarem indicados, inclusive a cooperação com instituições congêneras e eventual filiação às de âmbito internacional.

Artigo 3º - A A.M.B. é uma federação. As associações médicas dos Estados, Territórios e do Distrito Federal são suas unidades federadas, com base no regime representativo.

Parágrafo único - Logo que for oportuno, a A.M.B. se organizará sob regime de união, tomando para isso as providências necessárias.

Artigo 4º - São órgãos dirigentes da A.M.B.: a Assembleia dos Delegados, o Conselho Deliberativo, a Diretoria e as Comissões Permanentes.

## Capítulo II - Leas Associações Federadas e dos Sócios

Artigo 5º - Os sócios de cada Estado ou Território, ou do Distrito Federal serão presentes à A.M.B. através de uma Associação Médica devidamente reconhecida.

# 2

## Engajamento e união da classe: enfim, a AMB



Doutor Alípio Corrêa Netto entre o arcebispo dom Paulo Evaristo Arns (à esquerda) e o governador de São Paulo, Laudo Natel, na inauguração do Hospital João XXIII, em 1972

**A O DESMENTIR PUBLICAMENTE O GOVERNADOR** do Estado de São Paulo, Alípio Corrêa Netto despertou em Jairo de Almeida Ramos a urgência de agir de forma mais incisiva. Indo contra os bons costumes da época, usou a imprensa para protestar publicamente contra a postura de Adhemar de Barros, destacando o quão justas eram as demandas dos médicos e engenheiros. Diante da envergadura de quem falava, serviu certamente para dar visibilidade à causa e atrair os apoiadores até então silenciosos.

Assim, a coesão da classe começava a se revelar e outras entidades, tanto médicas quanto de engenheiros, resolveram demonstrar às claras o apoio ao movimento pela equiparação salarial. Foi o caso do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz (da USP), Centro de Estudos Franco da Rocha (da cidade de mesmo nome), Sociedade de Oftalmologia de São Paulo, Sociedade de Medicina e Higiene Escolar, Sociedade de Medicina Social e do Trabalho, Sociedade Médica de Campinas, Sindicato Médico do Estado de São Paulo, além das associações de médicos e de engenheiros de Santos, do Instituto de Engenharia e da Associação dos Engenheiros do Estado. De fora do território paulista, veio ainda o apoio da Associação Médica de Minas Gerais e da tradicional Academia Nacional de Medicina, com sede no Rio de Janeiro.

Com a mobilização em curso e a permanente demonstração de intransigência do governo paulista, era hora de agir. Em outubro de 1948, as entidades envolvidas naquela importante quebra de braço resolveram demonstrar seu descontentamento fechando suas sedes por três dias, para, posteriormente, buscar apoio junto aos integrantes da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). Àquela altura, já não havia tempo legal para que fosse aprovada e inserida no orçamento do ano seguinte a desejada medida de equiparação salarial. Mas um parecer dos juristas Vicente Rao e do constitucionalista Carlos Maximiliano apontava brechas e caminhos para isso, via deputados estaduais.

De modo insistente, procuraram o então presidente da Alesp, Lincoln Feliciano da Silva, e lhe entregaram o texto do projeto e os pareceres dos especialistas. Naquela sessão, o Dr. Jairo Ramos declarou que a APM passaria a





Embora médico por formação, ações do governador Adhemar de Barros resultaram em grande descontentamento, passando a ser considerado “inimigo da classe médica”

considerar Adhemar de Barros “inimigo da classe médica” e ameaçou cassar o título de sócio benemérito concedido pela entidade quando o governador ainda era o interventor do Estado. Disse ainda que exigiria que todos os médicos que ocupavam cargos de confiança na administração estadual entregassem os cargos em até 48 horas, como apoio à classe.

Na reunião que se seguiu, médicos e engenheiros optaram por uma medida mais dura: a greve. Esta foi realmente levada a cabo, em 22 de dezembro de 1948, entre as 8h e 18h daquela quarta-feira. Depois de tantas ameaças, foi a primeira paralisação levada a cabo pela a classe, em um marco histórico e de ruptura na luta por melhores condições de trabalho. O movimento foi bem-sucedido no que diz respeito ao engajamento e adesão. E o Dr. Alípio anunciava que aquela greve-protesto era apenas uma advertência para algo que poderia ser maior, caso a reivindicação não fosse atendida pelo Poder Executivo.

Naquele dia, o ambulatório do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes (IAPC) teve apenas um médico no plantão. No Hospital Municipal, também. No Hospital das Clínicas, dos 400 médicos, apenas 18 estavam de serviço. Abordado pela equipe de reportagem do *Jornal de Notícias*, o médico neurologista Dr. Antonio Branco Lefèvre, do Hospital das Clínicas, fez um balanço da iniciativa.



Lincoln Feliciano da Silva foi eleito presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo para um curto período, entre 1948 e 1949, em decorrência da morte do seu antecessor



Antonio Branco Lefèvre, pioneiro da Neuropediatria no Brasil, foi também um líder respeitado da classe médica e fez parte da primeira Comissão de Finanças da AMB

O movimento atingiu 100%, tanto no serviço público como no particular. Entretanto, é preciso que se patenteie uma demonstração bem clara do espírito de humanidade da classe: um telefonema, de manhã, anunciava que uma senhora havia sofrido ruptura do útero, com hemorragia abundante. Comuniquei-me, incontinenti, com a Associação Paulista de Medicina e, daí, autorizaram que a enferma fosse conduzida ao pronto-socorro do Hospital das Clínicas, onde foi operada e salva.<sup>1</sup>

A batalha por melhores salários continuaria ao longo do ano seguinte, tendo em Alípio sua liderança. O objetivo agora era uma emenda ao Projeto de Lei n.º 209 de 1947, que permitisse um reajustamento de vencimentos e gratificações do funcionalismo público estadual e resultasse naquilo que entendia como “equiparação moral, jurídica e econômica” das categorias dos médicos e engenheiros à dos advogados servidores do Estado. Já não era uma luta só dos profissionais que exerciam funções públicas, mas de

1. O MOVIMENTO de hoje foi apenas uma advertência mas a greve poderá surgir, caso persistir o erro. *Jornal de Notícias*, n. 820, ano III, de 23 dez. 1948, p. 12.



Diante do acirramento dos ânimos entre médicos, engenheiros e parlamentares, o arcebispo de São Paulo, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, fez um chamamento ao diálogo

Depois, ameaçaram não prestar serviços profissionais a estes mesmos parlamentares. Naturalmente, inseriram-se em um novo mundo onde o individualismo dava lugar ao coletivismo. Até a Igreja Católica entrou em cena para mediar os contendores. O arcebispo de São Paulo, o mineiro dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, reuniu médicos, engenheiros e deputados estaduais para que acalmassem os ânimos e conseguissem dialogar.

2. O MOVIMENTO de hoje foi apenas uma advertência mas a greve poderá surgir, caso persistir o erro. *Jornal de Notícias*, n. 820, ano III, de 23 dez. 1948, p. 12.

## Capítulo 2

toda a classe. E, para aqueles que diziam que ações como a greve iam contra o juramento que os médicos fizeram ao receber o grau, Alípio respondia que era só uma questão de interpretação: “Julgo mesmo que somos fiéis ao juramento, quando dissemos que exerceríamos a profissão com dignidade. Defenderemos essa dignidade a qualquer preço, porque estamos sendo diminuídos”.<sup>2</sup>

A capacidade de mobilização e coesão dos médicos paulistas ficou evidente com as ações e, especialmente, com a greve de 1948, atraindo associações e organizações médicas de diferentes origens, perfis e composições. Mas, apesar da demonstração de força, o projeto de equiparação salarial foi se arrastando e aqueles contrários justificavam temer seu impacto nas já debilitadas contas públicas. Falava-se na necessidade de aumento de impostos, o que desagradava a todos.

Do seu lado, a Assembleia Permanente formada por médicos e engenheiros seguia vigilante e combativa. Os médicos faziam campanha para não votar em deputados que fossem contrários à emenda ao projeto.

## Engajamento e união da classe: enfim, a AMB

O diálogo aberto e franco certamente ajudou, tanto que, posteriormente, a emenda ao projeto foi aprovada na Assembleia Legislativa, com a reestruturação, equiparando os servidores médicos e engenheiros aos advogados. Vitória, mas efêmera. O governador vetou parcialmente o projeto, justamente no que dizia respeito à medida de equiparação. A peleja em aberto retornou para os deputados, que, em 24 de novembro de 1950, para descontentamento geral de engenheiros e médicos, acataram a vontade de Adhemar de Barros, pondo fim àquela questão.

## Doutor Jairo lança em Minas Gerais a semente

Enquanto o debate em torno do Projeto 209 se desenvolvia, aumentava o descontentamento da classe médica. Esta enxergava como a grande vilã a socialização da medicina. “Socializam as organizações capitalistas e paraestatais; o serviço médico, impõe condições desfavoráveis de trabalho e pagam salários insuficientes, ampliam os serviços e cada vez mais subtraem o cliente do médico não assalariado, promovendo o desaparecimento progressivo da profissão liberal”, desabafa o Dr. Jairo Ramos, em uma conferência realizada dentro da Associação Médica de Minas Gerais (AMMG), em 23 de setembro de 1949, na cidade de Belo Horizonte.<sup>3</sup> Na visão dele, nem as associações de classe nem os órgãos técnicos estatais perceberam a gravidade da situação, permitindo que o cenário se agravasse cada vez mais. No entanto, além de apresentar a doença, ele também trazia o remédio:

Está em nossas mãos a solução. Façamos a união da classe, com uma única sociedade – a Sociedade dos Médicos do Brasil – nos moldes da atual organização dos médicos de São Paulo. Unidos, teremos força e autoridade para discutir os nossos problemas e, sem dúvida, alcançaremos uma solução razoável. Isolados, daremos força ao plano de socialização unilateral, que se está desenvolvendo à nossa revelia.

3. RAMOS, Vera Lucia. *Jairo de Almeida Ramos: Centenário*. [S. l.: s. n.], 2000, p. 22.

## Capítulo 2

Isolados, não podemos continuar. Precisamos afrontar a luta unidos, e essa união só será possível quando tivermos organizada a Sociedade dos Médicos do Brasil.<sup>4</sup>

Doutor Jairo Ramos e família, por ocasião da celebração de suas bodas de prata, em 5 de setembro de 1952. Na imagem (da esquerda para a direita), Jairo Luiz, Luiz Paulo, Luiz Octávio, a esposa Odete, Jairo, Oswaldo e Vera, a nora

Doutor Jairo falava no lugar certo e para a plateia certa. Outros médicos mineiros pensavam como ele, como era o caso dos proeminentes Hilton Rocha e Lucas Monteiro Machado. A semente já tinha sido lançada. Assim, quando cerca de 500 médicos se reuniram em Uberaba entre os dias 4 e 11 de novembro

4. RAMOS, Vera Lucia. *Jairo de Almeida Ramos: Centenário*. [S. l.: s. n.], 2000, p. 23.



## Engajamento e união da classe: enfim, a AMB

de 1950 para o II Congresso Médico do Brasil Central (ou IV Congresso Médico do Triângulo Mineiro),<sup>5</sup> já se tinha muito evidente onde se queria chegar. O encontro representava um espaço importante de trocas científicas entre os profissionais de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, mas também serviria para canalizar e ecoar os desejos e inquietações de toda uma classe para aqueles que estavam um pouco mais distantes do centro decisório do País.

Faziam parte daquele congresso os médicos Luiz Rassi, Rodovalho Mendes, Tasso Camargo, Alyrio Furtado e Ademar de Andrade Câmara, que pleitearam que o próximo congresso acontecesse na cidade de Goiânia. Ao saberem que para que o pedido fosse atendido, teriam de criar uma entidade médica associativa no seu Estado. Voltaram e, em menos de 20 dias, viabilizaram o projeto.<sup>6</sup> Quem também estava em Uberaba era o Dr. Bolívar de Sousa Lima, diretor da AMMG. Foi ele quem lançou a ideia da criação de uma nova entidade, que viria a se converter na Associação Médica Brasileira. Mais do que um pedido, usando de um tom quase imperativo, próprio de quem já fora tenente-médico, Dr. Bolívar assim dirigiu aos colegas, sendo bastante aplaudido ao final de sua fala:

Dada a importância desse congresso, altamente representativo de uma grande parte da classe médica do País, proponho, como corolário desta exposição, que parta daqui com caráter oficial, o plano de organização da Associação Médica Brasileira, que compreende essencialmente: fixação de local e data para um congresso especialmente reunido para esse fim; solicitação a todas as entidades estaduais do País e aos médicos em geral para que preparem teses e estatutos para a futura AMB, a serem debatidos e aprovados no referido congresso.<sup>7</sup>

5. O evento nasceu como Congresso Médico do Triângulo Mineiro. O primeiro foi realizado também em Uberaba, em dezembro de 1947. O segundo aconteceu em setembro de 1948, em Uberlândia. No terceiro, sediado em Araxá, se deu a mudança de nomenclatura, se tornando o I Congresso Médico do Brasil Central.

6. A Associação Médica de Goiás foi fundada em 28 de novembro de 1950, tendo como primeiro presidente Luiz Rassi.

7. REIS, Hélio Barroso dos (Org.). *AMB 60 anos: 1951-2011*. São Paulo: AMB, 2011, p. 39.

## Capítulo 2

Portanto, o que viria depois de Uberaba seria mais a efetivação de algo que já tinha sido decidido e que, diferentemente das tentativas anteriores, representava praticamente um consenso. Eram novos os tempos e os médicos entendiam que precisavam de uma organização diferente, que fosse capaz de representá-los nas mais altas e importantes esferas políticas nacionais. Tinha enfim chegado a hora, e não havia mais tempo a perder.

### Cheiro de novidade

Era imprescindível e urgente atender àquela demanda surgida no Congresso Médico do Brasil Central. Tanto que, menos de três meses depois, um passo importante haveria de ser dado naquela direção, durante o III Congresso da Associação Paulista de Medicina. Tinha até data marcada: 26 de janeiro de 1951. Naquele dia, entre todos os presentes na sede da APM, na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 274, no Centro paulistano, o Dr. Jairo Ramos era o mais orgulhoso. Tudo tinha cheiro de coisa nova. Não era para menos. O prédio tinha sido inaugurado cinco dias antes, às 21h do dia 21, durante a sessão solene de abertura daquele mesmo congresso.

Projetado pelo arquiteto Gregório Warchaytchik, importante nome do Modernismo brasileiro, o edifício trazia uma visual avançado para o período e serviria para tirar em definitivo a APM do segundo andar de um outro bem mais acanhado, do outro lado da mesma avenida. O prédio representava uma conquista da classe médica paulista e foi erguido graças às doações de pacientes mais abastados e de um generoso empréstimo da Caixa Econômica Federal. Quanto ao terreno onde se encontra, foi doado pelo então governador Fernando Costa, atendendo a um pedido do seu médico particular, o Dr. Oscar Monteiro de Barros, que tinha ocupado a presidência da entidade, em 1943.

E agora, naquele espaço, enfim, seria alinhada a fundação da AMB. Para liderá-la neste estado embrionário, foi escolhido o Dr. Alípio, que tinha o apoio irrestrito do colega Jairo Ramos. Nas palavras do Dr. Darcy Villela Itiberê,<sup>8</sup>

8. Doutor Darcy Villela Itiberê acompanhou de perto este momento da história. Já estava no associativismo em 1936, quando foi segundo-secretário da APM, na gestão do Dr. Enjolras Vampré. Depois, foi vice-presidente na gestão do Dr. Jairo Ramos (1945-1946), a quem viria suceder no cargo máximo da federada paulista, na gestão 1957-1958

## Engajamento e união da classe: enfim, a AMB

a missão estava em boas mãos pois “Corrêa era, de longe, o médico de maior prestígio em São Paulo. Exímio cirurgião, formador de discípulos ilustres, como Euryclides de Jesus Zerbini, e o único médico brasileiro autorizado a operar soldados norte-americanos na Segunda Guerra Mundial”.<sup>9</sup> Antes daquele 26 de janeiro, ele, com a ajuda do quarteto formado pelos doutores Dorival Fonseca Ribeiro, Febus Gikovati, Luís Edgard Puech Leão e Nelson Planet, trabalhou arduamente na elaboração dos estatutos, que foram previamente submetidos à apreciação das sociedades estaduais.

Ao se dirigir aos presentes na APM, tendo entre eles representantes de quase todas as sociedades médicas do País, o Dr. Alípio falou do que acreditava ser a transitoriedade do seu papel no sentido de preparar o terreno sobre o qual seria edificada uma sólida construção, destinada a sobreviver ao tempo e às mudanças que este traz:

Fui incumbido de presidir uma comissão provisória para organizar os estatutos da Associação Brasileira de Medicina.<sup>10</sup> O anteprojeto desses estatutos já foi elaborado e enviado para todas as associações estaduais do País e já recebemos propostas de modificações de diversas delas, já tendo sido marcada reunião para sua aprovação e registro, o que será feito em outubro, em Belo Horizonte, por sugestão da Associação Médica de Minas Gerais. Só depois dessa reunião é que a Associação Brasileira de Medicina poderá interferir em problemas da classe médica.”<sup>11</sup>

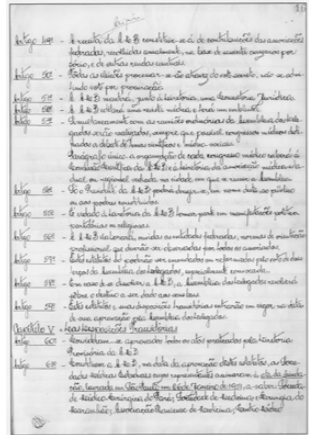
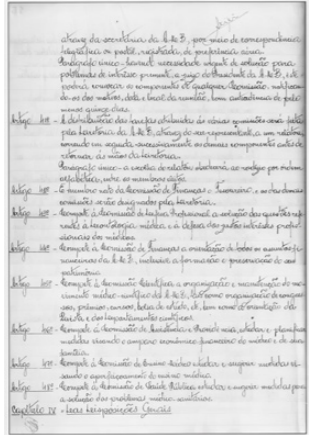
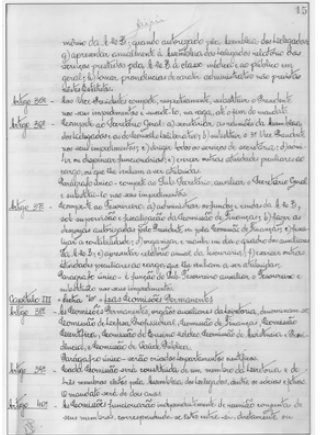
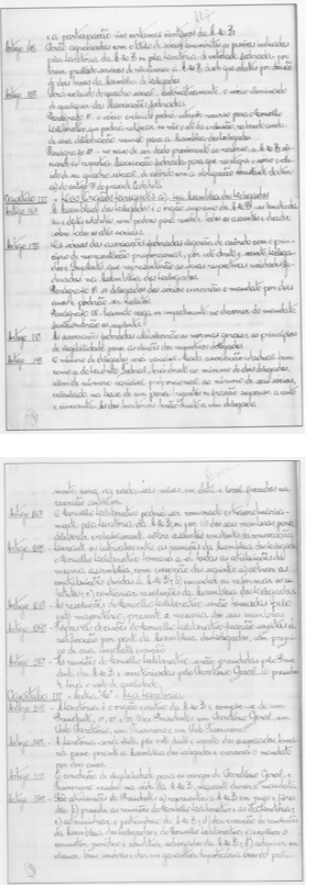
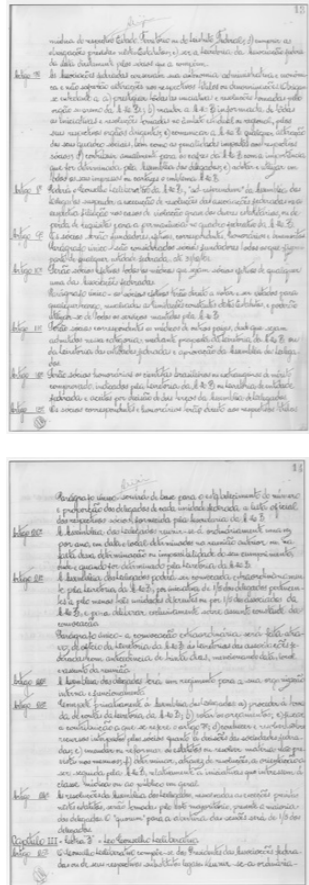
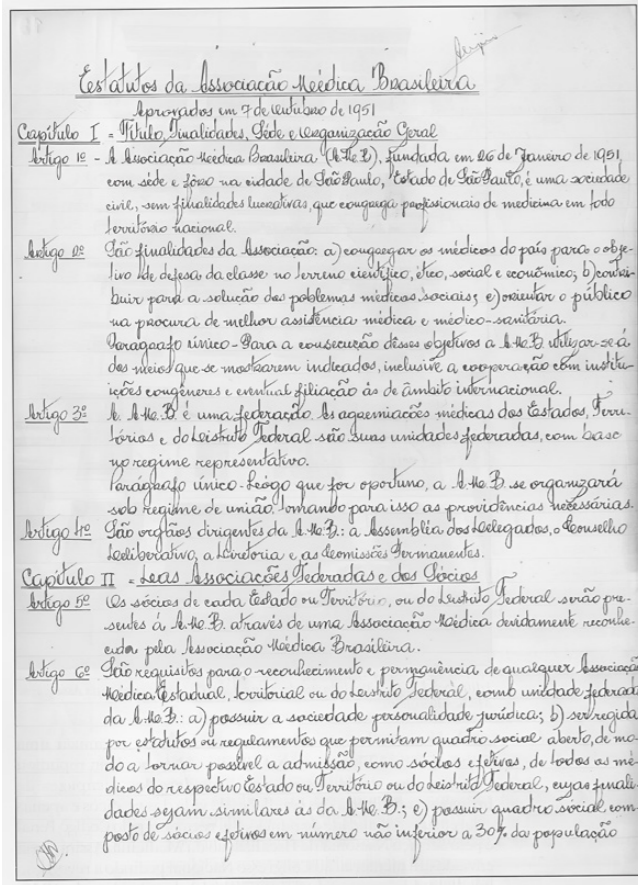
Assim começava a ganhar forma a AMB, fruto especialmente do descontentamento da classe com a inoperância do sindicalismo médico, que, desde a ascensão de Getúlio Vargas, encontrava-se atrelado à fonte do poder e ao governo. Dessa forma, “a criação da AMB foi uma consequência lógica

9. Tempo de criação – 1951-1956. *Ser Médico*, n. 31, abril/maio/junho de 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3zCX5FL>. Acesso em: 23 jul. 2022.

10. O nome Associação Brasileira de Medicina (ABM) está grafado corretamente. Naquele momento, ainda não havia se chegado a um consenso a respeito da denominação da nova entidade.

11. SANDERSON, Júlio. *40 anos de Associação Médica Brasileira*. São Paulo: Editora Atheneu, 1998, p. 7-8.

Capítulo 2



Manuscrito contendo os 65 artigos do primeiro Estatuto Social da Associação Médica Brasileira, aprovado em 7 de outubro de 1951

Engajamento e união da classe: enfim, a AMB

do movimento de união da classe médica”, como bem registrou o Dr. Júlio Sanderson,<sup>12</sup> um dos que estiveram presentes no III Congresso da APM e que, ao lado dos Drs. Lucas Machado e Oromar Moreira, testemunharam *in loco* o despertar de uma entidade genuinamente nacional.

Caminhada de meio século em três dias

O próximo encontro daquele grupo seria entre os dias 5 e 7 de outubro, na capital mineira. Enquanto isso, as sociedades estaduais se organizavam para participar e opinar. No Rio de Janeiro, a então Associação Médica do Distrito Federal (AMDF), tendo como uma de suas vozes o Dr. Octavio Barbosa do Couto e Silva, catedrático em exercício de Higiene na Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, exultava e conclamava a classe para aderir ao projeto. “Faço um apelo para que congreguem todos a fim de que a nossa associação represente, de fato, os médicos do Distrito Federal, fortalecendo dessa forma, a Associação Brasileira de Medicina, ora sob a direção do meu eminente amigo, professor Alípio Corrêa Netto”, disse o Dr. Couto e Silva, em entrevista ao *Diário de Notícias*.<sup>13</sup>

Ele foi um dos apoiadores de primeira hora e, munido deste espírito, a AMDF preparou uma grande delegação<sup>14</sup> para marcar presença em Belo Horizonte. Seus integrantes tinham pontos de vista a defender. O primeiro era que o nome da entidade fosse Associação Médica Brasileira, em vez de Associação Brasileira de Medicina. “Este segundo título restringe as atividades apenas à ciência médica, enquanto o primeiro é mais amplo e atende à medicina e aos médicos nos seus diversos interesses econômicos, éticos,

12. SANDERSON, Júlio. *40 anos de Associação Médica Brasileira*. São Paulo: Editora Atheneu, 1998, p. 7.

13. EM VIAS DE estruturação a Associação Brasileira de Medicina. *Diário de Notícias*, ed. 8.804, de 8 jul. 1951, p. 9.

14. A delegação do Rio de Janeiro era composta por: José Martinho da Rocha (presidente de honra da delegação) Luiz Capriglione, Ermiro Estevam de Lima, Inaldo de Lyra Neves-Manta, Alfonso Taylor da Cunha Mello (presidente da AMDF), Manoel Isnar de Souza Teixeira, Manoel Venâncio Campos da Paz Júnior, Elbio Rego Lins, Haroldo Vasconcelos (representante do Sindicato dos Médicos), Dilermando Canedo, Odilon Batista, Bueno de Andrade e Washington Lovello.

## Capítulo 2

sociais e científicos”, destacou o Dr. Couto e Silva. Outro ponto defendido era o direito à greve de advertência como legítimo recurso a ser eventualmente utilizado. Mas a AMDF queria também que a sede da nova entidade fosse na então capital federal (em virtude da localização dos órgãos administrativos do País) e que a estruturação obedecesse às características de união, e não de federação, conforme previa o anteprojeto dos estatutos.<sup>15</sup>

O encontro de Belo Horizonte coroou aquele momento de unidade da classe médica nacional. De um total de 100 delegados, lá estavam 73 representando não só 16 entidades médicas das 20 que já haviam se filiado à nova entidade, mas também 13 mil médicos espalhados pelo País. Ali finalmente aconteceu a “Primeira Assembleia de Delegados da Associação Médica Brasileira”. A reunião preparatória, conforme ata que registra este momento, foi realizada às 16h de 5 de outubro de 1951, na secretaria de Laudo e Assistência de Minas Gerais, na Avenida Augusto de Lima. Naquele recinto, Dr. Alípio, até então tratado como presidente interino, fez um resumo do longo caminho que trilham para chegar até aquele momento histórico.

No dia seguinte, foi aprovado o anteprojeto dos estatutos e, no último, 7 de outubro, depois de realizada a terceira reunião plenária, discutido o projeto de criação da Ordem dos Médicos e da filiação da “ABM às Associações Médicas Pan-Americana e Mundial, fez-se finalmente a eleição da diretoria e dos representantes para as seis comissões permanentes. Nascia então, de fato e de direito, em Minas Gerais, a Associação Médica Brasileira. Para a presidência não foi apresentado outro nome senão o do Dr. Alípio Corrêa Netto. “O bem nós o faremos sempre, porque este é o nosso dever; esta, a nossa convicção. Caminhamos meio século em três dias de árdua e fecunda jornada”, disse no seu discurso de posse.<sup>16</sup>

Naquela fala inicial, o mineiro, que se sentia honrado em ser escolhido presidente em seu Estado natal, caprichou nas palavras, mas sem esquecer qual era a luta que tinha pela frente. A começar pelo enfrentamento da socialização

15. ESCOLHIDOS os delegados do Rio ao conclave médico de Belo Horizonte. *Diário de Notícias*, ed. 8.873, de 28 set. 1951, p. 9.

16. ELEITO o presidente da Associação Médica Brasileira o prof. Alípio Corrêa de Melo. *Diário de Notícias*, ed. 8.889, de 17 out. 1951, p. 2.

## Engajamento e união da classe: enfim, a AMB

Primeira assembleia de delegados da Associação Médica Brasileira. Reunião preparatória realizada às dez e meia horas do dia cinco de outubro de mil novecentos e cinquenta e um.

As dez e meia horas do dia cinco de outubro de mil novecentos e cinquenta e um, na Secretaria de Saúde e Assistência de Minas Gerais, sita à Avenida Augusto de Lima, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, realizou-se a primeira assembleia dos delegados da Associação Médica Brasileira, com a presença dos delegados das entidades médicas que assinaram o livro de presença. Aberta a sessão pelo Professor Alípio Corrêa Netto, presidente interino, foi feito, por ele, um resumo histórico da Associação até a data de hoje. Sem seguida foi feita, ainda pelo doutor Alípio Corrêa Netto, a verificação das credenciais dos delegados. Apresentaram credenciais as seguintes entidades médicas:

- 1) Associação Paulista de Medicina → dezenove delegados.
- 2) Associação Médica do Distrito Federal → Quatorze delegados e cinco suplentes —
- 3) Associação Médica de Minas Gerais → nove delegados e seis suplentes —
- 4) Associação Baiana de Medicina → cinco delegados.
- 5) Associação Médica do Paraná → quatro delegados e três suplentes —
- 6) Centro Médico Cearense → Três delegados —
- 7) Sociedade de Medicina de Minas → Dois delegados.
- 8) Sociedade Médica de Sergipe → Nove delegados.
- 9) Associação Médica de Foz de Iguaçu → Três delegados —
- 10) Sociedade Fluminense de Medicina e Cirurgia → Quatro delegados —
- 11) Sociedade Catarinense de Medicina → Três delegados —

Página inicial da ata da primeira Assembleia de Delegados da AMB

## Capítulo 2

da medicina, cuja pressão estava se impondo sobre a classe. “Comparam sempre a nossa profissão a um sacerdócio. Se assim é, como permitiremos que estranhos ponham no pregão baixista da concorrência comercial as condições de nos tornar simples assalariados de remuneração precária?”. A pergunta retórica ecoou diante do silêncio da audiência. Naquele breve discurso de cerca de oito minutos o primeiro presidente da AMB falou com uma paixão de quem já estava acostumado a se dirigir às massas. E a quietude e atenção prevaleciam, sendo quebradas de tempos em tempos por aplausos calorosos.

Não precisava dizer mais do que tudo que já tinha dito antes. Agradeceu, enfim, aos colegas pela confiança, reconheceu o peso que agora estava sob seus ombros e encerrou citando um trecho da Bíblia: “Eu me sinto ainda mais apequenado, submisso que estou pelo peso da imensa responsabilidade que sobre os meus ombros foram depositadas. Exulto, no entanto, pela vitória alcançada, e me lembro das sábias palavras do *Eclesiástico* ao contemplar a campanha, que de longe vem, mas que afinal chegou triunfante à meta desejada: ‘E o fio d’água tornou-se um regato, e o regato um caudal’”. Era uma bela e profética analogia, para aquela organização que começava frágil e merecedora de todos os cuidados. Sem casa, seria abrigada no nono andar do prédio onde começou a vir à luz, na sede da APM. Mas aquele pequeno curso d’água, como profeticamente disse o Dr. Alípio, haveria de se tornar abundante, romper barreiras e seguir o curso ao qual estava destinado.

## Engajamento e união da classe: enfim, a AMB

### PRIMEIRA DIRETORIA

<b>Presidente:</b>	Alípio Corrêa Netto (São Paulo)
<b>Primeiro-vice-presidente:</b>	José Martinho da Rocha (Distrito Federal, Rio de Janeiro)
<b>Segundo-vice-presidente:</b>	Hilton Rocha (Minas Gerais)
<b>Terceiro-vice-presidente:</b>	Hosannah de Oliveira (Bahia)
<b>Secretário-geral:</b>	Dorival Macedo Cardoso (São Paulo)
<b>Subsecretário:</b>	Haroldo Vieira Vasconcellos (Distrito Federal, Rio de Janeiro)
<b>Tesoureiro:</b>	Oswaldo Lange (São Paulo)
<b>Subtesoureiro:</b>	Eraldo Lemos (Sergipe)

### COMISSÕES PERMANENTES E RESPECTIVOS INTEGRANTES

<b>Saúde Pública:</b>	José Martinho da Rocha (DF) Túlio Rapone (RS)
<b>Científica:</b>	Hilton Rocha (MG) Rubens Maciel (RS), Ermiro Estevam de Lima (DF) Augusto Mascarenhas (BA)
<b>Ensino Médico:</b>	Hosannah de Oliveira (BA) Antonio Barros de Ulhôa Cintra (SP), Oscar Versini (MG) Jurandir Picanço (CE)
<b>Defesa Profissional:</b>	Dorival Macedo Cardoso (SP) Luiz Rogério de Souza (BA) Milton Munhoz (PR) Afonso Taylor da Cunha Melo (DF)
<b>Finanças:</b>	Oswaldo Lange (SP) Bruno Maia (PE) Antônio Branco Lefèvre (SP) Haroldo Juaçaba (CE)
<b>Assistência e Previdência Social:</b>	Haroldo Vasconcellos (DF) Antônio Moniz de Aragão (SC) Durval de Rosa Borges (SP) Lucas Monteiro Machado (MG)



**3**

## **Uma longa marcha de dez anos**





**R**EVISÃO DO SALÁRIO MÍNIMO DO MÉDICO e discordância à criação da Ordem dos Médicos e dos Conselhos Regionais e Federal de Medicina: estas foram as primeiras das muitas bandeiras pós-fundação da Associação Médica Brasileira. Pleitos que combinavam com a finalidade da nova entidade, que buscava congregar os médicos brasileiros em torno da defesa da classe no terreno científico, ético, social e econômico, bem como atuar visando à solução de problemas médico-sociais, sendo um farol para a população na sua procura por uma melhor assistência médica e sanitária.<sup>1</sup>

Formalizada e dando os primeiros passos, a entidade unia na sua origem 20 entidades estaduais e seis comissões permanentes, seguindo o modelo de federação semelhante à Associação Médica Americana. De acordo com o estatuto, a receita para sua subsistência viria basicamente do recolhimento anual da contribuição das federadas, que deveriam repassar 60 cruzeiros<sup>2</sup> referentes a cada um dos seus sócios. Outro ponto importante especificado no documento é que tanto o secretário-geral quanto o tesoureiro deveriam residir na sede da AMB enquanto durasse o mandato, estipulado em dois anos.

A lei para a criação dos Conselhos foi criada em 13 de setembro de 1945, pelo decreto 7.955, um dos últimos atos legais do presidente Getúlio Vargas, deposto por um golpe de Estado imposto pela alta cúpula das Forças Armadas, em 29 de outubro de 1945<sup>3</sup>. No entanto, o decreto-lei só passou a valer em 1951, pouco após a fundação da AMB, quando foi constituído o Conselho Federal Provisório de Medicina. Coube a este promover a formação dos primeiros conselhos regionais, que, em eleição indireta, elegeram os primeiros membros do Conselho Federal de Medicina.

1. Conforme explicitado no artigo 2º do Estatuto da AMB.

2. Este valor atualizado com base no IGP-DI (FGV) era equivalente (em junho de 2022) a R\$ 107 ou US\$ 21. Para este cálculo foi usado a Calculadora do Cidadão do Banco Central do Brasil.

3. No artigo 1º do decreto-lei se dizia: “Ficam instituídos, no território nacional, Conselhos de Medicina destinados a zelar pela fiel observância dos princípios da ética profissional no exercício da medicina.”

## Uma longa marcha de dez anos

Já a ideia da Ordem dos Médicos não foi adiante. Ela existia ao menos desde 1906 com o Dr. Fernando Magalhães, e dividia a atenção com o projeto de criação de uma associação médica nacional. Magalhães acreditava que era possível assegurar direitos sem usurpação de outros poderes e dizia que “só as leis coercitivas poderiam conseguir a reorganização da classe médica”. Em 5 de abril de 1938, o especialista recebeu um ofício do ministro da Educação e Saúde Pública lhe convidando para fazer parte da comissão que estudava o anteprojeto da Ordem dos Médicos Brasileiros (OMB). Mais adiante, no 1º Congresso Médico-Social Brasileiro, realizado pela Associação Paulista de Medicina (APM), Sindicato dos Médicos e Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (SMCSP), em março de 1945, o assunto também faria parte do programa.

Para alguns, a Ordem dos Médicos Brasileiros seria um instituto de fiscalização e aperfeiçoamento da profissão. Mas, para a jovem AMB, tal iniciativa competia com as suas próprias atribuições. Formalmente, a resposta à objeção era que “a AMB já preenchia as finalidades pretendidas pela Ordem”. Foi o que respondeu Livio Renault, ao ser incitado a dar um posicionamento institucional sobre o tema, ao secretário-geral da Associação Médica de Minas Gerais (AMMG), Jarbas Sertório, grande defensor da ideia. Contudo, nas conversas entre os pares, as respostas eram bem mais duras. Dizia-se que “a ordem cheirava a fascismo, opressão, tirania” ou que o Código Penal já tinha o remédio para os casos em que a Ordem deveria agir.<sup>4</sup>

O Congresso Nacional acabou entrando em cena e a Comissão de Saúde Pública, presidida pelo Dr. Miguel Couto Filho, então deputado federal, começou a trabalhar em um anteprojeto para a criação da Ordem dos Médicos, tendo como relator Luiz Gonzaga Novelli Júnior. O órgão seria um serviço público federal, teria autonomia e a função de disciplinar, fiscalizar e fazer a defesa da classe em todo o território nacional.

O projeto dividia os profissionais de Medicina. Os que o defendiam tinham como modelo a Ordem dos Advogados do Brasil e os Conselhos Federal de Engenharia e Arquitetura, criados no início da década de 1930.<sup>5</sup>

4. ORDEM DOS MÉDICOS. *O Brazil-Médico*, n. 31-32, ano 1951, p. 9,

5. A Ordem dos Advogados do Brasil foi criada pelo decreto n.º 20.784, de 14 dezembro de 1932, enquanto o decreto n.º 23.569, que regula o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e também de agrimensor, é de 11 de dezembro de 1933.

Em 1954, os médicos fizeram a primeira grande greve da classe no País, em busca da aprovação do projeto 1.082/1950, que, se aprovado, representaria melhores salários



## Uma longa marcha de dez anos

“Os advogados mostram-se satisfeitos, bem como os engenheiros e arquitetos. Por que motivo os médicos não têm ainda a sua Ordem e não fruem os mesmos direitos?”, questionava Dr. Jarbas Sertório. Como ele, pensavam Pedro Ayres Netto, Edmundo Vasconcelos e Flaminio Favero.

Na resistência, seguiam unidos os doutores Alípio Corrêa Netto, já presidente da AMB, e Jairo Ramos. Muitos foram chamados a falar frente à Comissão da Câmara, para que defendessem o seu ponto de vista. Um deles foi o deputado estadual e também médico Elias Grego, cuja base eleitoral ficava em Macaé, no Rio de Janeiro.

– “Para que Ordem dos Médicos”, disse ele. – “Já temos os Conselhos de Medicina e isso basta”, completou.

O parlamentar fluminense não era o único que pensava assim. A própria Academia Nacional de Medicina julgava o projeto inadequado para aquele momento. Para boa parte da classe, já se tinha o sindicato, os conselhos e a Associação Médica Brasileira, em torno da qual decidiram livremente se organizar. Cada um destes organismos já cumpria o seu papel. Além disso, havia outros problemas pelos quais lutar, como a revisão do salário mínimo dos médicos das empresas particulares e o apoio integral ao projeto 1.082/1950, que, se aprovado, resultaria na isonomia salarial dos profissionais com diferentes vínculos públicos, na esfera federal, estadual e municipal.

## Uma greve de quatro dias

A luta pela aprovação do projeto 1.082/1950 daria origem àquele que ficou conhecido como o “Movimento Grevista da Letra O”, uma referência à letra que representava o nível mais alto da carreira do funcionalismo. O objetivo era o enquadramento dos médicos do serviço público federal e autárquico nesta classificação, garantindo não só uma retribuição pecuniária, mas prestígio e reconhecimento social. A questão uniu quase todos os médicos, especialmente aqueles da cidade do Rio de Janeiro, que concentrava boa parte dos serviços públicos do País. De acordo com o documento *Memorial dos Médicos*, enviado pela AMB ao então presidente Getúlio Vargas, cerca de 78% da classe médica brasileira, ou seja, 14,3 mil profissionais, prestava serviços a entidades

Depois de anos de advertências, inclusive com paralisação de serviços por 24 horas, finalmente os médicos, sob a liderança do Dr. Ermiro Estevam de Lima, cumpriram a ameaça de greve



oficiais, paraestatais e autárquicas.<sup>6</sup> E a maioria dessa força de trabalho estava justamente no Rio, onde a liderança era encabeçada por Ermiro Estevam de Lima (1901-1997), otorrinolaringologista nascido em Bezerros (PE), mas que teve “uma vida ativa e brilhante” em terras fluminenses.<sup>7</sup>

Aos médicos que atuavam em serviços públicos havia também o reflexo do aumento exponencial do número de pessoas que recebiam assistência médica nas Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs), ampliadas e convertidas por Getúlio em autarquias de Estado – os Institutos de Aposentadorias e Pensões

6. SANDERSON, Julio. *40 anos de Associação Médica Brasileira*. São Paulo: AMB, 1998, p. 28.

7. Em 1953, Ermiro Estevam de Lima foi presidente da Associação Médica do Distrito Federal (AMDF).

### Capítulo 3

### Uma longa marcha de dez anos

**Mantém a AMB sua desaprovação à greve dos médicos**  
**Não obedeceu ao determinado pela Assembléia da Bahia**  
**a resolução tomada pela AMDF**  
 «Não se pode levar a classe médica, já angustiada, a uma angústia maior», declara ao «Diário de Notícias» o dr. Iseu de Almeida e Silva, vice-presidente da entidade nacional

**PUBLICAMOS**, em nossa edição de domingo último, a nota da Associação Médica Brasileira contrária à greve determinada pela Associação Médica do Distrito Federal.

Contestando as razões da entidade nacional, a do Distrito Federal distribuiu um comunicado, que publicamos a seguir:

A respeito desta nota da A.M.D.F., procuramos ouvir o dr. Iseu de Almeida e Silva, vice-presidente da Associação Médica Brasileira, publicada na imprensa, domingo último, a Diretoria da Associação Médica do Distrito Federal vem declarar:

a) — A Associação Médica do Distrito Federal, convocando uma assembleia geral dos médicos da capital da República, para, mais uma vez, debater o problema de suas reivindicações, obedeceu, não somente à sua tradição democrática de consultas amplas à classe, como também à recomendação da própria A. M. B. em

b) — A assembleia dos médicos do Distrito Federal, em 31 de março último, decidindo-se pela greve, não fez mais do que atender àquela recomendação já agora robustecida pelas novas delongas que vem sofrendo no Senado o velho projeto 1.082-30;

c) — Para melhor entendimento do verdadeiro sentido da nota da diretoria da A. M. B., transcrevemos, a seguir, o texto fiel da resolução da última assembleia dos médicos do Distrito Federal:

(1) — Que o único meio eficiente

AMB se opõe à greve. Edição do Diário de Notícias, de 28 de abril de 1954

(IAPs). Em 1930 foram 157.486 pacientes atendidos, passando para mais de 2 milhões em 1940 e chegando a 3,4 milhões em princípios da década de 1950.<sup>8</sup> Na prática, isso significava mais trabalho e menos salário. O descontentamento era geral, ainda mais com a falta de padronização de remuneração do médico funcionário público, o que fazia com que o médico que trabalhasse na prefeitura recebesse valores diferentes daqueles que tinham vínculos estadual ou federal.<sup>9</sup> Além disso, o fato de não se levar em conta o prestígio social de determinadas profissões fazia com que a remuneração de médicos ou de engenheiros fosse, por exemplo, similar à de bailarinos e professores de corte costura.<sup>10</sup>

A campanha por equiparação salarial, à qual a jovem AMB apoiou desde o seu início, ganharia força e se aproveitaria da atmosfera democrática do segundo governo Vargas (1950-1954). No entanto, a batalha se prolongaria até 1956, passando por Café Filho e chegando a Juscelino Kubitschek. Neste processo, a corda foi sendo esticada aos poucos, com ameaças de greve e desistência de última hora; paralisação de diversos serviços do então Distrito

8. SANDERSON, Julio. *40 anos de Associação Médica Brasileira*. São Paulo: AMB, 1998, p. 28.

9. A classe médica vinculada ao Distrito Federal conseguiu a aprovação do Projeto de Lei 671/1951, que modificou favoravelmente seu plano de carreira.

10. SILVA, Raphael Oliveira. *O movimento da letra “O” (1950/1954): Uma investigação histórica do primeiro movimento grevista médico brasileiro*. Disponível em: <https://bit.ly/3QagBPD>. Acesso em: 8 ago. 2022.

### Capítulo 3

Federal por 24 horas, em 14 de outubro de 1952; e, por fim, em dezembro de 1954, a maior e mais longa ação grevista já observada pela classe médica até então, que foi determinada pela Assembleia de Delegados da AMB. A interrupção dos trabalhos começou no dia 3 daquele mês, uma sexta-feira, e permaneceu até o dia 6, suportando pressões diversas e ameaças de punição.

A ação extrema dos médicos veio exatamente depois do veto do então presidente Café Filho ao projeto 1.082, alegando uma série de dificuldades econômico-financeiras. No quarto dia da greve, o poder Executivo enfim propôs sentar, negociar e suspender qualquer tipo de sanção ou penalidade aos grevistas. Só então, no dia 7 de dezembro de 1954, uma terça-feira, os profissionais da capital federal optaram por dar um voto de confiança ao governo. Café Filho, que, com o suicídio de Getúlio, assumira o poder, enfrentava, como ele bem disse, “um período de transição árduo e delicado”.<sup>11</sup> Mas o gesto dos médicos acabou por desmobilizar e enfraquecer o movimento.

Com o veto de Café Filho, a classe voltou seus esforços para o projeto 4.844, o Plano de Reclassificação do Funcionalismo Civil da União, que foi aprovado na Câmara dos Deputados no primeiro dia de mandato presidente JK, e por ele sancionado em 13 de março de 1956, assegurando aos médicos do serviço público federal parte das reivindicações que vinham sendo feitas desde a presidência do marechal Eurico Gaspar Dutra. Cansada daquela longa batalha, a classe acabou por aceitar propostas inferiores a outras feitas por governos anteriores.<sup>12</sup>

## Alípio versus Ermiro Estevam de Lima: o primeiro embate

Enquanto a luta por melhores salários e equiparação salarial se desenvolvia, a AMB começava a se estabelecer como a legítima Casa dos Médicos

11. CAFÉ FILHO, João. *Palestras semanais do presidente João Café Filho* – 1ª Série. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação, 1955. Disponível em: <https://bit.ly/3wcEcr5>. Acesso em: 8 ago. 2022.

12. PRIMEIRA greve médica. *Revista Histórica*. Disponível em: <https://bit.ly/3Aiy42G>. Acesso em: 13 ago. 2022.

### Uma longa marcha de dez anos

do Brasil. Em janeiro de 1952 passou a encartar trimestralmente dentro da *Revista da APM* a primeira publicação oficial, que batizou de *Boletim da AMB*, ou simplesmente *BAMB*. Sua edição número 1, que cobria o período anterior entre outubro e dezembro, trazia o cenário profissional de então, que envolvia “ordenados insuficientes” de um lado e “elevação do custo de vida” do outro. Falava para uma população de mais de 26 mil médicos,<sup>13</sup> sendo cerca de 6 mil só no Estado de São Paulo.

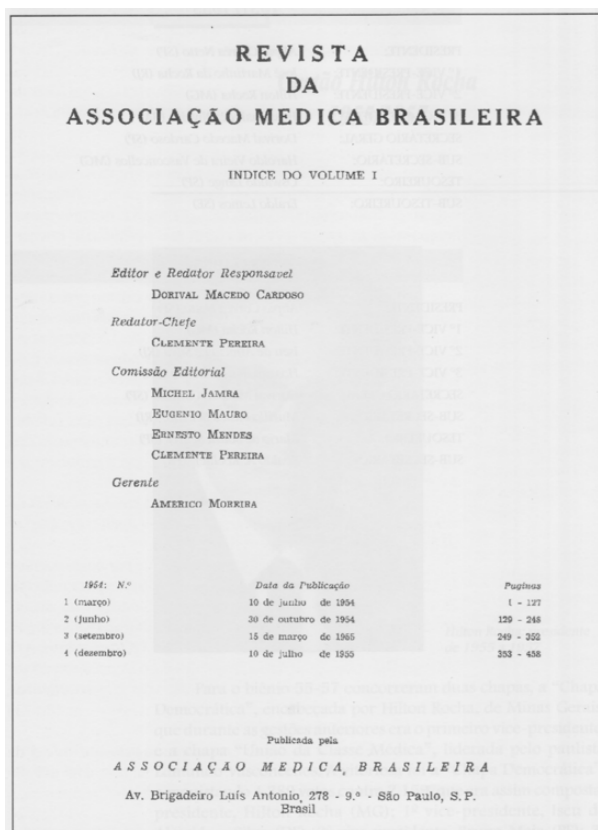
Em dezembro daquele mesmo 1952, Dr. Alípio Corrêa Netto viajou até o Rio de Janeiro para um encontro com Getúlio Vargas. Cerca de um mês antes, em 8 de novembro, enviou, conforme solicitado pelo próprio presidente da República, um memorial onde reportava às reivindicações da classe médica brasileira e pedia especialmente a aprovação do projeto 1.082/1950. Chegou à Capital Federal não só como presidente da AMB, mas também na condição de deputado estadual, eleito para a segunda magistratura da Assembleia Legislativa de São Paulo (1951-1955) e depois reeleito (1955-1959) pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Naquele encontro, Getúlio e Alípio conversaram também sobre a reforma administrativa e, especialmente, a respeito das mudanças na área da saúde que o chefe do executivo queria fazer. Tempos depois, em julho de 1953, o então Ministério da Educação e Saúde foi desmembrado, nascendo dali o atual Ministério da Saúde, cujo primeiro titular foi o médico carioca Miguel Couto Filho. Era uma tentativa de centralizar as políticas do setor e dar uma melhor resposta aos muitos problemas sanitários do País.

Assim já se encaminhava para o fim o primeiro biênio da AMB. Portanto, era tempo de organizar chapas para o primeiro pleito em que a diretoria seria eleita por todos os sócios. Tendo a política nas veias, foi natural que uma delas, batizada de “Chapa Democrática”, fosse encabeçada por Alípio Corrêa Netto, nome no associativismo paulista com expressão nacional. Com ele, outras figuras de peso, incluindo Hilton Ribeiro da Rocha, de Minas Gerais; Iseu de Almeida e Silva, do Rio de Janeiro; e Dorival Macedo de Cardoso, de São Paulo. Do lado concorrente, alguém que ganhou bastante notoriedade

13. SCHEFFER, Mário (Coord.). *Demografia médica do Brasil*, vol. 2 – Cenários e indicadores de distribuição. Brasília: CFM/Cremesp, 2013.

## Capítulo 3



Em março de 1954, começou a ser editada e distribuída para todo o Brasil, a Revista da AMB

çou a ser editada e distribuída para todo o Brasil, a primeira edição da *Revista da AMB*. Com periodicidade trimestral e tiragem de 14 mil exemplares, tinha como redator-chefe Dorival Macedo Cardoso, que também exercia a função de secretário-geral da entidade, e como redator-chefe Clemente Pereira.

## I Congresso da AMB: Uma festa científica no interior

Dos oito nomes da primeira gestão da AMB, quatro (Alípio Corrêa Netto, Hilton da Rocha, Hosannah de Oliveira e Dorival Macedo) permaneceram entre 1953 e 1955, o que permitiria uma continuidade tranquila, com previsibilidade e aprovação da classe. Naquele momento, um outro membro entrou

com o Movimento Grevista da Letra O: Ermiro Estevam de Lima. Ele foi um dos que compuseram a delegação do Rio de Janeiro e que participou da primeira Assembleia de Delegados da AMB, em Belo Horizonte. Ao lado de Hilton e do baiano Augusto Mascarenhas, também formou a primeira Comissão Científica da entidade.

Depois de registradas as chapas até o prazo final de 25 de agosto de 1953, 3.173 médicos compareceram ao pleito, dos 11.163 que a AMB tinha como sócios. A vitória do Dr. Alípio foi esmagadora. Apenas 373 votos foram dados ao Dr. Ermiro, enquanto os outros 2.692 optaram pela permanência do então presidente, que se tornou o primeiro escolhido democraticamente pela classe. Na continuidade da gestão, buscou cumprir o que constava no artigo 52 do primeiro estatuto da AMB, aprovado em 7 de outubro de 1951 em Belo Horizonte: “A AMB editará uma revista médica”. Isso foi anunciado em dezembro de 1953 e, finalmente, em março do ano seguinte, come-

## Uma longa marcha de dez anos

no grupo: Iseu de Almeida e Silva, do Rio de Janeiro, na condição de segundo-vice-presidente. Tempos depois, ele também chegaria à presidência da entidade. Mas, antes dele, o caminho estava sendo preparado para o mineiro Hilton da Rocha.

Liderando a Chapa Democrática, Hilton venceu, mas não com facilidade. Na ocasião, concorreu com o cirurgião paulistano Edmundo Vasconcelos, que tinha com ele um grupo formado pelos doutores Álvaro Dória, Djalma Chastinet Contreiras, Rodrigo Ferrão e Gilmário Mourão Teixeira. Contava ainda com o apoio do professor Ermiro e dos diretores da Associação Médica do Distrito Federal (AMDF) e da Associação Médica Cearense (AMC). Estas duas entidades faziam oposição à Associação Paulista de Medicina e, especialmente, à permanência da sede da AMB na capital paulista.

Nos embates, os defensores da chapa oposicionista, batizada de “União da Classe Médica”, acusavam os integrantes da situação de terem furado a greve de 1954, abstendo-se de lutar pelos interesses da corporação.<sup>14</sup> Como bandeira, defendiam a necessidade de intensificar a luta pela aprovação do Plano de Reclassificação de Cargos extensivo aos médicos autárquicos e a aprovação de um projeto que regulava o horário de trabalho dos médicos.

Aquela altura, Edmundo Vasconcelos, que hoje dá nome a um dos mais importantes complexos hospitalares da capital paulista, já era reconhecido como um gênio da profissão, destacando-se no ensino, na pesquisa e no desenvolvimento da cirurgia no País. Mas nem ele seria capaz de conter a força política de um grupo cuja liderança remetia ainda ao Dr. Alípio, o qual empenhou seu prestígio na reeleição do Dr. Hilton da Rocha, que venceu com 4.289 votos contra os 2.159 do adversário.

A nova diretoria assumiu em 5 de novembro de 1955, durante a Assembleia de Delegados realizada no Recife. No discurso de posse, o novo presidente da AMB não deixou de destacar as conquistas daquele primeiro quadriênio. “Nestes quatro anos que se findaram, era tão premente e ridícula a nossa remuneração que a AMB não pôde fugir muito ao objetivo imperioso de melhorar as condições econômicas do médico assalariado”, afirmou. Mas,

14. ASSEMBLEIA e eleição preparatória na AMDF. *Imprensa Popular*, p. 2, n. 1.611, de 21 nov. 1955.

## Capítulo 3

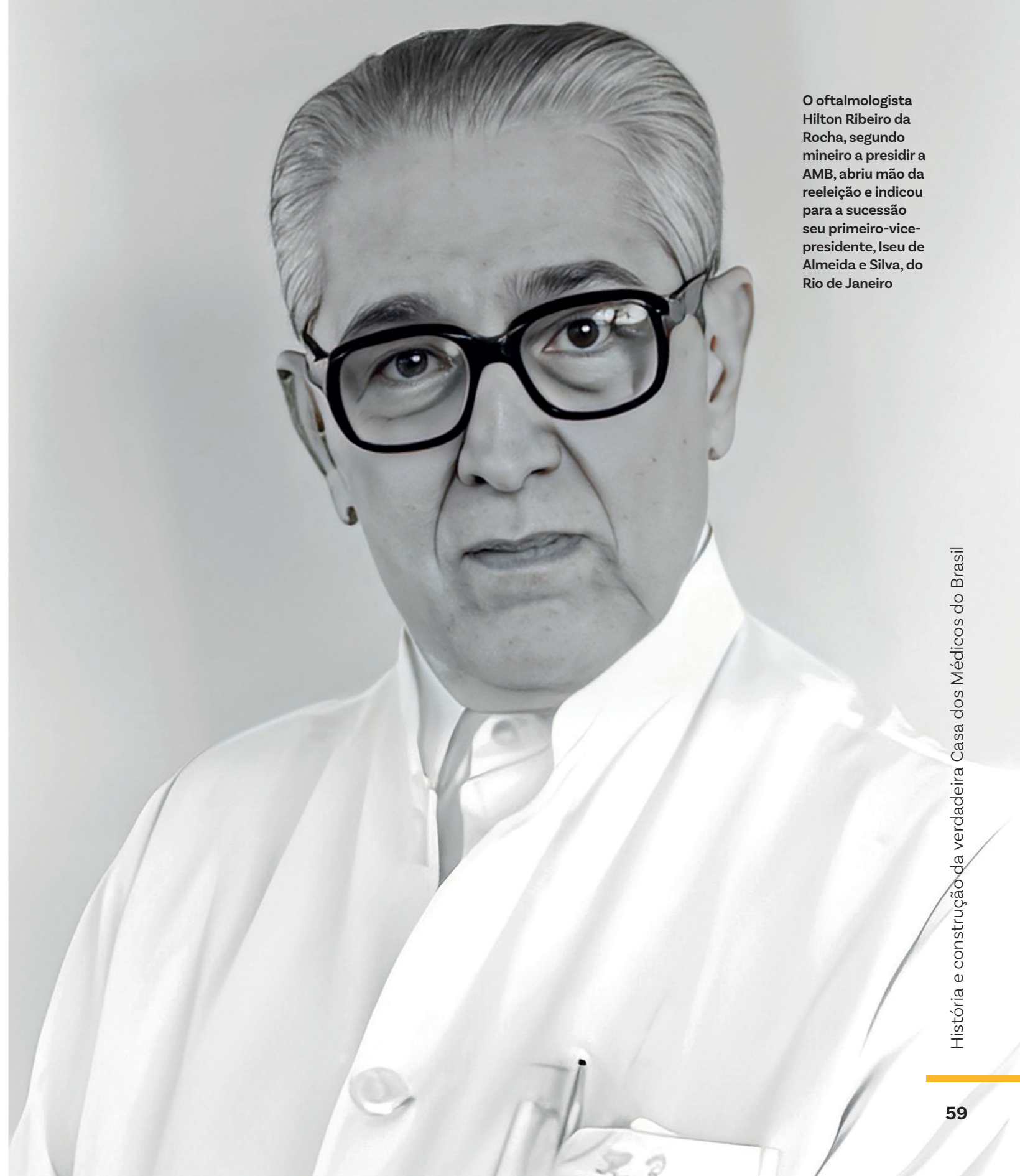


Flâmula do I Congresso da AMB, que foi realizado na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, de 23 e 27 de outubro de 1956

embora exaltando o passado, não deixou de apontar o futuro, como por exemplo, a atenção especial ao Código de Ética, que fora aprovado na gestão anterior, durante a IV Reunião do Conselho Deliberativo, que aconteceu no Rio de Janeiro, em 30 de janeiro de 1953.

Outra novidade anunciada pelo Dr. Hilton na sua posse foi a realização do I Congresso da AMB, que aconteceu na cidade de Ribeirão Preto entre os dias 23 e 27 de outubro de 1956. Nisso investiu todas as suas energias e não se cansou de viajar pelo País para promover o evento científico e convidar seus pares. Começou pelo Rio de Janeiro, onde se encontrou inicialmente com o ministro da Saúde Maurício de Medeiros e tratou também da articulação da AMB com o Conselho Federal de Medicina. O projeto ainda tramitava no Congresso e só com a sanção da Lei 3.268, dada pelo presidente Juscelino Kubitschek, em 30 de setembro de 1957, finalmente seria legalmente criado o CFM e os CRMs, depois de um processo que já durava 12 anos.<sup>15</sup>

15. O processo que resultaria na criação dos Conselhos de Medicina começa com o Decreto-Lei n.º 7.955, de 13 setembro de 1945, no final do governo de Getúlio Vargas. Sua aplicação só aconteceu no início de 1951, quando foi constituído na forma da lei o Conselho Federal Provisório de Medicina. Este promoveu a formação dos primeiros Conselhos Regionais de Medicina que, via eleição indireta, escolheram os primeiros membros do CFM. Foi esta primeira diretoria que recebeu de Getúlio Vargas, que tinha novamente assumido a presidência, agora democraticamente, a missão de elaborar o projeto para regulamentação do decreto-lei. Com o suicídio de Getúlio, assumiu Café Filho, em cuja Presidência o projeto foi remetido ao Congresso Nacional e convertido no Projeto de Lei n.º 172-B, de 1955. Após tramitar e receber várias emendas, foi finalmente aprovado pelo Congresso Nacional, constituindo-se na Lei 3.268/57, que foi sancionada por JK. Desta sanção nasce finalmente e oficialmente o CFM.



O oftalmologista Hilton Ribeiro da Rocha, segundo mineiro a presidir a AMB, abriu mão da reeleição e indicou para a sucessão seu primeiro-vice-presidente, Iseu de Almeida e Silva, do Rio de Janeiro



Clóvis Salgado, ministro da Educação e Cultura no governo de Getúlio Vargas, e ex-governador de Minas Gerais

### Capítulo 3

A estes foram dados os papéis de julgadores e disciplinadores da classe médica, cabendo-lhes, conforme se encontra no artigo segundo, “zelar e trabalhar pelo perfeito desempenho ético da medicina e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exerçam legalmente.”

Na capital federal, Hilton da Rocha visitou ainda o ministro da Educação, Clóvis Salgado, e o presidente JK, que prometeu comparecer ao congresso, algo que não se cumpriria. Independentemente desta ausência, o encontro foi muito bem-sucedido. Muitos nem entendiam a escolha pela cidade do interior paulista, apontando as vantagens da Capital Federal, São Paulo ou Belo Horizonte. A todos, pacientemente Dr. Hilton respondia: “O tema principal do conclave será Ensino Médico e, especialmente por isso, escolhemos essa cidade para sua sede, pois a faculdade de medicina que, no momento, exhibe melhores normas de ensino é a de lá”.<sup>16</sup>

Isso, na visão do presidente da AMB, se justificava porque a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto era uma das mais jovens instituições do País. Foi criada em 1948 e sua primeira turma começou somente em 1952. Estes estudantes tinham pela frente 32 disciplinas, um sexto ano com a opção pela ênfase clínica ou cirúrgica e uma grade de conteúdo inovadora, que incluía Medicina Preventiva, Psicologia Médica e Estatística. “Trata-se de uma faculdade muito jovem, que teve condições iniciais técnico-financeiras que lhe propiciaram alijar uma série de entraves que vêm dificultando a atualização docente das nossas mais tradicionais escolas”,<sup>17</sup> explicava.

16. ASSISTÊNCIA urbana e rural e socialização da medicina. *A Noite*, n.º 15.429, p. 6, de 27 set. 1956.

17. *Ibidem*.

### Uma longa marcha de dez anos

E era contra o atraso na formação do profissional brasileiro que estava a fim de lutar. Daí destacar o “Ensino Médico” entre os temas oficiais do I Congresso da AMB. Apesar das suspeitas quanto ao sucesso do evento, por ser realizado no interior, o encontro levou muitos profissionais para Ribeirão Preto, que puderam também se divertir com o show da cantora Angela Maria, a *Rainha do Rádio* de 1954, que, na época, fazia grande sucesso no Brasil.

Muitas das questões que envolviam o ensino da Medicina foram debatidas com afinco e profundidade. Majoritariamente os presentes se manifestaram favoráveis à supressão de algumas cátedras, ao curso médico de cinco anos com internato obrigatório e à estruturação de várias cadeiras por intermédio de departamentos. Do I Congresso foi elaborado um estudo sobre o tema e este foi encaminhado ao ministro da Educação, Clóvis Salgado, também ele médico, formado pela Faculdade de Medicina de Minas Gerais, em 1929. Muitas das ideias e sugestões ventiladas em Ribeirão Preto seriam, posteriormente, adotadas “quase que integralmente pela legislação que viria a reger o assunto”.<sup>18</sup> Era uma prova do prestígio da jovem entidade, que mal tinha completado seus cinco anos de existência.

Doutor Hilton da Rocha conseguiria ainda nos estertores do seu mandato a aprovação da Lei n.º 3.268, de 30 de setembro de 1957. Com ela ficou determinada a inclusão obrigatória de um representante da Associação Médica local nos CRMs e que um dos integrantes do CFM fosse indicado pela AMB. Com isso, a missão do segundo mineiro na presidência da AMB estava cumprida. Poderia ter se lançado à reeleição, e essa era a opinião de muitos que acompanhavam seu incansável trabalho. Um deles era Renato Pacheco Filho, então presidente da AMDF. Durante uma reunião entre os dois, Pacheco Filho insistiu que o colega seguisse adiante e naturalmente pleiteasse a continuidade à frente da diretoria que comandaria a AMB no biênio 1957-1959.

O oftalmologista não só declinou educadamente como indicou seu primeiro-vice-presidente, Iseu de Almeida e Silva, que pertencia a um grupo de oposição àquela diretoria da AMDF. Diante do processo de sucessão da AMB, o nome de Jairo Ramos, presidente várias vezes da APM e de “prestígio incontestado”, chegou a ser mencionado. Entretanto, aos 57 anos, estava com a saúde

18. SANDERSON, Julio. *40 anos da Associação Médica Brasileira*, p. 36.

debilitada e a própria família solicitou que o nome dele não fosse lançado para aquela disputa. O pedido foi atendido e nenhum outro candidato foi indicado. Assim, de modo tranquilo e sem embates desgastantes, Iseu de Almeida e Silva tornou-se o terceiro presidente da AMB. Com ele surgiram novos nomes, como o do Dr. Antônio Moniz de Aragão, que atuava em Santa Catarina. Por outro lado, lá permanecia o incansável secretário-geral Dorival Macedo Cardoso, que ocupava o cargo desde 1951. Ele esperava sua vez para ser o capitão daquela nau. Até teria sua chance, mas democraticamente isso lhe seria negado.

## Um país com carência de médicos

Eleito por chapa única, Iseu de Almeida e Silva representava uma continuidade segura para a AMB. No seu discurso de posse, apresentou algumas das bandeiras pelas quais ele e sua diretoria peleariam, a começar pela revogação da Portaria 122/1957 do Ministério do Trabalho, que estabelecia pagamento por consulta aos médicos que atuavam nos institutos de previdência. Cada profissional poderia atender no máximo 16 pacientes por dia, e receber de 16 a 30 cruzeiros, conforme o tamanho do município em que atuava e até o limite de vencimentos de 11.500 cruzeiros.<sup>19</sup> O médico poderia ser credenciado por mais de um instituto, mediante convênio. Outra preocupação era o projeto de reforma do ensino médico, que tramitava no Congresso e ainda uma reforma da Previdência Social que estava em estudo.



Iseu de Almeida e Silva liderou a AMB entre 1957 e 1959

19. Atualizados em julho de 2022, os valores da consulta variariam de R\$ 11,10 a R\$ 20,80, sendo a remuneração máxima equivalente a aproximadamente R\$ 7.975, conforme correção pelo IGP-DI (FGV) feita pela Calculadora do Cidadão do Banco Central do Brasil, disponível em <https://bit.ly/3AbmZ25>.

“Com suor e lágrimas, já pôde a Associação Médica Brasileira escrever vitoriosas páginas. E isto, se nos envaidece, nos incentiva também. Com esse ânimo e com esse espírito é que precisamos prosseguir em nossa caminhada. Sempre de passos certos e de almas em sintonia”,<sup>20</sup> bradou no discurso de posse. Não chegara até ali à toa. Ele vinha de uma longa caminhada no associativismo. Em 1939 já era segundo-secretário no Colégio Brasileiro de Cirurgiões (CBC), tornando depois integrante da comissão de Sindicância e Fiscalização (1949-1951) e, em seguida, seu primeiro-tesoureiro (1951-1955). Em 1956, foi ainda eleito presidente do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro (SMRJ), antes de se juntar à AMB como primeiro-vice-presidente na gestão do Dr. Hilton da Rocha.

Ao assumir a presidência da entidade, deu ênfase à luta em favor dos interesses da classe e fez constantes apelos ao governo federal pela elevação da chamada Unidade de Serviço. Já em 1958, a diretoria capitaneada por ele aprovou e instituiu o Regimento dos Departamentos Científicos da AMB (que sofreria alteração no ano seguinte). Com isso, a entidade pôde firmar convênios com as sociedades especializadas, que passaram a fazer parte de seus departamentos científicos.

Na sua gestão, aconteceu também o II Congresso da AMB, entre 29 de setembro e 4 de outubro de 1959, em Belo Horizonte. Realizado nas confortáveis instalações da Secretaria de Saúde de Minas Gerais, contou com mesas-redondas, grupos de trabalho e a presença dos doutores Louis Orr, da Associação Médica Americana, e George Edward Godber, vice-diretor do Serviço Nacional de Saúde da Grã-Bretanha. Ambos apresentaram relatórios e responderam a perguntas sobre aspectos da assistência médica em seus países. De novo, a falta sentida foi a do presidente Juscelino Kubitschek, e coube ao sanitarista paulista Mário Pinotti representá-lo e ler seu discurso. “Somos um País com carência de médicos e os que dispomos estão concentrados nos grandes centros urbanos, onde, naturalmente, as possibilidades de subsistência são menos rudes”, leu Pinotti.<sup>21</sup> Se o problema parece atual, era ainda mais sério naquele momento, quando a população de ao menos 900 municípios não tinha um médico sequer.

20. SANDERSON, Julio. *40 anos da Associação Médica Brasileira*, p. 41.

21. BOLETIM da Associação Médica Brasileira, ano III, dezembro de 1959, n. 24, p. 1.



O sanitarista paulista Mário Pinotti foi ministro da Saúde nos governos de Getúlio Vargas (1954) e de Juscelino Kubitschek (1958-1960)



Para resolver este problema, o próprio Pinotti havia apresentado o que julgava ser a solução. “Sugeri há dois anos, para atenuar essa situação, que se transformasse o serviço militar obrigatório em um ano de serviço médico no interior para os diplomados de medicina”, lembrou aos presentes.<sup>22</sup> Naquele ano de 1959, as 26 faculdades de Medicina então existentes tinham matriculado apenas 1.789 alunos, e todas elas reunidas só foram capazes de diplomar 1.578 médicos no ano anterior. E tanto JK quanto seu ministro julgavam aqueles números insuficientes para as necessidades mais urgentes do Brasil. “É preciso que se forme para o interior um grande contingente de

22. BOLETIM da Associação Médica Brasileira, ano III, dezembro de 1959, n. 24, p. 1.

### Uma longa marcha de dez anos

bons médicos práticos, sem prejuízo das falanges de especialistas destinados a manejar, nos grandes centros, as mais recentes descobertas da ciência e da técnicas”, vaticinou o presidente, conforme o discurso lido pelo Dr. Pinotti.<sup>23</sup>

Na capital mineira, a programação social também foi intensa, com direito inclusive a concerto da Orquestra Sinfônica Brasileira, regida pelo maestro Eleazar de Carvalho, e duas recepções do governador José Francisco Bias Fortes, no Palácio da Liberdade.

E, no encerramento dos trabalhos, deu-se posse à nova diretoria da AMB, que tinha como presidente o ortopedista e traumatologista nascido em Petrópolis (RJ) Antônio Moniz de Aragão. Ao encerrar seu mandato na Associação Médica Brasileira, Dr. Iseu assumiu a presidência do CFM, condição que manteria pelos dez anos seguintes, nas gestões de 1959 a 1964 e de 1965 a 1969. Com ele seguiria Dr. Murillo Bastos Belchior, do Rio de Janeiro, agora como secretário-geral. Era o mesmo que tinha sido subsecretário na segunda gestão de Alípio Corrêa Netto (1953-1955) e de Hilton Ribeiro da Rocha (1955-1957). Quanto ao Dr. Moniz de Aragão, restava uma grande missão pela frente. Mas transcorridos oito anos desde a primeira reunião de delegados da AMB, realizada naquela mesma Belo Horizonte, a base da verdadeira Casa dos Médicos parecia bem sólida e estava pronta para continuar sendo edificada.

### Uma aventura da Associação Médica Mundial nos trópicos

Poucos meses depois de tomar posse em Belo Horizonte, Dr. Antônio Moniz de Aragão embarcou, em 12 de junho de 1960, para os Estados Unidos. O motivo? Participar da reunião anual da Associação Médica Americana (AMA), que, naquele momento, já tinha 175 mil associados. Era mais de dez vezes o que reunia a AMB, que viu seu número de sócios saltar de 10.338 em 1952 para 15.894 no fechamento de 1960.

23. BOLETIM da Associação Médica Brasileira, ano III, dezembro de 1959, n. 24, p. 2.

Rara imagem do Dr. Moniz de Aragão tomando posse como presidente da Associação Médica Mundial, em 1961, no Rio de Janeiro



No seu retorno, fez uma minuciosa avaliação de tudo que observou, mas não foi isso que animou os médicos brasileiros. A notícia chegou por um telegrama do secretário-geral da Associação Médica Mundial (WMA) e dava conta de que o presidente da AMB, Moniz de Aragão, havia sido elevado ao cargo de presidente-eleito da WMA. Além disso, informava ainda que, conforme reunião realizada em Berlim, a cidade do Rio de Janeiro foi escolhida como sede da XV Assembleia da entidade, agendada para acontecer de 11 a 20 de setembro de 1961, ocasião em que o brasileiro tomaria posse de sua nova investidura. Divulgado amplamente nos jornais, aquilo encheu de orgulho a classe e ao País, que, por conta das políticas desenvolvimentistas implementadas por JK, tinha a impressão de estar se tornando uma nação moderna e respeitada pelos gigantes globais.

Logo foram iniciados os preparativos para o grande evento. Com este fim, em 5 de novembro (de 1960) o novo secretário-geral da WMA, Dr. Heinz Lord, visitou a AMB.<sup>24</sup> Na recepção, além dos doutores Moniz de Aragão e Dorival Macedo

24. Doutor Heinz Lord substituiu o Dr. Louis H. Bauer, que ocupava a função desde sua fundação, em 17 de setembro de 1947, até 1º de janeiro de 1961. No entanto, Dr. Lord ficaria apenas cerca de um mês no cargo, pois veio a falecer logo depois, em 4 de fevereiro daquele mesmo ano. Em seu lugar assumiu o Dr. Harry Gear, a partir de 1º de junho de 1961.



Doutor Heinz Lord (à esquerda) aceita o título de secretário-geral da Associação Médica Mundial (WMA) de Louis Bauer

Cardoso, também estiveram presentes Fausto Figueira de Melo (primeiro-tesoureiro da AMB), Mario Degni (presidente da APM), Oromar Moreira (presidente da Associação Médica de Minas Gerais – AMMG), Jairo Amaral (da Associação Médica do Rio de Janeiro – AMRJ), José Luiz Tavares Flores Soares (presidente da Associação Médica do Rio Grande do Sul – Amrjgs) e Djalma Chastinet Contreiras (presidente da Associação Médica do Estado da Guanabara – Ameg).

Lord era um cirurgião que nascera na Alemanha e que – por fazer parte de um movimento de contracultura que ficou conhecido como “Swing Kids”<sup>25</sup> e manter contatos com o serviço secreto britânico – acabou sendo enviado para o campo de concentração de Neuengamme. Quase ao fim da Segunda Guerra, ele e outros prisioneiros foram abandonados em um navio de cruzeiro em

25. Os Swing Kids (*Swingjugend*, em alemão) eram grupos de jovens da classe média-alta alemã que apreciavam o estilo de vida americano, especialmente o gênero de jazz conhecido como swing. Eles se opunham à ideologia nazista e à juventude hitlerista. As punições a eles iam desde o corte de cabelo ao envio para os campos de concentração.

Nascido em Petrópolis (RJ) e radicado em Santa Catarina, o Dr. Antônio Moniz de Aragão se tornou o quarto presidente da AMB e o primeiro brasileiro a presidir a Associação Médica Mundial (WMA)



### Capítulo 3

### Uma longa marcha de dez anos

uma zona de fogo livre, no litoral de Hamburgo. Estas embarcações foram atacadas pela Real Força Aérea (RAF) britânica e dos 800 detentos, 28 sobreviveram, tendo ainda que nadar por diversos quilômetros até a costa. Lord acabou se estabelecendo em Hamburgo ao fim do conflito e, em 1954, migrou para os Estados Unidos onde, depois de três anos de residência em um hospital do Estado de Connecticut, pôde enfim atuar naquele país.

No Brasil, o Dr. Lord quis conhecer a recém-inaugurada Brasília, e coube aos doutores Moniz de Aragão e Dorival Cardoso acompanhá-lo até a nova capital federal. Lazer à parte, os trabalhos se intensificaram visando à preparação para a XV Assembleia da WMA. Em 9 de dezembro de 1960, reuniu-se pela primeira vez a Comissão Executiva organizada pela AMB para coordenar os processos. Presidida por Dorival Cardoso, tinha ainda Almir Guimarães (secretário) e Fausto Figueira de Mello (tesoureiro), além de Djalma Chastinet Contreiras,



Antônio Moniz de Aragão, na condição de presidente da WMA, encontra-se com o primeiro-ministro da Índia, Jawaharlal Nehru, em 1962

### Capítulo 3

Woodrow Pimentel Pantoja, Renato Menezes de Oliveira e Fernando Marques dos Reis. Juntos, definiram a programação geral, os temas científicos, catálogos e programas e estabeleceram meios de obter auxílio governamental.

Embora aquela comissão tenha sido notificada de que o Congresso Nacional já havia incluído um “auxílio substancial” à Assembleia no orçamento da União, nada seria tão fácil assim. Foram necessárias muitas outras viagens do presidente e do secretário geral a Brasília para a obtenção dos recursos necessários. O orçamento já havia passado pela Câmara dos Deputados, e vivia seus últimos dias no Senado. Foi então que tiveram a ideia de procurar Reginaldo Fernandes de Oliveira, senador pelo Rio Grande do Norte e também médico. Ele prometeu dar os passos necessários para a solução daquele impasse. Prometeu e cumpriu. Juntamente com os colegas Vivaldo Lima, do Amazonas, e Paulo Fender, do Pará, incluiu uma emenda ao orçamento do Ministério da Saúde e conseguiu os recursos tão necessários para levar adiante o evento. A emenda, apresentada ao senador paulista Auro de Moura Andrade, foi rapidamente aprovada.

E quando o dinheiro não era mais problema, uma grave crise política sacudiu o País, colocando em risco inclusive a realização da Assembleia. O tradicional *Repórter Esso* espalhou para sua grande audiência um fato que teria repercussão mundial: Jânio Quadros acabara de renunciar à Presidência da República. O político enviou uma carta a Auro de Moura Andrade, presidente do Congresso Nacional, comunicando a decisão. Na sequência, embarcou com a família para São Paulo. O Congresso não colocou qualquer objeção ao fato, aceitando de bom grado a renúncia de Jânio, em um dos episódios mais significativos da história nacional.

Com a instabilidade política no Brasil, cogitou-se mudar o local da XV Assembleia da WMA para o Uruguai. Já era 2 de setembro quando o Dr. Louis H. Bauer, na condição de porta-voz da WMA, comunicou de Nova York que o evento não seria mais no Copacabana Palace, no Rio de Janeiro, e sim no Hotel Victoria Plaza, em Montevideú.<sup>26</sup> Àquela altura, muitos dos 500 delegados esperados já estavam em viagem, e a solução foi transmitir

26. ASSOCIAÇÃO Médica Mundial não mais se reunirá no Rio. *Diário de Notícias*, ed. 11.905, de 3 set. 1961, p. 8.

### Uma longa marcha de dez anos



Antônio Moniz de Aragão, acompanhado da esposa, dona Marília, em solenidade da WMA no exterior

avisos telegráficos informando da decisão. No entanto, houve reação das demais associações médicas latino-americanas e chegou-se ao consenso de se manter tudo como já tinha sido previamente elaborado, com a Cidade Maravilhosa como sede. E assim foi feito.

Na ocasião, preparou-se um simpósio sobre arbovírus, em comemoração ao décimo aniversário da AMB. Montou-se também uma exposição técnico-científica apresentando aos visitantes as principais contribuições da medicina brasileira às ciências médicas. Para ela foram montados painéis ilustrando vida e obra de pesquisadores como Carlos Chagas, o descobridor da tripanossomíase americana; Rocha Lima, estudioso das riquetsias e do tifo exantemático; Vital Brazil, iniciador da sorologia antiofídica; Manoel de Abreu, indicado ao Nobel de Medicina pela sua invenção, a abreugrafia, e contribuição na luta contra a tuberculose; Adolfo Lutz, inovador da profilaxia da malária; e Manoel Augusto Pirajá da Silva, que descobriu e identificou a esquistossomose mansoni. Além disso, uma unidade de herpetologia do Instituto Butantã oferecia demonstrações técnicas de extração do veneno de serpentes no próprio local da assembleia

### Capítulo 3

Na tarde de 15 de setembro, uma sexta-feira, o Dr. Paulo Eckel, então presidente da WMA, deu posse ao colega Moniz de Aragão como seu substituto, sob efusivas palmas dos presentes no Salão Dourado do Copacabana Palace. Assim, o médico nascido em Petrópolis em 1903 se tornava o primeiro brasileiro a ocupar aquela honrosa função. Cerca de um mês depois de assumir esta nova responsabilidade, seria a vez de ele passar adiante o bastão da própria AMB. Na sua gestão, foi escolhida a data de 18 de outubro – Dia de São Lucas – como o Dia do Médico, durante reunião do Conselho Deliberativo realizada na cidade de Curitiba.<sup>27</sup> Criou-se também o Conselho Consultivo, anteprojeto que ficou sob a responsabilidade do Dr. Fausto Figueira de Mello. Era algo que já tinha na APM e vinha sendo debatido na Amrigs.

Muito já tinha sido realizado naqueles primeiros dez anos de jornada. Mas a estrada era ainda mais longa. Doutor Moniz de Aragão tomaria outro rumo, agora como presidente da WMA. Mas dois outros pleiteavam o seu lugar na Associação Médica Brasileira. E mais uma vez a classe era convocada para democraticamente tomar aquela importante decisão.

27. Esta reunião aconteceu em 28 de janeiro de 1961.

### Uma longa marcha de dez anos



## Os feitos de Ermiro

Nome que se confunde com a história da própria otorrinolaringologia no Brasil, Ermiro Estevam de Lima gozaria de fama internacional por conta de um procedimento que leva seu nome: Operação de Ermiro de Lima (Operação de Pletranton, na Itália). Trata-se do acesso transmaxilar aos seios etmoidal e esfenoidal, para o qual criou a cureta também batizada em sua homenagem. Pernambucano da cidade de Bezerros, Dr.

Ermiro nasceu em 26 de outubro de 1901. Quando criança pensava em ser engenheiro mecânico, mas foi influenciado pelo Dr. Paulo Afonso, um amigo da família, a tomar outra direção. Assim ingressou, em 1921, na Faculdade de Medicina da Bahia, graduando-se quatro anos depois. Voltou então à sua terra natal, onde abriu uma clínica. No entanto, acabaria se estabelecendo na cidade do Rio de Janeiro, em 1928, a convite do anatomista Álvaro Fróes da Fonseca, de quem foi auxiliar de ensino no período de formação. Uma década depois de sua chegada à então capital federal, conquistou a cátedra de Anatomia da Faculdade de Odontologia da Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ). Atuando ainda como clínico otorrinolaringologista, dividia o tempo entre seu consultório particular e a Policlínica Geral do Rio de Janeiro, o Hospital São Francisco de Assis e o Hospital dos Servidores. Em 1959, alcançou também a vaga da cátedra de Otorrinolaringologia na Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil. Faleceu em 25 de fevereiro de 1997.



# 4

## **Casa dividida: A AMB no contexto da ditadura**

**O** PAULISTANO DORIVAL MACEDO CARDOSO estava em evidência dentro da AMB naquele princípio da década de 1960. Além dos dez anos como secretário-geral, exercia paralelamente a função de diretor responsável do *Boletim da AMB*. Somada a estas duas atividades, ficou sob sua liderança a Comissão Executiva Brasileira a quem competiu organizar a XV Assembleia da Associação Médica Mundial (WMA), evento reconhecido por todos como um sucesso. Depois de tanto servir à AMB, não foram poucos os colegas que o incentivaram a encabeçar uma chapa que, se vencedora, lideraria a Associação Médica Brasileira entre 1961 e 1963.

Nascido em 1907 e formado em 1930 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, o especialista fazia parte do grupo que ficou conhecido como “Os 33 de Octávio de Carvalho”, egrégora de 31 médicos e dois engenheiros que estiveram presentes na reunião que culminou na criação da Escola Paulista de Medicina, em 1º de junho de 1933. Dono de uma carreira bem-sucedida e contando naquele momento com 54 anos, foi médico bioquímico pesquisador do Instituto Biológico (1930-1944), chefe do Serviço Científico (1940), professor de Química Fisiológica da EPM (1934-1942) e diretor científico da Indústria Brasileira de Produtos Químicos S.A. (1944-1966).

Diante do contexto, Dorival aceitou o desafio de concorrer às eleições. Batizada de *União Nacional*, a chapa liderada por ele tinha ainda Waldemar Ferreira de Almeida (secretário-geral) e Francisco Santos Rodrigues (tesoureiro). Mas, na concorrência, surgiu outro paulista, da cidade de Casa Branca: Sebastião de Almeida Prado Sampaio. Este dermatologista, que viria a ser diretor clínico do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HC-FMUSP), batizou a chapa de *União e Defesa* e unia a ele nomes como José Salustiano Filho (secretário-geral) e Luiz Fernando Rodrigues Alves (tesoureiro).

A votação aconteceu em 28 de setembro de 1961, simultaneamente em todo território nacional, tanto diretamente – nas urnas colocadas em locais previamente determinados – quanto por correspondência. Na contagem final,



uma surpresa: o grupo liderado pelo então estreante Sebastião Sampaio recebeu 3.695 votos, exatos 558 a mais do que o seu oponente.

Encerrava-se assim a passagem do Dr. Dorival pela diretoria da AMB. Na edição número 60 do *BAMB*, na segunda quinzena de outubro de 1961, ele fez um longo balanço dos primeiros dez anos da entidade, durante os quais foi mais do que uma simples testemunha. A partir dali, conforme eleição realizada na XV Assembleia da Associação Médica Mundial, seria o único latino-americano entre os 12 conselheiros da WMA. A ele caberia representar naquele órgão todas associações médicas da região. Na edição seguinte, seu nome já não apareceu no expediente do jornal. No seu lugar, encontra-se o Dr. José Salustiano Júnior, que temporariamente ocuparia o cargo de diretor responsável, para entregar, finalmente, a Pedro Salomão José Kassab. Era a primeira conexão daquele médico paulistano à AMB, vínculo que duraria muito, como logo se perceberá.

Enquanto Kassab tomava ciência do que realmente fazia o diretor-geral do *JAMB*, Antônio Moniz de Aragão entregava o cargo de presidente para Sebastião de Almeida Prado Sampaio. A ocasião se deu em Porto Alegre, no auditório da Associação Médica do Rio Grande do Sul (Amrigs), em 28 de outubro de 1961, e o novo presidente da entidade fez questão de lembrar aos colegas de um problema contra o qual há muito tempo todos lutavam. “A

Médicos protestam contra a eleição de 1965, que conduziu o Dr. Fernando Megre Velloso à presidência da AMB

## Capítulo 4

diretoria eleita considera decisiva a época que atravessamos para a mobilização ativa da classe médica na luta que deve ser iniciada em face da progressiva queda do seu padrão econômico”.<sup>1</sup>

Naquele momento, o piso salarial para os médicos de todo o País tinha sido sancionado e estipulado em três salários mínimos do trabalhador em geral. Em São Paulo, os profissionais do serviço público enviaram um memorial ao governador Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto, solicitando que esta base fosse equivalente a oito salários mínimos, isto é, cerca de 80 mil cruzeiros.<sup>2</sup> Porém, a proposta foi recusada.

A diretoria eleita teve de lidar com uma série de problemas de difícil solução, tendo algumas medidas governamentais agravado sensivelmente a situação dos médicos funcionários federais e autárquicos. A classe considerava o horário de trabalho exagerado e lutava por uma jornada de 33 horas semanais, “respeitando os direitos adquiridos” e “reservando dez horas semanais para estudo, pesquisa, aprimoramento científico ou atendimento em tais entidades”.<sup>3</sup> Lutava-se ainda contra a suspensão da gratificação de 40%, feita por decreto federal e contra o novo sistema de trabalho, que ameaçava privar muitos médicos de um ou mais cargos que vinham ocupando.

Por esta ocasião também foi criado o Conselho Médico de Previdência Social, órgão constituído inteiramente por médicos e no qual a AMB também tinha um representante. Paralelamente, a Associação buscava entrosamento com o Conselho Federal de Medicina, que começava a mostrar seu valor e a que veio. Essa relação, de início difícil e cercada de suspeitas, foi se tornando madura, harmônica e produtiva.

Internamente, o *JAMB* foi ganhando corpo. Ele que começou como uma publicação bimestral, posteriormente tornou-se mensal e, finalmente, em meados de 1960, quinzenal. Este encorpamento foi necessário para que desse conta do crescente apelo informativo. No início de 1962,

1. BOLETIM DA AMB, ano 4, n. 61, 1ª quinzena de novembro de 1961, p. 1.

2. Atualizado até julho de 2022 pelo IGP-DI (FGV), o valor seria equivalente a R\$ 16,6 mil. A correção foi feita usando a Calculadora do Cidadão, do Banco Central, disponível em <https://bit.ly/3KhM28D>.

3. Carta da AMB ao presidente Jânio Quadros, datada de 29 de abril de 1961. In: SANDERSON, Julio. *40 anos da Associação Médica Brasileira*, p. 52.

## Casa dividida: A AMB no contexto da ditadura

sentiu-se a necessidade de torná-lo semanal, para que conseguisse dar vazão ao grande volume de assuntos de interesse da classe médica do País. Já não era um boletim,<sup>4</sup> mas um jornal por excelência: o *Jornal da Associação Médica Brasileira (JAMB)*, nome que ostenta desde junho daquele ano até hoje. Este deveria ser uma arena livre para o debate, conforme orientação que vinha de cima. “Opiniões divergentes podem e devem ser publicadas, pois somente no livre debate, no respeito de pensar de cada um, na divergência de interpretações, chegar-se-á à solução adequada para os numerosos problemas médico-sociais do nosso povo. Não é este o caminho mais fácil, porém é o único em um país democrático”, defendia o então presidente da AMB.

Doutor Sebastião Sampaio e sua diretoria tiveram ainda a responsabilidade de organizar o III Congresso da AMB, que aconteceu na cidade de Fortaleza. Foi naquela oportunidade, em 26 de outubro de 1962, que foi empossado aquele que o substituiria: o médico gaúcho José Luiz Tavares Flores Soares.

A chapa encabeçada por ele (*Evolução e Dignidade*) superou por 6.335 votos contra 2.177 de sua concorrente (*Movimento Reformador*), capitaneada por Dr. Djalma Chastinet Contreiras. O País estava em ebulição e a AMB não estava imune àquela fervura. E caberia justamente aos doutores José Luís e Pedro Kassab, este agora como secretário-geral, tomarem as rédeas da situação naqueles dias que prenunciavam mudanças.

4. A AMB criou em dezembro de 1962 outro veículo de comunicação e batizou com o mesmo nome de *Boletim da Associação Médica Brasileira (BAMB)*. Este era voltado exclusivamente para a publicação de leis, editais, decretos, portarias, atas de assembleias, reuniões do Conselho Deliberativo e da diretoria e também material científico.



Sebastião de Almeida Prado Sampaio era dermatologista e foi diretor clínico do Hospital das Clínicas da FMUSP



José Luiz Tavares Flores Soares foi empossado durante o III Congresso da AMB, em Fortaleza





## Djalma Chastinet Contreiras: O defensor do associativismo médico no Brasil

O Dr. Djalma Chastinet Contreiras nasceu em 1912 em Salvador (Bahia), sendo filho do médico e parlamentar baiano Manços Chastinet Contreiras. Reconhecido neurocirurgião, foi um profundo defensor do cooperativismo, sendo idealizador da Cooperativa Médica do Estado da Guanabara (depois Unimed Rio), em 1971. Segundo ele, “é possível respeitar as individualidades e privilegiar a força do grupo ao buscar ideias comuns”. Sob sua liderança, outras cooperativas foram implantadas no País.

Assim como o pai, formou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, em 1933. Naquele mesmo ano, ambos se mudaram para Belém, onde o Dr. Djalma atuou em um pronto-socorro. Seguindo os passos do patriarca, entrou para o Exército em 1936, servindo no ano seguinte no Rio Grande do Sul, onde permaneceu

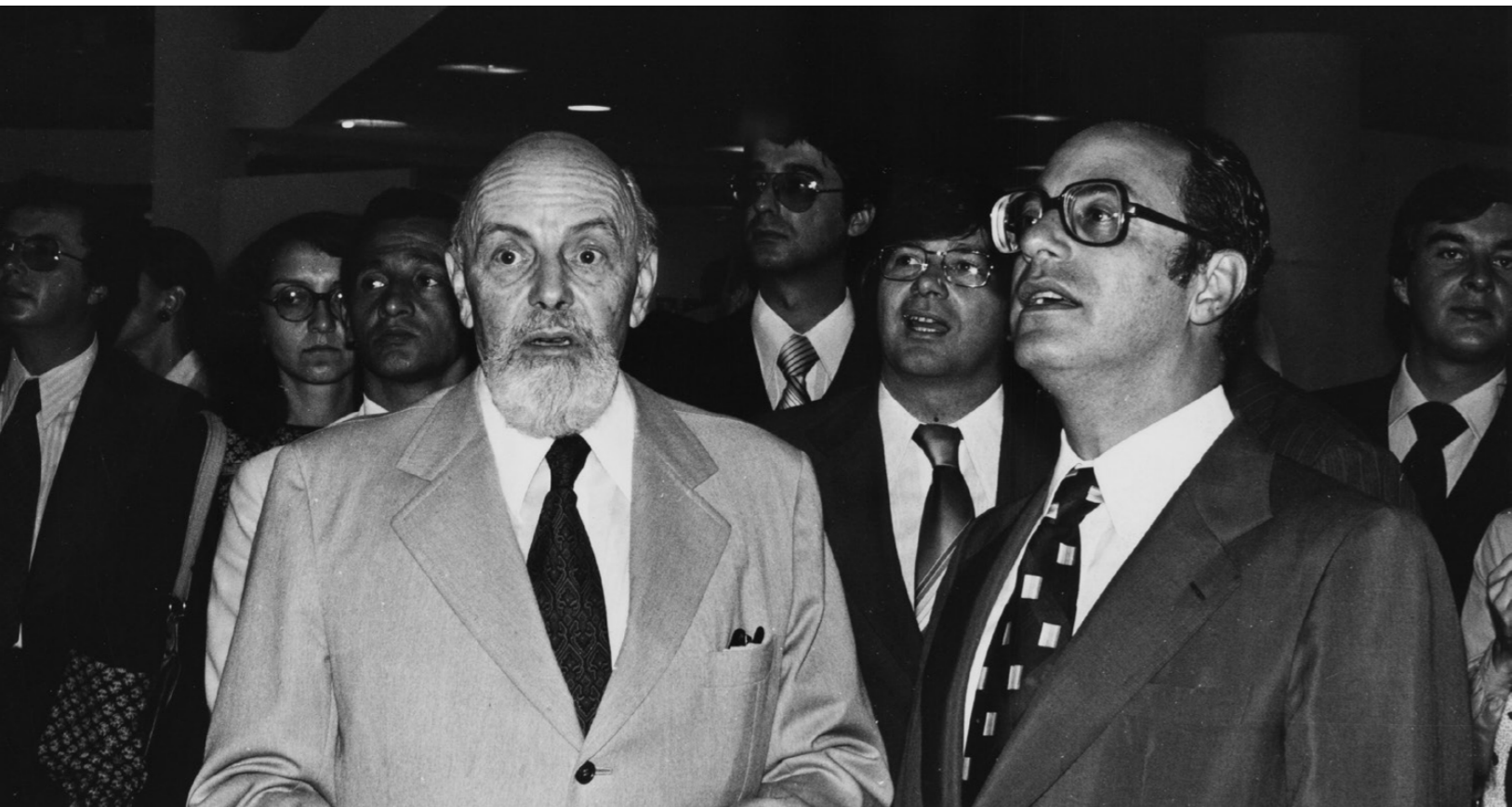
## O desligamento da federada da Guanabara

O ano de 1964 foi marcado pelo golpe militar que derrubou o governo do presidente João Goulart e instituiu uma ditadura, que permaneceria pelos próximos 21 anos. Só terminaria de fato com a chegada de José Sarney à Presidência da República. Naquele momento, o Brasil estava dividido e isso refletia também nas ações das associações médicas de maneira geral e dos médicos em particular. Segundo Julio Sanderson, “os médicos não foram infensos e se dividiram em relação à nova ordem, de maneira a desencadear debates e discussões, por vezes extremadas.”<sup>5</sup>

5. SANDERSON, Julio. *40 anos da Associação Médica Brasileira*, p. 72.

até 1939. Na sequência, foi transferido para o Rio de Janeiro, na condição de médico no 1º Regimento de Artilharia Montada e, posteriormente, do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR).

Durante a Segunda Guerra Mundial, assim como o Dr. Alípio Corrêa Netto, primeiro presidente da AMB, fez parte da Força Expedicionária Brasileira (FEB), como chefe de uma equipe cirúrgica de um hospital norte-americano, durante a campanha na Itália. Foi um dos fundadores e secretário-geral da Associação Médica do Distrito Federal (AMDF) e, depois, quando esta se converteu na Associação Médica do Estado da Guanabara (Ameg), foi eleito seu presidente. Também se relacionou com a AMB desde o seu início e fez parte da chapa derrotada na eleição para a diretoria da entidade de 1955, encabeçada pelo Dr. Edmundo Vasconcelos. Também, como cabeça de chapa, foi derrotado pelo Dr. José Luiz Tavares Flores Soares, do Rio Grande do Sul, oito anos depois. No início da década de 1950, ingressou no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC) e, em 1954, tornou-se chefe do Serviço de Neurocirurgia do hospital deste órgão (atual Hospital de Bonsucesso), condição que manteria até 1978. Doutor Djalma Chastinet Contreiras faleceu em 2 de junho de 2002.



O anestesiologista Luiz Fernando Rodrigues Alves, ex-tesoureiro da AMB e então presidente da Bienal, ao lado de Paulo Maluf, na abertura da 15ª Bienal

Logo que assumiu a presidência da AMB. José Luiz Tavares Flores Soares foi recebido por Humberto de Alencar Castello Branco. O outrora chefe do Estado Maior do Exército e principal líder militar que levou o País a marchar para a ruptura democrática tinha sido alçado, via eleição indireta, à condição de presidente do Brasil. A ele, o médico gaúcho teria apresentado as reivindicações da classe médica e estabelecido os contatos iniciais com os novos donos do poder. Em 18 de abril, a entidade divulgou seu posicionamento, expressando a confiança em Castello Branco “para nortear os destinos do Brasil, preservando a paz social e a democracia”.<sup>6</sup> No documento ainda se lia: “Manifestando-se inteiramente contrária à ideologia

6. ASSOCIAÇÃO Médica Brasileira acusa: Pelegos desvirtuavam serviços de assistência da Previdência fraudando direitos de doentes. *O Jornal*, n. 13.158, de 18 de abr. 1964, p. 5.

### Casa dividida: A AMB no contexto da ditadura

comunista e apoiando o movimento que a venceu, a Associação Médica Brasileira expressa seus aplausos às medidas adotadas pelo comando supremo da revolução, dispondo-se a colaborar com as que dizem respeito à classe médica”. O texto veio a público quando, nove dias antes, já tinha sido instituído o Ato Institucional n.º 1, que modificou a Constituição de 1946 quanto à eleição e deu poder aos chefes militares de cassar direitos políticos e mandatos legislativos.

Por ocasião do encontro com Castello Branco, Flores Soares também visitou a Associação Médica do Estado da Guanabara (Ameg). Ali abordou uma questão sensível: a transformação da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro (SMCRJ) como a representante do então Estado da Guanabara na AMB, no lugar da própria Ameg. O tema era espinhoso e motivava debates acalorados tanto dentro da AMB e da sua federada quanto fora delas.

A Ameg era a antiga Associação Médica do Distrito Federal (AMDF), que esteve à frente da campanha salarial que levou a intensos protestos e à grande greve de 1954. A partir da mudança da Capital Federal para Brasília, a AMDF foi rebatizada como Ameg e, com o fim do Estado da Guanabara, em 1975, se converteria na Associação Médica do Estado do Rio de Janeiro (Amerj). Divergências político-ideológicas opunham a entidade central e sua federada desde o nascimento da AMB. Mas a temperatura jamais esteve tão alta quanto naquele período da gestão Flores Soares, a ponto de se estabelecer um plano para desligar a Ameg do seio da AMB.

Mas era preciso encontrar uma justificativa. Até que alguém olhou para o Estatuto da entidade nacional e se ateu ao item C do seu artigo 6º. Este dizia que era requisito para o reconhecimento e permanência de qualquer associação médica estadual federada à AMB que seu quadro social fosse composto com ao menos 50% da população médica do respectivo Estado. Mas isso parecia pouco, já que, além da Ameg, outras nove não atendiam a este critério. Lembrou-se ainda de que dos seus quase 4 mil sócios (quase um terço dos associados da AMB) a federada guanabarina declarava, para efeito de pagamento de sua contribuição junto à AMB, apenas 1.658 sócios. E assim foram elencando motivos que chegaram ao número de quatro. Apontaram ainda a pretensão da Ameg exercer atividades de âmbito nacional, que seus diretores

insultaram em publicações a diretoria da AMB e seus diretores de “terem assumido atitudes subversivas e desagregadoras”.<sup>7</sup>

O termo “subversivo” começava a ficar em voga no País. Esta expressão ecoou pouco tempo depois de a sede da Ameg ter sido invadida por forças de repressão ligadas ao Serviço Nacional de Inteligência (SNI). Os motivos podem ser encontrados nas palavras do Dr. Jorge Castro Barbosa, então presidente do Sindicato dos Médicos (do Rio de Janeiro), ao declarar com evidente desdém que os diretores da Ameg eram “reconhecidamente esquerdistas negativos”.<sup>8</sup> Isso justificava, por exemplo, que o próprio presidente da associação da Guanabara, o otorrinolaringologista pernambucano Mauro Luís e Silva, fosse afastado do cargo que exercia desde 1963 no Banco do Brasil, após o golpe militar.<sup>9</sup> E foi dentro deste contexto que a AMB convocou seu Conselho Deliberativo para, em junho de 1964, decidir pela expulsão da sua federada da Guanabara e, para surpresa de ninguém, ratificar a decisão. Conforme o plano, para que os médicos da Guanabara não ficassem sem representantes na entidade nacional, criou-se as condições para que a SCMRJ ocupasse este lugar.

## Ardendo em fogo

A diretoria presidida pelo Dr. José Luiz Tavares Flores Soares guiou a AMB até 30 de outubro de 1965. Nesse dia, por ocasião do IV Congresso, realizado em Porto Alegre, uma nova gestão assume a entidade, que passa a ser capitaneada por Fernando Megre Velloso, o terceiro mineiro a alcançar esta condição. Nascido em Pará de Minas, este psiquiatra foi escolhido para encabeçar a chapa *Integração Médica*, que, por 7.542 votos contra 5.694, superou aquela

7. ASSOCIAÇÃO Médica Brasileira acusa: Pelegos desvirtuavam serviços de assistência da Previdência fraudando direitos de doentes. *O Jornal*, n. 13.158, de 18 de abr. 1964, p. 5.

8. CHAPA democrática vence na Associação Médica. *Diário de Notícias*, n.o 12.535, de 29 set. 1963, p. 13.

9. Depois da Lei da Anistia de 1988, o Dr. Mauro Luís e Silva entrou na Justiça e solicitou o pagamento de aposentadoria extraordinária e atrasados corrigidos desde 1979, com inclusão das promoções que ele receberia exercendo o cargo, fundo de garantia e outras vantagens. Em dezembro de 2006, o Superior Tribunal Federal condenou a União a pagar a pensão, quando o Dr. Mauro já era falecido, mas o processo foi assumido por sua filha e herdeira.



batizada simplesmente de *União*, liderada pelo renomado cirurgião paulista Henrique Mélega, que presidiu a APM entre 1961 e 1962.

Aos 47 anos, Megre Velloso tinha se graduado 24 anos antes na Faculdade de Medicina de Minas Gerais. Era reconhecido por sua inteligência e capacidade para solucionar conflitos pessoais e coletivos, qualidades que colocou a serviço da Associação Médica Brasileira. No decorrer de 1966, solicitou ao governo do marechal Castello Branco que fossem revistos os valores dos procedimentos na tabela de honorários médicos da Previdência Social, há muito defasados. Não obteve êxito neste pedido. Em 21 de novembro daquele mesmo ano viu ser aprovado o decreto-lei n.º 72, que criou o Instituto

Fernando Megre Velloso (terceiro de óculos, da esquerda para a direita), no I Congresso Mineiro de Psiquiatria, em junho de 1970

## Capítulo 4

Nacional de Previdência Social (INPS), sob o qual foram unificados todos os antigos institutos de aposentadorias.

Enquanto o governo trabalhava na edificação do INPS, a AMB percebia a dificuldade de conseguir qualquer avanço na tabela oficial e ela mesma começou a trabalhar no seu rol próprio. Daí nasceu a primeira versão da Tabela de Honorários Médicos da Associação Médica Brasileira (THM-AMB), editada em abril de 1967. Contudo, para frustração de todos os envolvidos, o documento não foi aceito inicialmente pelo Departamento Nacional de Previdência Social (DNPS).

Do associativismo médico, Dr. Fernando Velloso assumiria depois de sua passagem pela AMB sua natureza política, atuando como secretário da Saúde e Assistência do Estado de Minas Gerais. Ocupou este cargo de 1971 a 1975, durante as gestões dos governadores biônicos<sup>10</sup> Rondon Pacheco e Aureliano Chaves. O psiquiatra se relacionava com figuras do *establishment* político e igualmente com aqueles que eram da oposição. Quando em maio de 1971 morreu dona Julia Kubitschek, mãe de Juscelino Kubitschek, ousou ir contra o sistema, que implicitamente proibia demonstrações públicas de solidariedade ao ex-presidente, o que seria encarado como simpatia a um opositor. Era o tempo do duro governo de Emílio Garrastazu Médici. Ainda assim, no cortejo fúnebre destacava um único veículo oficial, um Dodge Dart com placas 018. Nele seguia, com olhar genuinamente pesaroso, o Dr. Megre Velloso, então secretário de Saúde de Minas Gerais. JK teria ficado tão grato por aquele ato de compaixão e coragem que o visitou em um domingo e passaram a tarde inteira conversando e rindo, como velhos amigos. Ali não se levou em conta que um, o ex-presidente, era do Partido Social Democrático (PSD) e o outro, o médico, da União Democrática Nacional (UDN), partidos arquirrivais, que, como água e óleo, não se misturavam.<sup>11</sup>

Quase uma década depois deste evento, agora no governo de João Baptista Figueiredo, foi a vez do Dr. Megre Velloso intervir em favor do sindicalista e líder dos professores mineiros Luiz Dulci, que mais tarde seria ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República nos dois

10. Definição daqueles escolhidos por eleição indireta e que tinham a “bênção” do Regime Militar.

11. CENTENÁRIO de Fernando Velloso, o Mago. *Misto Brasília*, 22 abr. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3wFgvaY>. Acesso em: 29 ago. 2022.

## Casa dividida: A AMB no contexto da ditadura

primeiros governos de Luiz Inácio Lula da Silva. Dulci havia sido preso, em 1980, e iniciou uma greve de fome dentro da prisão. Ciente da situação e conhecedor da mente humana, o ex-presidente da AMB telefonou para o então ministro da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva, e intercedeu pelo conterrâneo, pedindo que fosse solto.

— Por que eu faria isso? — questionou o general.

— Porque ele irá para casa. E ninguém consegue fazer greve de fome perto de sua mãe. Elas não deixam e insistem com um “coma um franguinho, meu filho”, em apelo que tem mais força do que Marx.<sup>12</sup> Golbery riu do outro lado da linha. Se foi por isso ou não, o certo é que mandou soltar o grevista.

Com seu jeito cavalheiresco e ativo, Dr. Megre Velloso se tornou líder de fato da categoria, a ponto de não se encontrar resistência à sua continuidade como presidente da AMB. Uma única chapa foi registrada para as eleições de renovação da diretoria, a mesma *Integração Médica*, encabeçada pelo psiquiatra mineiro. O pleito ocorreu em 1º de setembro de 1967, sem surpresas, e a solenidade da nova posse no dia 28 de outubro, no Palácio das Indústrias, em Florianópolis. Neste segundo mandato, promoveu ainda uma reformulação da *Revista da AMB*, que passou a ser impressa em *offset*, e no apagar das luzes daquela gestão, levou para a cidade de Caxambu (MG) o V Congresso da AMB. O evento aconteceu simultaneamente com o IX Congresso da Associação Médica de Minas Gerais, reunindo mil médicos nos salões do Hotel Glória.

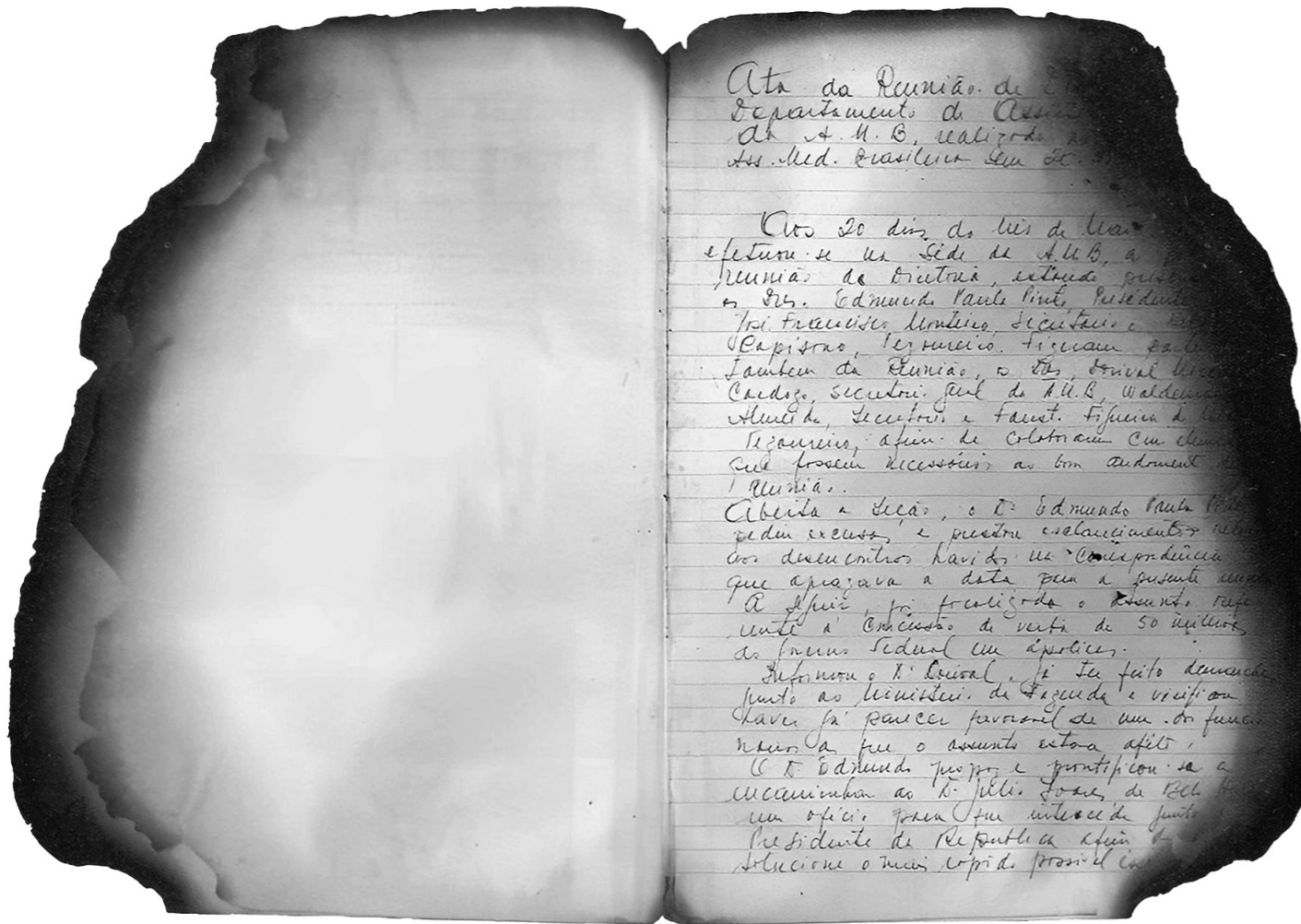
À frente da AMB, o mineiro batalhou especialmente contra o achatamento salarial, fenômeno que só se acirrava. Daí o seu anseio de estabelecer a THM-AMB, uma tentativa de mitigar aquele mal persistente. Para isso, não mediu esforços junto ao DNPS. Mas sua gestão também está marcada pelo incêndio que atingiu a sede da entidade, especialmente a redação e o setor de Expedição, em 7 de junho de 1967. Naquele ano crítico para a segurança predial, o fogo também haveria de consumir as instalações da Rede Record (em 2 de julho) e até mesmo o Palácio Campos Elíseos (em 17 de outubro), que funcionava como residência oficial do governador do Estado de São Paulo.

12. CENTENÁRIO de Fernando Velloso, o Mago. *Misto Brasília*, 22 abr. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3wFgvaY>. Acesso em: 29 ago. 2022..

Parte do acervo de documentos da AMB foi destruída no incêndio que atingiu a sede de entidade, em 7 de junho de 1967

Se naquela quarta-feira, o prejuízo financeiro foi de pouca monta, por outro lado, o fogo devorou em poucos minutos boa parte da documentação e da memória da entidade, perda irreversível e de valor incalculável. Outra parte conseguiu ser recuperada, a partir do pedido da AMB aos seus associados, que enviassem exemplares antigos de suas publicações. O nono andar do prédio da APM já se tornara por demais acanhado para a grandeza da AMB. Era chegada a hora de estabelecer um plano para realizar o sonho da sede própria. Isso ficaria a cargo dos próximos dirigentes, que, a partir da saída do Dr. Fernando Megre Velloso, estariam sob a liderança astuta e longeva do paulistano Pedro Kassab.

## Capítulo 4



## Casa dividida: A AMB no contexto da ditadura

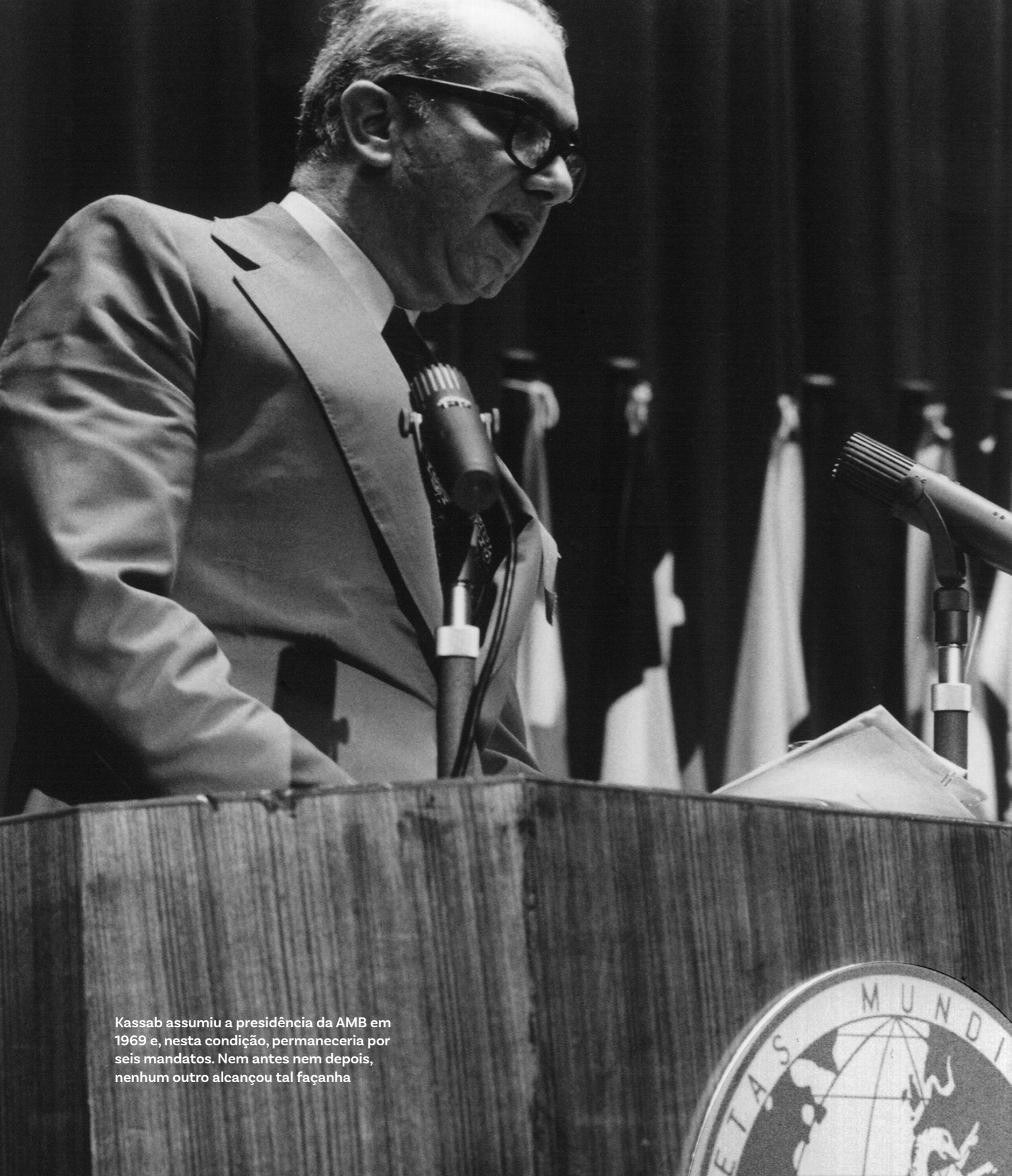
### Pedro Kassab entra de vez no jogo

Pelo segundo pleito consecutivo, só uma chapa, que manteve o nome *Integração Médica*, apresentou-se para a eleição da diretoria que conduziria a AMB no biênio 1969-1971. O cabeça do grupo era Pedro Salomão José Kassab, que tinha ainda Joaquim Mendes Santi, como secretário-geral, e Leonardo Messina e Oscar César Leite, como primeiro e segundo-tesoureiros. Kassab era o mesmo que oito anos antes tinha começado na entidade como diretor responsável pelo JAMB, na gestão de Sebastião de Almeida Prado Sampaio, e que, desde 1963, era secretário-geral da Associação. Já se segurava naquela cadeira por três mandatos consecutivos. Depois de tanto tempo como uma das figuras centrais da AMB, considerava que tinha chegado sua vez de ser o protagonista. Naquele momento, a organização já contava com 26 mil sócios.

As eleições ocorreram em 1º de setembro de 1969 e, daquela vez, a posse à nova diretoria foi dada na cidade de Nova Friburgo, no dia 25 de outubro seguinte. O prestígio da diretoria que saía e da que entrava estava evidente pelo número de autoridades civis e militares presentes naquele sábado no auditório do Hotel Sans Souci, incluindo o governador fluminense Geremias Fontes. Um sorridente Megre Velloso dizia estar tranquilo, confiante e antevia para a AMB um glorioso destino. No seu discurso de transmissão do cargo, o médico mineiro rendeu homenagens ao regime instalado em 1964 e às figuras que o representavam politicamente, de Castello Branco a Médici, passando por Artur da Costa e Silva.

Deste último, demonstrou gratidão pelo fato de este reconhecer ao segurado da Previdência o direito de escolher o médico e o hospital em que seria atendido (trata-se da livre escolha, uma bandeira antiga da AMB).<sup>13</sup> Para Megre Velloso, aquele bom relacionamento e cooperação entre a entidade representativa dos médicos e o regime deveria continuar. E Pedro Kassab era o homem certo, na hora certa. Qualificado para aquela posição, o dermatologista formado na FMUSP construiria uma jornada associativa

13. SANDERSON, Julio. *40 anos de Associação Médica Brasileira*, p. 83.



Kassab assumiu a presidência da AMB em 1969 e, nesta condição, permaneceria por seis mandatos. Nem antes nem depois, nenhum outro alcançou tal façanha

### Casa dividida: A AMB no contexto da ditadura

invejável, sendo escolhido posteriormente também para o honroso cargo de presidente da Associação Médica Mundial.<sup>14</sup>

Agindo como um verdadeiro rolo compressor, Kassab pôs em prática, à frente da AMB, importantes iniciativas. Como outros que vieram antes e depois dele, não mediu esforços para conter a expansão das escolas de Medicina, que começavam a produzir médicos em sistema industrial. Uma de suas primeiras medidas foi justamente solicitar junto ao Ministério da Educação que fosse suspensa a criação de novas escolas e cursos de Medicina. Naquele momento, existiam 63 faculdades de medicina espalhadas pelo País, sendo que 35 delas haviam sido credenciadas e reconhecidas no período entre 1961 e 1969.<sup>15</sup>

Também tirou da gaveta o projeto de Cadastramento Nacional dos Médicos, um tipo de censo médico cuja real finalidade era obter um panorama global sobre a situação dos profissionais que atuavam no País. Além disso, modernizou o JAMB, facilitou a aquisição de livros e revistas do exterior pelo Centro de Informações Bibliográficas e, a partir de um acordo com a TV Gazeta, passou a entrar nos lares dos paulistanos com o programa *Saúde – Prioridade 1*, que ia ao ar todas as sextas-feiras, à noite. Mas, a grande conquista do período Kassab, que vai ficar na presidência por 12 anos, liderando seis diretorias diferentes, é a compra do casarão na rua São Carlos do Pinhal, em São Paulo, onde ainda hoje se encontra a sede da Associação Médica Brasileira.

“Foi durante essa gestão, em maio de 1973, que Pedro Kassab adquiriu a atual sede da AMB, comprada na época por Cr\$ 1.000.000,00<sup>16</sup> com financiamento em dez anos pela Caixa Econômica Federal.

14. Em 1976, Pedro Kassab tornou-se o segundo brasileiro a assumir a Associação Médica Mundial, depois de Antônio Moniz Aragão (1961). Mais recentemente, outros dois entraram para este seleto grupo: em 2011, o Dr. José Luiz Gomes do Amaral, ex-presidente da AMB; e o Dr. Miguel Roberto Jorge, que foi eleito em 2018 e assumiu para a gestão 2019-2020.

15. Até 1900, só existiam três faculdades de Medicina no Brasil. De 1901 até 1920, foram criadas outras seis; de 1921 a 1940, três; e de 1941 a 1950, somente uma. A partir da década de 1950 começa a expansão neste setor, sendo que, naquela década (1951-1960), foram inauguradas mais 15. Isto é, foi duplicado em relação àquelas até então existentes. Este número (28 FMs até 1960), voltou a mais do que dobrar no período entre 1961 e 1969, quando foram abertas outras 35.

16. Este montante é de aproximadamente R\$ 5 milhões, conforme atualização feita pela Calculadora do Cidadão, do Banco Central.



O casarão da rua São Carlos do Pinhal, em São Paulo, onde até hoje está a sede da AMB, foi adquirido ao custo de 1 milhão de cruzeiros. O contrato de financiamento, que seria pago nos próximos dez anos, foi assinado por Pedro Kassab, em 1973

## Capítulo 4

Naquele ano, apesar de contar com cerca de 25 mil associados, a AMB atravessava uma crise financeira e por isso o financiamento foi necessário. O empréstimo foi conseguido graças ao relacionamento da diretoria com o prefeito de Belo Horizonte, Oswaldo Pierucetti, que interferiu em favor da entidade junto ao presidente da CEF, Giampaolo Marcello Falco.<sup>17</sup>

Aprovado o financiamento do imóvel, assinado o contrato de compra e feitas as reformas para ajustar às necessidades da entidade, finalmente, em 1974, a AMB deixou o nono andar do prédio da Associação Paulista de Medicina para ocupar sua sede própria. Já tinham transcorridos 23 anos desde que Alípio Corrêa Netto entrara em suas antigas instalações como seu primeiro presidente. De todos os envolvidos naquela negociação, Kassab era o mais orgulhoso. Naquele tempo, preparou aquela casa conforme seu gosto para ali ficar por longos anos a fio.

### Pedro Kassab versus Alípio Corrêa Netto

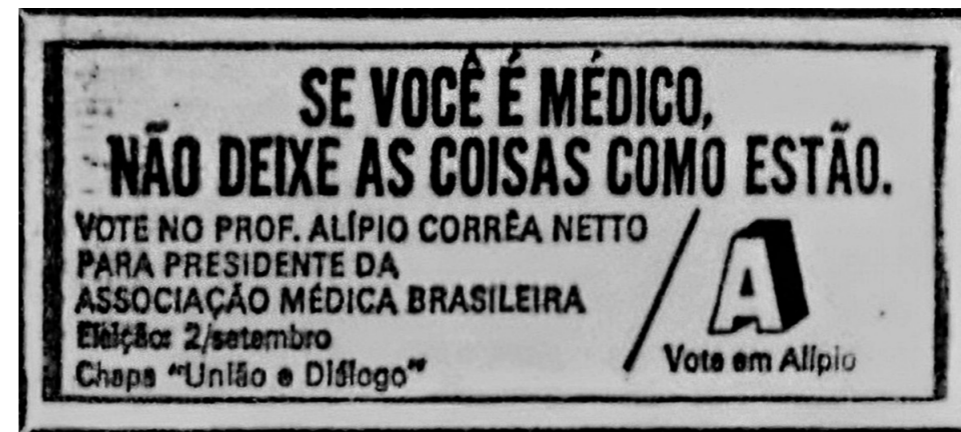
Kassab assumiu a presidência da AMB em 1969 e nesta condição permaneceria por seis mandatos. Nem antes nem depois, nenhum outro alcançou tal façanha. Neste período, conquistou e concentrou tanto poder para si que se tornou a principal figura de uma corrente ideológica e política que passou a ser identificada como kassabismo,<sup>18</sup> que, para o bem da verdade, já existia antes mesmo de sua ascensão ao topo da pirâmide. Como um reflexo do seu tempo, embora falassem muito em democracia, este grupo resistia internamente à alternância de poder.

O primeiro que tentou mudar o *status quo* foi o Dr. Alípio Corrêa Netto, uma das pedras angulares sobre a qual foi edificada a Associação Médica Brasileira e que fora seu primeiro presidente. Para se opor à tradicional chapa

17. SANDERSON, Júlio. *40 anos de Associação Médica Brasileira*, p. 86.

18. O termo foi cunhado pelo Dr. Gastão Wagner de Sousa Campos, da Universidade de Campinas (Unicamp) e o período a que se refere só termina em 1981, com a vitória do Dr. Mário Barreto Corrêa Lima como presidente da AMB e do grupo ao qual está vinculado, batizado de Renovação Médica (Reme).

## Casa dividida: A AMB no contexto da ditadura



Anúncio da chapa do Dr. Alípio Corrêa Netto, no jornal A Tribuna, de Santos, de 29 de agosto de 1971

*Integração Médica*, o mineiro batizou a sua de *União e Diálogo*. “Somente através do diálogo cada vez maior com o governo e pela união da classe médica será possível melhorar e ressaltar os problemas de assistência médica no Brasil”<sup>19</sup>, esclarecia Dr. Alípio. Na opinião dele, a AMB tinha se tornado um verdadeiro “clube aristocrático fechado”, que desconhecia que a maioria dos médicos já era assalariada naquele momento.

No entanto, apesar do esforço e do empenho do seu prestígio, com entrevistas publicadas e até mesmo anúncio da campanha em jornais, uma nova força havia se levantado e, como ela própria se vendia, tratava os assuntos dos colegas com dignidade e justiça e lutava pela união da classe e pela defesa da dignidade da profissão. Foi com este discurso que a *Integração Médica* saiu vencedora nas urnas. Ao final do pleito realizado em 2 de setembro de 1971, o Dr. Pedro Kassab angariou 9.802 votos contra 3.102 do seu oponente.

E nos três pleitos seguintes (1973-1975, 1975-1977 e 1977-1979), ninguém mais ousou confrontar o kassabismo. Neste ínterim, os Conselhos Médicos Regionais divulgaram que o Brasil já tinha 72.702 médicos, e o crescente número destes profissionais levaram a AMB a editar novas normas para o Título de Especialista, Estágios de Especialização e Residência Médica. Sob Kassab, a entidade celebrou seus 25 anos de fundação (fevereiro de 1976), em evento que reuniu 600 pessoas no Palácio dos Bandeirantes, sede do governo

19. “União e Diálogo”, objetivos do prof. Alípio Corrêa Netto. *A Tribuna*, n. 159, de 31 ago. 1971, p. 11.



## Capítulo 4

paulista. Também coube a ele organizar o VII, VIII e IX Congressos da AMB, respectivamente no Rio de Janeiro (janeiro de 1973), São Paulo (outubro de 1976) e Niterói (agosto de 1979). O evento de São Paulo aconteceu concomitantemente ao primeiro Congresso da Associação Médica Mundial, e serviu para dar posse ao médico paulistano também como presidente deste organismo internacional.

Em 1978, ao apresentar sua nova Tabela de Honorários Médicos, a AMB introduziu uma novidade, o Coeficiente de Honorários (CH), um fator de multiplicação que variaria conforme os movimentos econômicos do País. No seu nascimento foi fixado em 6,50 cruzeiros.<sup>20</sup> Isso significa que um procedimento que correspondesse a 100 CHs na THM-AMB corresponderia a 650 cruzeiros. Outra inovação foi a realização pela primeira vez do Exame da AMB, uma avaliação dos

Pedro Kassab participa da 29ª Assembleia da Associação Médica Mundial (WMA), em outubro de 1975, na cidade de Tóquio

20. Quase um ano depois do seu lançamento, o CH, devidamente corrigido, já valia 10 cruzeiros.



## Casa dividida: A AMB no contexto da ditadura

profissionais médicos e estudantes (11º e 12º períodos) de todo o País. A iniciativa já era aplicada localmente desde 1970 pela Associação Médica do Rio Grande do Sul (Amrigs), com grande sucesso entre os egressos das escolas de medicina.

Como laboratório, a AMB usou inicialmente a cidade de São Paulo e as três capitais da região Sul – Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre – e teve 1.056 inscritos para o exame, que foi realizado em 17 de setembro de 1978. Diante do sucesso, foi ampliado no ano seguinte para todo território nacional, trazendo 400 testes de múltipla escolha, com ênfase em aspectos gerais da Medicina e conhecimentos dos problemas mais comuns do País. A ideia não era penalizar aqueles que fossem mal, mas conseguir um retrato da qualidade do ensino oferecido no País, visando ao seu aperfeiçoamento.

## Uma novela de grande audiência

Evidentemente que a longa permanência de Pedro Kassab à frente da AMB e a política e ideologia que defendia descontentou uma parte da classe. Pragmaticamente, os kassabistas ainda viam os médicos como profissionais liberais, quando majoritariamente eram trabalhadores assalariados. Em São Paulo, por exemplo, a maioria estava vinculada a empresas médicas privadas, enquanto no Rio de Janeiro era difícil encontrar um que não fosse funcionário público. Mas a divergência mais significativa estava na forma como uns e outros se relacionavam com o regime militar.

Do descontentamento com as forças constituídas nasceu, em 1976, o Movimento de Renovação Médica, que ficou conhecido simplesmente como Reme, formado por um grupo de profissionais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Seus integrantes defendiam a atuação política na área médica e se opunham frontalmente à ditadura e suas leis de exceção. Simplificando, aspiravam por democracia na sociedade como um todo. Assim, antagonizavam com o kassabismo, que se fortalecia daquele mutualismo com o regime instituído em 1964, e que, de maneira harmônica, fazia com que ambos (governo e médicos aliados) se beneficiassem com aquela relação.

A primeira conquista do Reme foi a SMCRJ e, logo depois, o Sindicato dos Médicos, ainda em 1977. Neste contexto se insere a greve dos médicos residentes, que aconteceu em junho de 1978, e dos médicos e funcionários do Hospital

## Capítulo 4

do Servidor Público Estadual de São Paulo e do Hospital das Clínicas da FMUSP. Ações grevistas de metalúrgicos não eram uma novidade. Mas prosseguia como um tabu usar na mesma frase as palavras “médicos” e “greve”, especialmente entre aqueles que viam a Medicina como uma profissão liberal das mais nobres, que entendiam as paralisações do tipo como “coisa de operário”. Mas cansados do excesso de trabalho e da falta de leis que regulamentassem a atuação, os jovens residentes<sup>21</sup> mandaram “às favas todos os escrúpulos de consciência”.<sup>22</sup> Assim se organizaram e passaram a reivindicar condições melhores, inclusive de salários. Com o acirramento do impasse, fizeram a opção pela greve. Em abril de 1978, 1.632 residentes de 13 hospitais de São Paulo cruzaram os braços. Em junho, o movimento logrou êxito no Hospital das Clínicas e no Hospital do Servidor Público Estadual. Neste último, as atividades dos residentes ficaram interrompidas entre 30 de agosto e 6 de outubro. Em julho, foi a vez do Rio de Janeiro, onde os residentes das unidades estaduais e municipais também entraram em greve.<sup>23</sup> Este é tido como o primeiro movimento grevista médico de abrangência nacional, mas a AMB preferiu ficar do outro lado e condenou duramente as ações.

Um dos que viveram de perto este momento histórico foi o Dr. Antônio José Gonçalves, secretário-geral da AMB (gestão 2021-2023). Ele fez parte da oitava turma da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (1975), onde também fez a residência médica em Cirurgia (concluída em 1979) e ajudou a fundar a Associação dos Médicos Residentes da Santa Casa paulistana. “A mobilização e a greve fizeram com que conseguíssemos algumas das nossas reivindicações. Mas já brigávamos inclusive para que houvesse um órgão federal normatizador da residência, porque o médico residente não tinha horário para trabalhar, trabalhava direto, ganhava muito pouco, não tinha férias, licença-maternidade ou licença-paternidade e outros direitos e garantias que temos hoje”, afirma o Dr. Antônio.<sup>24</sup>

21. O Decreto n.º 80.281, de 5 de setembro de 1977, estabeleceu a residência médica como um procedimento formal de pós-graduação em Medicina. Este decreto também criou a Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM), com o objetivo de fiscalizar e regulamentar esse sistema de treinamento.

22. Frase atribuída ao ministro do Trabalho e da Previdência Social Jarbas Passarinho, durante a reunião que instituiu o AI-5, em 1968.

23. ESCOREL, Sarah. *Reviravolta na saúde: origem e articulação do movimento sanitário*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999, p. 96. Disponível em: <https://bit.ly/3CWKpv6>. Acesso em: 1 set. 2022.

24. Nisso contribuiu a Lei n.º 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispôs sobre as atividades do médico residente.

## Casa dividida: A AMB no contexto da ditadura

Com o ambiente favorável, o próximo passo dos integrantes do Reme foi conquistar posições dentro dos Conselhos Regionais de Medicina em diversos Estados, especialmente São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco. Depois disso, chegou a hora de bater à porta da Casa dos Médicos, onde lá dentro estava entrincheirado um grupo que não estava disposto a abrir mão do poder. Articulou-se então em 1979 uma chapa de oposição, a *Renovação Médica*, para as eleições da AMB, que foi encabeçada pelo Dr. Matheus Papaléo Netto,<sup>25</sup> que foi colega de turma de Kassab, aquela que colou grau em 1953, na FMUSP.

Àquela altura, os que eram identificados com o movimento passaram a sofrer constrangimentos, perseguições e punições. Os “elementos indesejados” eram simplesmente demitidos e a própria Associação dos Hospitais de São Paulo recomendava a seus filiados que delatassem ao Departamento de Ordem Pública e Social (Dops) e ao Serviço Nacional de Informação (SNI) o surgimento daquele tipo de célula em suas dependências.

Para Papaléo Netto, ex-professor adjunto da Faculdade de Medicina do ABC e, àquela altura, livre-docente de Clínica Médica da FMUSP, havia passado da hora de a AMB respirar ares novos e democráticos, desejo que já era comum a boa parte da sociedade. “Como entidade autônoma, sem vínculos com o governo, a AMB tem o dever de atuar com independência, e não pode permanecer omissa, atrelada aos interesses e política oficiais, como vem ocorrendo nestes últimos anos”, defendeu, durante reunião na sede da SMCRJ.<sup>26</sup>

Pela primeira vez desde que assumiu a presidência, Kassab corria um sério risco de ser destronado. A oposição parecia muito bem organizada e contava com a simpatia nos hospitais maiores e mais importantes. Entretanto, aquela foi uma eleição que ganhou repercussão nacional e ocupou grande espaço nos jornais pelas denúncias de fraude e de irregularidades cometidas pela situação. Diante da farta publicidade do caso, quase todos os 90 mil médicos espalhados pelo País acompanharam as reviravoltas passo a passo, como em uma novela de grande audiência.

25. O Dr. Papaléo Netto faleceu em 4 de abril de 2016, aos 88 anos. Ele foi um dos precursores da Geriatria e da Gerontologia no Brasil e foi o criador da Clínica Geronto-Geriátrica do Hospital do Servidor Público Municipal (HSPM) de São Paulo.

26. SANDERSON, Julio. *40 anos de Associação Médica Brasileira*, p. 93.

## Capítulo 4

De acordo com a relação fornecida pela AMB, havia 36.432 médicos habilitados para votar e a eleição foi realizada em 30 de agosto de 1979. Iniciada a apuração, a chapa de oposição abriu uma maioria de 2 mil votos, especialmente por causa de São Paulo, reduto maior da oposição médica. Então começou uma série de ações operacionais para impedir uma vitória que já vinha sendo anunciada desde os primeiros dias do pleito. Aquela diretoria da AMB conseguiu, por exemplo, anular 3.377 votos da capital paulista, onde o Movimento Renovação Médica vinha conseguindo uma vantagem representativa. A urna do Ceará, onde a oposição tinha uma vantagem de 190 votos, também foi impugnada.<sup>27</sup> E assim, reverses mal explicados foram acontecendo, como também se deu em Mato Grosso do Sul, Brasília, Goiânia e Amapá, locais estratégicos onde a Renovação Médica obteve a maioria dos votos.

“Na hora em que eles tentam fraudar as eleições, legitimamente realizadas, desrespeitam os médicos que optaram pela renovação. O problema é que grupos que estão no poder começam a sentir que suas posições vêm sendo ameaçadas e querem continuar na força”, afirmou à época o Dr. José Arruda Fialho,<sup>28</sup> presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio Grande do Norte. Sua indignação se devia à tentativa de anular o pleito potiguar, sob a alegação de divergência entre o número de votantes e o de aptos para votar. Certo é que falar abertamente de questões internas da classe e das associações que a representavam não era um hábito, mas, ao fazer aquelas declarações, Arruda buscava dar publicidade ao que chamou de “manobras baixas” de um grupo que visava se “perpetuar no poder”.

Quem também acompanhou aquela que, até ali, era a eleição mais conturbada da história da AMB foi o Dr. Herval Pino Ribeiro, candidato a secretário-geral pela chapa opositora a Kassab. Ele compareceu a todas as reuniões da Comissão Eleitoral e ouviu de membros da antiga diretoria a confissão da derrota, tendo como base as informações obtidas nos diversos Estados. Contudo, as “mágicas transformações de resultados”, como a que ocorreu em São Paulo, deixaram a oposição temerosa quanto à chancela daquela vitória. “Hoje já podemos dizer com certeza que foram cometidas barbaridades contra

27. CEARÁ decide as eleições na AMB. *Jornal da República*, n. 32, de 2 out. 1979, p. 9.

28. MÉDICOS querem manter eleições. *Diário de Natal*, n. 10.875, de 27 out. 1979, p. 3.

## Casa dividida: A AMB no contexto da ditadura

a nossa chapa, na apuração dos votos em São Paulo”, disse Dr. Herval, em entrevista ao *Jornal da República*.<sup>29</sup> E completou: “A própria Comissão Eleitoral da AMB, ao receber as atas de São Paulo, ficou perplexa com as irregularidades cometidas, tais como ausência do número total de votantes, de votos nulos e em branco. E tem ainda a anulação das urnas sem motivos concretos nos mais importantes hospitais de São Paulo, como o Hospital das Clínicas e o do Servidor Público, onde nós da oposição ganhamos por uma folgada margem de votos”.<sup>30</sup>

Grupos baianos – que incluíam a Associação Psiquiátrica da Bahia, Associação Baiana de Médicos Residentes e Centro de Estudos da Saúde – também não se calaram e distribuíram nota oficial à imprensa de todo o País, denunciando os atos e sem medir as palavras. “Esta tentativa de fraude tem o objetivo de, pela força do arbítrio, conservar o poder da atual direção da AMB, que foi de maneira prática derrotada nas últimas eleições pela chapa *Renovação Médica*”, dizia o texto.<sup>31</sup> Mesmo assim, com tantas interferências no jogo eleitoral, Kassab conseguiu que fosse homologada sua vitória. Indiferente às críticas e acusações que pesaram contra ele e sua chapa, a respeito da lisura do processo, aquela diretoria foi empossada em Niterói, no dia 17 de outubro. Dessa forma, a batalha campal de 1979 tinha um vencedor, mas a guerra entre o *Movimento Renovação Médica* e a *Integração Médica* ainda não tinha acabado.

29. HOJE, o fim da novela AMB? *Jornal da República*, n. 51, de 24 out. 1979, p. 10.

30. Ibidem.

31. FRAUDE. *Diário da Tarde*, n.º 23.015, de 20 set. 1979, p. 3.



Como candidato a secretário-geral da AMB, na chapa de oposição a Pedro Kassab, Dr. Herval Pino Ribeiro se disse perplexo com as irregularidades observadas no processo eleitoral de 1979



O dr. Dr. Matheus Papaléo Netto ameaçou a hegemonia de Pedro Kassab, mas reverses mal explicados tiraram-lhe a vitória



5

**Tempos de mudança:  
dos agitados anos 1980  
às portas do século 21**



Mário Barreto Corrêa Lima, acompanhado do Dr. Nelson Proença, toma finalmente posse da AMB, somente depois de conseguir um mandado judicial

**DOIS ANOS SE PASSARAM DESDE QUE** os sócios da AMB foram às urnas, em um pleito complicado e marcado por suspeitas. E novamente havia chegado a hora do ajuste de contas. O embate de 1979 deixou marcas e fragilizou a imagem de Pedro Kassab, que escolheu não se arriscar em uma campanha que prometia ser desgastante para ambos os lados. Para completar, ainda era fresca a memória renovadora das grandes mobilizações, que, naquele mesmo ano de 1981, levaram os médicos a uma nova greve nacional por melhores condições de trabalho e remuneração. De acordo com o Dr. Julio Sanderson, apesar das poucas conquistas econômicas, a categoria demonstrou mais uma vez disposição para a luta. “O médico ganhou consciência de sua condição de vida e trabalho, e também da medicina que pratica”,<sup>1</sup> destacou.

Para defender a continuidade kassabista, o escolhido foi Waldenir de Bragança, líder da chapa *União Médica Independente*. Ele era vice-presidente da AMB desde 1971, representando o Rio de Janeiro e simbolizando bem o grupo do qual fazia parte. Na sua trajetória, tinha atuado como médico sanitário do Ministério da Saúde de 1957 a 1975, sendo o responsável pelo primeiro levantamento das condições de saúde de Brasília, a nova Capital, em 1961.<sup>2</sup>

Na oposição, de novo estava a chapa *Renovação Médica*, desta vez liderada por Mário Barreto Corrêa Lima. Nascido em Fortaleza e formado pela antiga Universidade do Brasil, em 1959, estabeleceu-se definitivamente no Rio de Janeiro. Tinha sido secretário-geral, vice-presidente e presidente em dois mandatos da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro (SMCRJ), estando qualificado para aquela empreitada. “Éramos federados da AMB, comparecíamos às reuniões e fazíamos oposição ao Pedro Kassab. Tudo que eles faziam de errado, a gente ia contra. Com isso, meu nome se tornou bastante

1. SANDERSON, Julio. *40 anos de Associação Médica Brasileira*, p. 115.

2. Em 1981, o Dr. Waldenir de Bragança era também deputado estadual pelo Rio de Janeiro e, em 1983, seria eleito prefeito de Niterói, cargo que exerceu até 1988.



Mário Barreto Corrêa Lima

conhecido”, explica Dr. Mário Barreto, sobre como se deu a escolha do seu nome.

Antes mesmo que se chegasse àquela escolha, ele viajou bastante, visitando as demais federadas. Assim foi crescendo sua aceitação. Mas, como era esperado, aquele não seria um embate tranquilo. Por meio da Comissão Eleitoral, os kassabistas buscaram impugnar o registro da chapa *Renovação Médica*, sem lograr sucesso. Em resposta a uma ação cautelar, o juiz da 1ª Vara Cível de São Paulo assegurou a participação do grupo opositor no processo eleitoral, cuja votação estava agendada para 27 de agosto de 1981.

O receio se justificava. Realizado o pleito, a *União Médica Independente* só obteve mais votos no Acre e no Rio Grande do Sul. Nos demais Estados e no Distrito Federal, a *Renovação Médica* se saiu melhor. Mesmo assim, aquilo não seria o suficiente para encerrar a disputa e Kassab e seu grupo ten-

taram criar novos elementos e até mesmo impedir a posse da nova diretoria democraticamente eleita. De novo, os resultados das eleições foram colocados em xeque e a AMB vivia um momento crítico em sua existência. Um grupo de presidentes de dez federadas reunidos no Conselho Regional de Medicina de São Paulo defendiam que o processo eleitoral precisava de uma definição clara e respaldada na vontade da maioria.

O então presidente da Associação Paulista de Medicina (APM), Nelson Proença, repudiou publicamente qualquer tentativa de invalidar as eleições ou uso de fórmula que levasse a um resultado diferente daquele que representava o desejo das urnas. Convocado para participar de uma reunião do Conselho Deliberativo da AMB, na sede da Associação Médica de Minas Gerais (AMMG), em novembro, Dr. Nelson recorreu à Justiça de São Paulo e conseguiu um mandado contra os procedimentos irregulares daquela diretoria que queria converter uma derrota líquida e certa em vitória. “Pedi a palavra e ‘soltei a bomba’, como todos disseram. Li o mandado judicial que

encerrou a reunião, permitindo que nós, presidentes de Federadas, nos articulássemos para realizar a Assembleia de posse da diretoria presidida pelo Dr. Mário Barreto Corrêa Lima”,<sup>3</sup> relatou.

Assim, contra todos os obstáculos, finalmente reuniu-se em 13 de dezembro, em Brasília, o conselho dos presidentes das Federadas da AMB e a Assembleia de Delegados da entidade para dar posse à nova diretoria, composta pelos membros da chapa *Renovação Médica*. Eram 82 delegados e 16 presidentes de Federadas.

Durante a solenidade, Mário Barreto ressaltou o quanto ainda seria preciso lutar para que a entidade atingisse seus verdadeiros objetivos. Aquele não seria um combate solitário, mas de todos que se dispusessem a encampá-lo. “A AMB será realmente a casa do médico”, prometeu.<sup>4</sup> E não sonhava sozinho. Com ele, no antigo Eron Brasília Hotel, local da cerimônia, também estavam representantes da Federação Nacional dos Médicos (Fenam), da Associação Nacional dos Médicos Residentes (ANMR), da Associação Nacional dos Hospitais Privados (Anahp) e de vários Conselhos Regionais de Medicina, inclusive o Cremesp. Outro que marcou presença foi o professor Matheus Papaléo Netto, cuja vitória fora escamoteada em 1979. Ali ele foi homenageado e não escondeu a emoção de ver que a luta que começara a ser travada lá atrás finalmente tinha resultado em uma importante mudança.

## Enfim, a *Renovação Médica* conquista a AMB

Passaram-se dois meses desde a posse sem que o Dr. Mário Barreto e seus companheiros de chapa conseguissem ocupar a sede da AMB. Para isso ainda tiveram de recorrer à Justiça, pois a diretoria anterior se recusava a entregar o prédio aos novos e legítimos inquilinos. Neste período, a Associação Paulista de Medicina (APM) voltou a oferecer suas dependências, de onde a

3. SANDERSON, Julio. *40 anos de Associação Médica Brasileira*, p. 167.

4. *Ibidem*, p. 105.

## Capítulo 5

nova diretoria trabalhava e representava a AMB. Porém, enfim, respaldados por um mandado judicial e acompanhados de oficiais de Justiça, em 12 de janeiro de 1982, foi possível ocupar a sede.

Protegida por um muro de quatro metros de altura, quem passava pela Rua São Carlos do Pinhal mal conseguia ver o telhado do velho casarão. Logo seus novos ocupantes perceberam que aquele “encastelamento” não combinava com as ideias arejadas e de inclusão que traziam. Era preciso colocar aquele “muro da intransigência”, como o chamavam, no chão. E foi o que fizeram, pois ele representava um estado de coisa que foi demolido nas urnas. A categoria foi conclamada para aquela derrubada simbólica e um evento, batizado de Festa do Muro, foi realizado para arrecadar fundos para as obras que foram feitas posteriormente.

Mário Barreto Corrêa Lima promove a queda simbólica do “muro” que separava a AMB dos médicos e da sociedade



## Tempos de mudança: dos agitados anos 1980 às portas do século 21

Com o Dr. Mário Barreto como presidente, buscou-se descentralizar o processo decisório e se deu mais poderes às Federadas. As vice-presidências regionais deixaram de ser órgãos puramente decorativos para se tornarem ativos, podendo os ocupantes destes cargos falar e agir em nome da AMB em suas respectivas áreas. Foi preciso também fazer uma reforma estatutária, sendo a missão de fazer o anteprojeto dada ao Dr. Luiz Carlos Espíndola,<sup>5</sup> de Santa Catarina.

Com as mudanças implementadas, houve o fortalecimento das 27 Federadas e foi dada representação às 48 Sociedades de Especialidade então existentes e que faziam parte dos departamentos científicos da AMB. Assim nasce o Conselho de Especialidades, arena na qual estas se encontravam representadas. Além disso, para evitar o “efeito Kassab”, aprovou-se também que cada dirigente só poderia se reeleger uma única vez para o cargo.

Enfrentando dificuldades financeiras, foi necessário implantar uma política de cortes de despesas. Neste contexto, após um longo período sendo distribuído semanalmente, o *JAMB* passou a ser mensal. Quanto à *RAMB*, depois de passar por mais uma reformulação gráfica, teve a tiragem de 40 mil exemplares reduzida pela metade. O aperto atingiu também a base operacional da AMB, fazendo com que a folha de pagamento fosse reduzida em 42%. “A Associação Médica Brasileira estava mal, semifalida. Tivemos de fazer um árduo trabalho durante nossa direção para recuperá-la. E conseguimos”, diz com orgulho Dr. Mário Barreto. Mesmo com todo este entrave econômico, em abril de 1983, no último ano dele como presidente, pagou-se a última prestação do financiamento da compra da sede junto à Caixa Econômica Federal.

Também foi naquele ano que a classe voltou a se agitar depois de quase dois anos sem se mobilizar, apesar do contínuo achatamento da remuneração do trabalho médico. A palavra “arrocho” começou a fazer parte do linguajar de todo brasileiro, assim como a sigla *Inamps*, simplificação para o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social. Esta autarquia federal, criada em 1977, visava oferecer assistência médico-hospitalar aos segurados

5. O endocrinologista Luiz Carlos Espíndola teve uma intensa atuação política em defesa da campanha “Diretas, já!” e promoveu a primeira greve médica em Santa Catarina, depois do fim da Ditadura, e foi presidente do Sindicato dos Médicos do Estado de Santa Catarina (Simesc).

da Previdência.<sup>6</sup> Em outras palavras, só a população que tinha a famosa “carteira assinada” e que contribuía com o sistema previdenciário podia acessar seus serviços. Os demais ficavam alijados dele e tinham de recorrer aos poucos serviços municipais e estaduais, às santas casas, hospitais universitários ou instituições assistenciais ou particulares.

Nesta condição, boa parte dos profissionais de saúde do País estava direta ou indiretamente ligada ao Inamps, que não conseguia agradar nem a médico nem a pacientes. Em 1982, 51,01% dos empregos de saúde eram remunerados diretamente pelo Estado (estabelecimentos públicos). No entanto, todos os estabelecimentos de saúde conveniados com este instituto respondiam por 59,41% dos empregos do setor.<sup>7</sup> Neste cenário, foi basicamente contra o Inamps que os médicos se voltaram em 29 de maio de 1983, quando mais de 210 mil servidores do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraíba, Distrito Federal, Bahia, Pará e Minas Gerais optaram pela paralisação. O movimento seguiu até 22 de junho, quando foi encerrado sem que nenhuma de suas reivindicações fossem atendidas. Em um editorial publicado no *JAMB*, a AMB se pronunciou:

O governo manteve até o fim da greve a sua intransigência. Não recebeu os grevistas e não negociou. Preferiu jogar sucessivamente com o silêncio cúmplice da grande imprensa, através de noticiários distorcidos e editoriais, em geral, desfavoráveis, falando sobre os “prejuízos” sociais da paralisação. Porém, sem base social de apoio, o governo conteve-se sem usar a legislação de exceção, como a iníqua Lei de Segurança Nacional e o decreto-lei que considera qualquer greve ilegal.<sup>8</sup>

6. A Lei n.º 6.439 de 1977, que criou o Inamps, redesenhou o sistema previdenciário brasileiro. Com essa legislação, funções antes exercidas pelo antigo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) foram transferidas para o Inamps – no caso da assistência médica ao segurados – e para o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (Iapas), no que dizia respeito à gestão financeira. O INPS ficou responsável pela concessão de benefícios.

7. AMS/IBGE. Pesquisa Dinâmica do Emprego em saúde no Brasil, 76/84 – ENSP/UFMG. In: GIRARDI, Sabado Nicolau. *O perfil do emprego em saúde no Brasil*. Disponível em: <https://bit.ly/3B-twYSy>. Acesso em: 8 set. 2022.

8. In: SANDERSON, Julio. *40 anos de história da AMB*, p. 40.

Fora da defesa da classe e na condição de ex-fumante, Dr. Mário Barreto também buscou alianças com as secretarias de Saúde estaduais e municipais, as Sociedades de Especialidade e com parte da imprensa e idealizou a Campanha Nacional contra o Fumo. “Muita gente não lembra mais, mas foi a AMB que lançou a campanha contra o tabagismo, que depois foi copiada em outros países”, diz. Aquela era uma luta antiga dele. Anos antes de assumir a presidência da AMB, em 1977, foi procurado pelo *Jornal do Brasil* para rebater declarações dadas por três altos executivos da companhia Souza Cruz – Kenneth Henry Lionel, Paulo Roberto Fagundes Sá e Frederico Armando Eggenstein – para quem o fumo não era nocivo à saúde. Com base em pesquisa e em tom duro, destacou o ônus pesado do tabagismo para a sociedade, que se sobrepunha inclusive aos alegados benefícios econômicos, como geração de emprego e arrecadação de impostos. “Que economista ou qual governo já procurou com seriedade verificar os imensos prejuízos causados pelo fumo em absenteísmo, medicamentos, internações e vidas prematuramente ceifadas no auge da atividade econômica?”, questionava.

E assim passaram os dois anos do Dr. Mário Barreto como presidente da AMB. Ele conta que foi procurado por importantes representantes da classe médica propondo sua reeleição com chapa única. No entanto, o nome de Herval Pina Ribeiro, então secretário-geral, deveria ser substituído. “Eu não aceitei”, conta. Daquela falta de acordo nasceu a chapa *Nova AMB*, liderada por Nelson Guimarães Proença, dermatologista que ocupou a presidência da APM de 1981 a 1983. Era um nome forte, especialmente em São Paulo, onde arrebanhou 6.384 votos contra apenas 1.845 da chapa *Renovação Médica*. Mas a vitória se consolidou em outras praças importantes também, como Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná. No final, o grupo de Nelson Proença conseguiu 13.724 votos, ou 55,5% do total, o que significava uma nova alternância de poder. “O Dr. Proença era uma figura importante em São Paulo, sendo depois, inclusive Secretário de Saúde. Era uma pessoa decente em tudo e com posições firmes. Sempre me dei muito bem com ele”, lembra Mário Barreto. Dessa forma, com eleições vencidas nas urnas e sem contestação de qualquer um dos lados, finalmente a AMB teve uma transição tranquila e, sob nova direção, pôde seguir adiante para os novos desafios que haveria de encarar.





Depois de dias conturbados, a AMB teria uma transição pacífica, com o Dr. Mário Barreto (primeiro à direita) dando posse ao seu sucessor, o Dr. Nelson Proença (centro), que tinha ocupado antes a presidência da APM de 1981 a 1983



## Tempos de mudança: dos agitados anos 1980 às portas do século 21

### Entre João Figueiredo e Fernando Collor

Nascido na cidade de São Paulo, em maio de 1932, o Dr. Nelson Guimarães Proença foi o terceiro paulista e o segundo paulistano a liderar os destinos da AMB. Formado pela Faculdade de Medicina da USP em 1956, ali se especializou em Dermatologia e fez carreira universitária. “A primeira vez que ouvi falar da Associação Médica Brasileira foi em 1952, quando estava no meu segundo ano da faculdade de Medicina”, relembra.

Foi eleito vereador de São Paulo por três vezes, sendo a primeira para a legislatura que foi de 1963 a 1968. Ainda nos anos 1970, tornou-se professor titular da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo e chefe da clínica Dermatológica desta instituição. Em 1978, quando foi eleito presidente para a regional São Paulo da Sociedade Brasileira de Dermatologia (SBD-SP), procurou o presidente da APM, Aloysio Geraldo Ferreira de Camargo, um amigo da família, e solicitou a permissão para utilizar uma das salas disponíveis daquela associação para instalar a seção regional da SBD.

O pedido foi atendido e, estando lá, Proença estreitou ainda mais a relação com o Dr. Aloysio, de quem acabou recebendo o beneplácito para compor a chapa que disputaria as eleições de 1979 da Associação Paulista, na condição de diretor de Defesa Profissional. “A eleição se realizou, fomos vitoriosos e eu, que nos meus 23 anos ainda não tinha participado ativamente das lutas em defesa da classe, assumi aquele novo papel”, relembra o Dr. Nelson.

Sem experiência, sim, mas não sem ideias. No cargo, Proença promoveu três encontros sobre Defesa Profissional com médicos do Estado inteiro e com a participação de outras sociedades científicas. Realizados em Bauru, Santos e Campinas, deles saiu um documento, publicado no final de 1980, que trazia uma visão de como deveria ser estruturada a assistência à saúde da população brasileira. Este trabalho deu visibilidade ao dermatologista, e quando terminou a gestão do Dr. Aloysio, em 1981, foi Proença que acabou por substituí-lo como presidente da APM.

Neste novo papel, passou a se relacionar com outras federadas da AMB, levando ideias ajustadas com as necessidades do momento, inclusive defendendo a convocação de uma Assembleia Constituinte. Pioneiramente, ele defendia, já em 1983, que só com uma nova Constituição poderia resolver

# JORNAL DO BRASIL

EXEMPLAR DE ASSINANTE

Rio de Janeiro — Sábado, 20 de junho de 1981

Ano XCI — Nº 73

Preço: Cr\$ 30,00



Ao lado de Roberto Chabo, presidente do Sindicato dos Médicos, Lula se solidarizou com os manifestantes

## Médicos fazem ato e passeata contra punição

Com uma manifestação em frente à Câmara dos Vereadores, na Candelária, e uma passeata pelas principais ruas do Centro da cidade, cerca de 2 mil médicos protestaram contra as punições aplicadas pelo presidente do INAMPs, Harri Graef, a líderes do movimento grevista. "Arroz, feijão, saúde, educação" era a palavra de ordem dos manifestantes.

Em Brasília, o Ministro Jair Soares ressaltou que a lei será cumprida se prosseguir a greve dos médicos do Rio. "O Governo garantiu, não admitirá instabilizações", pois está determinado a fazer com que os serviços voltem à normalidade. O Governo estuda a intervenção no Sindicato dos Médicos.

Na noite de quarta-feira, em dois hospitais do Rio — o Rocha Faria e o Souza Aguiar — ocorreram incidentes relacionados com a paralisação dos serviços de atendimento médico: equipes de plantão deixaram de atender a casos de urgência. O diretor do Hospital Pedro Ernesto, Humberto Pexoto, assegurou que apoiará a decisão da maioria em assembleia marcada para segunda-feira, se for aprovada a proposta de greve por tempo indeterminado.

A assessoria de imprensa do Palácio Guanabara informou ter recebido nota do Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, anunciando sua disposição de aplicar decreto-lei que prevê demissão ou suspensão do "funcionário público que participar de greve ou para ela concorrer". (Página 5 e editorial "Horas Contadas")



Roberto Chabo, presidente do Sindicato dos Médicos, e o sindicalista Lula lideram, no Rio de Janeiro, manifestação com 2 mil médicos contra o Inamps

os problemas da Previdência.<sup>9</sup> Daí ter sido lembrado por ocasião da montagem de uma chapa para fazer oposição ao Dr. Mário Barreto Corrêa Lima. "Ele (Dr. Mário) era uma excelente figura e sempre mantivemos uma relação muito cordial e construtiva. Agora, do ponto de vista ideológico, havia divergências, pois ele fazia parte de um grupo mais à esquerda", ressalta o Dr. Nelson.

De visão à frente do seu tempo, o presidente da AMB defendeu já no seu discurso de posse um mínimo constitucional para a Saúde e a Educação, áreas que ele julgava pré-requisitos para o desenvolvimento. Isso só seria alcançado apenas com a carta magna de 1988. "O caminho parece óbvio. É preciso incluir na Constituição brasileira um dispositivo que fixe os percentuais necessários e suficientes, nos orçamentos públicos de todos os níveis, especialmente destinados a assegurar recursos que atendam às

necessidades da população brasileira, referentes a Saúde e Educação",<sup>10</sup> afirmou aos presentes no Centro de Convenções Rebouças, em São Paulo, naquele 29 de outubro de 1983.

Falou também da crise previdenciária, algo que dividia opiniões no Brasil dos anos 1980. Naquele momento, o Inamps tinha ampliado de tal modo sua presença no campo da assistência médica, que 80% da população total do País era conveniada ao sistema, isto é, 105 milhões de pessoas. Por outro lado, dos 115 mil médicos brasileiros, 100 mil eram utilizados no atendimento aos previdenciários e remunerados, direta ou indiretamente, pelo antigo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social.<sup>11</sup>

Sob a liderança do Dr. Nelson Proença, a AMB participou ativamente do movimento pelas Diretas Já

10. PROENÇA, Nelson. *O fio da meada – Análise crítica de fatos que envolveram a medicina brasileira de 1979 a 1987*. São Paulo: Klaxon, sd., p. 26.

11. *Ibidem*, pp.26-27.

9. MÉDICO propõe nova política. *Correio Braziliense*, n. 7.441, de 16 jul. 1983, p. 11.

## Capítulo 5

Uma das primeiras ações do Dr. Nelson como presidente da AMB foi suspender a Tabela de Honorários Médicos (THM) editada ainda na gestão do Dr. Mário Barreto. Julgou que era preciso reformulá-la e a missão para coordenar este trabalho foi dada ao Dr. Antonio Celso Nunes Nassif, vice-presidente da região Centro-Sul. Buscou ainda apoio do governo central e não foram poucas às viagens a Brasília. Em uma delas se encontrou com João Baptista Figueiredo, o último dos presidentes da ditadura militar, e, ao final do encontro, não escondeu a frustração. “Ficou reforçada a nossa impressão de que o governo federal cada vez menos se sente em condições de custear assistência médica e hospitalar ao previdenciário”, disse.<sup>12</sup>

Neste período, a AMB não se omitiu diante da campanha “Diretas, já!”, que pediu a retomada de eleições populares para o cargo de presidente da República. A ideia foi lançada inicialmente pelo senador Teotônio Vilela, em 1983, durante o programa *Canal Livre*, da TV Bandeirantes, e, no ano seguinte, tomou conta das ruas do País com grandes manifestações. A entidade assinou um manifesto em favor da campanha e marcou presença na grande passeata que saiu da Praça da Sé e seguiu até o Vale do Anhangabaú, em 16 de abril de 1984, levando consigo 1,5 milhão de pessoas.

Nos aspectos internos, a diretoria investiu na reformulação do *Jornal da AMB*, que passou a ser produzido no formato *standard* (jornalão)<sup>13</sup> e teve sua tiragem aumentada para 60 mil exemplares. Uma nova THM foi editada e a associação também ganhou em outubro (de 1984) seu primeiro computador. E, antes de terminar seu primeiro mandato, a AMB adquiriu um conjunto comercial na Avenida Faria Lima, que funcionou como sede provisória da entidade por cerca de um ano, enquanto o imóvel da Rua São Carlos do Pinhal era completamente reformado. “Era uma casa antiga, mas espaçosa. Então começamos a reformá-la, convertendo-a em uma sede moderna, que inclusive pudesse receber o sistema de computação, que estava então sendo introduzido na época. Enquanto isso, administramos a AMB de uma sede

12. SANDERSON, Julio. *40 anos de história da Associação Médica Brasileira*, p. 121.

13. Este padrão de jornal foi abandonado definitivamente em julho de 1999 – ao final da segunda passagem do Dr. Antonio Celso Nunes Nassif pela presidência da AMB –, quando o *JAMB* volta a ser impresso no formato tabloide.

## Tempos de mudança: dos agitados anos 1980 às portas do século 21



Doutor Nelson Guimarães Proença, na condição de presidente da AMB, se encontra com Tancredo Neves e Ulisses Guimarães, no auditório da APM, em 18 de outubro de 1984, por ocasião do Dia do Médico

provisória na Faria Lima, quase na esquina com a Avenida Rebouças”, relembra. O retorno só aconteceria em 22 de setembro de 1987, quando já estava perto de entregar a chave da casa para seu sucessor. Mas, antes disso, ainda havia muito trabalho a se realizar.

A gestão implementada pelo Dr. Nelson Proença entre 1983-1985 foi aprovada por seus pares. Tanto que, em agosto de 1985, só uma chapa, a *Constituinte e Saúde*, liderada por ele mesmo, apresentou-se e recebeu 17.417 votos. A posse se deu em Fortaleza, no mês seguinte. Àquela altura, os tempos já eram outros. José Sarney, que assumiu o governo interinamente após a internação de Tancredo Neves, tornou-se Presidente da República em definitivo, no dia 21 de abril daquele mesmo ano, após a morte do mineiro.

Assim, Sarney se tornou o primeiro presidente civil após mais de duas décadas de Ditadura Militar. No seu governo, no último dia de fevereiro de 1986, foi lançado o Plano Cruzado. Tratava-se de um pacote de medidas anti-inflacionárias que, inclusive, substituiu a moeda nacional, que perdeu três zeros e deixou de ser o cruzeiro para se tornar cruzado.<sup>14</sup> O Coeficiente de Honorários

14. A receita de cortar zeros já tinha sido empregada em 1942 (quando a unidade monetária passou de réis para cruzeiro) e 1967 (cruzeiro novo). O mesmo voltou a acontecer em 1989 (de cruzado para cruzado novo) e 1993 (de cruzeiro para cruzeiro real). Já em 1994, não houve o simples corte de zeros, mas 2.750 cruzeiros reais se converteram em 1 real.

(CH), foi então fixado em 2,33 cruzados. A boa notícia é que, naquele ano, depois de diversas tentativas e pressão, finalmente o Inamps passou a adotar, ainda que parcialmente, a THM-AMB.

Entretanto, o plano econômico de Sarney não funcionou e a inflação seguiu galopante. Em 1987, o governo chegou a aplicar um reajuste de 107% no CH e o congelou. O aumento seria absurdo se a inflação de janeiro a setembro daquele ano não tivesse sido de 186,36%. A Associação Médica Brasileira não aceitou o reajuste oferecido e, se baseando no Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de janeiro a setembro, que atingiu a marca de 232,36%, aumentou o CH para 13,95 cruzados. As divergências entre médicos e governo seguiriam escalando e impactariam nas gestões seguintes da AMB.

Apesar dos solavancos econômicos que atingiam o País e certamente a sua classe médica, mais uma vez, a gestão do Dr. Nelson Proença foi aprovada por seus pares e dali retornaria para a presidência da APM. Para sua sucessão na Associação Médica Brasileira, apenas um grupo se apresentou, liderado pelo representante da Federada do Paraná, Dr. Antonio Celso Nunes Nassif. Ele chegava, como bem disse, de maneira despretensiosa, mas obstinado a honrar o nome que escolhera para sua chapa: *Integração e Valorização Profissional*. Nesta condição ficaria, como poucos, por um longo período à frente da entidade e dando início não à gestão, mas à Era Nassif.

## A constituinte e o risco à medicina liberal

A transição de Nelson Proença para Antonio Nassif foi uma das mais tranquilas daqueles últimos tempos da AMB. Na nova diretoria, além do Dr. Agrimenon Cavalcanti da Costa, como secretário-geral, estava a pediatra Maria Ester Quartim Cunha Fonseca, de São Paulo, como segunda-tesoureira. Ela entrou para a história da AMB ao se tornar a primeira mulher a compor uma diretoria da entidade, 36 anos depois de sua fundação. Imediatamente antes ela tinha passado pela APM, na qual foi diretora de Serviços Gerais nas duas gestões do Dr. Oswaldo Giannotti Filho (1983-1987).

Quanto ao Dr. Nassif, este havia chegado à Casa dos Médicos apenas quatro anos antes de sua eleição, a convite do próprio Nelson Proença, sem

que ambos se conhecessem. Ali, ele teve liberdade para conduzir a Comissão Nacional de Honorários Médicos, cargo central para a AMB. Ambos tornaram-se amigos e desenvolveram uma admiração mútua.

Embora paulista, nascido em 11 de abril de 1934 em Jaú, o otorrinolaringologista Antonio Celso Nunes Nassif se estabeleceria, estudaria e desenvolveria toda sua carreira no Paraná. “Era muito comum os jovens da minha cidade irem para Curitiba cursar Medicina”, conta o médico. Mas antes de chegar à eterna “Cidade Sorriso”, ele morou em Paranaguá, subindo em seguida pelos sinuosos caminhos da Serra do Mar até a capital paranaense. Ali se graduou, em 1958, pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná, onde se tornaria professor livre-docente de Otorrinolaringologia.

Sua vida associativa começou em 1979, quando, dentro do ambulatório de Otorrinolaringologia do Hospital das Clínicas de Curitiba foi “intimado” pelo Dr. Leônidas Mocelin para que dirigisse o Departamento de Otorrinolaringologia da Associação Médica do Paraná. Quando em 1983, o Dr. Nelson Proença buscava alguém do Paraná para fazer parte da chapa que estava montando para concorrer à diretoria da AMB, procurou o colega Otacílio Lopes Filho, otorrinolaringologista de São Paulo, e pediu uma sugestão. E ele não teve dúvidas ao responder: “Tenho, sim, um nome e, se você conseguir convencê-lo a aceitar, será uma grande conquista, podendo vir a ser uma surpresa agradável. O nome dele é Antonio Celso Nassif”.

Nassif aceitou. Na primeira reunião que participou, estavam sobre a mesa exemplares da Tabela de Honorários Médicos da AMB feita pela gestão anterior e que os presentes julgaram inconsistente. Na época, existiam cerca de 300 tabelas diferentes e, praticamente, cada operadora de saúde trabalhava com a sua. Ele propôs que se fizesse uma nova tabela, que pudesse corrigir as falhas e abranger todas as demais existentes, convertendo-as em uma só. “Todos concordaram e como quem levanta a lebre leva-a para casa, fui escolhido para ser o coordenador nacional daquela operação”, relembra Nassif. Acabou fazendo uma revisão completa, que foi apresentada ainda em 1983. Aquele é um dos seus trabalhos que mais lhe dá orgulho. Outro seria sua atuação durante a Constituinte, que “impediu que a saúde fosse estatizada”.



Reunião da Comissão de Honorários da AMB, realizada em julho de 1990

E o papel de Nassif e da AMB durante a Assembleia Nacional Constituinte<sup>15</sup> é uma destas histórias esquecidas que merecem ser lembradas. Nas palavras dele, o capítulo *Da Saúde*, que vinha sendo preparado para a *Constituição Cidadã*, embora enxuto, continha sutilezas que, se ali permanecessem, conduziram à estatização dos serviços de saúde do Brasil. Isso vinha desde o anteprojeto preparado pelo constituinte Carlos Mosconi, seguindo inalterado para a Comissão de Sistematização, cujo relator era Bernardo Cabral. Conforme elaborados, assim encontravam os textos:

15. A Assembleia Nacional Constituinte foi convocada pelo presidente José Sarney em 1985, logo que assumiu. Depois de um longo processo de preparação e debates, foi entregue a redação final do texto em setembro de 1988. A promulgação da nova Carta Magna do Brasil aconteceu em 5 de outubro daquele mesmo ano.

**Como se encontrava o atual artigo 198 (originalmente artigo 233)**

“As ações e os serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem em sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes (...)”

**Redação sugerida pela AMB**

“As ações e os serviços de saúde públicos integram uma única rede regionalizada e hierarquizada, organizada de acordo com as seguintes diretrizes (...)”

Pediu-se ainda que fosse incluído neste artigo um novo parágrafo, apontando que os percentuais orçamentários que seriam aplicados anualmente no sistema público de saúde pela União, Estados, Territórios e Municípios seriam fixados por lei. Era a mesma medida já defendida pelo Dr. Nelson Proença desde o ano de 1983.

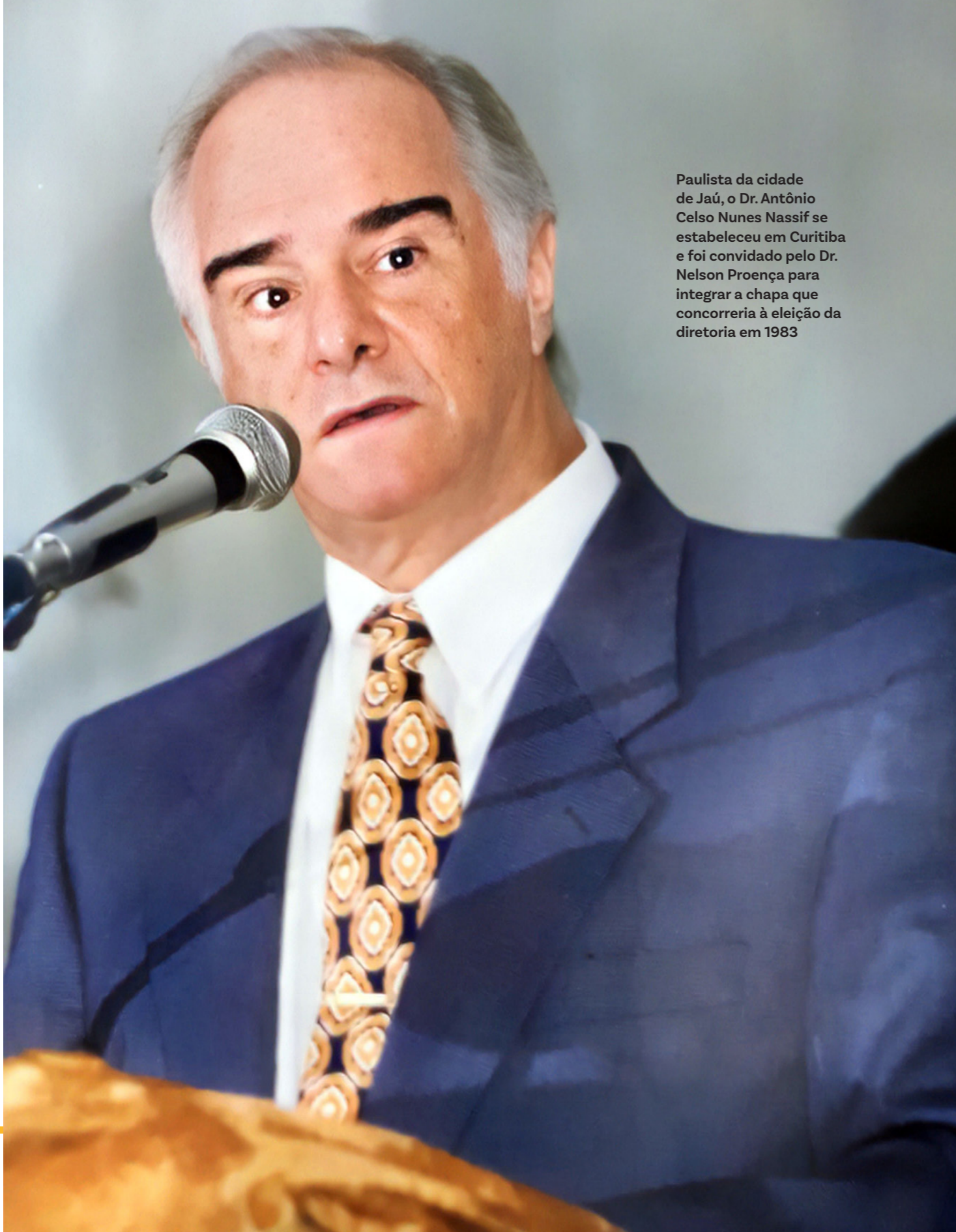
**Como se encontrava o atual artigo 199 (originalmente artigo 234)**

“É dada à iniciativa privada a liberdade de participar do sistema único de saúde...”

**Redação sugerida pela AMB**

“A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.”

Neste último caso, havia ainda condicionantes, que funcionavam como “camisas de força”, contrariando a ideia de liberdade. Sugeriu-se então o acréscimo de um parágrafo complementar para explicitar a garantia de participação no Sistema Único de Saúde sob contrato ou convênio, excluindo tais imposições. Como se percebe, a intencionalidade estava evidente e seria necessária apenas a inclusão de uma palavra, “públicos”, e melhor redação de outras partes. Mas para ganhar aquele jogo era preciso agir. Nisso, a participação de Nassif em uma reunião com lideranças no gabinete do deputado Adolpho de Oliveira foi fundamental. Ao final daquele encontro, ele foi cumprimentado



Paulista da cidade de Jaú, o Dr. Antônio Celso Nunes Nassif se estabeleceu em Curitiba e foi convidado pelo Dr. Nelson Proença para integrar a chapa que concorreria à eleição da diretoria em 1983

## Tempos de mudança: dos agitados anos 1980 às portas do século 21

pelo deputado Inocêncio de Oliveira, que se comprometeu a colaborar. E assim o fez. Na redação seguinte, prevaleceu a posição defendida pela AMB, sendo posteriormente aprovada pela Assembleia Constituinte e incluída na Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988.

A presença atuante da AMB foi decisiva para eliminar o risco ao qual foi exposta a medicina liberal no País. Por isso que este é outro momento do qual ele tanto se orgulha de ter participado como cidadão, médico e presidente da entidade:

“Até hoje guardamos em nossa memória o dia da votação do capítulo ‘Da Saúde’ e a imagem da galeria do Congresso Nacional. De um lado estavam os que representavam o setor privatizante; do outro, o segmento que defendia o texto da sistematização; e, no centro, o grupo da AMB composto por seus diretores, presidentes de Federadas, de Sociedades de Especialidade, todos juntos, irmanados numa só proposta. Foi uma grande festa. Foi a vitória da democracia e do bom senso, pois se aprovou um terceiro texto, de comum acordo entre as partes, como queria a AMB e que atendeu a todos os segmentos interessados e a realidade do País.”<sup>16</sup>

## Contra o governo e contra todos, mas a favor da classe

Quando o Dr. Antonio Nassif tomou posse pela segunda vez em outubro de 1987, o País seguia em um momento turbulento de sua história, com sua política e economia fragilizadas. Isso, evidentemente, impactava a área da saúde. O contexto era de multiempregos para os médicos e predomínio de convênios nos consultórios. Assim, fez-se da luta por melhores honorários e, consequentemente, pela dignidade da categoria, ponto de honra de sua gestão. Segundo ele próprio, a AMB confrontou, ainda que muitas vezes de forma ingênua e romântica, o poderio econômico das empresas compradoras de serviços, que

16. NASSIF, Antonio Celso Nunes. *O idealismo de um presidente*, p. 35.

## Capítulo 5

se enriqueciam a despeito das dificuldades impostas à classe médica. “A AMB fez valer seu coeficiente de honorário (CH) e sua tabela, apesar de todos os congelamentos que teve de administrar, mesmo enfrentando a intransigência da Golden Cross, Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge), Comitê de Integração de Entidades Fechadas de Assistência à Saúde (Ciefas), Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização (Fenaseg) e do próprio governo, via Ministério da Fazenda”, enfatizou.<sup>17</sup>

Coube exatamente ao Ministério da Fazenda, por exemplo, fixar valores para os serviços médicos conveniados e congelar os relativos a clínicas particulares, irritando a classe. Por outro lado, fazia vistas grossas às empresas contratantes, que impunham reajustes aos seus clientes sem qualquer pudor. Mesmo no período de congelamento, por exemplo, a Golden Cross, na época a maior do segmento, elevou seus preços em 195,75%.

Na tentativa de frear as perdas econômicas do período, a diretoria da AMB recorria à atualização da THM. Proença já tinha feito isso em 1987 e Nassif faria em 1988 e em 1990. Entre uma e outra, foi reeleito (em 1989) para seu segundo mandato, sem que houvesse chapa de oposição e, logo depois (março de 1990) viu Fernando Collor de Mello tomar posse como presidente da República. Mas mesmo o País estando sob nova direção, velhos problemas permaneciam, como a inflação, salários defasados e uma dívida interna que solapava as contas governamentais.

Descontentes com aquela realidade, alguns grupos de médicos, visando pressionar as empresas de assistência de saúde, passaram a cobrar os valores, conforme o preconizado na tabela da AMB, diretamente dos pacientes, emitindo recibo para um futuro reembolso junto às operadoras. Mas, diante daquela relação desarmônica, a classe sentia cada vez mais o aviltamento dos baixos salários e a força de submissão das empresas de saúde suplementar.

Naqueles dias de incertezas, a AMB chamou ao diálogo as diversas partes relacionadas com o problema. Em novembro de 1990, o Dr. Nassif teve um encontro com Salomão Rotenberg, na condição de secretário interino da Secretaria Nacional de Direitos Econômicos (SNDE) do Ministério da Justiça,

17. SANDERSON, Julio. *40 anos de Associação Médica Brasileira*, p. 170.

## Tempos de mudança: dos agitados anos 1980 às portas do século 21

e com Marcos Malan, diretor do Departamento de Acompanhamento de Preços (DAP) do Ministério da Economia. Ali se comprometeu a não publicar a tabela no ano seguinte. Cerca de um mês depois, foi a vez de reunir diversas entidades médicas no I Fórum sobre a Tabela de Honorários Médicos, que aconteceu na cidade de São Paulo, de 7 a 9 de dezembro de 1990. A ideia era encontrar caminhos, mas quase todos eles pareciam obstruídos.

Depois de quatro anos em volta a um dos mais conturbados períodos econômicos da história do Brasil, chegava ao fim a primeira passagem do Dr. Nassif como presidente da AMB. Estava pronto para passar o bastão para o seu sucessor, o Dr. Mário da Costa Cardoso Filho, que ocupava a cadeira de vice-presidente naquela diretoria e de presidente da Comissão de Honorários Médicos da AMB. Saía com a sensação de dever cumprido. Mesmo diante daqueles dias de luta, não esteve desatento à organização da casa. Com relação aos cursos de Medicina, conseguiu a prorrogação do decreto 93.594, que proibia a criação destes em todo território nacional. E do Fórum Nacional de Ensino Médico, promovido em junho de 1989, em Sergipe, saíram subsídios que contribuíram com o governo federal para a edição do decreto 98.377, que regulamentaria posteriormente a criação dos cursos na área da saúde.



Reunião do Dr. Mario da Costa Cardoso Filho, então presidente da Comissão Nacional de Honorários Médicos da AMB, com Celsius Lodder, diretor do Departamento de Abastecimento e Preços (DAP). Entre eles, Wirtton Palermo e o deputado federal pelo Mato Grosso do Sul George Takimoto

Seu período coincide também com o aumento do número de Sociedades de Especialidade vinculadas à AMB, como a Sociedade Brasileira de Clínica Médica, Sociedade Brasileira de Homeopatia, Colégio Brasileiro de Cirurgiões, Colégio Brasileiro de Cirurgia Digestiva e Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardíaca. Firmou ainda um acordo com o CFM, que passou a registrar os títulos de especialistas expedidos pela AMB e suas filiadas.

Já na parte administrativa, a sede da entidade ganhou uma rede de computadores, pois até então só tinha um destes aparelhos, herança da gestão anterior. Isso contribuiu para que fosse melhorado o sistema de cobrança junto às Federadas e associados. Foram também adquiridos quatro apartamentos do tipo flat, aumentando assim o patrimônio da AMB, e reformado o conjunto da Avenida Faria Lima, comprado durante a diretoria do Dr. Nelson Proença. O JAMB também foi beneficiado, quase dobrando sua tiragem, que passou de 45 mil para 80 mil exemplares. Dessa forma, foi esta casa organizada e pujante que o Dr. Mário herdou, quando tomou posse em 1991. Sua missão era dar continuidade ao que já vinha sendo feito e manter tudo em ordem, pois aquele que saía, ainda que não tivesse prometido, haveria de voltar.

## Uma ordem de prisão para o presidente

A eleição que levou o Dr. Mário Cardoso à presidência da AMB aconteceu em 30 de agosto de 1991. Sem concorrência, a chapa *Saúde e Dignidade* mobilizou 45 mil médicos de todo o País, conseguindo a aprovação de 87% deles. Assim, aos 41 anos, ele se tornou o segundo médico mais jovem a presidir a entidade, atrás apenas do Dr. Pedro Kassab (que tinha 39 anos quando alcançou o posto, em 1969). No programa, comprometera-se a dinamizar o ensino médico nas universidades e valorizar tanto as condições de trabalho quanto os honorários médicos. Antes mesmo de assumir, já tinha mantido contato com o Ministério da Economia, presidido por Zélia Cardoso de Mello, solicitando a liberação da THM, dando a tônica de que estava disposto a cumprir suas promessas de campanha.

Mas a resposta não só tardou a chegar como serviu para azedar a relação entre AMB e Brasília. Logo que assumiu, o Dr. Mário Cardoso foi informado



Doutor Mário Cardoso foi eleito com aprovação de 87% dos eleitores. Aos 41 anos, ele se tornou o segundo médico mais jovem a presidir a entidade

de que, em tempos de congelamento de preços, a ordem era que a AMB não mais publicasse o valor do CH da tabela de honorários, algo que fazia mensalmente. A prescrição não foi obedecida e o que se seguiu foi uma ordem de prisão ao presidente da AMB.

“Eu tive de ficar escondido por 15 dias, porque o ministério da Economia mandou me prender. Aquele ato foi interpretado como incitação ao crime, algo inafiançável”, conta o Dr. Mário Cardoso. Ele só saiu do seu confortável esconderijo – uma suíte do tradicional hotel Maksoud Plaza, 140 metros distante da sede da AMB – depois que o advogado José Roberto Batochio, então presidente da Seção São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil, conseguiu um *habeas corpus*.

Aquela batalha foi vencida, mas a guerra em torno da tabela de honorários médicos continuaria. Frequentemente, a entidade era pressionada por órgãos do governo. Este considerava a AMB como sendo um cartel, que aumentava os preços conforme seus interesses, ferindo as disposições do Governo. Mas Collor passou, levado por um *impeachment*. Doutor Mário Barreto seguiu.



Enquanto os “caras-pintadas” tomavam as ruas pedindo a queda do presidente da República, inaugurou-se o escritório da AMB no Distrito Federal. Foi retomada também a realização do Congresso da Associação Médica Brasileira, que, com toda a agitação do período da ditadura, ficou esquecido. Com o retorno à ordem do dia, o XI Congresso da AMB aconteceu em novembro de 1992, no Maksoud Plaza, sob a coordenação do Dr. Juarez Avelar, presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica. Em setembro de 1994, foi a vez da 12ª edição, agora coordenada por Antonio Carlos Lopes de Assis, presidente da Sociedade Brasileira de Clínica Médica. “Estes eventos tinham como característica primeira o fato de serem poliespecialidades. Mas valorizamos também a defesa profissional. Então, discutia-se ciência, mas também havia mesas para debater a realidade profissional do médico”, destaca o presidente daquele período.

Enfim, depois de dez anos de eleições com chapa única, finalmente, em 1993, a AMB voltou a ter um pleito com disputa. De novo, o clínico geral santista estava à frente da chapa *Dignidade na Saúde*, para defender seu legado. Do outro lado estava a *União, Defesa e Valorização*, que tinha como candidato o hematologista Celso Carlos de Campos Guerra. Ele contava com o apoio da APM e divergia da situação especialmente em relação a um ponto: defendia a realização de um exame para os médicos nos padrões daquele que já era feito pela OAB. Este serviria para demonstrar a capacidade e conhecimento necessários dos egressos das faculdades para o exercício da Medicina.

Esta iniciativa já tinha sido aplicada por alguns anos, mas sem alcançar a formalização e status daquela feita pelos profissionais do Direito. Doutor Mário Cardoso e seu grupo iam frontalmente contra a ideia. “Historicamente, a AMB sempre se colocou contra essa ideia. Entendíamos que não tinha cabimento fazer uma pessoa estudar oito anos numa escola que foi criada, com aprovação e incentivo do governo, e punir, ao final, o aluno e não a instituição que ajudou a formá-lo ou a quem permitiu a proliferação dos cursos de forma desordenada”, explicou.

Ele se orgulha de que, durante os quatro anos que presidiu a AMB, apenas uma faculdade de Medicina foi criada, por, segundo ele, pertencer a um político influente. Para isso, valeu-se da lei que entrou em vigor durante o final da gestão Nassif. “Mais importante que quantidade é a qualidade”, enfatiza. Por



fim, dos 130 mil médicos filiados que estavam habilitados para participar do processo eleitoral de 1993, a maioria dos que foram às urnas optou pela continuidade do trabalho que vinha sendo realizado. E a posse daquela diretoria, que tinha muitas mudanças, aconteceu em 22 de outubro, em uma solenidade no Salão de Convenções do Hotel Transamérica, em São Paulo.

No período de quatro anos à frente da AMB, Dr. Mário Cardoso viu o cruzeiro perder três zeros e se transformar em cruzeiro real, em 1993, com Itamar Franco como presidente da República; depois, já com Fernando Henrique Cardoso, viu nascer o real, em 1º de julho de 1994. E assim foi chegando ao fim o segundo mandato do santista. A casa estava em ordem. Contudo, aproveitou para uma nova reforma completa da sede, por ocasião das celebrações dos 44 anos da entidade. Com isso, ela estava em condições para receber um velho conhecido que a ela retornava: Dr. Nassif.

**Doutor Nassif e o seu sucessor, Dr. Mário da Costa Cardoso Filho, com suas respectivas famílias, em evento na AMB**

## Uma eleição, três candidatos

Doutor Nassif era uma liderança representativa e respeitada. Mas não era unanimidade. Diferentemente das ocasiões anteriores, em que seu nome foi submetido à classe sem uma alternativa de oposição, desta vez não teria apenas um, mais dois concorrentes, fazendo daquela a eleição mais disputada da história da AMB. Em torno do médico “paranaense” estava a chapa *Resgate e Dignidade*, que, pela primeira vez, tinha em sua composição quatro mulheres: Merisa Braga de Miguez Garrido, do Rio de Janeiro (vice-presidente Leste-Sul), Vera Lúcia Amorim, do Distrito Federal (vice-presidente Centro), Mara de Fátima Fernandes (segunda-tesoureira) e Angela Augusta Lanner Vieira, do Rio Grande do Sul (conselheira suplente).

Além da chapa liderada por Nassif, que representava a continuidade, também estavam no pátio a *AMB Forte e Renovada*, encabeçada pelo médico carioca Celso Barros, e a *Frente Ampla pela Saúde*, dirigida pelo paulista Wirton Palermo. A eleição aconteceu em 31 de agosto de 1995 e, dos 20.362 votos válidos, 9.379 foram destinados à situação. Em segundo lugar ficou o grupo do Dr. Celso, que obteve 5.840 votos, seguido da *Frente Ampla* do Dr. Wirton, com 4.002. Houve ainda 1.033 votos brancos e nulos. O início do mandato foi em 22 de outubro, com a realização da assembleia-geral da entidade.

“Eu não pretendia sair de Curitiba em 1995. Mas via que a posição da AMB diminuía frente a outras entidades. Então resolvi me candidatar de novo e, no final, a quantidade de votos que consegui foi praticamente igual àquela alcançada pelos meus dois concorrentes”, orgulha-se Dr. Nassif. Ele ficaria pelos próximos quatro anos liderando a classe. Somando os outros quatro que antecederam à gestão do Dr. Mário Barreto, isso faz dele um dos médicos que mais tempo ocupou a cadeira presidencial, atrás apenas de Pedro Kassab (12 anos e seis mandatos).

Nos primeiros dois anos, reorganizou a parte administrativa e operacional da entidade, inclusive com a inauguração, em 1996, da página da AMB na internet. A sede também passou por mudanças, recebendo um auditório com capacidade para 100 lugares. No entanto, a questão da Tabela de Honorários Médicos continuava sendo uma demanda importante e desgastante. Logo que o Dr. Nassif assumiu, já encontrou pronta uma tabela, feita pela gestão



Assinatura de termo de posse da diretoria 1995-1997 da AMB. Pela primeira vez tinha em sua composição quatro mulheres: Merisa Braga de Miguez Garrido, Vera Lúcia Amorim, Mara de Fátima Fernandes e Angela Augusta Lanner Vieira

anterior. Contudo, em reunião coordenada pelo então secretário-geral da AMB, o radiologista Luiz Karpovas, os novos representantes de algumas Sociedades de Especialidade apresentaram discordâncias quanto a acordos previamente feitos e ao documento.

As mudanças foram realizadas e quando tudo parecia certo, entrou em cena o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que, atendendo a pressões das operadoras de saúde, cassou a THM-92 e proibiu sua divulgação para a classe, sob pena de multa diária de aproximadamente 5 mil reais. Uma liminar garantiria o direito de se levar o trabalho adiante. Mas, conforme narra o próprio Nassif, o caminho que se tomou a partir dali foi outro. “Para não sofrer a punição imposta pelo Cade, resolvemos extinguir todas as edições anteriores da THM, bem como o indicador CH, partindo para a elaboração de

uma Lista de Procedimentos Médicos (LPM), com valores em moeda vigente, e real”<sup>18</sup>, explica o então presidente.

Dessa forma, a história da remuneração do trabalho médico começava a ser contada de uma forma diferente. Depois de tanta pressão e arrochos, a tabela se tornou obsoleta e desacreditada e o coeficiente de honorário perdeu tanto valor, que já não era vantagem usá-lo. Assim, em 1º de maio de 1996, a AMB oficializa a extinção da tabela e do CH e valida a LPM, que também será alvo do Cade, que a considera ilegal por cartelizar o setor. Com ela, todos os 3.873 procedimentos receberam reajuste de ao menos de 50% e a consulta eletiva passou a custar 39 reais para os diversos tipos de convênios e planos de saúde. Revista em 1999, a LPM seria a referência da classe até 2003, quando finalmente viria à luz a Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM).

Antes de encerrar seu ciclo, Nassif ainda contribuiria para a criação do Sistema Nacional de Atendimento Médico (Sinam), lançado em 29 de maio de 1998 na Bahia, estendendo-se depois para o restante do País. A ideia era oferecer uma alternativa de saúde investindo na relação direta entre médico e paciente, sem intermediários. Sem cobrança de taxas, mensalidades ou anuidades, o usuário do sistema só pagaria ao precisar de atendimento e, por ocasião do seu lançamento, com base na LPM.

Ele conta em livro de sua autoria, que a ideia nasceu em 1982 no Paraná, onde foi aplicada regionalmente e tendo como primeiro batismo Sistema Integrado de Convênios (SIC). No entanto, começou a se consolidar como um projeto da AMB quando o então presidente recebeu o colega baiano José Siquara da Rocha Filho. Este se queixava que, embora a Associação Baiana de Medicina (ABM) contasse com mais de 2 mil médicos inscritos, não conseguia formalizar um acordo digno com nenhum convênio.

Foi então que Nassif falou ao Dr. Siquara do sistema que permitia atender aos pacientes de maneira direta e com preços vantajosos para ambos os lados; e recomendou ao amigo que conversasse com o Dr. Jadelson de Andrade, presidente da ABM, sobre as possibilidades de implantação. Quando em 24 de

18. NASSIF, Antonio Celso Nunes. *O idealismo de um presidente*, pp. 130-131.



Dr. Nassif se despede dos funcionários da AMB ao fim do seu último mandato, em 1999

maio, poucos dias antes do lançamento, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou uma matéria com grande destaque sobre o que chamou de “o sistema dos médicos”, que diminuiria custos para os clientes e resgataria a relação direta entre o médico e paciente, outros veículos de comunicação fizeram o mesmo, dando visibilidade ao projeto. “É a chance de os médicos saírem do jogo das seguradoras”,<sup>19</sup> acreditava Dr. Nassif.

E com mais esta iniciativa, o otorrinolaringologista do Paraná se preparava para finalizar uma era. Seu último mandato ainda coincide com a celebração das quatro décadas de fundação da entidade que ajudou a construir. Para marcar este momento, foi lançado em Foz do Iguaçu, o livro *40 anos de Associação*

19. PAULO, Leandro. Associação Médica cria sistema de atendimento. *Folha de S. Paulo*, 30 mai. 1998. Disponível em: <https://bit.ly/3LjMiEk>. Acesso em: 16 set. 2022.

## Capítulo 5

*Médica Brasileira*, de autoria do Dr. Julio Sanderson, médico mineiro que foi diretor Cultural da AMB no segundo mandato da Era Nassif (1989-1991).<sup>20</sup> Se tudo que tinha sido feito até ali estava devidamente registrado, era hora de passar a caneta para que outros pudessem completar aquela história começada em 1951. E quis o destino que ela fosse entregue a outro santista, àquela altura com apenas 46 anos e já reconhecido como uma das principais lideranças médicas nacionais. Assim, entrava no grupo Eleuses Vieira de Paiva.

20. Filho de pai médico, o Dr. Julio Arantes Sanderson de Queiroz nasceu em 30 de março de 1914, na cidade mineira de Aiuruoca e se formou em Medicina na Universidade Federal do Rio de Janeiro, na década de 1940. Na capital fluminense construiu sua trajetória profissional e ali veio a falecer, em 23 de agosto de 2002.

## Tempos de mudança: dos agitados anos 1980 às portas do século 21



Doutor Edmund Chada Baracat tem a palavra durante reunião na sede da AMB

Reunião da diretoria da AMB realizada em 28 de outubro de 1988, na cidade de Florianópolis, durante a primeira presidência do Dr. Antônio Celso Nunes Nassif



A hand is shown holding a white document. The document features a circular logo with a globe and the text 'Associação Médica Brasileira' and 'Exames para Crianças' followed by the year '2002/2005'. The background is a blurred office setting with a desk and a chair.

# 6

## **Cruzando as fronteiras para o século 21: Quem vigia a casa?**



**D**OUTOR ELEUSES VIEIRA DE PAIVA nasceu em 1953 na cidade de Santos. Assim, seria o sexto paulista, o segundo santista e o primeiro presidente da AMB nascido depois de sua fundação. Formado pela Faculdade de Medicina de Itajubá, em 1978, especializou-se em Medicina Nuclear pelo Instituto de Radiologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP) e seguiu para o interior, onde iniciou uma carreira na iniciativa privada e universitária, na Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (Famerp).

Em 1991, tornou-se diretor distrital da APM e, dois anos depois, foi presidir a regional de São José do Rio Preto da federada paulista. De forma ousada, candidatou-se ao posto de presidente da mesma APM, liderando a *Chapa 2 – APM para os Médicos*, sendo eleito em agosto de 1995. Ali tentou desenvolver o espírito de unidade da classe, característica que o marcaria nos seus passos seguintes. Tinha o diagnóstico que os verdadeiros adversários da classe não estão nas entidades médicas, visão que diz acompanhá-lo ainda hoje. “Mesmo cada um tendo um enfoque ou modo de pensar diferente – e isso faz parte do jogo democrático – é importante unirmos os trabalhos dos três segmentos que temos dentro do movimento médico: sindical, conselhal e associativo”, adverte.

Foi munido deste espírito que, de forma muito natural, fez a transição da presidência da APM para a da AMB em 1999, depois de uma ampla composição nacional conduzida por Antonio Celso Nunes Nassif. Este deu a oportunidade para que todas as 27 federadas se manifestassem. Além do nome do jovem médico do interior paulista, outro, de um colega do Rio Grande do Sul, também se colocou no páreo. Mas, em uma reunião realizada em Goiânia, a adesão a Eleuses Paiva foi maciça. Diante daquele cenário, percebeu-se que não seria interessante para a entidade levar adiante uma disputa em que já estava claro quem cada Federada e Sociedade de Especialidade iria apoiar. “Esse desgaste se tornou desnecessário e, a partir daí, caminhamos com uma chapa única”, lembrou o ex-presidente.



Eleuses Vieira de Paiva se tornou diretor distrital da APM em 1991 e, dois anos depois, foi presidir a regional de São José do Rio Preto da federada paulista. Assumiu a presidência da AMB em outubro de 1999

Ao longo de suas sete décadas de atividade, a valorização do médico e, conseqüentemente, de sua remuneração, sempre estiveram entre as prioridades da AMB



De personalidade forte, Eleuses tem um perfil conciliador, segundo o jornalista César Teixeira, que por mais de duas décadas, acompanha a rotina da AMB, cobrindo as mais diversas reuniões e fotografando seus eventos. “Cansei de vê-lo participando de reuniões do Conselho Deliberativo ou do Conselho Científico. Onde tinha problemas, ele ia negociar uma solução. Sempre fez questão de resolver as situações buscando um acordo. Fechava-se a porta e ele dizia: ‘A gente só sai daqui quando tiver um acordo’. No fim, um cedia aqui, outro ali, e se chegava a um consenso”, diz o atual editor-chefe da *Revista da Associação Médica Brasileira* (RAMB), que vem testemunhando a história da casa desde a gestão do Dr. Mário da Costa Cardoso Filho.

Quando assumiu a AMB, em outubro de 1999, uma das primeiras iniciativas de Eleuses Paiva foi esclarecer a classe médica quanto à polêmica em torno da implantação efetiva da política de medicamentos genéricos.<sup>1</sup> Se dizia a favor, mas ressaltava que cobraria fiscalização rígida do governo.<sup>2</sup> O passo seguinte foi colocar em prática projetos apresentados durante a campanha, a começar pela aproximação com o Conselho Federal de Medicina (CFM), para o desenvolvimento de uma agenda comum, especialmente no que dizia respeito a temas caros à classe, como questões referentes a abertura de escolas

1. Entre os objetivos com a introdução dos genéricos estavam a oferta de produtos com menor preço, com redução inclusive dos custos dos medicamentos de referência, por conta desta nova concorrência.

2. DIRETORIA: seis meses de gestão. *Jornal da Associação Médica Brasileira*, de junho de 2020, p.9.



médicas, educação continuada, Lista de Procedimentos Médicos (LPM) e atuação de médicos estrangeiros no Brasil. O novo presidente estava confiante de que aquela união haveria de trazer avanços e fortalecer o movimento médico.

E, de fato, houve uma sinergia muito grande entre o presidente da AMB e Edson Oliveira Andrade,<sup>3</sup> presidente do CFM. A sintonia se estenderia também a Heder Murari Borba,<sup>4</sup> que seria eleito para liderar a Federação Nacional dos Médicos (Fenam). Até ali, as três entidades alimentavam divergências históricas no encaminhamento das políticas de saúde relacionadas ao médico. Mas, a partir de então, a convergência entre as entidades favoreceria na realização de um trabalho em conjunto. Com esses três novos protagonistas em ação, haveria uma série de ações que viriam a ocorrer nos próximos seis anos, uma vez que a reeleição do santista estava a caminho.

3. Edson de Oliveira Andrade foi presidente do CFM por dois mandatos, ficando no cargo de 1994 a 1999 e de 1999 a 2004.

4. Heder Murari Borba presidiu a Fenam de 2001 a 2004 e de 2005 a 2006.

**Audiência da diretoria da AMB, CFM e o secretário do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Mércio Felsky (primeiro à direita), em 20 de junho de 2000**

Ciente de que é impossível pessoas diferentes pensarem de forma igual, o santista buscou investir no que era consensual entre as casas, em detrimento das suas divergências. “Ninguém estava muito preocupado em saber quem era o pai da ideia. Trabalhamos conjuntamente e descobrimos que éramos mais fortes assim e acredito que tivemos avanços muito importantes neste período”, destaca Dr. Eleuses. Visando à defesa da classe, buscou-se uma metodologia conciliada para a elaboração de uma lista referencial de valores tecnicamente defensável e que contasse com o aval das principais entidades médicas: AMB, CFM, Fenam e Confederação Médica Brasileira (CMB). Essa ideia surgiu em março de 2000, durante uma reunião de planejamento estratégico entre AMB e CFM. Para isso, abriu-se um fórum abrangente de debate, que incluiu também as Sociedades de Especialidade, Unimed, Comitê de Integração das Entidades Fechadas de Assistência à Saúde (Ciefas) e Ministério da Saúde, tendo a assessoria da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) da Universidade de São Paulo (USP).

Em todas as ações da AMB, a ideia central passou a ser a união. Com esta visão, voltou a ter participação ativa na Comissão Interinstitucional Nacional de Avaliação do Ensino Médico (Cinaem) e, depois de 15 anos de afastamento, retomou seu lugar no quadro de filiadas da Associação Médica Mundial. E, como tudo passa pela política, investiu na abertura de um escritório parlamentar em Brasília, para que a AMB pudesse marcar presença e estabelecer diálogo com aqueles que podem decidir os rumos do País, especialmente no que diz respeito às questões da Saúde.

## CBHPM: Um marco histórico para a classe médica

A diretoria 1999-2002 da AMB recebeu uma casa extremamente organizada. Mas um problema enfrentado pelo Dr. Nassif seguia incomodando a entidade: a atuação do Cade. Os médicos julgavam desproporcional o tratamento que este órgão dava a eles em relação às operadoras de saúde. “Pleiteávamos, e seguimos pleiteando, que as nossas entidades possam negociar em nome do médico, buscando sempre uma remuneração mais digna para quem trabalha. E o Cade tinha um entendimento diferente e contrário aos interesses da AMB”, conta Dr. Eleuses.

Em junho de 2002, por exemplo, a classe foi surpreendida com uma sentença do Cade, que impedia os médicos de usarem como base a tabela de honorários<sup>5</sup> elaborada pela AMB. O órgão ligado ao Ministério da Justiça, atendia a uma representação do Ciefas feita em 1994, na qual acusava as entidades médicas de imporem a tabela às operadoras e planos de saúde. Na prática, segundo o Dr. Eleuses, o que as empresas faziam era criar tabelas próprias, copiadas da AMB, só que com índices bastantes inferiores. “As empresas podem impor tabelas aviltantes aos médicos. Já os médicos, na visão do Cade, não podem estabelecer mecanismos de referência”, reclamava à época o presidente.<sup>6</sup>

Contudo, dissabores à parte, seguiu trabalhando. Da sua visão de unidade e coletividade nasceu o projeto *Diretrizes para Condutas Médicas*, executado pelas Sociedades de Especialidade e sob as bênçãos da AMB e CFM. O objetivo era oferecer educação e atualização ao profissional e otimizar recursos, baseando-se principalmente nas melhores evidências clínicas, no que diz respeito a diagnóstico, prevenção e tratamento. Para coordenar o ambicioso projeto, a missão foi entregue, em meados do ano 2000, a José Luiz Gomes do Amaral, então presidente da APM. Cerca de dois anos depois, em setembro de 2002, saía a impressão do primeiro volume, com 40 diretrizes, sendo distribuído para todos os hospitais públicos, bibliotecas, Faculdades de Medicina e outras entidades ligadas ao segmento de saúde.

Simultaneamente, a busca da lista referencial consensual seguiu avançando. Da Fipe originou a ideia de, em vez de um valor fixo, fazer o uso de uma banda variável, pois isso garantiria flexibilidade e atenderia às diferenças regionais. Outra sugestão interessante foi a de hierarquizar os procedimentos, buscando identificar e valorar o mais complexo e o mais simples e usá-los como referência para os demais. Vem daí o nome com o qual se popularizou aquele projeto: Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM), que nascia com a chancela das três entidades representativas da classe: AMB, CFM e Fenam.

5. Àquela altura, a antiga Tabela de Honorários Médicos (THM) já tinha sido extinta e dado lugar à Lista de Procedimentos Médicos (LPM).

6. PAIVA, Eleuses Vieira de. A infeliz decisão do Cade. *Jornal da Associação Médica Brasileira*, ano 41, n. 1.307, jun. 2000, p. 2.





Uma mudança estatutária fez com que o Dr. Eleuses Vieira de Paiva se tornasse o primeiro a usufruir de mandato de três anos. Reeleito em 2002, o médico nuclear liderou a AMB entre 1999 e 2005

Em maio de 2003, a CBHPM foi debatida no Encontro Nacional das Entidades Médicas (Enem), realizado em Brasília, e, finalmente, em 15 de julho, foi lançada oficialmente em Vitória (ES), como um projeto-piloto.<sup>7</sup> Isso se deu com grande entusiasmo, pois se entendia que se tratava de um marco histórico para a classe médica. Buscava-se com ela a valorização do trabalho do médico no sistema de saúde suplementar. “Não havia outra maneira científica e ética de organizar os procedimentos médicos, senão conforme a realizada na Lista. Essa foi a forma que nós, médicos, encontramos para dizer quanto vale o nosso trabalho”,<sup>8</sup> salientou o Dr. Edson Andrade, por ocasião do lançamento na capital capixaba. Em 7 de agosto daquele ano, o CFM publicou a resolução normativa 1.673, tornando

7. Em 1º de agosto de 2003 foi lançada a segunda edição da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos, mas esta não entrou em vigor, uma vez que seus códigos possuíam nove dígitos. Foi só com a terceira edição que a CBHPM realmente entrou em vigor. Lançada em 1º de julho de 2004, prevaleceu até 30 de agosto do ano seguinte, quando uma nova atualização veio à tona.

8. CLASSIFICAÇÃO Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos. *Jornal da Associação Médica Brasileira*, ano 44, n. 1.330, nov.-dez. de 2003, p. 8.

## Cruzando as fronteiras para o século 21: Quem vigia a casa

a CBHPM o referencial ético para a remuneração de honorários médicos no Brasil. Em seguida, foi criada a Comissão Nacional de Implantação (CNI), sob a liderança do Dr. Lincoln Marcelo Silveira Freire. Além dele e também representando a AMB nesta comissão, estavam Eduardo da Silva Vaz, José Luiz Gomes do Amaral e Lucio Antonio Dias; o CFM era representado por Abdon Murad Neto e Antonio Pinheiro; Heder Borba e Márcio Bichara, a Fenam; e José Erivalder Guimarães, a CMB.

Para o Dr. Eleuses, melhor que o próprio resultado daquele trabalho de três anos, seria a sua transformação em instrumento balizador não só para o setor privado, mas também para o sistema público de saúde. O passo seguinte foi exatamente o entendimento com a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). E ele viria com o aceite da CBHPM por este órgão regulador como referência para a terminologia em saúde suplementar. Finalmente, em agosto de 2011, depois de longa batalha e muita pressão, a ANS, a Secretaria de Direito Econômico (SDE) e o Cade reconheceram que a Classificação Brasileira poderia ser usada como referência técnica em discussões sobre remuneração.<sup>9</sup>

## Com quem fica o legado de Eleuses Paiva?

Foi no primeiro mandato do Dr. Eleuses de Paiva que, finalmente, pôde-se definir exatamente a quantidade de especialidades reconhecidas no Brasil, que, naquele momento, ficou em número de 50. Isso exigiu quase uma década de discussão de uma comissão mista integrada por AMB e CFM, além do Ministério da Educação (MEC). Assim, conseguiu-se unificar e balizar os debates a respeito, embora ainda restassem brechas em torno das áreas de atuação.

Por conta de uma mudança estatutária, o médico nuclear foi o primeiro a gozar de um mandato de três anos à frente da Associação Médica Brasileira. Em 2002, voltou a submeter seu nome ao escrutínio dos colegas, de novo com a chapa única *AMB para os Médicos*. Era um sinal do sentido de unidade da categoria, imagem que foi reforçada pelo que se viu nas próprias Federadas, em

9. CBHPM. *Cremesp*, sd. Disponível: em <https://bit.ly/3xIqn4p>. Acesso em: 22 set. 2022.

O presidente da AMB, Eleuses Paiva, encontra-se com o então ministro da Saúde, José Serra



que quase todas seguiram o mesmo padrão. Aquela demonstração de coesão da classe, que já contava com 260 mil médicos no País inteiro, foi algo até então jamais visto. No final, 93,84% dos que compareceram ao pleito optaram pela continuidade da gestão. A posse aconteceu em 11 de outubro, em São Paulo, em conjunto com a nova diretoria da APM. Pouco tempo depois, no dia 27, foi a vez de todo o povo brasileiro também ir às urnas em segundo turno, e, entre os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva e José Serra, escolher o primeiro.

Neste segundo mandato, Dr. Eleuses voltou a atenção para o que se convencionou chamar de “indústria do ensino”. E não sem razão. De 2000 até 2005, foram criados 50 novos cursos de Medicina no Brasil, totalizando assim 146 escolas médicas, sendo 26 no Estado de São Paulo. Este dado é resultado da segunda edição do estudo *Abertura de Escolas de Medicina no Brasil: Relatório Sombrio*, patrocinado pela AMB e CFM. “O ritmo de crescimento é tão intenso que os últimos seis cursos foram autorizados entre a finalização do estudo e sua impressão”,

afirmou o cardiologista paranaense Ronaldo da Rocha Loures Bueno, então segundo-vice-presidente da AMB e quem, em parceria com a socióloga e historiadora Maria Cristina Pieruccini, assinou o trabalho.

Antes que aquela diretoria passasse o bastão, outras parcerias AMB-CFM continuaram vindo à tona. Em abril de 2005, por exemplo, foi lançado o terceiro volume do Projeto Diretrizes, que já somava 120 condutas. Àquela altura, a Associação Médica Brasileira já vivia o clima de troca de comando. No primeiro dia daquele mesmo mês de abril, reunia-se em São Paulo o Conselho Deliberativo da entidade, quando foi dado o início do processo eleitoral. Ficou estabelecido que, independentemente do número de postulantes, o eleito haveria de sair de um processo consensual.

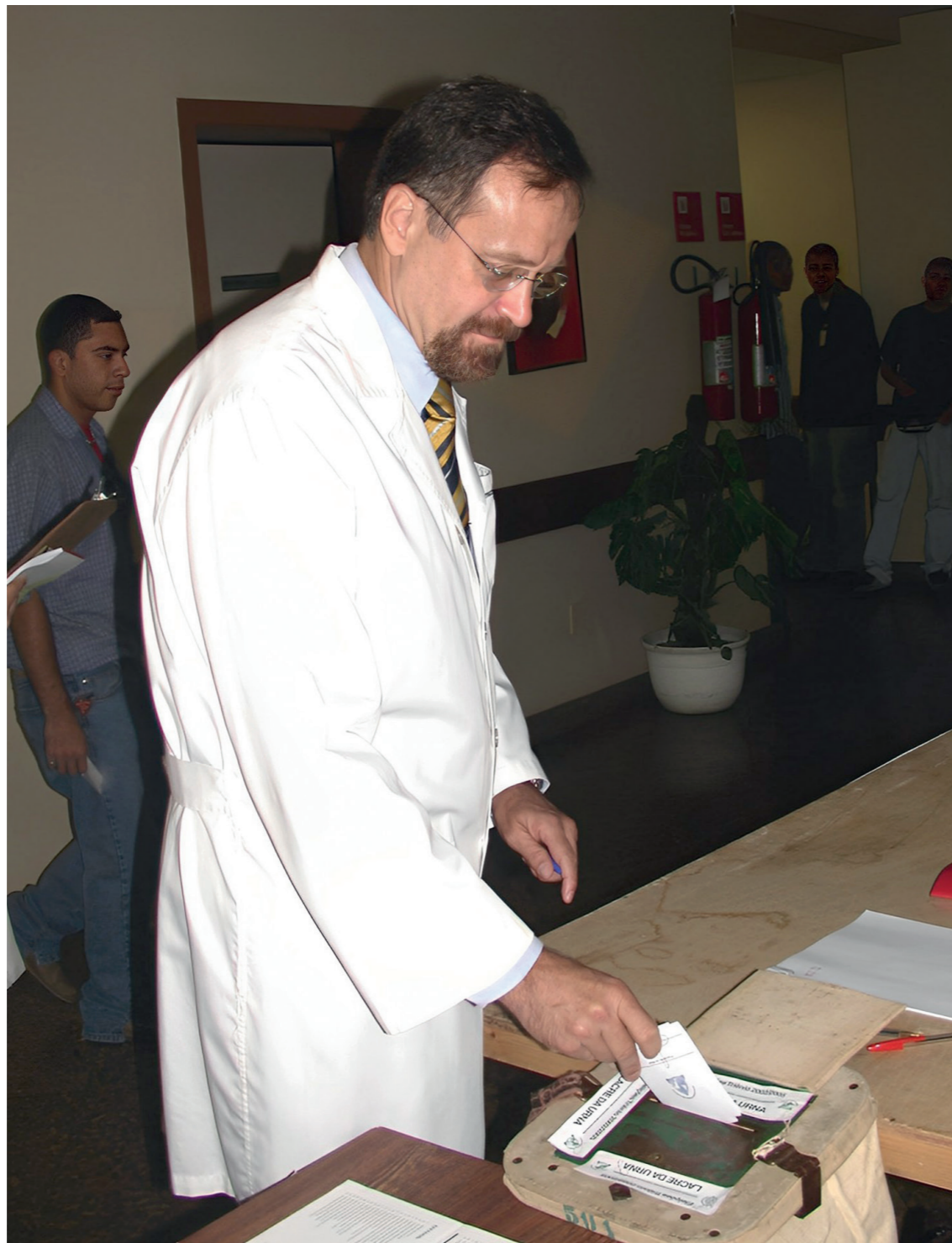
E não foram poucos os dirigentes que inicialmente se candidataram ao cargo de presidente. Nada menos do que dez: Edmund Chada Baracat, Florentino Cardoso Filho, Geraldo Ferreira Filho, Hélio Barroso dos Reis, José Luiz Gomes do Amaral, Jurandir Marcondes Filho, Lincoln Freire, Remaclo Fischer Júnior, Roberto Queiróz Gurgel e Samir Dahas Bittar. Mas ao final, a roda da fortuna girou e ficou a favor do médico anestesiolista paulistano José Luiz Gomes do Amaral.

Entre aqueles que primeiro se colocaram dispostos a concorrer à presidência da AMB, Dr. José Luiz Gomes do Amaral entende que dois teriam grandes chances de chegar ao cargo: Samir Bittar, de Goiás, e Lincoln Freire, de Minas Gerais. O primeiro, de Anápolis, destacava-se por sua inteligência, educação e cultura. Mas em determinado momento, abriu mão de levar aquela ideia adiante. “A desistência do Dr. Samir foi uma pena, porque



Os doutores Lincoln Freire (acima) e Samir Bittar acabaram desistindo de concorrer, abrindo o caminho para a eleição do Dr. José Luiz Gomes do Amaral

José Luiz Gomes do Amaral vota na Universidade Federal de São Paulo: seria o 14º da AMB



## Capítulo 6

## Cruzando as fronteiras para o século 21: Quem vigia a casa

realmente é uma pessoa brilhante. Ele teria feito coisas com muito mais êxito, muito mais positivas do que as que consegui fazer”, avalia Dr. José Luiz.

O outro concorrente destacado, o já falecido pediatra e professor da Universidade Federal de Minas Gerais Lincoln Freire, era dono de uma personalidade forte e de um caráter irretocável. Também era visto como um batalhador incansável pela classe, especialmente no quesito melhor remuneração. Tinha sido presidente da Associação Médica de Minas Gerais (AMMG), primeiro-vice-presidente da AMB naquele segundo mandato do Dr. Eleuses e era muito respeitado pelos colegas. No entanto, a situação foi evoluindo e o Dr. Lincoln Freire acabou optando também por se retirar daquela que poderia ser uma disputa desgastante. “No final, não tivemos competição, não tive adversários. Mas julgava que estes dois tinham as melhores condições para suceder o Eleuses”, declara o Dr. José Luiz, a quem foi dada a missão da continuidade e da preservação da unidade médica, conforme legado deixado pelo seu antecessor.

## Olhando para fora do País

Doutor José Luiz também foi quem substituiu Eleuses Paiva na APM, ocupando a presidência daquela Federada entre 1999 e 2005. Como um movimento de preparação, e concomitantemente à APM, ocupou também a vice-presidência da Região Centro-Sul da AMB (2002-2005). Portanto, quando chegou o momento, estava pronto para novas responsabilidades. A eleição de 31 de agosto de 2005 transcorreu de forma muito tranquila. Não era para menos. Ele tinha a aprovação de todas as 50 Sociedades de Especialidade e de 26 das 27 Federadas, além de 26 dos 29 membros da Diretoria Plena, de todos os Conselhos Regionais de Medicina (CRM) e conselheiros do CFM. Naquela oportunidade, estavam aptos para votar 101.862 médicos e não foi surpresa que a chapa *AMB para os Médicos* obtivesse 91,4% de aprovação daqueles que exerceram este direito. Ele fez posse conjunta com a APM, no Teatro Abril, em 28 de outubro, e seria reconduzido ao cargo ao ser reeleito em 2008, de novo sem enfrentar oposição nas urnas, seguindo até 2011.

Nascido na cidade de São Paulo, em 24 de fevereiro de 1950, Dr. José Luiz graduou-se pela Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo (EPM-Unifesp). Em seguida, tornou-se anesthesiologista e intensivista, dedicando-se à carreira universitária. Esse processo acabou por levá-lo ao Cremesp, à



Doutor José Luiz Gomes do Amaral, à direita do deputado federal Arlindo Chinaglia (PT), durante o XI Encontro Nacional das Entidades Médicas (Enem), realizado em Brasília, entre 6 e 8 de junho de 2007

Sociedade de Anestesiologia do Estado de São Paulo (Saesp), à Sociedade Paulista de Terapia Intensiva (Sopati) e, finalmente, à APM. Na Associação Paulista foi indicado inicialmente para ser diretor científico, mas logo o grupo percebeu que precisaria de alguém que residisse na capital paulista, para dar suporte ao então presidente, Dr. Eleuses Paiva, que morava em São José do Rio Preto. “Na falta, não de um melhor, mas de outro disponível, me voluntariei. Pedi então para um amigo muito próximo, Álvaro Nagib Atallah, para me substituir e fui trabalhar com o Eleuses, que eu nem conhecia naquela época”, conta. Neste movimento, tornou-se o primeiro-vice-presidente daquela filiada, ocupando este cargo de 1995 a 1999. Na APM aprenderia a dialogar intensamente com os colegas da profissão e com outros agentes fundamentais na construção do associativismo, como operadoras de planos de saúde e legisladores.

Na opinião do Dr. José Luiz, uma instituição tem por objetivo central fazer a vida dos médicos melhor, fazer os médicos melhores e fazer a Medicina mais qualificada e mais acessível às pessoas. Foram estes quatro pilares que objetivou edificar tanto na Associação Paulista de Medicina quanto na Associação Médica Brasileira. À frente da AMB, buscou dar atenção para algumas políticas de saúde, como álcool e condução segura, controle do tabagismo, sedentarismo e alimentação equilibrada. Mas também teve de lidar com questões que atingiam diretamente a classe, como a revalidação dos títulos de especialistas.



O Dr. José Luiz Gomes do Amaral durante a Assembleia-Geral da Associação Médica Mundial (WMA), que aconteceu na cidade canadense de Vancouver, em outubro de 2010. Com ele, Pedro Wey Barbosa de Oliveira, Miguel Roberto Jorge e Luc Weckx

Com ele, depois de muito tempo, a AMB também olhou para fora do País e estabeleceu três importantes frentes internacionais. Dessa forma, buscou-se fazer presente e se representar na Comunidade Médica de Língua Portuguesa (CMLP), Confederação Médica Latino-Americana do Caribe (Confemel) e Associação Médica Mundial (WMA). “Nós entendemos, em um certo momento, que a AMB precisava voltar a ter um papel relevante no cenário médico internacional, e isso aconteceu de maneira muito interessante”, explica o ex-presidente. Isso permitiu que, pela primeira vez, desde a elaboração da Declaração de Helsinque,<sup>10</sup> em junho de 1964, um país da América Latina sediasse reuniões prévias à revisão desse importante documento.

O evento em questão se tratou do Fórum Ética e Pesquisa/Revisão da Declaração de Helsinque. Promovido em parceria com a AMB, CFM e WMA, foi realizado dos dias 19 a 21 de agosto de 2008 no auditório do Centro de Integração Empresa Escola (CIEE). Assim, os participantes puderam não apenas acompanhar os debates, mas manifestar sua opinião sobre aquele processo de revisão, que tinha começado um ano antes. Entretanto, aquela ponte

10. A Declaração de Helsinque se trata de um conjunto de princípios éticos para o desenvolvimento de pesquisas médicas em seres humanos e, embora emendado posteriormente, foi adotado durante a 18ª Assembleia Médica Mundial realizada na capital finlandesa, em junho de 1964.

entre o Dr. José Luiz e a Associação Médica Mundial não foi construída da noite para o dia. Antes mesmo de sua posse como presidente da AMB, ele tinha acompanhado o Dr. Eleuses à assembleia-geral da entidade internacional. Dali deu continuidade àquele trabalho de aproximação e, na reunião do Conselho da WMA de maio de 2007, em Berlim (Alemanha), ele próprio foi eleito para ser também o presidente do Comitê de Assuntos Médicos Sociais da Associação Mundial. Dois anos depois, foi reeleito no encontro de Tel Aviv (Israel). E, para coroar aquela trajetória, em 2011, quando estava finalizando sua gestão na AMB, foi escolhido para presidir a Associação Mundial. Assim se tornou o terceiro brasileiro a ocupar a função.<sup>11</sup>

## Uma gestão sem conflitos graves

Com o Dr. José Luiz na presidência, a Associação Médica Brasileira manteve uma intensa atividade junto ao Congresso Nacional e, ao longo dos seus seis anos de presidência, foram lançadas duas atualizações da CBHPM.<sup>12</sup> Esta tabela de referência, que foi combatida no seu início, começou a ser percebida como uma necessidade. Quando, em 2007, a Agência Nacional de Saúde Suplementar decidiu corrigir uma deficiência de seus processos, criou o Comitê de Padronização de Informações da Saúde Suplementar (Copiss), para coordenar e debater o processo de uniformização das informações usadas pelas operadoras de planos de saúde. E, dentre as cerca de 15 tabelas então em vigência, aquele grupo escolheu a CBHPM como referência por considerá-la a mais completa e mais bem estruturada.

Depois disso, foram necessários quase dois anos de intenso trabalho para que uma equipe da AMB, coordenada pelos doutores Amilcar Giron e Florisval Meinão, fizesse a compatibilização e adequação dos procedimentos contidos na CBHPM com os do rol de cobertura mínima e obrigatória da ANS e também

11. O Dr. José Luiz Gomes do Amaral foi precedido naquele organismo internacional por Antônio Moniz de Aragão e Pedro Kassab, respectivamente, quarto e oitavo presidentes da AMB.

12. No período do Dr. José Luiz Gomes do Amaral foram lançadas a quinta edição da CBHPM, que vigorou de 1º de outubro de 2008 até 30 de setembro de 2010, e a CBHPM 2010, que vigorou de 1º de outubro de 2010 até 20 de novembro de 2012.



com as demais tabelas. Finalmente, em agosto de 2009, a entidade disponibilizou para a ANS sua lista de códigos e nomenclaturas, que acabariam servindo de base para a Terminologia Unificada da Saúde Suplementar (Tuss), onde se encontram padronizados todos os códigos e as nomenclaturas dos procedimentos médicos. “Com a escolha da CBHPM como referencial dos procedimentos médicos para a Tuss e com a decisão da ANS de atribuir à AMB a responsabilidade pela sua elaboração e manutenção, a classe médica recupera o domínio sobre o referencial de sua atividade profissional, condição que havia perdido há 15 anos, quando as operadoras começaram a trabalhar com outras tabelas”, disse o Dr. Meinão.<sup>13</sup>

No ano em que o Dr. José Luiz foi eleito presidente da AMB, o CFM também publicou a Resolução n.º 1.772 (de 12 de agosto de 2005), que criou a Comissão Nacional de Acreditação (CNA), com membros da AMB e do próprio Conselho Federal. Mas não só. Com esta resolução ficou definido que, a partir de janeiro de 2006, seria exigido dos médicos com Título de Especialista ou o Certificado de Área de Atuação ou a renovação do Certificado de Atualização Profissional (CAP). Para cumprir a exigência, os interessados deveriam acumular ao menos

13. AMB ENTREGA à ANS códigos e nomenclaturas da CBHPM adequados à TUSS. Conselho Federal de Medicina, 8 nov. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3LDGXIV>. Acesso em: 24 set. 2022.

Os doutores Amilcar Martins Giron (à esquerda) e Florisval Meinão coordenaram uma equipe que trabalhou para compatibilizar os procedimentos da CBHPM com os do rol de cobertura mínima e obrigatória da ANS e também de outras tabelas existentes

100 pontos no período dos próximos cinco anos, a serem obtidos a partir da presença em eventos como congressos, jornadas entre outros.

Com a iniciativa, pretendia-se padronizar o que já vinha sendo aplicado por algumas Sociedades de Especialidade, de forma independente e sem critérios uniformes. A emissão dos primeiros CAPs foi programada para dezembro de 2011. No entanto, alegando “processo de reestruturação interna da CNA” e a despeito da publicação, no dia 9 de fevereiro de 2012, de nova resolução do CFM, n.º 1.984, a AMB acabou prorrogando a emissão para dezembro de 2012. Informou ainda que o título ou certificado não perderia o valor.

A volta atrás do Conselho Federal se deu depois de intenso debate e análise da situação junto aos Conselhos Regionais. No final, de acordo com o terceiro-vice-presidente do CFM, Dr. Emmanuel Fortes, chegou-se à conclusão de que os títulos ou certificados não poderiam ser “caçados” ou considerados sem validade. “Uma vez obtido, seja pela Residência Médica ou prova específica na Sociedade de Especialidade, o título ou certificado nunca será considerado sem validade”, assegurou.<sup>14</sup>

Enfim, depois de seis anos ocupando o posto, era hora do Dr. José Luiz democraticamente passar a vez. Hoje, quando questionado sobre o balanço que faz daquele período, minimiza seu papel e destaca que poderia ter feito mais. “Não consigo ver tanto brilho em termos de ações positivas na minha gestão. Mas consigo ver muita sombra naquilo que eu deixei de fazer”, avalia. No entanto, durante sua presidência, conseguiu manter pacificada a relação da AMB com seus protagonistas internos, com os agentes externos nacionais, como CFM e Fenam, e outros internacionais, caso da própria WMA. E o anestesista e intensivista tem consciência disso. “O que me dava mais prazer foi ter conseguido conduzir uma instituição sem conflitos graves”, reitera. E não se trata de um trabalho fácil, levando-se em conta tudo que gravita em torno da AMB, com suas 27 Federadas, 54 Sociedades de Especialidade, diretores e delegados. “Se trago uma satisfação pessoal, foi ter procurado ouvir a todos, porque entendo que em uma reunião, o que interessa não é que sua proposta saia vencedora, mas que aquele que tem uma proposta diferente da sua não saia perdedor”, diz.

14. CONSELHO Federal de Medicina aprova resolução que extingue a Comissão Nacional de Acreditação. Associação Brasileira de Psiquiatria, 31 dez. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3dA-ZWH2>. Acesso em: 24 set. 2022.

## Em uma cadeira não cabem três

Foi com este espírito de harmonia e convergência que, mais uma vez, a Associação Médica Brasileira seguiu para mais uma renovação da sua diretoria, unida em torno de uma única chapa. Batizada *AMB é de todos os médicos*, esta era liderada pelo então diretor de Saúde Pública da entidade, o cirurgião oncológico cearense Dr. Florentino de Araújo Cardoso Filho. O lema usado, “Base forte em busca do bem coletivo”, dava um norte do que esperar para o triênio 2011-2014, em que lideraria a Casa dos Médicos. A posse ocorreu em 22 de outubro, no Theatro Municipal de São Paulo, juntamente com a da nova diretoria da APM. Naquela oportunidade também foi lançado o livro *AMB 60 anos*, para marcar as seis décadas de atividade da entidade. O trabalho foi desenvolvido pelo Departamento Cultural, sob a liderança do diretor cultural Hélio Barroso dos Reis.

Doutor Florentino foi o primeiro presidente fora do eixo Sul-Sudeste. Natural da cidade de Crateús, interior do Ceará, nasceu em 24 de outubro de 1961, e tinha sido até então presidente da Associação Médica do seu Estado natal (de 1999 a 2005 e de 2008 a 2011). Na AMB, foi vice-presidente da Região Norte-Nordeste (2002-2008) e diretor de Saúde Pública (2008-2011).

Comissão Editorial do livro de 60 anos, reunida em 10 de dezembro de 2009. Murillo Ronald Capella, Yvonne Capuano, Hélio Barroso dos Reis, José Luiz Gomes do Amaral, Guido Arturo Palomba e Giovanni Guido Cerri



Florentino Cardoso  
foi o primeiro  
presidente da  
AMB fora do eixo  
Sul-Sudeste



No pleito em que acabou eleito, não estava entre os candidatos mais fortes. Contudo, as circunstâncias da disputa jogaram holofote sobre seu nome. “Não vou dizer que era o preterido, mas, se fosse para usar uma escala, eu estava lá atrás”, brinca o especialista, que depois seria conselheiro efetivo do CFM, como representante da AMB.

Como de praxe, várias pessoas se colocaram como pré-candidatos, e o seu nome foi apontado entre eles. Ao longo do processo interno, alguns foram desistindo e, no final, além dele, permaneceram Jorge Carlos Machado Curi, presidente da APM entre 2005 e 2008, e Newton Monteiro Barros, ex-presidente da Associação Médica do Rio Grande do Sul (Amrigs). Em busca de um nome de consenso, o trio marcou uma reunião na sede da APM. Como anfitrião, o Dr. Curi falou primeiro e expôs seu ponto de vista, defendendo sua candidatura. O Dr. Barros foi o seguinte. Falou também de suas qualificações, mas pontuou que não teria o tempo necessário para se dedicar às atividades

### Cruzando as fronteiras para o século 21: Quem vigia a casa

da AMB e, de maneira surpreendente, defendeu que a escolha da vez deveria recair sobre o Dr. Florentino. Chegou então a vez do cearense falar. Mas antes que ele começasse, o Dr. Curi retomou a palavra, respaldou as palavras do gaúcho e empenhou seu apoio a uma chapa única. E assim foi. Os doutores Curi e Barros mantiveram a palavra e compuseram aquela diretoria, na condição, respectivamente, de primeiro e segundo-vice-presidentes.

As primeiras medidas do novo presidente buscaram organizar os processos e fluxos administrativos. Para isso foi contratada a consultoria Ernst & Young, que constatou um déficit financeiro que impedia a realização de iniciativas e projetos. Diante disso, adotou-se uma política financeira “pés no chão”, passando a se gastar com base apenas no que se tinha disponível. “Recebemos a AMB com o caixa negativo. Mas, ao longo desse tempo, conseguimos sanar nossas questões financeiras. Adotamos o lema ‘só se gasta o que se tem’ e ‘os recursos da instituição são da AMB’”,<sup>15</sup> rememora Dr. Florentino.

Ainda com base no diagnóstico da E&Y, foram tomadas medidas visando à modernização administrativa, incluindo a contratação de uma nova gerente executiva. Entretanto, a reestruturação do quadro de colaboradores foi além, com redução em mais de 40% e readequação de funções. Quando o Dr. Florentino entrou naquela casa como presidente, em 2011, a AMB tinha 47 funcionários, e quando a deixou, em 2017, mantinha 28. Isso significou uma economia de 1 milhão de reais por ano, deixando a folha de pagamentos dos funcionários 14% mais leve.

Na gestão do cirurgião oncológico também foi finalmente pacificado o impasse que já vinha de longa data entre a Associação Brasileira de Alergia e Imunopatologia (Asbai) e a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), que divergiam sobre a Área de Atuação em Alergia e Imunologia Pediátrica. Outras diretorias da AMB já tinham tentado, sem sucesso, pôr fim àquela querela, que havia se judicializado. A Asbai defendia que essa área de atuação era desnecessária, uma vez que ela já certificava com o Título de Especialista em Alergia e Imunologia Clínica os profissionais com formação em Pediatria, com treinamento em serviços reconhecidos de Alergia. A sugestão desta filiada era

15. REUNIÃO do Conselho Deliberativo acende alerta na medicina brasileira. *Jornal da Associação Médica Brasileira*, jul.-ago. 2014, p. 12.

abrir assento na sua Comissão de Título de Especialista a dois representantes da Pediatria, o que não era acatado pela SBP. O desentendimento seguiu e chegou até a primeira gestão de Florentino.

“À época, as duas sociedades brigavam nos tribunais, com audiências intermináveis. Eu convidei, separadamente, um e outro presidente daquelas entidades. Depois, fizemos uma reunião juntos e a temperatura esquentou bastante”, relembra Dr. Florentino. As negociações seguiram até que, finalmente, a AMB deu publicidade a um documento assinado pelo seu presidente e das suas duas filiadas, intitulado *Acordo entre as partes*. Nele ficou acordado que o Título de Especialista conferido pela Asbai/AMB em Alergia e Imunologia valeria para qualquer faixa etária e que a SBP continuaria emitindo seu Certificado de Área de Atuação em Alergia e Imunologia Pediátrica, com a prova sendo realizada pela Pediatria, mas com a participação da Asbai em igual número de membros na comissão. E no último tópico daquele sucinto documento estava um sinal definitivo da paz alcançada, pois dizia: “Extinção imediata dos processos legais existentes entre as partes”. “Chegamos a um acordo depois de três ou quatro reuniões e se acabou a querela judicial. Eu fui à abertura dos congressos seguintes das duas especialidades e era felicidade geral. Brigavam por coisas que não deveriam brigar”, enfatiza.

Segundo o Dr. Florentino, quando chegou 2014, ele não tinha a intenção de se candidatar a um segundo mandato. No entanto, uma divisão no seio da Associação Paulista de Medicina fez surgir na diretoria da AMB o receio de que pudesse haver repercussões dentro da própria Associação Médica Brasileira, afinal, aquela é sua Federada mais forte. Além disso, ambas as instituições viviam um período de harmonia e se julgou que não seria produtivo se posicionar a favor de uma ou outra chapa. A opinião era que, se não houvesse um nome de consenso para a presidência da AMB, ambos os grupos que disputavam a direção da APM lançariam suas respectivas chapas e levariam para a entidade nacional a uma disputa renhida, como já se prenunciava o pleito local. “Diante deste cenário, a decisão foi que eu deveria continuar. Foi um sacrifício enorme do ponto de vista pessoal, mas foi na tentativa de não deixar esfocar o sistema associativo”, explica o Dr. Florentino. Assim, não houve concorrência na eleição que escolheu a diretoria para o triênio que encerraria em 2017. A posse aconteceu em 24 de outubro de 2014, no auditório da APM.



Em setembro de 2011, o Dr. Florentino Cardoso e outras lideranças médicas foram recebidos em audiência pelo então ministro da Saúde, Alexandre Padilha (no centro)

## Uma tentativa frustrada de interferir na formação do especialista

A instabilidade foi contida naquela eleição, mas ela haveria de sacudir também as bases da Associação Médica Brasileira. Era só uma questão de tempo. Enquanto isso, a diretoria deu continuidade às suas ações. O assunto que mobilizou a AMB e toda a classe naquele ano de 2015 foi a luta pela revogação do decreto n.º 8.497 assinado pela então presidente Dilma Rousseff, em 4 de agosto, durante evento comemorativo aos dois anos do Programa Mais Médicos. Apresentado como um instrumento para regulamentar a formação do Cadastro Nacional de Especialistas, logo a classe observou brechas perigosas, que permitiriam que o governo interferisse unilateralmente no modelo vigente de formação de médicos especialistas no Brasil, que era reconhecido dentro e fora do País.

O que o governo não contava era com a reação, especialmente em um momento em que já se encontrava fragilizado e tinha dificuldades na relação com o Congresso Nacional. A AMB e outras entidades faziam panfletagem e percorriam vários gabinetes de parlamentares. De alguns veio a ajuda, mas o



Em 18 de outubro de 2012, no Dia do Médico, Geraldo Alckmin escolheu a sede da AMB para assinar um Projeto de Lei Complementar



mais aguerrido era o deputado federal e médico ortopedista Luiz Henrique Mandetta. A partir dele se chegou ao então poderoso presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, que também comprou aquela briga.

Com isso, uma nova minuta do decreto foi redigida, garantindo que o Governo não interferiria na formação dos médicos especialistas e prevendo a manutenção do modelo que estava em vigor desde 2002, com a participação da Comissão Mista de Especialidades (CME). Uma reunião foi feita com os líderes da base do governo e nela o Dr. Constantino explicou os riscos que aquele decreto representava. Acordou-se uma trégua de 15 dias. No retorno, novos encontros tensos. Acordos feitos em um dia, mudavam no dia seguinte. Assim se passou um mês de vigilância, tumultos, angústia e indignação. Mas, enfim, o governo acabou cedendo e assinando o Decreto n.º 8.516 em 10 de setembro de 2015, que foi publicado no dia seguinte. “O novo decreto foi redigido a muitas mãos, com digitais da Associação Médica Brasileira e do Conselho Federal de Medicina. Mas devemos isso ao Eduardo Cunha”, explica Dr. Florentino.

A nova ordem emanada revogou a anterior (decreto n.º 8.497/2015) e representou um avanço pois, com ela, o governo federal reconheceu que, no Brasil, somente a Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM),

vinculada ao Ministério da Educação, e a Associação Médica Brasileira, em conjunto com suas Sociedades de Especialidade, podem certificar o Título de Especialistas para médicos, ficando o Conselho Federal de Medicina como órgão responsável por registrá-lo. Também ficou estabelecido que a CME – que detém a prerrogativa de criar especialidades médicas ou áreas de atuação – seria formada por estas três entidades, cada uma com dois membros. Com aquela conquista, faz questão de ressaltar o Dr. Florentino, conseguiu-se que algo que era apenas um convênio entre o trio de entidades, que poderia ser desfeito a qualquer momento, passasse a fazer parte de um decreto presidencial. “A vitória não foi minha ou da AMB, mas de toda a classe médica, que permaneceu unida e soube defender seus interesses”, destacou o cirurgião oncológico.

## Casa dividida

Outras vitórias, ainda que em âmbito mais localizados, seguiram. Em setembro de 2016, depois da publicação pelo CFM da Resolução n.º 2.149/16,<sup>16</sup> a AMB lançou edital criando o departamento de Medicina de Emergência e para a escolha da associação que representaria a especialidade no seu Conselho Científico. Durante a reunião de 21 de março de 2017, o próprio Conselho Científico votou e fez a escolha pela Associação Brasileira de Medicina de Emergência (Abramede) como a representante desta nova especialidade na AMB. Depois, em outubro, outras duas novas especialidades também entraram para o time: Cirurgia Oncológica e Oncologia Clínica. Para representá-las, foram escolhidas, respectivamente, a Sociedade Brasileira de Cirurgia Oncológica (SBCO) e a Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (SBOC). “Criar uma especialidade ou área de atuação e escolher uma sociedade para representá-la gera atritos, pois mexe com interesses diversos. Mas a verdade é filha do tempo”, justificou Dr. Florentino.

Transcorridos seis anos, era hora de passar o bastão. Diferentemente das transições anteriores, a tranquilidade haveria de dar vez a solavancos.

16. Esta resolução homologa a Portaria CME n.º 02/2016, que aprova a relação de especialidades e áreas de atuação médicas aprovadas pela Comissão Mista de Especialidades.

Florentino e Lincoln se encontram durante o Encontro Latino-Americano sobre Dilemas Éticos, realizados nos dias 17 e 18 de março de 2017, no Rio de Janeiro



Era o espírito do tempo. Até ali, havia-se lutado contra o programa Mais Médicos<sup>17</sup> e a favor do Ato Médico.<sup>18</sup> O grande adversário era externo, representado na figura dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e da presidente Dilma Rousseff. Em nome desse antagonismo e representando a posição de boa parte da classe, a AMB apoiou institucionalmente o processo de *impeachment* da petista, seu presidente, Florentino, gravou vídeo fazendo chamamento para as manifestações de rua, empenhou “apoio total e irrestrito ao ex-juiz Sergio Moro e aos demais integrantes da Operação Lava Jato” e o *Jornal da AMB* publicou um texto intitulado *13 motivos para a AMB apoiar as manifestações*.

17. Programa lançado em 8 de julho de 2013 pelo governo Dilma Rousseff destinado a levar médicos para o interior do País e periferias das grandes cidades, sem a exigência do Revalida ou da tradução juramentada dos médicos estrangeiros.

18. A Lei n.º 12.842/2013, conhecida como a Lei do Ato Médico, foi aprovada após 12 anos de tramitação e exigiu muita mobilização das entidades médicas. Com ela ficaram demarcadas as atividades exclusivamente médicas. Foi proposta originalmente em 2002, pelo senador Geraldo Althoff (PLS 25/02). O senador Benício Sampaio apresentou o PL 268 no mesmo sentido, e ambos os projetos passaram a tramitar em conjunto. Foi aprovado em 2006 pelo Senado, na forma de substitutivo da senadora Lúcia Vânia, e encaminhado à Câmara, onde contou com a relatoria do deputado Eleuses Paiva. Sofreu várias modificações e retornou ao Senado, como novo substitutivo (PLS 268/02), texto que serviu de base àquele que seria aprovado no Plenário da noite de 18 de junho de 2013.

As sólidas bases sobre as quais foi erguida a Associação Médica Brasileira seriam testadas nas próximas eleições. Depois de mais de duas décadas sem disputas na eleição para a diretoria – a última concorrência tinha sido em 1995, quando foi eleito Antonio Celso Nunes Nassif –, a AMB iria para mais um processo de renovação dos seus quadros totalmente dividida. Mesmo com a desistência de Luciano Gonçalves de Souza Carvalho,<sup>19</sup> de Brasília, de um lado, permaneceu a *Chapa 1 – AMB sem Partido*, liderada pelo Dr. Lincoln Lopes Ferreira, e, do outro, a *Chapa 2 – AMB para os Médicos*, encabeçada pelo Dr. Jurandir Marcondes Ribas Filho.

Ambos faziam parte da mesma diretoria que estava prestes a ser renovada. Doutor Lincoln, então primeiro-vice-presidente, como situação, contava com o apoio de boa parte dos diretores da AMB e também com o da Associação Médica de Minas Gerais, da qual tinha sido presidente. Já o Dr. Jurandir, vice-presidente (Centro/Sul), além da Federada do Paraná, que também presidira, trazia com ele o apoio de Brasília e da APM. Falavam a seu favor os ex-presidentes Eleuses Vieira de Paiva e José Luiz Gomes do Amaral, além de Florisval Meinão, então presidente da APM.

Curitiba, Dr. Jurandir nasceu em 7 de março de 1953 e cursou Medicina na Faculdade Evangélica do Paraná, em 1977, fazendo em seguida a residência médica, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Iniciou no associativismo na Associação Médica do Paraná em 1986, como diretor de Comunicação, tendo também passagem pelo CRM local. “Eu tinha 26 ou 27 anos quando fui conselheiro. Mas, embora o Conselho seja uma entidade de extrema importância, vi que me adaptaria melhor no movimento associativo, e não no movimento conselhal”, justifica. Assim, passou pela Sociedade Paranaense de Gastroenterologia, foi mestre do Capítulo do Paraná do Colégio Brasileiro de Cirurgiões e ex-presidente do Colégio Brasileiro de Cirurgia Digestiva Capítulo do Paraná. Na AMB começou em 1999, quando Eleuses Paiva o convidou para ser diretor Acadêmico. Acabaria sendo por três vezes vice-presidente da Região Sul e delegado pelo Paraná da AMB até se tornar candidato

19. O urologista Luciano Carvalho, diretor de Assuntos Parlamentares na gestão 2021-2023, abriu mão de sua candidatura em apoio ao Dr. Jurandir Ribas.



Ex-presidente da Associação Médica do Paraná, o Dr. Jurandir Marcondes contou com o apoio da Associação Paulista de Medicina e da Associação Médica de Brasília na disputa eleitoral realizada em agosto de 2017

### Cruzando as fronteiras para o século 21: Quem vigia a casa

a presidente da entidade. “Vencemos a eleição no voto. Entretanto, por questões jurídicas, acabamos não assumindo”, queixa-se o paranaense.

Já o Dr. Lincoln, nasceu em Itaúna, cidade do centro-oeste mineiro, a 80 quilômetros de Belo Horizonte, em 31 de dezembro de 1959. Aos 23 anos, diplomou-se pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, especializando-se em Cirurgia Geral, Gastroenterologia, com estágio na França (em 1989) e Administração em Saúde. Ocupou por dois mandatos a presidência da AMMG (de 2011 a 2017) e fundou e presidiu durante duas gestões as Sociedades Mineiras de Medicina Preventiva e Administração em Saúde (Amimpas) e a de Cirurgia Geral. “Cerca de 25 anos atrás fui eleito diretor clínico de um hospital e, a partir daquele momento, fui sendo progressivamente pinçado para outros desafios”, afirma Dr. Lincoln.

A disputa de 2017 na AMB foi bastante polarizada e sofreu influência do ambiente político nacional, que culminaria nas eleições presidenciais de 2018, entre o petista Fernando Haddad e o então pesselista Jair Bolsonaro. Em meio a tudo isso, o sistema eleitoral adotado, que deveria simplificar o processo, levaria a confusão, desconfiança e desacerto. Decidiu-se que o pleito seria realizado por meio eletrônico e *on-line*, sem a presença no local de votação. “A primeira coisa que fizemos foi escolher uma empresa com credibilidade para fazer a votação eletrônica e contratamos a PwC, uma das *big four* para auditar a eleição. Foi um processo caro, mas queríamos segurança. Entretanto, na hora que foi auditar, foi aquele desgaste”, lamentou o Dr. Florentino.

Por questão estatutária, as Federadas podiam decidir qual modelo poderiam adotar. E duas destas filiadas regionais – APM e a Associação Médica de Brasília (AMBr) – escolheram seguir por um caminho diferente. A apuração com os votos eletrônicos foi feita na sede da AMB, com a presença dos candidatos e seus advogados. “Apuramos todos os votos eletrônicos e o Lincoln ganhou por larga maioria”, afirma o ex-presidente. Segundo Florentino, a APM, que apoiava o Dr. Jurandir, só começou a fazer a apuração dos votos posteriormente. E a PwC teria apontado incongruências que levariam o Conselho Deliberativo da AMB a impugnar aqueles votos.

Como era de se esperar, a questão foi judicializada. Afinal, em São Paulo, a *Chapa 2* obteve 4.256 contra 2.671 votos. Já no Distrito Federal, foram 640 votos contra 414. Portanto, caso os votos em litígios fossem aceitos, o

## Capítulo 6

resultado final seria de 5.862 votos pró-Jurandir contra 5.778 pró-Lincoln. Diante da confusão, estabeleceu-se o impasse. Afinal, para cada um dos candidatos, a validação ou não dos votos da APM e da AMBr representaria uma vitória apertada ou uma derrota acachapante.

Enquanto a Justiça arbitrava, os ânimos se acirraram. A posse da diretoria liderada pelo Dr. Lincoln foi marcada para 20 de outubro de 2017, durante a Assembleia de Delegados Ordinária. A data era um dia após a reunião do Conselho Deliberativo, que julgou as eleições da nova diretoria e dos delegados da AMB e proclamou os eleitos. Porém, naquela sexta-feira, a posse não aconteceu. Isto porque um grupo de cerca de 40 médicos, liderados pelos doutores Jurandir e Florisval Meinão, compareceu ao local e impediu o rito. Nova data e local então foram agendados: 1º de novembro, desta vez não em São Paulo, mas em Belo Horizonte. O local escolhido foi a sede da AMMG, onde o novo presidente da AMB, Dr. Lincoln, sentia-se em casa.

Esta diretoria foi a primeira a assumir depois de uma reforma estatutária que mudou o período da posse. Assim, em vez dos tradicionais 36 meses, ficaria 38, já que a seguinte só iria assumir em 8 de janeiro de 2021. “Tivemos um pouco mais de tempo para trabalhar. Houve, inicialmente, uma contestação bastante grande, mas a gente sempre teve uma parte das decisões favoráveis aos nossos pleitos. Como regra, concluímos o nosso mandato e não nos deixamos nos contaminar”, afirma Dr. Lincoln. Quanto ao processo eleitoral, a questão se arrastou até o dia 30 abril de 2022, quando houve o reconhecimento oficial durante as Assembleias Ordinária e Extraordinária de Delegados da AMB de que não houve nenhum tipo de irregularidade no processo eleitoral da APM e da AMBr, em 2017.

Lincoln se tornou o quarto mineiro a ocupar a presidência da AMB, assumindo 48 anos depois do fim da gestão do psiquiatra Fernando Megre Velloso, o último dos seus conterrâneos a estar naquela condição. Durante o mandato do cirurgião geral (2017-2020), foi inaugurado o AMB Espaço Brasília, em 4 de dezembro de 2020, em parceria com a AMBr. Compunha-se de recepção, sala da presidência, sala de reuniões e sala para suporte às Federadas e Sociedades de Especialidade. Neste triênio, as filiadas de Rondônia (em 2018) e do Amapá e Roraima (em 2019) foram reabertas, fazendo com que a AMB tivesse representação em todas as Unidades da Federação.



O cirurgião geral Lincoln Lopes Ferreira se tornou o quarto mineiro a assumir a AMB, depois de uma eleição bastante tumultuada



Comissão de Assuntos Políticos, com representantes da AMB, CFM e Fenam, em registro de 2011. Da esquerda para a direita: Márcio Costa Bichara, Luc Weckx, Jurandir Marcondes, Alceu Pimentel, Waldir Cardoso, José Luiz Dantas Mestrinho, Wirlande Santos da Luz, Napoléon Puento Salles (consultoria parlamentar), Dalvélio de Paiva Madruga, Lázaro de Miranda, Luiz Carlos Beyruth Borges e Jeancarlo Fernandes Cavalcante

Outra novidade foi o convênio com a Amrigs (em setembro de 2019) para levar o exame de residência médica, já aplicado no Rio Grande do Sul desde a década de 1970, para o restante do País.<sup>20</sup> O exame é voltado a médicos recém-formados que buscam os Programas de Residência Médica e também aqueles já atuantes, que buscam autoavaliação e atualização dos conhecimentos.

Quanto ao projeto Diretrizes, que nasceu em 2001 durante a gestão Eleuses Paiva, também seguiu sendo atualizado. Sob a coordenação do Dr. Wanderley Bernardo, foram promovidas 400 atualizações nas já existentes e a elaboração de outras 86 orientações. Outra iniciativa de destaque foi o lançamento da edição 2020 da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos, que trouxe 1.025 inclusões/alterações. O trabalho

20. Em 2022, a Prova AMB/Amrigs aconteceu em 27 de novembro. Além do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso e Rondônia, houve expansão do exame para o Rio de Janeiro e o retorno de um programa de Residência Médica ao Mato Grosso do Sul. Cerca de 5 mil candidatos se submeteram ao processo, sendo, nesta ordem, Oftalmologia, Dermatologia e Psiquiatria as especialidades com mais candidatos.



Lincoln e Eduardo Nagib Gai, por ocasião da eleição de Miguel Jorge (centro) como presidente da Associação Médica Mundial, em 6 de outubro de 2018, na cidade de Reykjavik, na Islândia

foi fruto dos esforços da Comissão Nacional de Honorários e da Câmara Técnica Permanente da CBHPM – então presidida pelo Dr. Carlos Alberto Lobo Jasmin – com a colaboração de todas as Sociedades de Especialidade, da Agência Reguladora e demais entidades médicas. Durante a gestão Lincoln, mais precisamente em abril de 2018, aconteceu a moratória das escolas médicas, conforme a Portaria n.º 328/2018, do Ministério da Educação. Com ela, ficaram suspensos por cinco anos os editais de chamamento público para autorização de novos cursos de Medicina ou mesmo para abertura de novas vagas nas escolas já existentes. “Não temos nada contra escola médica boa no Brasil. Temos contra escola ruim”, defende-se Dr. Lincoln.

Já nas questões administrativas internas, os diretores foram surpreendidos com uma questão relacionada à regularização da sede da AMB. Uma notificação, de maio de 2018, da Prefeitura de São Paulo, informou que a entidade estava prestes a perder sua isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). “Não só resolvemos a questão da isenção do IPTU e do Habite-se como fizemos um processo de reforma do edifício-sede, com uma adaptação total

às normas vigentes, como sistema de drenagem e de prevenção a incêndio”, explica o ex-presidente. Mas a surpresa maior ainda estava por vir e nada tinha a ver com questões técnico-burocráticas. Logo no início da gestão, veio à luz a existência de uma fraude financeira, que já tinha sugado nada menos que 50 milhões de reais dos cofres da Associação Médica Brasileira.

## Um duro golpe

Sete meses depois de assumir a presidência da AMB, Lincoln Lopes Ferreira diz ter tido ciência de uma informação que macularia as quase sete décadas de história da entidade: dinheiro estava sendo desviado da entidade que presidia e uma de suas funcionárias mais antigas estava no centro do esquema. Essas informações talvez jamais viessem a público e tudo seria resolvido internamente se a *Folha de S. Paulo* não tivesse publicado, em 3 de setembro de 2020, uma reportagem intitulada *Contribuição de 50 mil médicos brasileiros foi desviada para salão de cabeleireiros*. O texto, assinado pelo repórter especial Rogerio Pagnan, jogou luz sobre uma verdade inconveniente para a entidade e serviu de farol para que outras publicações “corressem” atrás da história.

Na versão do então presidente, quando o jornal paulistano publicou a matéria, já tinha transcorrido mais de dois anos desde o fatídico dia em que, estando no interior do Estado de Minas Gerais, recebeu um telefonema. Do outro lado da linha estava Antônio Jorge Salomão, então secretário-geral da AMB. Na época, ele já estava encarregado do processo de auditoria interna que se encontrava em curso e teria notado preliminarmente algumas incoerências com recibos e desvios, e ligou para dar conta do que descobrira.

— Olha, pegamos algo muito estranho acontecendo aqui. Estou vendo aqui inconsistências e tem algo errado — teria dito o secretário-geral.

Ele acreditava estar puxando simplesmente uma pena, mas junto com ela viria a galinha ou, a julgar pelo montante desviado, um galinheiro inteiro. E, se “a culpa é sempre do mordomo”, o mordomo da vez era uma funcionária encarregada do departamento Financeiro. Esta era funcionária da casa havia quase três décadas, contratada em 1992, ainda na gestão do Dr. Mario da Costa Cardoso Filho. Querida pelos colegas, ela tinha um bom relacionamento com todos. De resto, “era uma

pessoa normal” e bastante sociável. Era aquela que, sempre que alguém fazia aniversário, preocupava-se em comprar o bolo, reunir o pessoal e celebrar. Também, por conta de sua função, era figura assídua nas reuniões do Conselho Fiscal.

Descobriu-se *a posteriori* que os indícios iniciais não se tratavam de meros erros, mas sim de um processo sistemático de desvio de recursos da AMB. Começaram a aparecer depósitos nas contas pessoais ou empresariais tanto em nome da ex-funcionária quanto de pessoas e empresas ligadas a ela, como familiares.<sup>21</sup> E os documentos que foram entregues pela funcionária para esclarecer algumas ações não davam conta de justificar os desvios. Logo se mapeou os diversos *modi operandi* utilizados naquelas operações ilícitas e se constatou que os documentos financeiros e bancários eram sistematicamente adulterados para acobertar o crime, sendo eficientes até ali para driblar os mecanismos internos de controle da AMB e até mesmo a auditoria externa contábil.

“A partir das suspeitas iniciais, fomos puxando o fio da meada e tomando ideia do que estava em curso. O número final a que chegamos, os 50 milhões de reais, só foi possível chegar a ele, na verdade, por meio de computação forense. Foi algo que a empresa que nós contratamos, a KPMG, que é uma das *big four*, acabou fazendo”, explica Dr. Lincoln. Optou-se naquele momento por dividir a auditoria da KPMG em duas fases. A chamada Fase 1 analisou o período de 2008 a 2018, e permitiu identificar os desvios mais recentes, que foram aqueles que vieram à luz na matéria da *Folha de S. Paulo*. A Fase 2 se debruçou sobre um período anterior, compreendido entre 1998 e 2007.

O que a KPMG apurou e a documentação que colheu apenas na Fase 1 serviram de base para a denúncia que a então diretoria da AMB fez, em abril de 2019, ao Ministério Público do Estado de São Paulo. Este, por sua vez, encaminhou à Polícia Civil, para que se investigasse. O mesmo material serviu ainda para que uma ação indenizatória fosse proposta perante a Justiça do Trabalho e o objetivo era recuperar os montantes desviados e punir os responsáveis. Mais de 30 pessoas físicas e jurídicas foram investigadas inicialmente por participação na fraude, mas nenhuma ligada à AMB

21. LOPES, Celina. Diretoria da AMB descobre mais de dez anos de fraude. *Jornal da Associação Médica Brasileira*, n. 1.415, dez. 2020, p. 16.

## Capítulo 6

ou outra entidade médica.<sup>22</sup> Foi quebrado o sigilo fiscal e bancário de todas elas e bloqueadas as contas bancárias e feito o sequestro de bens móveis e imóveis de mais de dois terços delas. “Nós apresentamos à Justiça fatos ocorridos de 2008 a 2018. Mas existiam situações prévias, que, teoricamente, estariam prescritas. Ou seja, não significa que começou em 2008. Mas que o que conseguimos apurar e apresentar à Justiça foi a partir de 2008”, explica Dr. Lincoln. Quando tudo já estava evidente, o caso foi apresentado ao Conselho Fiscal, ao Conselho Deliberativo, à Assembleia de Delegados e à Assembleia Geral da AMB de 2019, ficando todo o material disponível aos associados no *site* da entidade.

De acordo com o ex-presidente, três afirmativas podem ser feitas depois de analisada toda a trama: que a ex-funcionária confessou o delito, portanto, é ré confessa; que não há nenhuma evidência até o momento de que alguém ligado à casa está envolvido no esquema; e que é praticamente impossível que a citada funcionária tenha feito tudo sozinha. Quando foi questionada, em 19 de julho de 2018, ela teria confessado a subtração de “uns dois e pouco a três [milhões de reais], ou coisa assim’ das contas bancárias da AMB.<sup>23</sup> Foi demitida em seguida por justa causa e, no momento em que esta obra foi redigida, encontrava-se sem paradeiro conhecido. Mas, antes da publicação da matéria da *Folha de S. Paulo*, o jornalista Rogerio Pagnan conseguiu ouvi-la. Naquela oportunidade, a ex-encarregada do financeiro disse ter sido coagida a admitir os desvios e que seu nome estava sendo usado.<sup>24</sup>

Segundo o ex-presidente, depois de tudo ter vindo à tona, foi criada uma série de mecanismos para evitar que se voltasse a acontecer, sendo os balanços de 2017, 2018 e 2019 amplamente auditados e aprovados. “Até o fim do mandato, jamais desviamos desse rumo e tentamos mostrar toda a clareza. Entregamos a associação médica com auditorias feitas pela empresa Grant Thornton e com auditorias de contratos feitas pela Deloitte”, justifica-se.

22. Ibidem.

23. Conforme documento enviado à polícia. In: PAGNAN, Rogerio. Contribuição de 50 mil médicos brasileiros foi desviada para salão de cabeleireiros. *Folha de S. Paulo*, 3 set. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3RsvVXI>. Acesso em 20 set. 2022.

24. PAGNAN, Rogerio. Contribuição de 50 mil médicos brasileiros foi desviada para salão de cabeleireiros. *Folha de S. Paulo*, 3 set. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3RsvVXI>. Acesso em 20 set. 2022.

## Cruzando as fronteiras para o século 21: Quem vigia a casa

Mas o estrago já estava feito. Além da perda financeira, com a publicidade do caso do desvio milionário, a AMB teve um prejuízo à sua imagem e credibilidade. Contra si, surgiram comentários desabonadores tanto da classe quanto do público leigo. Não seria fácil se recuperar daquele duro golpe. Diante disso, seus associados optaram por mudar. Em 2020, escolheram o experimentado candidato da oposição, o tocoginecologista Cesar Eduardo Fernandes, para colocar de novo a casa em ordem. Afinal, entenderam que em momentos desafiadores, experiência e liderança comprovada contam muito. Até porque, além dos desatinos financeiros, os reflexos da pandemia da Covid-19 ainda se faziam sentir. E neste campo, também seria preciso dar uma guinada.



7

## O início de uma nova história







César Eduardo Fernandes:  
novos desafios como presidente  
da AMB a partir de 2021

**Q**UANDO O DR. CÉSAR EDUARDO FERNANDES foi convidado para encabeçar uma chapa para concorrer às eleições da Associação Médica Brasileira, para o biênio 2021-2023, o fato foi uma surpresa, embora já apresentasse uma longa e bem-sucedida caminhada associativa. Até ali, tinha presidido a Associação de Obstetrícia e Ginecologia do Estado de São Paulo (Sogesp), entre os anos de 2010 e 2013, e a Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo), de 2016 a 2019. Por ocasião do convite, dividia seu tempo lecionando como professor titular da Faculdade de Medicina do ABC, onde está desde 2011; clinicando no consultório próprio, na cidade de São Paulo; e atuando no cargo de diretor científico da própria Febrasgo.

Já eram muitas as suas atribuições, mas um telefonema prometia elevar ainda mais sua régua de responsabilidade, incumbindo-lhe de um novo propósito: ajudar, com a sua experiência, a mudar os rumos da AMB. Do outro lado da linha, estava a Dra. Luciana Rodrigues Silva, presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP). Desde 2016, ambos costumavam se encontrar ocasionalmente, juntamente com outros presidentes de sociedades de especialidade, durante as reuniões dos Conselhos Científico e Deliberativo da AMB. Foram nessas arenas que muitos se insurgiram contra algumas medidas controversas da entidade. “Naquele momento entendemos que havia critérios não discutidos, de caráter autoritário, sem fundamentação legal e que estavam sendo impostos às sociedades de especialidade. Isso levou a um descontentamento quanto à forma como a AMB vinha sendo gerida”, recorda Dr. César.

Diante deste sentimento de insatisfação, ambos concordavam que era preciso que a Associação Médica Brasileira focasse seus esforços em uma gestão mais profissional e corporativa, que levasse em conta o papel histórico da entidade, aliado a uma linguagem mais moderna e próxima dos novos tempos. Isso incluía se comunicar de forma assertiva com associados, federadas e sociedades de especialidades. Daquela conversa preliminar, chegou-se ao entendimento de que o próximo processo eleitoral poderia ser uma oportunidade para

## Capítulo 7

o lançamento de uma chapa de oposição, que, se eleita fosse, poderia atuar em prol destas e de muitas outras mudanças. Era a chance de revitalização de uma casa que há muito fora edificada e que, embora maltratada naqueles últimos tempos, fora erguida sob bases sólidas e a partir dos esforços de figuras memoráveis. Mas tanto a pediatra quanto o ginecologista concordaram que, caso a ideia fosse levada adiante, era importante que a chapa fosse encabeçada por uma liderança forte e atuante. E o nome de César Eduardo Fernandes foi o que sobressaiu entre seus pares como o mais adequado para a difícil empreitada.

Aquela escolha não foi à toa. Conhecido por promover verdadeiros choques de gestão nas duas últimas associações que liderou, Dr. César trazia consigo uma experiência muito sólida na parte associativa. Formado na Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, em 1975, foi um dos fundadores do Instituto de Saúde e Bem Estar da Mulher (Isbem) e da Associação Brasileira de Climatério (Sobrac). Na Sogesp, a caminhada iniciou-se em 2008, como secretário-geral, para, dois anos depois, ser eleito presidente da instituição por duas vezes consecutivas. Na sequência, concorreu ao mesmo cargo na Febrasgo e igualmente foi eleito por dois mandatos. “O fato de não receber monetariamente por esses trabalhos me dá inteira liberdade de fazer as coisas por convicção, e não por obrigação<sup>1</sup>”, disse.

Antes de dar o seu aceite final, o Dr. César resolveu contatar a federada de São Paulo, na pessoa do Dr. José Luiz Gomes do Amaral, presidente da Associação Paulista de Medicina (APM). A entidade, naquele momento, negociava apoiar outro candidato, mas as conversações, ainda muito embrionárias, não avançaram. Esse descompasso fez com que a diretoria da associação paulista formalizasse o apoio a ele. Assim nasceu a Chapa 2 – Nova AMB, que passou a agregar nomes para montar um *pool* de profissionais fortes e coesos, que trouxessem no escopo respeitabilidade, comprometimento e tradição junto ao movimento associativo.

Muitos dos que fariam parte da composição da chapa de 2021 concorreram em 2017. Na época, a liderança foi entregue ao Dr. Jurandir Marcondes Ribas Filho<sup>2</sup>, cirurgião-geral do Paraná, que, nesta nova formação, passou a

1. MORGADO, Patricia; OLIVEIRA, Oldair de. *Memórias da Febrasgo - da concepção à maturidade*, 1º ed. São Paulo: Febrasgo, 2020, p. 213.

2. Ver capítulo anterior.



Posse da gestão 2021-2023. Na foto, membros da diretoria e convidados. Na frente, da esquerda para a direita: Akira Ishida, José Luiz Gomes do Amaral, César Eduardo Fernandes, Carlos Alberto Gomes dos Santos e Nerlan Tadeu Gonçalves de Carvalho. Atrás, da esquerda para a direita: Fernando Sabia Tallo, Agnaldo Lopes da Silva Filho, José Eduardo Lutaif Dolci, José Fernando Macedo, Jurandir Marcondes Ribas Filho, Luiz Carlos João, Carlos Vicente Serrano Júnior, Miguel Roberto Jorge e Antonio José Gonçalves

ocupar o posto de segundo-vice-presidente. “Todo o grupo entendeu que a minha participação seria importante, até pelo pleito passado. Aceitei uma posição para, enfim, tentar ajudar e contribuir com a minha experiência”, reflete o médico curitibano.

Além dele, a Nova AMB contaria com Luciana Rodrigues Silva (primeira-vice-presidente); César de Araújo Galvão (vice-presidente Regional Centro-Oeste); Agnaldo Lopes da Silva Filho (vice-presidente Regional Sudeste); Mariane Cordeiro Alves Franco (vice-presidente Regional Norte); Roque Salvador Andrade e Silva (vice-presidente Regional Nordeste); Oscar Pereira Dutra (vice-presidente Regional Sul); Antônio José Gonçalves



Membros da diretoria eleita gestão (2021-2023). Em sentido horário, os doutores Luciana Rodrigues Silva (1ª vice-presidente), Oscar Pereira Dutra (vice-presidente da Região Sul), Jurandir Marcondes Ribas Filho (2º vice-presidente) e José Eduardo Lutaif Dolci (diretor científico)

(secretário-geral); Maria Rita de Souza Mesquita (primeira-secretária); Akira Ishida (primeiro-tesoureiro); Fernando Sabia Tallo (segundo-tesoureiro); Rachel Guerra de Castro (diretora cultural); José Fernando Macedo (diretor de defesa profissional); Carlos Vicente Serrano (diretor de relações internacionais); José Eduardo Lutaif Dolci (diretor científico); Clóvis Francisco Constantino (diretor acadêmico); Carlos Alberto Gomes dos Santos (diretor de atendimento ao associado) e Luciano Gonçalves de Souza Carvalho (diretor de assuntos parlamentares).

## O início de uma nova história

O processo eleitoral se iniciou em 2 de abril de 2020 com a publicação do edital e a inscrição das chapas podendo ser feita de 20 de julho a 3 de agosto. Do outro lado da disputa estava a Chapa 1 – Juntos Podemos Mais, liderada pelo anestesiológico Diogo Leite Sampaio, que até aquele momento era o vice-presidente da gestão (2018-2020). Completavam este grupo os especialistas Carmita Helena Najjar Abdo (primeira-vice-presidente), Robson Freitas de Moura (segundo-vice-presidente), Jorge Akel (vice-presidente Região Norte), Mauro Cesar de Oliveira (vice-presidente Região Nordeste), Sergio Tamura (vice-presidente Região Centro-Oeste), Arno Von Ristow (vice-presidente Região Sudeste), Niura Terezinha Tondolo Noro (vice-presidente Região Sul), José Luiz Bonamigo Filho (secretário-geral), Conrado Furtado de Albuquerque Cavalcanti (primeiro-secretário), Felipe José Fernandez Coimbra (primeiro-tesoureiro), Francisco Cardoso (segundo-tesoureiro), Antônio Carlos Palandri Chagas (diretor científico), Eduardo Baptistella (diretor de defesa profissional), Eduardo Nagib Gaudi (diretor de relações internacionais), Marcio Silva Fortini (diretor de atendimento ao associado), José Aderval Aragão (diretor cultural), Leonardo Lessa Arantes (diretor acadêmico), Débora Eugênia Braga Nóbrega Cavalcanti (diretora de assuntos parlamentares), Fernando Antônio Gomes de Andrade, Benjamin Baptista de Almeida, José Umberto Vaz de Siqueira, Marcelo Matos Cascudo, Eduardo Francisco de Assis Braga e Carmelo Carneiro Leão Filho (conselho fiscal).

Entre os dias 21 e 31 de agosto foi aberta a fase de votação. Coube à empresa espanhola ScytI oferecer o sistema eletrônico de captura de votos. Além dessa forma de votação, o Estado do Paraná também deixou à disposição dos interessados a possibilidade de votar em cédulas de papel. O conselho deliberativo da AMB, em 31 de agosto, julgou e proclamou a Chapa 2 – Nova AMB como a vencedora do pleito daquele ano, e apta para conduzir a entidade no biênio 2021-2023.

A homologação do resultado das eleições ocorreu durante reunião ordinária do conselho deliberativo, em 22 de outubro de 2020, dentro do auditório da AMB, com transmissão virtual. No dia seguinte, foi a vez da assembleia empossar os delegados na parte da manhã, e da primeira assembleia de delegados, na qual também houve a eleição para o novo Conselho Fiscal da AMB,

que, a partir de então, contava com os nomes de José Carlos Raimundo Brito, Luiz Carlos João, Nerlan Tadeu Gonçalves de Carvalho, Francisco José Rossi, Juarez Monteiro Molinari e Márcia Pachiega Lanzieri. De acordo com o Dr. César, o sucesso nas urnas foi resultado da forma harmoniosa como aquele grupo passou a se relacionar. “Tenho orgulho da chapa que construímos. São pessoas com um belo histórico e esse foi um dos fatores que contribuíram para a nossa vitória”, acredita.

A posse ocorreu em 8 de janeiro de 2021. Por conta da pandemia da Covid-19, de maneira histórica e inédita, a cerimônia aconteceu de forma híbrida, reunindo cerca de 300 médicos de todas as regiões do Brasil. Presencialmente, na sede da AMB, em São Paulo, estavam, além do novo presidente da entidade, Miguel Roberto Jorge (primeiro-tesoureiro da gestão anterior) e José Luiz Gomes do Amaral (presidente da APM). Virtualmente, compondo a mesa diretora, os presidentes Mauro Luiz de Britto Ribeiro (Conselho Federal de Medicina – CFM), Gutemberg Fialho (Federação Nacional dos Médicos – Fenam), Eduardo Amaro (Associação Nacional de Hospitais Privados – Anahp), Rubens Belfort Júnior (Academia Nacional de Medicina) e Eleuses Vieira de Paiva (presidente da AMB de 1999-2005). Coube ao Dr. Eleuses, como um dos oradores, antever o que estava por vir: “Este grupo, certamente, protagonizará iniciativas importantes para a Medicina e para a sociedade brasileira”.<sup>3</sup>

Assim como o Dr. Eleuses, os demais também destacaram a coesão daquele grupo que, democraticamente, foi escolhido para reger o destino da AMB pelos anos que se seguiriam. Havia um ou outro lamento pelo fato de aquela cerimônia estar sendo realizada remotamente, mas a esperança de dias melhores era maior. Essa era a energia que parecia mover o Dr. José Eduardo Lutaif Dolci, o novo diretor científico. Na sua fala, ele simplificou o que seria a complexa missão que todos ali teriam, e que nortearia os trabalhos daquela diretoria a partir de então: “Queremos promover o reencontro da classe médica com a AMB. Vamos encher o peito e falar: ‘Eu sou AMB!’”.<sup>4</sup> E todos ali realmente eram a AMB.

3. DOS MÉDICOS e da boa medicina – Nova AMB. *Jornal da Associação Médica Brasileira (JAMB)*, n.1416, fev. 2021, p. 36.

4. *Ibidem*.

## Conselho fiscal

*Membros eleitos em 23 de outubro de 2020*



Francisco José Rossi



José Carlos Raimundo Brito



Juarez Monteiro Molinari



Luiz Carlos João (in memoriam)



Márcia Pachiega Lanzieri



Nerlan Tadeu

Posse da nova diretoria foi realizada de forma híbrida em 8 de janeiro de 2021, reunindo cerca de 300 médicos de todas as regiões do Brasil



Coquetel realizado por ocasião da posse da nova diretoria da AMB (2021-2023). Na imagem, da esquerda para a direita, os doutores Nerlan Tadeu Gonçalves de Carvalho, Carlos Alberto Gomes dos Santos, Agnaldo Lopes da Silva Filho, César Eduardo Fernandes, José Luiz Gomes do Amaral, José Fernando Macedo e Jurandir Marcondes Ribas Filho

## O papel da assembleia de delegados

De acordo com o Estatuto Social da AMB, a assembleia de delegados é o órgão supremo da entidade, com poderes para resolver e decidir todos os assuntos e atos associativos. Composta por delegados eleitos nas 27 federadas e seus respectivos presidentes ou substitutos estatutários, esta egrégora se reúne, ordinariamente, uma vez ao ano, geralmente entre os dias 10 e 31 de outubro. Ela também pode ser convocada de forma extraordinária, desde que aborde exclusivamente o tema da convocação em questão e siga determinadas especificações presentes no Estatuto Social.

Entre os temas abordados pelos pares na assembleia de delegados estão a fixação da contribuição dos associados, votação da proposta orçamentária apresentada pela diretoria e apreciação da prestação de contas. O Conselho Fiscal, neste momento, tem um papel muito importante, pois cabe a ele emitir o seu parecer frente a todos os assuntos relacionados aos aspectos econômicos e financeiros da vida da entidade, bem como fiscalizar os respectivos atos executivos da diretoria.

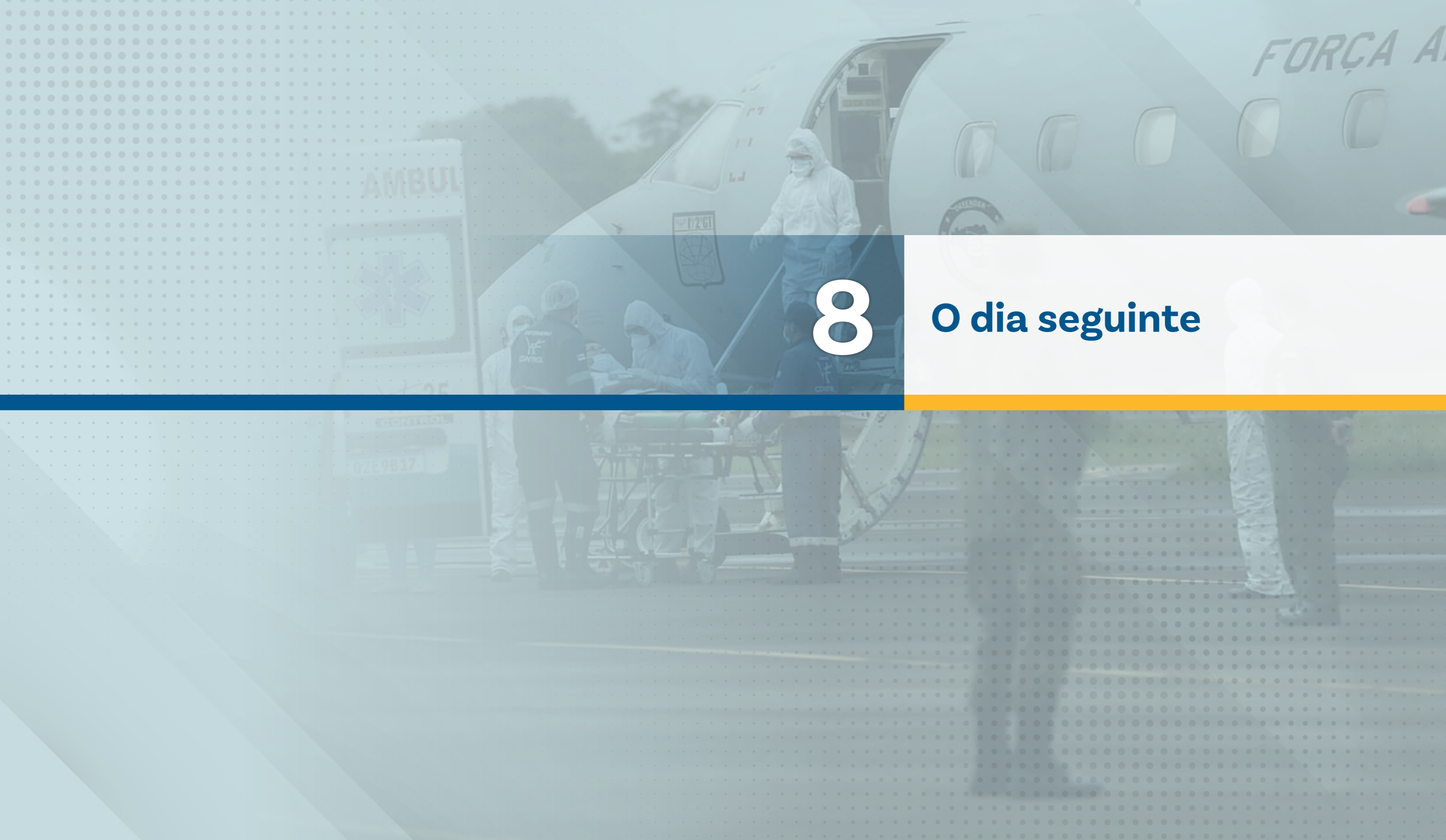
Os delegados e seus suplentes são eleitos por voto direto e secreto dos associados de cada uma das unidades federadas. Para se candidatar, o médico deve ser associado efetivo há mais de um ano, contando retroativamente a partir do último dia de prazo fixado para a apresentação das chapas. Os

eleitos seguem por um mandato de três anos e podem ser reeleitos, desde que tenham comparecido, no mínimo, a 50% das convocações.

Cada Estado tem direito a eleger, no mínimo, um delegado. Contudo, a cada 500 associados efetivos e quites até o dia 30 de junho do ano eleitoral, garante-se o direito de se eleger mais um delegado. Dessa maneira, quanto maior o número de associados dentro destas condições nas federadas, maior sua representação no órgão supremo da AMB. E é por isso que, a cada pleito, a quantidade de delegados pode variar.

Já o Conselho Fiscal é composto de seis membros, sendo três efetivos e três suplentes. Para fazer parte deste grupo, o associado interessado deverá ter mais de três anos de filiação, contados da data de inscrição como associado da AMB até o último dia de prazo fixado para apresentação de chapa.

Eleito pela assembleia de delegados durante a sessão de posse da diretoria, o mandato do Conselho Fiscal é coincidente com o da diretoria vigente. Cabe a estas pessoas se reunir por convocação da diretoria, assembleia de delegados, conselho deliberativo ou do seu próprio presidente. As decisões são sempre tomadas por voto majoritário, estando presente a maioria de seus membros. Caso haja igualdade nos votos, cabe ao presidente do Conselho Fiscal o voto de desempate.



8

O dia seguinte



Sepulturas abertas para receber vítimas fatais da Covid-19 em Manaus, AM, em abril de 2020

**A** NOVA DIRETORIA AMB SABIA que tinha muito trabalho pela frente. Mas somente após seus integrantes adentrarem à nova casa, já devidamente empossados, tiveram a proporção real do volume e do tipo de desafios que teriam de enfrentar. Contudo, além das questões estruturais e internas que precisavam ser revistas e repaginadas, havia um problema de dimensão global, que necessitava de atenção imediata: a Covid-19. No dia da posse, em 8 de janeiro de 2021, o Brasil já acumulava 201.542 mortes e era o segundo país do mundo em número de mortos. Ainda sem vacina disponível em território brasileiro e enfrentando muita desinformação, o País amargava naquele momento um cenário de guerra, com falta de insumos, medicamentos, equipamentos de proteção individual (EPIs) e de leitos de UTI. Na linha de frente, profissionais de saúde exaustos física e mentalmente lidando com situações-limite quase todos os dias, inclusive com a perda de colegas levados pela própria doença que combatiam.

## O dia seguinte

Não havia tempo a perder. Em 9 de janeiro de 2021, dia seguinte à posse, a entidade tornou público um posicionamento oficial sobre a Covid-19. Nele frisou a importância da vacinação e conclamou toda a população a se imunizar, assim que as vacinas estivessem disponíveis. Também ressaltou a necessidade de aderir às medidas preventivas para reduzir a transmissão do Sars-Cov-2 (novo coronavírus) e alertou sobre os cuidados que se deveria ter frente às *fake news*, especialmente aquelas que buscavam desacreditar a eficácia e a segurança das vacinas.

Nos próximos dias, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) avaliará os resultados das pesquisas referentes à eficácia e à segurança das vacinas de Oxford/AstraZeneca e CoronaVac contra o Sars-Cov-2, atendendo a solicitações de uso emergencial da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e do Instituto Butantã, respectivamente. (...) É urgente o início da vacinação no Brasil. Só assim evitaremos mais mortes causadas pela Covid-19. Desde 8 de dezembro de 2020, quando a primeira dose da vacina foi ministrada no mundo ocidental, já são 23 milhões de aplicações realizadas com segurança em mais de 50 países. A maioria das pessoas vacinadas não apresenta efeitos colaterais. Os que apresentam geralmente têm sintomas leves. Nenhuma morte relacionada à vacinação para Covid-19 foi descrita até o momento, enquanto a doença já causou mais de 1.900.000 óbitos globalmente.<sup>1</sup>

O documento era assinado pela AMB e suas afiliadas, em particular as mais vinculadas ao problema por conta de suas especificidades, como: Associação Brasileira de Alergia e Imunologia, Associação Brasileira de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular, Associação de Medicina Intensiva Brasileira, Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vasculare, Sociedade Brasileira de Clínica Médica, Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Sociedade Brasileira de Infectologia e Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia.

1. NOTA OFICIAL – Vacinação contra a Covid-19. AMB, 14 jan. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3xgwZGW>. Acesso em: 10 set. 2022.



## Capítulo 8

Dias após a elaboração deste documento, em 17 de janeiro, a diretoria colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou o uso emergencial das vacinas Coronavac (produzida pelo laboratório chinês Sinovac, em parceria com o Instituto Butantan) e Covishield Astrazeneca/Oxford (feita pela farmacêutica Serum Institute of India, em parceria com a AstraZeneca/Universidade de Oxford/Fiocruz).<sup>2</sup> No mesmo dia, a cidade de São Paulo seria palco para a aplicação da primeira vacina contra a Covid no Brasil, dada no braço da enfermeira intensivista Mônica Calazans, de 54 anos. Na ocasião, ela recebeu, nas dependências do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, a primeira dose da Coronavac. A vacina da Astrazeneca começaria a ser aplicada em 23 de janeiro, em Bio Manguinhos, Rio de Janeiro, e coube ao infectologista do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas, Estevão Portela, tomar a primeira dose do imunizante. Como ainda não havia quantidade de vacinas disponíveis para todos, um calendário foi formatado, de acordo com faixa etária e grupos de risco, para a aplicação das doses. Mas, antes da aprovação e da vacina chegar realmente aos braços dos brasileiros, o País passaria por momentos bastante difíceis.

### Manaus em alerta

Em 14 de janeiro de 2021, a falta de balões de oxigênio em Manaus (AM) e o anúncio de uma nova variante, inicialmente denominada P.1 (rebatizada de Gama e que tinha entre as suas características ser muito mais letal e transmissível), começaram a ser noticiados no Brasil. Aquela capital era a única que dispunha de leito de UTI entre todas as cidades do Estado do Amazonas,<sup>3</sup> prenunciando um cenário de caos. E foi o que realmente aconteceu, com dezenas de pessoas morrendo por falta de oxigênio e fazendo do País notícia no mundo inteiro.

2. ANVISA aprova por unanimidade uso emergencial das vacinas. Anvisa, 17 jan. 2021. Disponível em <https://bit.ly/3d4i8s9>. Acesso em: 10 set. 2022.

3. LIMA, Leanderson. Covid-19: crise de oxigênio em Manaus completa um ano. *Amazônia Real*, 14 jan. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3ROB9xq>. Acesso em: 15 ago. 2022.

## O dia seguinte



Recife recebe pacientes de Manaus

Até o final de janeiro, o Amazonas computaria 2.832 mortes por conta da doença, sendo 2.195 em Manaus.<sup>4</sup> Deste montante, de acordo com dados do Ministério Público e da Defensoria Pública, estima-se que mais de 60 pessoas morreram devido à falta de oxigênio, enquanto outras 542 tiveram de ser transferidas para hospitais de 16 Estados em aviões da Força Aérea Brasileira (FAB),<sup>5</sup> em uma verdadeira luta pela vida. Destas, somente 444 regressaram.

Os sinais de alerta surgiram já no final de 2020, quando o Estado, em uma iniciativa para conter o alto número de internações e óbitos, resolveu estipular medidas de isolamento social no dia 26 de dezembro. Contudo, a iniciativa não conseguiu conter o avanço da doença e, nos dias 14 e 15 de janeiro, ápice da crise, o caos se instalou na cidade, tanto nos Serviços de Pronto-Atendimento (SPA) quanto em instituições como Fundação de Medicina Tropical Doutor Heitor Vieira Dourado, Hospital 28 de Agosto e Hospital Universitário Getúlio Vargas. Sem oxigênio suficiente para todos, pacientes passaram a morrer, literalmente, por asfixia.

4. Ibidem.

5. GAZEL, Ayrton Senna; CRUZ, Victor. Crise do oxigênio no Amazonas completa um ano com impunidade e incerteza causada pela ômicron. G1, 14 jan. 2022. Disponível em: <http://glo.bo/3x-c5ePF>. Acesso em: 15 ago. 2022.

## Capítulo 8



Na tentativa de evitar o pior, muitos resolveram comprar balões de oxigênio para seus familiares (tanto para os que estavam internados quanto para os que aguardavam, em casa, a abertura de um leito). Para isso, não era incomum ver famílias vendendo os bens materiais que dispunham para garantir o dinheiro necessário para a aquisição de oxigênio. Mas, devido à alta procura, esse caminho também se tornou quase inacessível. Em dias normais, a produção diária, de 28,2 mil metros cúbicos, era mais que o dobro da demanda, de 14 mil metros cúbicos. No entanto, em janeiro de 2021, o consumo diário quadruplicou, chegando a cerca de 76,5 mil metros cúbicos.<sup>6</sup> Além da produção não dar conta para atender a nova realidade, havia outro ponto a ser considerado: na hora da venda, as empresas deveriam dar prioridade aos hospitais, e não a compras particulares. E este oxigênio não era só direcionado aos pacientes da pandemia, e sim a todos os que precisavam do insumo.

6. Ibidem.

## O dia seguinte

Dentro dos hospitais, este não era o único problema a ser enfrentado. Diariamente, havia muito mais pacientes do que profissionais para atender. Estima-se que, nas unidades de terapia intensiva, a média era de 40 pacientes para um profissional da saúde (médico, fisioterapeuta, enfermeiro ou técnico de enfermagem).<sup>7</sup> Quanto à carga horária, muitas vezes, chegava a 80 horas de trabalho ininterruptas.<sup>8</sup> Sem leitos e oxigênio suficientes, os profissionais da saúde tiveram que pensar em meios para atender da melhor maneira possível o maior número de pacientes. A ventilação manual autoinflável, também conhecida como ambu, foi uma dessas alternativas<sup>9</sup> e exigia que uma pessoa ficasse a todo o tempo bombeando o ambu para que o doente conseguisse manter a respiração e o oxigênio corporal em circulação.

“Essa situação caótica muitas vezes exigiu passar noites inteiras ao lado do leito do paciente, fazendo uma escala do ambu, com colegas, técnicos e enfermeiros revezando por longos períodos – às vezes meia hora, uma hora, uma hora e meia”, declarou o pediatra e cirurgião-geral Pierre Souza à BBC News Brasil. Segundo ele, a equipe continuava fazendo isso até que se conseguisse transferência para o paciente ou que aquele viesse a óbito. “Vi isso acontecer algumas vezes. Apesar da ventilação manual, o paciente precisava de mais suporte, de parâmetros que o ambu não tem capacidade de fazer”, declarou.<sup>10</sup>

Além do esgotamento físico, estes profissionais tiveram de lidar com momentos de tensão, com corredores lotados, pacientes morrendo sem o devido atendimento e acompanhantes clamando pela vida de seus entes queridos. Do lado de fora dos hospitais, a situação de caos não era diferente. Juntamente com os familiares que aguardavam por uma vaga de leito ou por

7. CAOS e drama no dia a dia do Combate a Covid-19. *Jornal da Associação Médica Brasileira (JAMB)*, n. 1.416, fev. 2021, p. 10.

8. Ibidem, p. 12.

9. De acordo com o *MSD Manuals*, o ambu é uma bolsa autoinflável conectada a uma válvula não respiratória e então a uma máscara facial que adapta-se aos tecidos moles da face. A extremidade oposta da bolsa é conectada a uma fonte de oxigênio (100% de oxigênio) e, geralmente, a um reservatório. A máscara é mantida manualmente firme contra a face, e o ato apertar a bolsa ventila o paciente pelo nariz e pela boca.

10. COVID em Manaus: sem oxigênio, pacientes dependem de ventilação manual para sobreviver em Manaus. G1, 15 jan. 2021. Disponível em: <http://glo.bo/3qsR2hs>. Acesso em: 15 ago. 2022.

notícias de pessoas internadas, policiais buscavam conter o contexto caótico e jornalistas tentavam transformar em imagens e palavras um cenário impossível de ser descrito na sua totalidade.

Iamendes Tenório Batista, então estudante de Medicina da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), recorda com pesar alguns daqueles momentos. Na época, ele atuava como plantonista no Hospital e Pronto Socorro 28 de Agosto. Foi neste contexto que, entre um atendimento e outro, presenciou “pessoas agonizando por falta de oxigênio e uma fila enorme de doentes para registrar e intubar.”<sup>11</sup> Foi ali também que passou por uma das experiências mais perturbadoras da sua vida. “Estava fazendo a transferência de pacientes e, ao pegar o caminho de volta, rumo à rua, me deparei com pedidos desesperados de pessoas me pedindo para salvar o pai ou a tia, entre desmaios e crises de choro”,<sup>12</sup> afirmou.

## Força-tarefa da AMB em ação

Diante de tudo o que estava ocorrendo, o presidente da AMB, Dr. César Eduardo Fernandes, divulgou um comunicado, em vídeo, dia 14 de janeiro, onde, mais uma vez, ressaltou a importância de se tomar a vacina tão logo ela estivesse disponível, por se tratar de um ato de responsabilidade e cidadania. No dia seguinte, lançou, oficialmente, o projeto Força-Tarefa Covid-19. Em união com federadas e sociedades de especialidades, a iniciativa visava levar médicos voluntários para atender, em caráter de urgência, as regiões mais atingidas pela doença.

O projeto da Força-Tarefa Covid-19 foi coordenado por Fernando Sabia Tallo, segundo-tesoureiro da AMB na gestão (2021-2023) e também tesoureiro da Sociedade Brasileira de Clínica Médica (2020-2023). Graduado em Medicina pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), em 1997, e mestre e doutor em Ciências Médicas pela mesma Unifesp, Tallo inspirou-se na missão humanitária SOS Haiti, realizada em 2010, quando a AMB, durante

11. CAOS e drama no dia a dia do Combate a Covid-19. *Jornal da Associação Médica Brasileira (JAMB)*, n. 1.416, fev. 2021, p. 11 e 12.

12. *Ibidem*, p.8.



a gestão de José Luiz Gomes do Amaral (2005-2011), encaminhou médicos dispostos a ajudar para a região, devastada após o terremoto que matou mais de 300 mil pessoas e feriu outras 300 mil.<sup>13</sup>

A inscrição para integrar o grupo da Força-Tarefa Covid-19 foi feita no site da AMB e ocorreu de forma *on-line*. Centenas de médicos se inscreveram e, após uma série de triagens, chegou-se ao grupo final, de 33 profissionais, que receberam treinamento com os principais especialistas do País para oferecer aos pacientes um atendimento eficaz e eficiente. Também ficou a cargo da Associação Médica Brasileira prezar pela segurança de todos os envolvidos.

13. AMB apresenta resultados da missão SOS Haiti. *CFM*, 18 mar. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3BvXDhe>. Acesso em: 15 ago. 2022.

**Médicos voluntários da Força-Tarefa Covid19: paramentados e prontos para mais um dia de trabalho**



### O dia seguinte



O coordenador da Força-Tarefa Covid 19, Fernando Sabia Tallo (máscara azul) com médicos voluntários do grupo que atuou em Manaus. Na página ao lado, a atuação rápida de um dos integrantes na tentativa de se salvar mais uma vida

Tallo explica que o grupo participante da Força-Tarefa Covid-19 foi composto por jovens oriundos das principais faculdades de Medicina do Brasil e que, entre os voluntários, também estavam preceptores, para fazer o trabalho de informação e supervisão. “Excluimos colegas que não tinham disponibilidade de ficar mais do que 15 dias. Alguns selecionados contraíram Covid-19 e não puderam ir; outros estavam lá e se contaminaram e tiveram de voltar. No total, os voluntários ficaram, em média, um mês na região, chegando no início de fevereiro e retornando em 5 de março. Enquanto estavam na missão, depararam-se com um cenário muito difícil”, relembra o coordenador.

Força-tarefa com colegas de Manaus



Como não poderia deixar de ser, Manaus foi o primeiro Estado do País a receber os voluntários que, devidamente instalados, passaram a usar suas habilidades para auxiliar de forma assertiva os profissionais da linha de frente nas seguintes dependências: Hospital de Campanha Nilton Lins, Instituto da Mulher Dona Lindu, Hospital e Pronto-Socorro Dr. Aristóteles Platão Bezerra de Araújo e Hospital 28 de Agosto. A primeira leva, com seis profissionais, desembarcou em 6 de fevereiro e trabalhou na reativação da Unidade de Terapia Intensiva do hospital de campanha Nilton Lins. Algumas considerações do jovem médico Matheus Felizola, integrante deste grupo pioneiro, descrevem bem o que viu ao chegar na capital amazonense: “Os recursos humanos locais estão a flor da pele; além disso, há vários casos de jovens infectados no Amazonas, uma prova de que a Covid-19 ataca

## Capítulo 8

### O dia seguinte

indiscriminadamente e de que as vacinas e os cuidados preventivos de distanciamento e isolamento são fundamentais”.<sup>14</sup>

Para ele, a experiência em Manaus o transformou, e gerou nele um misto de orgulho, por ter feito parte deste movimento, e de impotência, por se ver diante de tantos óbitos.<sup>15</sup> Logo que chegou à cidade, auxiliou durante três dias na criação de rotinas dentro da UTI do Nilton Lins. Posteriormente, foi encaminhado, para a UTI do HPS Platão de Araújo, onde ficou por seis dias e se deparou com muito trabalho e óbitos. Entre as atividades desempenhadas, a mais desafiadora delas: contatar os familiares dos pacientes internados para informar a gravidade da doença e a possibilidade de óbito a qualquer momento. “Como fazer isso mantendo a humanidade e acolhendo as famílias? Imagine a situação de ter de fazer isso com 20 famílias diferentes e responder aos anseios de todas. Alguns eram mais passivos; outros agressivos; e havia também os questionadores. No geral, independentemente do perfil do familiar, a sinceridade de que estávamos fazendo o máximo sempre os confortava”, disse.<sup>16</sup>

Outros 18 voluntários chegaram em 13 de fevereiro, e mais um grupo, com outros seis médicos, reforçou o time em 20 de fevereiro. “Tenho consciência de que esta é uma missão desafiadora, mas estou convicta de que será essencial para salvar vidas, pois não só eu, mas todos os médicos que aqui estão, estão muito motivados”,<sup>17</sup> relatou à época Camila Sérvulo da Cunha e Ferreira, outra integrante da Força-Tarefa Covid 19. Junto com a colega Flávia Galter, ela foi direcionada para auxiliar no Instituto da Mulher Dona Lindu, local onde, entre as pacientes, havia muitas gestantes. Naquela unidade, ambas se depararam com a falta de equipamentos de proteção individual, como luvas, máscaras N95 e óculos para os profissionais da linha de frente, bem como medicamentos variados, como bloqueadores neuromusculares. “A solução foi continuar usando nossos próprios EPIs e pensar em alternativas terapêuticas em caso

14. I FORÇA-TAREFA AMB-Covid de médicos voluntários já está em Manaus. *AMB – Associação Médica Brasileira*, 14 fev. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3Bs3DHU>. Acesso em: 15 ago. 2022.

15. “O QUE VIMOS foram óbitos incontáveis, pacientes muito graves e, assustadoramente, muito jovens”. *AMB – Associação Médica Brasileira*, 22 fev. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3QzFovP>. Acesso em: 15 ago. 2021.

16. *Ibidem*.

17. *Ibidem*.

Dr. Matheus Merlin  
Felizola, um dos médicos  
da Força-tarefa AMB  
Covid-19

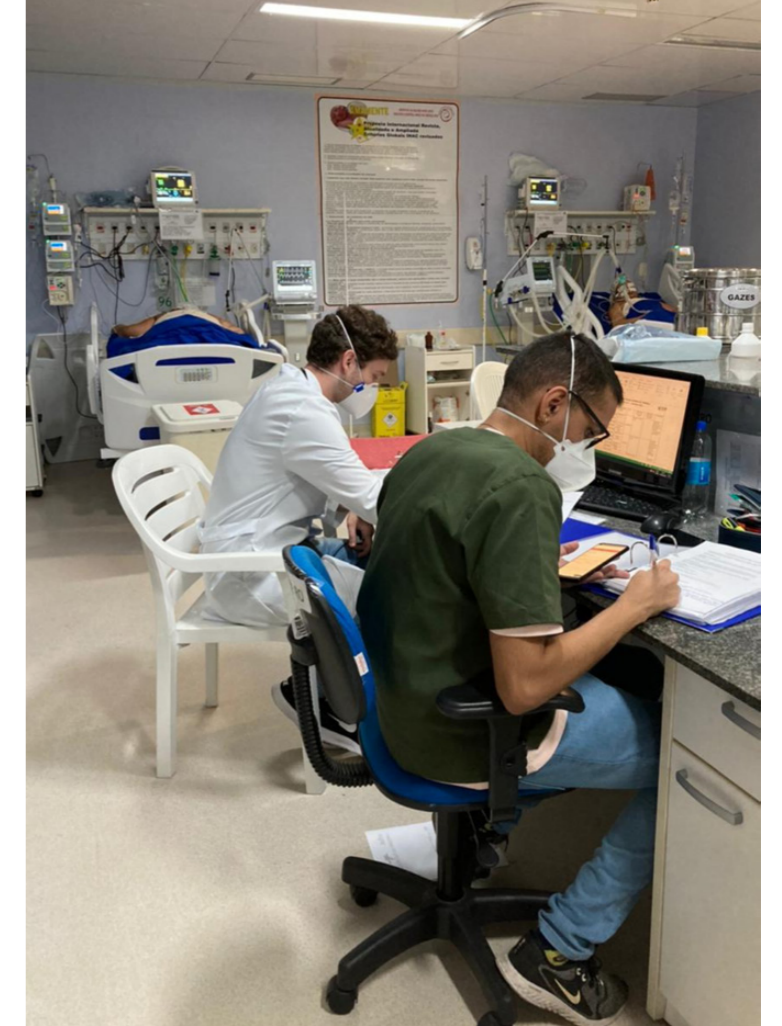
## Capítulo 8



## O dia seguinte



Dra. Marília Carvalho Vieira Learth Cunha entrando na UTI do Hospital de Campanha Nilton Lins



Drs. Luiz Gustavo Perez Vazquez e Lucas Caetano Góis no plantão noturno no hospital Dona Lindu

de falta das medicações de primeira linha, o que foge do ideal que as pacientes merecem e deveriam ter”,<sup>18</sup> relataram as médicas, que, durante o tempo em que estiveram no hospital, presenciaram situações como a de um homem que precisou, em um momento limite, escolher entre a vida da esposa e a do filho.

Em apenas alguns dias, o incremento na mão de obra passou a surtir efeito e foi fundamental na ativação de 28 leitos, sendo 21 no Hospital Newton Lins e sete no Instituto da Mulher Dona Lindu. O próximo a ter leitos reativados foi o Hospital Delphina Aziz, com cerca de 30 novas instalações. Atuando de modo intenso, 24 horas por dia, o grupo se dividia entre plantões, tarefas e muito trabalho. “Os dias passam dentro das Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) e nós não vemos a luz do dia, nem sentimos o calor de Manaus ou chegamos perto do verde da floresta. Tudo o que temos somos nós: a equipe, que

18. MISSÃO humanitária de médicos socorre população do Amazonas. *Jornal da Associação Médica Brasileira (JAMB)*, n. 1.416, fev. 2021, p. 19.

## Capítulo 8

já se tornou família, e a dedicação comum de oferecer o máximo de saúde e dignidade às pessoas que necessitarem”<sup>19</sup>, relatou a médica voluntária Marília Carvalho Vieira Learth Cunha.

Além de Manaus, o Estado de Rondônia, que passava por situação semelhante, também foi contemplado com o auxílio da Força-Tarefa Covid-19. Para lá, foram encaminhados sete voluntários, que conseguiram dar suporte para a abertura de um hospital de campanha na região. Ao final da jornada, a missão, como um todo, conseguiu assegurar o atendimento de 70 leitos colocando à frente de suas ações sentimentos como solidariedade e humanidade. “Essas UTIs só abriram porque estes médicos voluntários estavam lá, do contrário haveria uma grande dificuldade disto acontecer. Esta ação ficou na história”, afirma Dr. Tallo.

Na opinião do Dr. César Eduardo Fernandes, a Força-Tarefa Covid 19 contribuiu para aliviar os corações daqueles que assistiam à distância e pôde, por um tempo, minorar levemente o cansaço dos colegas manauaras e ajudá-los na assistência aos cidadãos. “Agradeço aos valorosos médicos que deixaram tudo de lado para participar dessa iniciativa de grande relevância social. Nossa gratidão e homenagem a cada um de vocês, que exerceram a profissão com plena dignidade, em um momento tão difícil da história deste País”,<sup>20</sup> enfatizou o presidente da AMB.

19. “PROTEJAM-SE”, alerta médica da força-tarefa de Manaus. AMB – Associação Médica Brasileira, 19 fev. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3xbFnHw>. Acesso em: 15 ago. 2021.

20. MISSÃO humanitária de médicos socorre população do Amazonas. *Jornal da Associação Médica Brasileira (JAMB)*, n. 1416, fev. 2021, p. 18.



O doutor Fernando Sabia Tallo (máscara azul) ladeado com colegas da Força-Tarefa Covid 19: ação ficou para a história

### Integrantes da I Força-Tarefa Covid-19 da AMB

- Beatriz Barreira Motta Bambini
- Bruno Gemilaki Dal Poz
- Camila Sérvulo da Cunha e Ferreira
- Caroline Sálvio Oshima
- Cibele Mani
- Cynthia Naomi Hirose
- Daniella Guimarães Peres Freire
- Diego Ribeiro Rocha
- Eric Daniel Brito Augusto
- Flávia Roberta Galter
- Gustavo Maximiliano Dutra da Silva
- Higor Barrera Camacho Oliveira
- Jenifer Shaune Garcia Pimenta de Abreu
- João Paulo Alves
- Kenji Nakahara Rocha
- Leonardo Krybus Scarpinella Bueno
- Leonardo Torioni
- Letícia Carolina Andrade Martins Albeny
- Lucas Caetano Oliveira Gois
- Lucas Marengo de Menezes
- Luiz Gustavo Perez Vazquez
- Mairla Maracaba Moreira
- Marília Carvalho Vieira Learth Cunha
- Markfaldo Sales de Araújo
- Mateus Fonseca de Gouvêa Franco
- Matheus Melin Felizola
- Michelle Chechter
- Muriel Gemenez dos Reis
- Nicole Takakura Gaggioli
- Verônica Fernandes de Campos
- Victor Cabelho Passarelli
- Victor Yuri Pereira Damasceno
- Vinicius Rafael Fernandes



9

**Tinha uma pandemia  
no meio do caminho**





**P**ROTAGONISTAS DESDE O INÍCIO da Covid 19, os médicos da linha de frente sentiram tanto física quanto emocionalmente os impactos deste momento em suas rotinas. Parte dessa conjuntura pôde ser materializada a partir de duas pesquisas nacionais, feitas pela Associação Médica Brasileira (AMB) em parceria com a Associação Paulista de Medicina (APM) usando a plataforma *on-line* Survey Monkey, em 2021 e 2022. Apesar do intervalo de um ano entre uma e outra, em ambas foi possível detectar problemas que se mantiveram: falta de enfermeiros e outros profissionais de saúde; sobrecarga de trabalho e estresse entre a classe médica.

O levantamento *Os médicos e a pandemia de Covid-19* foi realizado entre os dias 18 de dezembro de 2020 e 18 de janeiro de 2021 e contou com respostas de 3.882 médicos de todo o País (sendo 55,3% homens e 44,7% mulheres). Ao todo foram feitas 26 perguntas, permeando diferentes assuntos dentro do tema pandemia, que mostraram tanto as percepções, problemas e deficiências enfrentados diariamente por estes profissionais quanto a forma como todo este momento-limite estava impactando a saúde.

A boa notícia é que um total de 76,6% dos médicos entrevistados ainda não haviam sido infectados pela doença mesmo que 54% do universo pesquisado atuasse diretamente no combate à pandemia. Contudo, enquanto a relação de casos de Covid-19 no todo da população brasileira era de 4,3%, entre os médicos da linha de frente este percentual quase que quintuplicou, chegando a 23,4%.<sup>1</sup>

A percepção na alta de casos e óbitos era vista em um crescente, por isso 81,4% discordavam àquela altura da desativação dos hospitais de campanha. Somado a isto, sete em cada dez médicos que responderam à pesquisa encontraram, nas unidades em que trabalhavam, deficiências na atenção à Covid-19, tais como falta de profissionais da saúde, como médicos, enfermeiros e outros (32,50%); falta de diretrizes, orientação ou programa de atendimento

1. MÉDICOS apontam tendência de agravamento da pandemia e da mortalidade. *Jornal da Associação Médica Brasileira (JAMB)*, n.1416, fev. 2021, p. 24.

(27,20%); falta de leitos de internação em unidades regulares ou em UTI (20,30%); falta de máscaras, luvas, aventais, óculos, proteção facial, álcool em gel e outros materiais básicos (16,70%); falta de medicamentos como bloqueadores neuromusculares e sedativos (11%); e falta de respiradores (5,90%).

Com relação à saúde emocional, os sintomas mais comuns relatados pelos médicos entrevistados dentro dos serviços onde atuavam foram ansiedade (64%); estresse (62%); exaustão física ou emocional (54,10%) e sobrecarga de trabalho (58%). Ou seja: 92,1% apresentavam algum sintoma relacionado à síndrome de burnout,<sup>2</sup> distúrbio que tem como características principais exaustão extrema, esgotamento físico e estresse devido a questões relacionadas a trabalho, como situações-limite, carga elevada de tarefas e pressão constante.<sup>3</sup>

Se por um lado estar na linha de frente era desafiador, por outro 75% dos médicos também enfrentavam uma questão igualmente delicada: a redução na renda no período mais crítico. A pandemia levou muitos pacientes a adiarem a ida a consultórios e hospitais para a realização de consultas de rotina ou procedimentos cirúrgicos. Já no sistema público de saúde, as atenções ficaram voltadas ao atendimento de infectados pela Covid-19, que sobrecarregaram as Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) e os pronto-atendimentos.

Diante desta conjuntura, diversos profissionais fecharam seus consultórios ou reduziram sobremaneira o número de consultas ou procedimentos. “O médico teve a sua qualidade de vida extremamente comprometida e os rendimentos caíram muito. Várias linhas de crédito e auxílio foram colocadas a serviço da população, mas não atenderam os médicos, especificamente”, diz Cesar Eduardo Fernandes, presidente da AMB. Segundo ele, os médicos foram reconhecidos e valorizados pela população como heróis; mas os governantes, em especial, não foram capazes de enxergar as dificuldades que a classe médica enfrenta. “É preciso olhar com mais responsabilidade para o nosso trabalho, para que sejamos efetivamente reconhecidos.”<sup>4</sup>

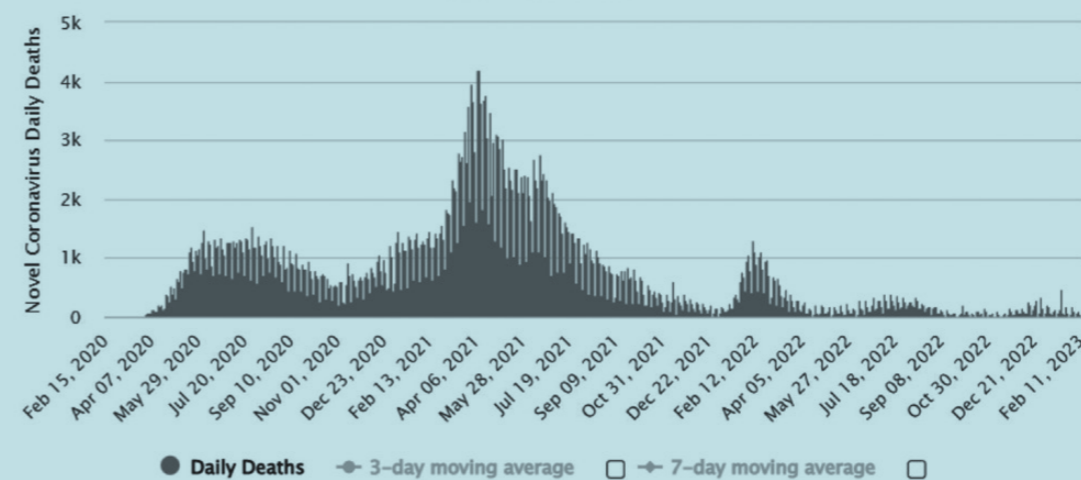
2. Ibidem.

3. SÍNDROME de Burnout. Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3yKXaq0>. Acesso em: 25 ago. 2022.

4. PODCAST FEHOESP entrevista novo presidente da AMB. Federação das Santas Casas e Hospitais Beneficentes do Estado de São Paulo (Fehosp), 10 set. 2020. Podcast. Disponível em: <https://bit.ly/3gf8HY9>. Acesso em: 11 mai. 2022.

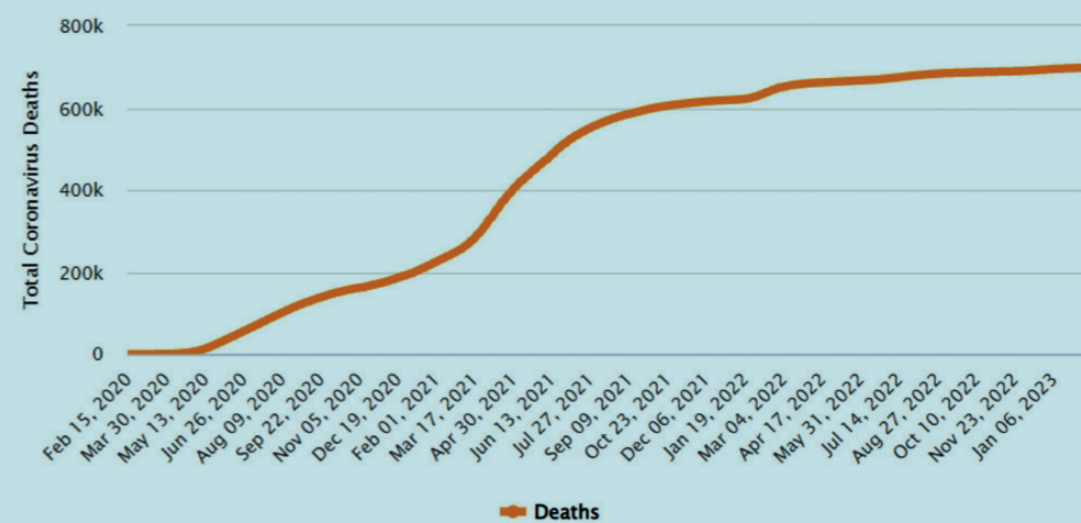
## Novas mortes diárias no Brasil

Dados a partir de 00:00 GMT+8



## Total de mortes por coronavírus no Brasil

(Escala linear)





A enfermeira Monica Calazans, de 54 anos, entrou para a história ao ser a primeira brasileira a ser vacinada contra a Covid-19, em 17 de janeiro de 2021

## Um ano depois...

A vacinação em massa, iniciada a partir de 17 de janeiro de 2021 em São Paulo, trouxe uma sensação de segurança à população. Contudo, a alta no número de casos e a presença de novas variantes ainda mais transmissíveis fizeram com que continuassem lotados hospitais e sobrecarregasse os trabalhadores da linha de frente. Foi o que mostrou, um ano depois, a pesquisa *Percepção dos médicos sobre o atual momento da pandemia de Covid-19*, realizada entre os dias 21 e 31 de janeiro de 2022. Foram 3.517 médicos participantes, sendo 58,4% homens e 41,6% mulheres, que responderam a um total de 26 perguntas.

## Tinha uma pandemia no meio do caminho

Os que atendiam em locais que recebiam pacientes com Covid-19, 96,1% observaram tendência de alta no número de casos em algum grau e 40,5% sentiram esta tendência no número de óbitos. Diferentemente da pesquisa anterior, desta vez, 87,3% relataram que ele ou outros médicos do ambiente de trabalho havia contraído Covid-19 nos últimos dois meses; e a maioria relatou que, nos serviços que atendiam, por conta do trabalho no enfrentamento da pandemia, havia casos de médicos com sintomas de estresse (62,4%) e sobrecarga (64,2%). O aumento de casos decorrentes da variante Ômicron aconteceu em um momento em que a maioria dos médicos já se encontrava esgotada (51,1%) e apreensiva (51,6%). E as deficiências também persistiam: falta de médicos, enfermeiros e outros profissionais da Saúde (44,8%); falta de leitos de internação em unidades regulares ou em UTI (12,6%); falta de máscaras, luvas, aventais, óculos, proteção facial (*face shield*), álcool em gel e outros materiais (9,3%); falta de diretrizes, orientação ou programa para atendimento (17%).

## CEM Covid: a pandemia em números

Para acompanhar de perto a evolução da pandemia no País, bem como as ações realizadas pelos órgãos responsáveis pela saúde pública no combate à doença, a AMB, juntamente com suas 27 Federadas e 54 Sociedades de Especialidades Médicas, criou o Comitê Extraordinário de Monitoramento Covid-19 (CEM Covid AMB). Mais do que monitorar, o intuito com a iniciativa era fazer da AMB um canal oficial de informações confiáveis, sérias e pautadas na ciência, levando aos médicos orientações relacionadas a cuidados dos pacientes, prevenção da doença e condutas a serem adotadas por cidadãos e profissionais da Medicina.

O lançamento oficial do comitê aconteceu em 15 de março de 2021, mês em que o número de mortos pela doença chegou a 2 mil em um único dia. Em 10 de março, foram 2.349 óbitos e, no dia seguinte, o Brasil liderou duas tristes marcas: a de estar 50 dias seguidos com a média de mortes superior a 1000/dia; e a de líder global no fúnebre *ranking* de número de vidas perdidas para a Covid-19 naquelas últimas 24 horas.<sup>5</sup>

5. Conforme a plataforma World in Data, elaborada pela Universidade de Oxford.

## Capítulo 9



Dra. Irma de Godoy (Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia) integrou o núcleo executivo do Comitê Extraordinário de Monitoramento Covid-19 (CEM Covid AMB)

O País estava próximo a computar mais de 300 mil mortos pela doença e carregava o registro de quase 12 milhões de contaminados oficialmente. Entre as capitais brasileiras, 25 de um total de 27 registravam mais de 80% de ocupação nas Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), um nível considerado crítico.<sup>6</sup> “Iniciativas simples não estão sendo feitas, como distanciamento social e o uso correto das máscaras. Cada cidadão tem que ter a sua responsabilidade neste momento”, alertava à época Bruno de Lima Naves, da Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Cardiovascular, uma das instituições integrantes do CEM Covid AMB.

O núcleo executivo do comitê foi composto pelos doutores Antonio Carlos Lopes (Sociedade Brasileira de Clínica Médica), Bruno de Lima Naves (Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular), Carlos André Uehara (Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia), César Eduardo Fernandes (Associação Médica Brasileira), Clóvis Arns da Cunha (Sociedade Brasileira de Infectologia), Dante Mario Langhi Júnior (Associação Brasileira de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular), Emanuel Savio Cavalcanti Sarinho (Associação Brasileira de Alergia e Imunologia), Hélio Penna Guimarães (Associação Brasileira de Medicina de Emergência), Irma de Godoy (Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia), José Eduardo Lutaif Dolci (Associação Médica Brasileira), José Luiz Gomes do Amaral (Associação Paulista de Medicina), Suzana Margareth Ajeje Lobo

6. FIOCRUZ. Boletim Observatório Covid-19. Portal Fiocruz, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3S3fCc>. Acesso em: 25 ago. 2022.

## Tinha uma pandemia no meio do caminho

(Associação de Medicina Intensiva Brasileira), e Zeliete Linhares Leite Zambon (Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade). Juntos, estes especialistas elaboraram a *Carta dos médicos do Brasil à Nação*, divulgada nacionalmente naquele mesmo 15 de março de 2021.

Mais do que trazer os números de casos e óbitos pela doença, o documento fala sobre a progressão exponencial da pandemia, em contrapartida com as insuficiências da rede de saúde e a exaustão dos profissionais da linha de frente. Além de estarem sobrecarregados, muitos se contaminaram e acabaram não resistindo ao Sars-CoV-2, somando-se à triste estatística de mortos. “O Brasil requer união de suas inteligências, da soma de conhecimentos científicos, de estratégias unificadas e ação imediata. Não pode prevalecer a máxima do cada um por si”, dizia o documento, que também abordou temas como a importância de testagens, rastreamento e diagnóstico, bem como a obediência às regras de proteção (uso de máscaras, álcool em gel e distanciamento social). “Vacinas, já! Essa é a ideia que deve unir e reunir todos os brasileiros em um só coro de mãos dadas. Juntos precisamos trabalhar urgentemente pela revisão de caminhos e prioridades”, ressaltava a carta. Nela pediam-se também informações confiáveis e precisas sobre número de vacinas, data em que estariam disponíveis à população e soluções concretas diante da situação e fazia-se uma crítica às *fake news*. A produção e compartilhamento deliberado de desinformação e boatos por um ativo movimento antivacina prejudicava o combate à doença, mas encontrava eco entre médicos e integrantes das diferentes esferas de governo, especialmente o federal.

Na época, Irma de Godoy, presidente da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia e uma das integrantes do núcleo executivo do CEM Covid, preconizou que era preciso uma direção única, como um comitê, e que as sociedades da linha de frente estavam extremamente preocupadas, tristes e constrangidas com a situação médica no Brasil naquele momento. “Esta é a mesma solicitação e desejo de todos nós com relação ao Ministério da Saúde. Que ele tenha diretrizes e autonomia para agir, e atenda às necessidades da população”, apontou.

Este era o anseio de quem assistia ao Brasil trocar de Ministro da Saúde por três vezes em plena pandemia, e estava prestes a fazer uma nova substituição.

## Capítulo 9



Luiz Henrique Mandetta, Nelson Teich, Eduardo Pazuello e Marcelo Queiroga lideraram o Ministério da Saúde durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022)

O primeiro, Luiz Henrique Mandetta, atuou de 1º de janeiro de 2019 a 16 de abril de 2020; o segundo, Nelson Teich, permaneceu de 16 de abril de 2020 a 15 de maio de 2020; e o terceiro, o general Eduardo Pazuello, ocupou a pasta de 15 de maio de 2020 a 15 de março de 2021, dia do lançamento do comitê, quando cedeu o lugar para o médico paraibano Marcelo Queiroga, cardiologista com área de atuação em Hemodinâmica e Cardiologia Intervencionista.

A partir de sua formação, o CEM Covid passou a funcionar em regime permanente e elaborar documentos com intuito de transmitir informações esclarecedoras e orientações à saúde. O primeiro boletim trouxe três tópicos neste sentido e os posteriores passaram a ser liberados em cima de assuntos relevantes no momento, sempre embasados com referências bibliográficas confiáveis. Entre os temas, a relação de eventos tromboembólicos e as vacinas contra a Covid-19; vacinação em crianças e adolescentes; testagem rápida e eficácia e segurança das vacinas aplicadas no Brasil.

Em 2021, foram produzidos um total de 24 boletins. Em 23 de março o comitê trouxe, entre os esclarecimentos, uma questão importante referente aos medicamentos que compunham o chamado Kit Covid. “Infelizmente, medicações como hidroxiquina/cloroquina, ivermectina, nitazoxanida, azitromicina e colchicina, entre outras drogas, não possuem eficácia científica comprovada de benefício no tratamento ou prevenção da Covid-19, quer seja na prevenção, na fase inicial ou nas fases avançadas dessa doença. Portanto, a utilização desses fármacos deve ser banida. Aos médicos, reafirmamos que o uso de corticoides e anticoagulantes devem ser reservados exclusivamente para pacientes hospitalizados e que precisem de oxigênio suplementar, não

## Tinha uma pandemia no meio do caminho

devendo ser prescritos na Covid leve, conforme diversas diretrizes científicas nacionais e internacionais”, ressaltou o documento.

Em 6 e 8 de abril, o Brasil atingiu, respectivamente, as marcas de 4.211 e 4.190 mortos por dia e o número de casos passou a marca de 1,2 milhão por dia.<sup>7</sup> A AMB realizou então uma coletiva, em 9 de abril, quando falou sobre as recomendações para triagem de pacientes em UTIs naquele momento da pandemia, assunto que foi tema de um dos boletins. Na ocasião, a entidade, em conjunto com a Associação de Medicina Intensiva Brasileira, Associação Brasileira de Medicina de Emergência, Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia e Academia Nacional de Cuidados Paliativos elaboraram o documento *Recomendações de Alocação de Recursos em Esgotamento durante a pandemia de Covid-19*.<sup>8</sup>

Para a formulação deste material, advogados, bioeticistas e membros do Judiciário também foram ouvidos. De acordo com a Dra. Lara Kretzer, da comissão Cuidados Paliativos do Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), seguir tais recomendações não isentava nenhum profissional de ser processado por uma família, se esta considerasse que o tratamento não foi apropriado ou justo. No entanto, o médico encontraria naquele documento um respaldo para levar adiante o seu trabalho. “Este protocolo ajuda os médicos a se sentirem mais tranquilos na hora de conduzir este processo e, evidentemente, se seguem as recomendações e fazem um registro apropriado no prontuário sobre o que estão fazendo, de forma bem justificada, é pouco provável que haja chance de sucesso nessa demanda judicial”, explicou a médica, que também faz parte da Unidade de Terapia Intensiva do Hospital Nereu Ramos, da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina.

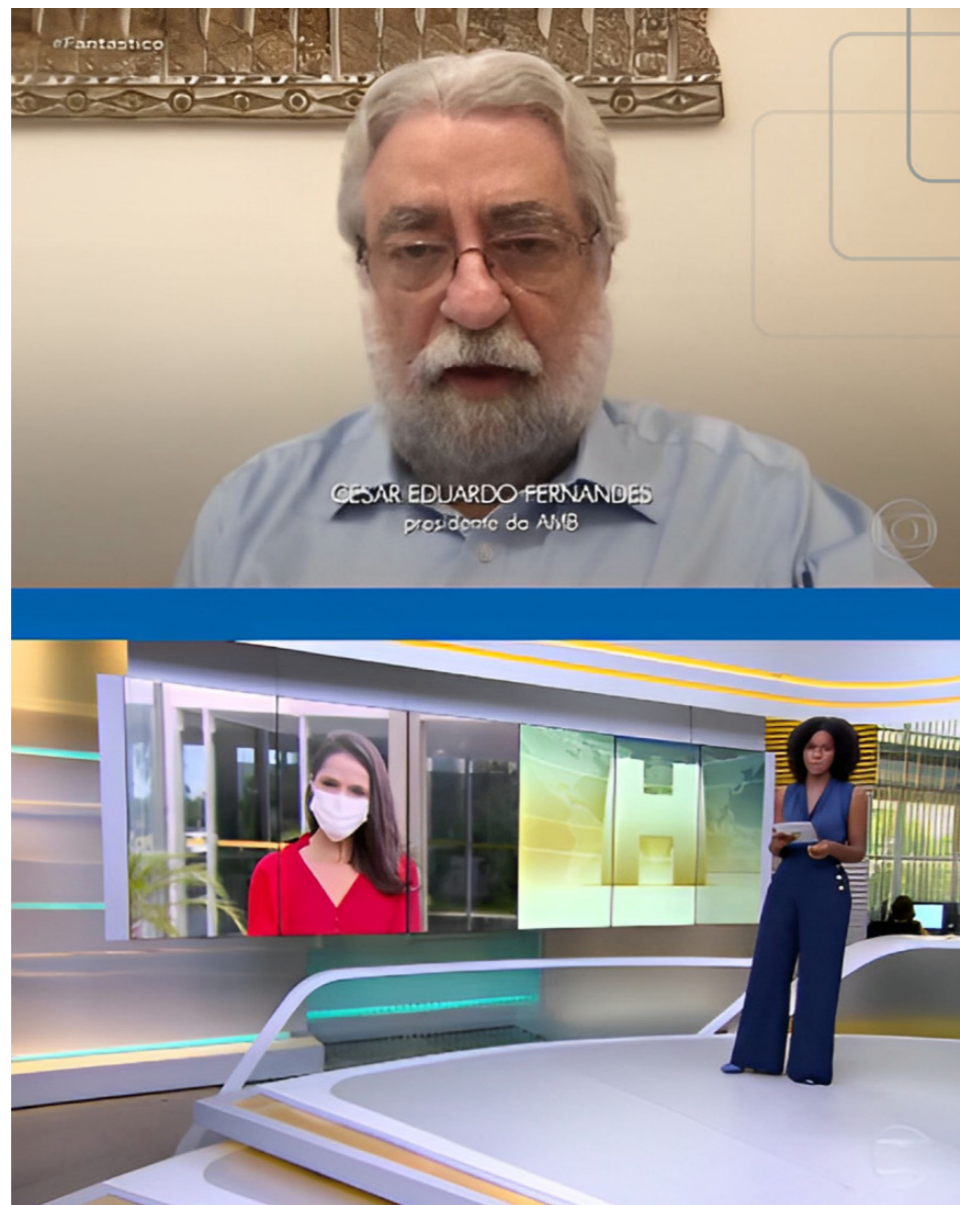


Lara Kretzer, da comissão Cuidados Paliativos do Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

7. WORLDOMETERS. Disponível em: <https://bit.ly/3yNiIcf>. Acesso em 25 ago. 2022.

8. O protocolo levou em conta a Resolução do Conselho Federal de Medicina n.º 2.156 de 28 de outubro de 2016.

Durante toda a pandemia, a AMB assumiu o protagonismo e deu voz à Ciência em diversos meios de comunicação



A especialista fez questão de ressaltar que o documento dizia respeito apenas a este processo de escolha. Em todos os outros aspectos do cuidado, o médico continuava sendo responsável por oferecer ao paciente o melhor cuidado com a máxima qualidade possível. Assim, com sua mudança de postura frente ao maior desafio sanitário do século 21 e trabalhando de

## Capítulo 9

forma contínua com informações embasadas e com comprovações científicas, a AMB retomou seu papel de protagonismo e liderança. Nesta condição, passou a ser procurada cada vez mais por diversos veículos de imprensa como fonte confiável para suas reportagens. Estas matérias foram exibidas em jornais, revistas, emissoras de rádio, sites e programas televisivos, como *Fantástico*, *Jornal Nacional* e *Bom Dia Brasil*, da Globo. Atuando desta maneira, a AMB serviu para jogar luz a um dos momentos mais obscuros de nossa história. E enquanto os acontecimentos externos tomavam forma, internamente os membros da AMB lamentavam o falecimento, em 9 de maio, do ginecologista Luiz Carlos João, que fazia parte do Conselho Fiscal da entidade. Vinte dias antes, o especialista havia perdido a esposa, Nilce Fregonesi para a doença.

Mesmo com a vacinação já disponível para todos e o arrefecimento da pandemia em território nacional, a Associação Médica Brasileira seguiu monitorando e orientando profissionais com informações relacionadas à doença. Neste contexto surgem as *Diretrizes brasileiras para o tratamento ambulatorial e hospitalar da Covid-19*. Tratam-se simplesmente de uma sólida recomendação técnica aos médicos do Brasil no que se refere ao manejo dessa doença. Estas foram elaboradas por um grupo de especialistas de diversas instituições e sociedades médicas nomeados pelo próprio ministro da Saúde. Ambas – as diretrizes hospitalares e as ambulatoriais – foram aprovadas, inclusive, nas plenárias da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec), respectivamente em julho e dezembro de 2021.

Contudo, em 20 de janeiro de 2022, o secretário da Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, Hélio Angotti Neto, vetou tais diretrizes, impedindo que fossem incorporadas como recomendação oficial do Ministério da Saúde. Ainda assim, a decisão final sobre a aprovação caberia única e exclusivamente ao ministro da pasta, ocupada no momento do fechamento deste livro, pelo Dr. Marcelo Queiroga. Sem desistir da sua empreitada, a AMB elaborou e encaminhou, em 15 de fevereiro de 2022, uma carta ao ministro, solicitando a aprovação imediata das *Diretrizes*, já reconhecidas por sua incontestável base técnico-científica.

Durante este compasso de espera, profissionais de saúde e a população seguiam, quase três anos depois do começo da pandemia, sem uma linha de

## Capítulo 9

conduta definida, aprovada e divulgada pelo Ministério da Saúde no caso da Covid-19. Da sua parte, a AMB permaneceu atuante, vigilante e incansável como legítima representante dos médicos do Brasil. Assim cumpre o que está no artigo 2º do seu estatuto, que elenca entre suas finalidades a defesa dos interesses coletivos dos seus associados, em juízo ou fora dele. Além disso, seus capitães sabem que os capítulos mais vibrantes dessa história são aqueles em que a AMB lutou por algo justo e necessário, considerando este o caso das *Diretrizes brasileiras para o tratamento ambulatorial e hospitalar da Covid-19*.



### CARTA DOS MÉDICOS DO BRASIL À NAÇÃO

Faz um ano, o Brasil registrava a primeira morte pelo vírus SARS-Cov-2, era março de 2020. Aos 9 de maio, marcávamos 10.000 vidas perdidas no embate com o novo coronavírus no país. Um mês após, mais um registro assustador: 1 milhão de infectados. Chegamos a 100.000 mortes em agosto de 2020 e a 200.000, cinco meses depois, em janeiro de 2021.

De janeiro para cá, passados pouco mais de dois meses, os números de infectados e os de mortes explodiram: hoje, caminhamos tristemente para contabilizar 300.000 óbitos. Os casos no País já vão para 12 milhões.

A progressão exponencial da epidemia evidencia insuficiências na rede de saúde. A realidade é que não há leitos em quantidade necessária para fazer frente à elevação vertiginosa da demanda; os profissionais de saúde, entre os quais, nós, os médicos, chegamos à exaustão, além da perda de várias vidas. Numericamente, já faltamos em várias regiões para atender esta demanda de casos jamais imaginada.

É nosso mais grave momento dessa emergência em saúde coletiva. A Covid-19 se mantém em ascensão e todos os números e carências tendem a piorar, se não houver uma resposta firme e coordenada. O Brasil requer união de suas inteligências, da soma de conhecimentos científicos, de estratégias unificadas e ação imediata. Não pode prevalecer a máxima do cada um por si.

Nós médicos, por ética, retidão e compromisso com os pacientes, dizemos claramente à Nação: o controle da situação nos foge às mãos, pois não estão sob nosso comando as ações e a gestão da saúde.

Nosso diagnóstico é de que apenas a obediência às regras de proteção - como confinamento, uso de máscara e outras - as iniciativas contínuas de testagem e rastreio de contactantes, juntamente

Rua São Carlos do Pinhal, 324 - Bela Vista - CEP: 01333-903 - São Paulo - SP

11 3178-6800 [amb.org.br](http://amb.org.br)

Carta dos médicos do Brasil à Nação, publicada em 15 de março de 2021: primeiro documento do grupo CEM Covid

com a vacinação em larga escala, são capazes de oferecer melhor prognóstico à população brasileira.

**Vacinas já. Essa é a ideia que deve unir e reunir todos os brasileiros**, em um só coro, de mãos dadas. Juntos, precisamos trabalhar urgentemente pela revisão de caminhos e prioridades.

Precisamos de certezas. Não podemos viver de estimativas que não encontrem respaldo na realidade. Precisamos saber exatamente quantas doses de vacinas teremos e quando efetivamente elas serão disponibilizadas para a população.

Um vai e vem de informações desencontradas, uma dança de números de eventuais lotes de vacinas que deverão chegar e depois não chegam só levam ao descrédito das autoridades de saúde e a desalento na população. Soluções concretas e não promessas vazias. É o que precisamos. E já!

Temos de reafirmar, lembrar e relembrar, a cada instante, que o distanciamento social e uso de máscara salvam vidas. O remédio indispensável agora é a visão cidadã. Em 11 de março, esse senso de coletividade e solidariedade estava – permita-nos uma figura de linguagem simples para ilustrar - na Unidade de Terapia Intensiva. **A adesão ao isolamento no País era de 33,4%. Baixíssima.**

Conclamamos, portanto, o cidadão a assumir sua responsabilidade e a atuar pela ampla conscientização. O isolamento e uso de máscaras, repetimos, podem ser o diferencial para **salvar a vida do avô, avó, pai, mãe, ou do filho, ou do amigo.**

Diante do quadro de dificuldades e incertezas, também conclamamos cada um dos médicos do Brasil e ser um agente multiplicador da Medicina de excelência e da Ciência junto a todos os pacientes, aos colegas de trabalho e em seus círculos familiares e de amizades. **Desmentir fake news e reforçar a relevância das regras de prevenção devem ser tarefas diárias.** Assim também salvamos vidas.

Rua São Carlos do Pinhal, 324 - Bela Vista - CEP: 01333-903 - São Paulo - SP

11 3178-6800 [amb.org.br](http://amb.org.br)

Aproveitamos para comunicar aos cidadãos a criação do **Comitê Extraordinário de Monitoramento Covid-19 (CEM COVID\_AMB)**, composto pela Associação Médica Brasileira, por suas 27 federadas estaduais e pelo conjunto das suas 54 sociedades de especialidades do País.

O CEM funcionará em regime permanente, enquanto durar a crise. Terá um núcleo executivo formado por médicos com legítima autoridade no campo da prevenção e da atenção aos pacientes acometidos pela doença.

Monitorará permanentemente a pandemia em todo o território nacional e as ações dos órgãos responsáveis pela saúde pública, com o intuito de consolidar informações e, a partir de cenários atualizados, transmitir orientações periódicas de conduta para cuidados e prevenção aos cidadãos e aos profissionais da Medicina.

Destacamos, por fim, que o momento torna necessárias comunicações recorrentes com esclarecimentos e orientações à saúde, por mais simples que pareçam. São elas a vacina, o combate às fake news e a conscientização individual e coletiva para as medidas gerais de prevenção.

#### Boletim 01, 2021 Comitê Extraordinário de Monitoramento Covid-19 (CEM COVID\_AMB)

1. A vacinação em massa, para todas as pessoas, é a medida ideal para controlarmos a velocidade de propagação do vírus. Entretanto, é impossível firmar, nesse instante, em que momento isso ocorrerá.
2. Diante de tal quadro, o distanciamento social, com a menor circulação possível de pessoas, é conduta essencial para conter a propagação viral.
3. A conscientização e a atitude cidadã devem prevalecer sobre quaisquer outros aspectos e as regras preventivas seguidas à risca:

Rua São Carlos do Pinhal, 324 - Bela Vista - CEP: 01333-903 - São Paulo - SP

11 3178-6800 [amb.org.br](http://amb.org.br)



- A) Uso de máscara sempre
- B) Distanciamento social
- C) Evitar aglomerações
- D) Manter o ambiente bem ventilado e higienizando
- E) Ficar em isolamento respiratório assim que houver suspeita de Covid-19
- F) Higienizar frequentemente as mãos, com água e sabão ou álcool gel a 70%.

#### NÚCLEO EXECUTIVO - CEM COVID\_AMB

- Antonio Carlos Lopes, Sociedade Brasileira de Clínica Médica
- Bruno de Lima Naves, Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular
- Carlos André Uehara, Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia
- César Eduardo Fernandes, Associação Médica Brasileira
- Clóvis Arns da Cunha, Sociedade Brasileira de Infectologia
- Dante Mário Langhi Júnior, Associação Brasileira de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular
- Emanuel Savio Cavalcanti Sarinho, Associação Brasileira de Alergia e Imunologia
- Hélio Penna Guimarães, Associação Brasileira de Medicina de Emergência
- Irma de Godoy, Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia
- José Eduardo Lutaif Dolci, Associação Médica Brasileira
- José Luiz Gomes do Amaral, Associação Paulista de Medicina
- Suzana Margareth Ajeje Lobo, Associação de Medicina Intensiva Brasileira
- Zeliete Linhares Leite Zambon, Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade

Rua São Carlos do Pinhal, 324 - Bela Vista - CEP: 01333-903 - São Paulo - SP

11 3178-6800 [amb.org.br](http://amb.org.br)

**“Nós médicos estaremos sempre disponíveis para ajudar; e ajudaremos. Mas não trazemos a solução; hoje não a temos. A solução para a Covid não está nas mãos de mais de meio milhão de médicos do Brasil. Será resultado das atitudes responsáveis e solidárias de cada um dos cidadãos do País e das autoridades públicas responsáveis por implantar as medidas efetivas que se fazem necessárias para mitigar a enorme dor e sofrimento da população brasileira”.**

São Paulo, 15 de março de 2021

Rua São Carlos do Pinhal, 324 - Bela Vista - CEP: 01333-903 - São Paulo - SP

11 3178-6800 [amb.org.br](http://amb.org.br)



10

**Arrumando a casa**



César Eduardo Fernandes: planejamento e rotina intensa de trabalho com todo o grupo já nos primeiros meses de 2021

**ENQUANTO O CENÁRIO EXTERNO**, por conta da Covid-19, mostrava-se incerto, internamente a diretoria da AMB tinha uma certeza bem clara: havia muito a se fazer. Por isso, ao mesmo tempo em que, juntamente com Federadas e Sociedades de Especialidades, direcionava esforços diários para diminuir os impactos da pandemia no País, nos bastidores também trabalhava arduamente para reestruturar os alicerces da casa dos médicos do Brasil e resgatar a grandeza da entidade.

Nos primeiros meses de 2021, a AMB buscou retomar o protagonismo de outrora, com um trabalho intermitente, que exigia o envolvimento de todos. Concomitantemente, lidava com a delicada situação financeira, abalada após o desvio de mais de R\$ 50 milhões do caixa em gestões anteriores,<sup>1</sup> e com um déficit, em 2020, de 839.843 reais.<sup>2</sup> Dessa forma, não havia tempo a perder. “Quando chegamos aqui, já imaginamos que íamos encontrar uma casa com

1. TRANSPARÊNCIA, honestidade e resultados. *Jornal da Associação Médica Brasileira (JAMB)*, n. 1.419, dez. 2021, p. 3.

2. NOVA AMB mais do que duplica o caixa em seis meses. *Jornal da Associação Médica Brasileira (JAMB)*, n. 1.419, dez. 2021, p. 41.

## Arrumando a casa



Akira Ishida e Fernando Sabia Tallo: 1º e 2º tesoureiros trabalharam na reestruturação financeira da AMB



Fernando Sabia Tallo

problemas gerenciais e a encontramos bastante desorganizada. Quando digo isso, não estou retaliando a gestão anterior. Mas o fato é que tínhamos problemas de arquivo e cadastros muito desorganizados, documentações em caixas no arquivo morto sem nenhum tipo de organização e uma dificuldade econômica muito grande, com um valor em caixa suficiente para tocar a AMB por dois ou três meses”, recorda o presidente César Eduardo Fernandes (gestão 2021-2023).

Diante deste contexto, a AMB entrou com medidas rigorosas de gestão, sob a condução do primeiro e do segundo-tesoureiro, respectivamente, Akira Ishida e Fernando Sabia Tallo. Para que a Federação pudesse caminhar administrativamente de forma adequada, foi implantado um sistema de governança corporativa, com regras e métricas embasadas em uma gestão com resultados e transparência. Foram revistos contratos, salários e funcionários

Coube ao secretário-geral Antonio José Gonçalves trabalhar em medidas relacionadas aos Títulos de Especialista



## Capítulo 10

e um plano de carreira e salário foi formulado para os colaboradores. Os fornecedores com ganhos maiores que 2,5 milhões de reais em contratos sobrepostos, bem como salários que chegavam a 50 mil reais foram descobertos e cortados. Vários acordos foram renegociados e tantos outros encerrados<sup>3</sup>. Alguns imóveis pertencentes à AMB e que estavam desocupados também passaram a ser alugados.

“Como diretor financeiro, eu tenho uma responsabilidade. Essa casa não é minha, isso aqui não é uma empresa privada e pertence a todos os sócios. Eu vi o quanto havia de dinheiro e fui criterioso nos gastos”, ressalta Dr. Akira, que trazia em seu bojo conhecimentos adquiridos durante a vasta experiência associativa, como presidente da Sociedade Brasileira de Ortopedia Pediátrica, presidente da Sociedade Paulista de Ortopedia e Traumatologia, secretário-geral da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia, conselheiro, durante três gestões, do Conselho Regional de Medicina do

Estado de São Paulo (Cremesp), e diretor administrativo e vice-presidente da Associação Paulista de Medicina (APM), onde, em 2022, exerce também a função de terceiro-vice-presidente.

Antonio José Gonçalves, secretário-geral da AMB (gestão 2021-2023), recorda que, ao assumir o posto, em 2021, a diretoria se deparou com outra questão importante: milhares de títulos de especialistas parados. As provas são promovidas pelas Sociedades de Especialidade, mas cabe à AMB fornecer os títulos e o certificado de especialização das 54 sociedades. “Usamos os primeiros meses para acertar e equacionar a situação administrativa. Buscamos

3. NOVA AMB mais do que duplica o caixa em seis meses. *Jornal da Associação Médica Brasileira (JAMB)*, n. 1.419, dez. 2021, p. 40 e 41.

## Arrumando a casa

deixar em dia o envio dos títulos e criamos o Título de Especialista para o sócio e para o não sócio. Afinal, precisamos oferecer vantagens aos sócios, que hoje pagam 750 reais para a emissão, enquanto o não sócio investe 1.275 reais”, explica Dr. Antonio.

Hoje, o Brasil conta com dois títulos de especialista: o emitido por quem fez uma residência médica em um programa reconhecido pela Comissão Nacional de Residência Médica, que é o Registro de Qualificação de Especialista (RQE). Este é obtido ao protocolar o título em um Conselho Regional de Medicina (CRM), após terminar uma residência médica autorizada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC); e o Título de Especialista emitido por uma Sociedade de Especialidade e fornecido pela AMB, que analisa as competências do profissional por meio de provas teóricas e práticas, formuladas por especialistas. “Uma coisa é obter o título porque fez residência; outra é consegui-lo porque foi aprovado pela sua especialidade por intermédio de provas que medem competências e habilidades”, explica Dr. César.

Diante desta série de ações emergenciais, os resultados puderam ser visualizados em poucos meses. No primeiro quadrimestre de 2020, a despesa da entidade era de 4.697.123 reais, e passou para 3.114.050 reais no ano seguinte, uma variação de 34%. Já as receitas, no mesmo período, chegaram a 6.662.259 reais em 2021, ante os 4.014.240 reais de 2020, uma variação positiva de 66%.<sup>4</sup> A pretensão era a de reduzir a média mensal de gastos, que em 2020 era de 1,5 milhão de reais, para 800 mil reais em 2021. Esse planejamento, somado às medidas realizadas mês após mês, contribuiu para que as reservas da AMB saltassem de 4 milhões de reais para 10,6 milhões de reais.<sup>5</sup>

Providências importantes também foram tomadas para lidar com a questão relacionada ao desvio de dinheiro, constatada em 2017. O processo encontra-se em fase de inquérito policial, e segue nas mãos do advogado criminalista Prof. Dr. Luiz Flávio Borges D’Urso. Uma auditoria trabalha no rastreamento do dinheiro, enquanto o departamento jurídico toma as providências necessárias para

4. NOVA AMB mais do que duplica o caixa em seis meses. *Jornal da Associação Médica Brasileira (JAMB)*, n. 1.417, ago. 2021, p. 50.

5. *Ibidem*, p. 51.

repatriar os valores.<sup>6</sup> A meta é acelerar o processo e recuperar a quantia subtraída, que em dez anos, segundo o secretário-geral, Dr. Antônio José Gonçalves, podem representar um rombo de aproximadamente 100 milhões de reais. “Nós estamos investindo um bom dinheiro nisso, pois temos a obrigação de prestar contas aos médicos do que aconteceu com esta verba”, diz o secretário-geral.

Após os ajustes realizados no âmbito administrativo, era hora de conhecer, de forma mais aprofundada, as estruturas das Federadas. Por ser um momento crítico da pandemia, este processo foi feito de forma 100% *on-line*. Dessa maneira, foi possível à diretoria da AMB traçar, de forma mais bem alinhada e precisa, ações de interesse comum a seus pares, bem como delimitar medidas sustentáveis a cada Federada, independentemente do seu tamanho ou tempo de fundação. Para dar voz a todos os participantes, cada reunião contou com a participação de representantes de três ou, no máximo, quatro Federadas. Os encontros passaram a ser parte da rotina sazonal da entidade e conectaram a AMB de forma mais profunda com as realidades dos médicos de todo o País, que puderam expor demandas, impressões e sugestões.

De acordo com o Dr. Antônio José Gonçalves, a AMB tinha como propósito oferecer, a cada Federada, um suporte que as auxiliasse em termos estruturais e financeiros, estimulando a integração de médicos. Neste pacote se inserem ações como cursos, webinários e atendimento a demandas relacionadas à defesa profissional, à manutenção da robustez de cada Federada, bem como à atração de novos associados.

O movimento de consolidação da classe médica também ganhou força dentro das Sociedades de Especialidade. Juntas e em prol de um mesmo propósito, uniram expertises no que tange à questão da Covid-19, mas não só neste cenário. Com o resgate dos encontros do Departamento Científico, em reuniões trimestrais, assuntos relacionados a procedimentos, novas áreas de atuação, tabelas de referência para pagamentos na Medicina Suplementar e inovações ganharam relevância, mostrando a importância do trabalho do *Projeto Diretrizes*. Nestas reuniões, os especialistas também ajudavam a palear os conteúdos para a *Revista da Associação Médica Brasileira (RAMB)* e o *Jornal da Associação Médica Brasileira (JAMB)*.

6. Ibidem.

## Comunicação na pauta

Se internamente muitas medidas passaram a ser executadas, externamente o mesmo passou a ocorrer a partir dos canais de comunicação. O portal oficial [www.amb.org.br](http://www.amb.org.br) passou por alterações de projeto gráfico e conteúdo, hospedando também um canal direcionado às mulheres médicas ([www.amb.org.br/mulheresmedicas](http://www.amb.org.br/mulheresmedicas)), onde é possível fazer denúncias relacionadas a violência física, digital ou psicológica, intolerância, ofensas e discriminação. Tais queixas são feitas em caráter sigiloso e, ao serem recebidas, são analisadas. Caso seja do consentimento da autora da denúncia, a acusação é encaminhada para outras instâncias responsáveis.

Primeira mulher a chegar à vice-presidência da AMB, Luciana Rodrigues Silva explica que o intuito da iniciativa é abrir um espaço para que mulheres possam falar de assédios e violências sofridas durante o exercício da medicina, uma triste realidade em um universo cada vez mais dominado por médicas. Até 2020, as mulheres representavam 46,6% da população de médicos, sendo que, entre os grupos mais jovens já é maioria. As profissionais femininas totalizam 58,5% entre os médicos até 29 anos e 55,3% entre os de 30 e 34 anos, de acordo com o levantamento *Demografia Médica do Brasil*, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP). A última edição da *Demografia Médica no Brasil*, de 2023, mostra que o número de médicas já chegou a 49,3%, em 2023; e projeta que, em 2024, as mulheres serão maioria entre os médicos no Brasil chegando ao percentual de 50,2%. “É necessário um olhar especial para o sexo feminino dentro das associações e grupos diretivos, porque a voz da mulher precisa ser escutada nas entidades e na Associação Médica Brasileira”, comenta Dra. Luciana, que é formada pela Universidade Federal da Bahia, em 1978, onde atua como professora titular de Pediatria. Presente no movimento associativo há mais de 30 anos, ela chegou a ser presidente das Sociedades Baiana e Brasileira de Pediatria, sendo que, nesta última, permaneceu durante duas gestões. Agora, na AMB, junta-se ao *pool* feminino, que tem ainda as doutoras Maria Rita de Souza Mesquita (primeira-secretária), e Rossiclei de Souza Pinheiro (vice-presidente Região Norte).

Maria Rita de Souza Mesquita,  
Luciana Rodrigues Silva



## Arrumando a casa

A primeira-secretária da AMB, Maria Rita de Souza Mesquita, complementa que o canal *Mulheres Médicas* abre um importante espaço para que a mulher médica possa fazer a primeira manifestação de algum desagrado ou violência, seja moral, física ou psicológica, que aconteça no ambiente de trabalho. “Apesar da evolução dos tempos, esse tipo de situação acontece de forma muito frequente, desencadeada por colegas de trabalho, não necessariamente médicos, mas funcionários de áreas administrativas ou chefias, muito mais do que dos próprios pacientes”, afirma a especialista, que, em 2022, divide sua rotina também atuando na diretoria da Associação Paulista de Medicina (APM).

Tocoginecologista, a Dra. Maria Rita iniciou a vida associativa em 2010, na Comissão de Valorização Profissional e de Honorários e Convênios da Associação de Obstetrícia e Ginecologia do Estado de São Paulo (Sogesp). O trabalho rendeu bons frutos e em 2020 a comissão transformou-se em Diretoria de Defesa Profissional, tendo nela sua primeira representante. “Nesta jornada, acabei tendo oportunidades de participar das eleições do Conselho Regional de Medicina e também da comissão de Valorização Profissional e da comissão de Ética da Febrasgo [Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia]. Meu trabalho sempre foi em defesa e valorização do médico”, afirma.

Outro canal aberto dentro do *site* nasceu focado em ajudar o associado na parte de defesa profissional: A voz do médico. Por meio do endereço [www.amb.org.br/defesaprofissional](http://www.amb.org.br/defesaprofissional) os interessados podem enviar sugestões ou denúncias, que serão analisadas e, posteriormente, encaminhadas aos setores específicos.

Se o portal vinha agora com a proposta de oferecer o máximo de conteúdo e serviços, o mesmo ocorria nas publicações oficiais, com reformulações sofridas pelo *JAMB* e pela *RAMB*. Enquanto o primeiro recebeu novo projeto gráfico, diferentes seções e uma parte direcionada às Sociedades de Especialidades e Federadas, a segunda passou a ter o Dr. Renato Delascio Lopes como editor-chefe, além de um novo Conselho Editorial.

A escolha do Dr. Renato para coordenar uma revista de importância como a *RAMB* foi estratégica. Com mais de 530 publicações em periódicos científicos de renome internacional, como *Lancet* e *New England Journal of*

## Capítulo 10



Renato Delascio Lopes:  
o escolhido para  
capitanear como o novo  
editor-chefe da RAMB

*Medicine (NEJM)*, o cardiologista atua no nicho editorial em diferentes publicações de renome, a saber: *American Heart Journal* (como editor associado); *Revista Brasileira de Clínica Médica* (como coeditor-chefe) e *JAMA Cardiology* (como membro do grupo editorial). A intensa produção acadêmica é acompanhada pela rotina igualmente diversa do Dr. Renato, que se divide entre Brasil e Estados Unidos.

Nacionalmente, ele é professor livre-docente de Cardiologia da Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo (EPM/Unifesp); orientador do programa de pós-graduação de Cardiologia e Medicina Translacional da Unifesp; fundador e diretor executivo do *Brazilian Clinical Research Institute* (BCRI) e também do Centro Brasileiro de Saúde Global da EPM/Unifesp. Já no exterior, é professor de Medicina na Divisão de

Cardiologia da Universidade de Duke e diretor do Departamento de Validação de Eventos Clínicos (CEC) e do Programa de *Fellowship* da Duke Clinical Research Institute (DCRI). “A *RAMB* poderá avançar mais celeremente ao mundo moderno, sendo conceituada como periódico responsável por publicações de alto rigor científico e incentivando especialistas do País e de outros continentes a se envolverem com suas atividades e publicações, assim que conceitos-chave como colaboração, transparência e globalização estiverem totalmente interligados”<sup>7</sup>, afirma.

E os resultados vêm aparecendo. Em 2021, a *RAMB* apresentava um Fator de Impacto, que é uma das principais referências globais para análise da qualidade de uma publicação científica, de 1,712. Mais do que um avanço, tratou-se de um verdadeiro salto, já que sua elevação foi de 0,5 ponto percentual em relação à sua classificação de 2020 (1.209). Com isso, a revista da AMB, publicada

7. NADA menos do que excelência. *Jornal da Associação Médica Brasileira (JAMB)*, n. 1.416, fev. 2021, p. 50.

## Arrumando a casa

pela primeira vez em março de 1954, ainda na gestão do Dr. Alípio Corrêa Netto, depois de avanços seguidos, passou a integrar o Q3 (terceiro quartil), apenas dois degraus abaixo de ícones como *Lancet*, *New England*, *Jama* e *British Medical*. Para o Dr. Renato, esses números positivos são uma mostra da excelência científica da *RAMB* e uma prova de que a revista está no caminho certo. “É importante lembrar que esse nosso grande momento é o resultado de um trabalho em equipe, com dedicação e comprometimento de muitos, incluindo os editores associados, corpo editorial, revisores e editores anteriores da revista nos últimos anos. Somente com esse engajamento e princípio de continuidade na excelência científica, juntamente com o suporte da diretoria da AMB e das Sociedades de Especialidades, poderemos atingir resultados brilhantes e continuar colocando a *RAMB* na vitrine científica do mundo”, ressalta o editor-chefe. Ele faz ainda questão de lembrar que a *RAMB* aparece bem ranqueada também no SCImago Journal Rank (SJR), outra medida de influência científica, tem avaliação B1 no Qualis/Capes e é indexada nas principais bases de dados mundiais: Lilacs, PubMed (Medline), Scopus e Scielo.

Enfim, com o pontapé inicial e a criação de parâmetros voltados para aumentar a performance da AMB já nos primeiros meses de 2021, era hora de a nova diretoria também trabalhar outras bandeiras importantes, como o ato médico, formação, protagonismo, certificação, revalidação de diplomas e a busca pelo maior número de associados, principalmente entre o público mais jovem. Tudo isso hasteando em ponto bem alto a bandeira da união com as Federadas e as Sociedades de Especialidades. “Não deixamos de gastar e não estou aqui para economizar dinheiro, e sim para geri-lo da maneira correta. Hoje estamos investindo em vários projetos que fazem parte da missão da AMB. E a Educação Continuada e o Núcleo de Proteção ao Ato Médico são alguns deles”, finaliza Dr. Akira Ishida.

### Fator de impacto da RAMB (\*)

Cálculo feito pelo *Journal Citation Reports (JCR)*

ANO AVALIADO	FATOR	DIVULGAÇÃO	EVOLUÇÃO	EDITOR
2009	0.589	2010	-	Dr. Bruno Caramelli
2010	0.553	2011	-10,6%	Dr. Bruno Caramelli
2011	0.771	2012	39,4%	Dr. Bruno Caramelli
<b>2012</b>	<b>SUSPENSÃO</b>	-	-	Dr. Bruno Caramelli
2013	0.915	2014	-	Dr. Bruno Caramelli
2014	0.933	2015	18,6%	Drs. Bruno/ Salomão/ Serrano
2015	0.664	2016	1,9%	Dr. Carlos Serrano
2016	0.931	2017	71%	Dr. Carlos Serrano
2017	0.801	2018	40,2%	Dr. Carlos Serrano
2018	????	2019	8,6%	Drs. Carlos Serrano/José Maria
2019	0.915	2020		Drs. Carlos Serrano/José Maria
2020	1.209	2021	75.6%	Drs. Carlos Serrano/José Maria
2021	1.712	2022	70,6%	Drs. Renato Deláscio/José Maria
2022				Drs. Renato/J. Maria/Roseli

(\*) O que é o Fator de Impacto: cálculo da soma de todas as citações recebidas pelas publicações que compõem o serviço de indexação Web of Science (WOS) nos dois anos anteriores (dentro da coleção), dividido pelo total de artigos publicados em cada uma delas no mesmo período. O relatório é divulgado anualmente pelo *Journal Citation Reports (JCR)* e é uma das principais referências para se analisar a qualidade de uma revista científica.





A diretoria da gestão 2021-2022. Sentados, da esquerda para a direita: Nerlan Tadeu Gonçalves de Carvalho (conselho fiscal); Rossiclei de Souza Pinheiro (vice-presidente Região Norte); César Eduardo Fernandes (presidente); Luciana Rodrigues Silva (1ª vice-presidente); Maria Rita de Souza Mesquita (1ª secretária) e Carlos Alberto Gomes dos Santos (diretor de atendimento ao associado). De pé, da esquerda para a direita: Roque Salvador Andrade e Silva (vice-presidente Região Nordeste); Carlos Vicente Serrano Júnior (diretor Relações Internacionais); José Eduardo Lutaif Dolci (diretor científico); Oscar Pereira Dutra (vice-presidente Região Sul);

Fernando Sabia Tallo (2º tesoureiro); José Fernando Macedo (diretor de defesa profissional); Akira Ishida (1º tesoureiro); Jurandir Marcondes Ribas Filho (2º vice-presidente); Agnaldo Lopes da Silva Filho (vice-presidente Região Sudeste); Luciano Gonçalves de Souza Carvalho (diretor de assuntos parlamentares); José Carlos Raimundo Brito (conselho fiscal); Juarez Monteiro Molinari (conselho fiscal); Carlos Henrique Mascarenhas Silva (diretor cultural); Antonio José Gonçalves (secretário-geral); Clóvis Francisco Constantino (diretor acadêmico) e Etelvino de Souza Trindade (vice-presidente Região Centro-Oeste).



11

**AMB se conecta com a nova geração de médicos**

**“QUERO DEIXAR REGISTRADO O ORGULHO** de ver diversos médicos recém-formados, que, a despeito da pouca experiência, não se omitiram e vieram, dentro das suas capacidades, ajudar os doentes manauaras. É sempre revigorante atuar ao lado de médicos novos e ver o zelo e preocupação com que cuidam dos pacientes. Agradeço também aos colegas mais experientes, que saíram de sua zona de conforto e atenderam ao chamado da AMB em um momento de tanta necessidade.”<sup>1</sup>

Foi assim que o Dr. Matheus Merlin Felizola, preceptor da residência de Clínica Médica da Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo EPM/Unifesp, descreveu seu sentimento ao participar, como um dos voluntários, do grupo que levou dezenas de médicos às cidades do Amazonas e Rondônia, durante o ápice da pandemia. A iniciativa que uniu preceptores e jovens médicos na Força-Tarefa AMB Covid-19, nos primeiros meses de 2021, mostrou a importância de trazer a energia deste grupo para o centro da Associação Médica Brasileira.

Acolher, agregar e engajar o jovem médico no movimento associativo é uma das prioridades da Nova AMB. A união de médicos de todas as idades e especialidades é capaz de aumentar a representatividade da classe diante de temas importantes relacionados à valorização do profissional e à assistência de qualidade à saúde da população. Hoje a entidade congrega cerca de 40 mil associados, enquanto, em contrapartida, o número de médicos é superior a 562 mil, de acordo com o último levantamento *Demografia Médica no Brasil*,<sup>2</sup> de 2023. “Na hora que me dirijo ao Governo Federal ou a alguma operadora, por exemplo, a representatividade faz a diferença. E se você tiver uma associação que funciona, que responde aos anseios do médico e que defende

1. “O QUE VIMOS foram óbitos incontáveis, pacientes muito graves e, assustadoramente, muito jovens”. AMB, 22 fev. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3s6IGwQ>. Acesso em: 18 ago. 2022.

2. SCHEFFER, M. et al. *Demografia Médica no Brasil 2023*. São Paulo, SP: FMUSP, AMB, 2023. 344 p. ISBN: 978-65-00-60986-8. Acesso em: 8 fev. 2023.

## AMB se conecta com a nova geração de médicos

a saúde da população e o bom exercício da Medicina, consegue melhorar a realidade. Até porque, do ponto de vista ético, é nossa obrigação oferecer o melhor que existe para o nosso paciente”, relata o secretário-geral da AMB, Antônio José Gonçalves.

Se ao ser criada, em 26 de janeiro de 1951, a AMB mantinha um grande grupo de pessoas engajadas e dispostas a lutar em benefício de demandas do coletivo, nos dias atuais o cenário é bastante diferente. Com o passar dos anos, o interesse pelo associativismo foi minguando, principalmente entre os mais jovens. De acordo com Clóvis Francisco Constantino, diretor acadêmico da AMB e presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), o pragmatismo do cotidiano explica a mudança de mentalidade, marcada com características como a vida contemporânea extremamente agitada e o imediatismo e individualismo latentes. “O traço vocacional do médico formado no dia de hoje não é marcante como antigamente. Não estou generalizando mas, em larga escala, é o que percebo”, comenta o especialista, que vê o associativismo como algo imprescindível na vida de qualquer profissional.

Foi com este sentimento essencial de fazer a diferença em prol do bem comum que o ainda estudante Roque Salvador Andrade e Silva, hoje vice-presidente da Regional Nordeste, direcionou as ações de sua vida. Como universitário da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, era ligado ao diretório acadêmico e chegou a ser preso por seis meses por conta disso, durante a Revolução de 1964. Ao se formar, recebeu e aceitou o convite para integrar a Associação Bahiana de Medicina. “Esse chamado foi feito após minha interação nas lutas de classes e nas lideranças. Fui o primeiro oncologista clínico da Bahia e nesse Estado fundei a primeira clínica nesse segmento. Eu sempre estive envolvido no movimento associativista e no trabalho em conjunto, nunca fui omissor”, comenta Salvador, que dentro da AMB já foi diretor de marketing durante a segunda gestão de Eleuses Vieira de Paiva (2002-2005) e vice-presidente da Região Leste-Nordeste durante o primeiro mandato de José Luiz Gomes do Amaral (2005-2008). Segundo ele, nos dias de hoje a base mudou e o conceito também. Por isso, se faz necessária a união dos profissionais para dentro da AMB.

Conscientizar sobre a importância do associativismo durante a graduação também é listado por Fernando Sabia Tallo, segundo-tesoureiro da AMB



**Carlos Henrique Mascarenhas Silva, diretor cultural da AMB (2021-2023): identificação é o foco**

e especialista em clínica médica, como uma das medidas para aumentar a adesão de médicos, já que isto não ocorre durante a fase de formação. “O estudante deve saber porque precisa participar de uma corporação que vai representá-lo. Contudo, muitos saem da faculdade sem saber o papel da AMB, do sindicato e do CFM. Eles não vão se associar a AMB, por exemplo, por conta de uma tradição ou algo do gênero, a menos que os pais estejam ligados à vida associativa”, reflete. O especialista acredita que a criação de benefícios e a prestação de serviços – como a educação médica continuada –, juntamente com o uso de uma linguagem moderna, conectada às principais redes sociais, são medidas para renovar e atrair novos associados.

A forma de se comunicar é vista pelo tocoginecologista mineiro Carlos Henrique Mascarenhas Silva, diretor cultural da AMB, como um grande problema nesta falta de identificação. E o principal motivo, segundo ele, seria a avassaladora formação de novos médicos. “As entidades médicas, conselhos, sindicatos, ainda não acharam a forma adequada de estimular esses médicos a participarem desse movimento. Eu não vou me atrever a dizer que eles não são interessados, porque posso estar usando, talvez, a mesma desculpa que, no passado, podem ter falado quando eu era mais jovem. É verdade que muitos não se interessavam, mas tantos outros seguiram o caminho oposto e eu sou um exemplo disso. Nós é que ainda não conseguimos capturar o coração dessas pessoas”, afirma.

Oscar Pereira Dutra, vice-presidente da Regional Sul, explica que, ao longo dos anos, se criaram várias especialidades dentro da Medicina, as quais passaram a seguir seus próprios caminhos. E que agora existe um trabalho de resgate para unificar os médicos do País. “A AMB tem que mostrar quem ela é e o que pode oferecer para facilitar e agregar na vida dos associados. E o que ela pode proporcionar de mais importante é a divulgação do conhecimento. A educação continuada é uma forma de se fazer presente dentro da sociedade e da sociedade médica. A promoção de eventos maiores, como um congresso, também”, afirma.

Uma série de propostas foram desenvolvidas em prol dessa parcela de médicos. A pretensão foi oferecer serviços e benefícios relevantes, utilizando, nesta condução, uma linguagem fluida e conectada aos novos tempos. A tarefa foi designada a Fernando Sabia Tallo. Em contato direto com residentes, na condição de médico coordenador da residência de Clínica Médica da EPM/Unifesp, ele elaborou dentro da Associação Médica Brasileira três grandes projetos. O primeiro, lançado em caráter emergencial, em fevereiro de 2021, foi o Força-Tarefa AMB Covid-19, da qual foi coordenador; o segundo, no ar desde 27 de maio de 2021, foi o Programa de Educação para o Médico Generalista do Brasil (Progeb); e o terceiro, planejado e colocado em prática a partir de 2022, foi o Suporte de Atendimento Básico de Emergência (Sabe). “O jovem não vai ser sócio da AMB por tradição; ele será sócio da entidade se ela prestar serviços para ele”, afirma o especialista.

Voltado ao médico generalista, o Progeb é um curso *on-line*, hospedado na plataforma digital Manole Educação, que tem entre 90 e 100 horas de duração e oferece conteúdo de ponta focado em situações clínicas do dia a dia profissional. Na construção das aulas, três pilares se fazem presentes em todas as explicações: ajudar no diagnóstico; ajudar na abordagem inicial; e ajudar na estratégia de encaminhamento. A ideia é auxiliar o médico generalista na sua rotina.

Gratuito aos associados, residentes e estudantes de Medicina, o programa oferece aulas semanais, com 30 minutos de duração cada, de conhecimentos específicos de diferentes campos da Medicina. A cada semana, um tema voltado à especialidade escolhida abrange de quatro a cinco aulas. Na terceira quinta-feira de cada mês o Progeb disponibiliza uma aula master, com duração de uma hora, que acontece ao vivo, às 20 horas, uma forma de interagir com alunos de todo



**Fernando Sabia Tallo, segundo tesoureiro (2021-2023) e coordenador da residência de Clínica Médica da EPM/Unifesp: prestação de serviços e contato direto com os novos médicos**



José Eduardo Lutaif Dolci, diretor científico da AMB (gestão 2021-2023): conhecimento de qualidade a residentes, estudantes e médicos generalistas

## Capítulo 11

o País. Este conteúdo é apresentado por presidentes de Sociedades de Especialidade. Entre os que compartilharam seus conhecimentos na primeira edição estão Antonio Carlos Lopes (presidente da Sociedade Brasileira de Clínica Médica – gestão 2020-2023) e Luiz Carlos Von Bahten (presidente do Colégio Brasileiro de Cirurgiões – gestão 2020-2023).

Coordenado pelos doutores Fernando Sabia Tallo e José Eduardo Lutaif Dolci (diretor científico), o Progeb é supervisionado pelo presidente da AMB, Cesar Eduardo Fernandes, e reúne no corpo docente membros titulares das 55 especialidades médicas do Brasil. Assim, todas as especialidades são contempladas por meio de aulas teóricas, tutoriais e discussão de casos clínicos reais. O conteúdo programático abarcou mais de 100 temas de medicina generalista e envolveu 105 docentes com doutoramento.

A aula inaugural do Progeb contou com a presença da Dra. Cláudia Lutke, anestesiológica do Hospital São Paulo da Unifesp. Diante do cenário latente da pandemia, o

tema abordado foi “Acesso à via aérea na Covid-19”. Esta e todas as outras aulas subsequentes ficaram gravadas e puderam ser acessadas até o final da 1ª edição, que terminou em dezembro de 2021. Para garantir o certificado, o participante precisou ter no mínimo 70% de frequência e aproveitamento na prova final.

A aceitação positiva do projeto mobilizou o grupo a continuar o trabalho no ano seguinte, com algumas alterações pontuais, como a participação de representantes das Federadas e mais análise de casos clínicos. Até agosto de 2022, cerca de 4.000 interessados tiveram acesso ao programa. A maioria deles é composta por recém-formados ou aqueles que ainda estão fazendo a faculdade de Medicina (no meio ou final do curso).

## AMB se conecta com a nova geração de médicos

Investir na formação do médico generalista vem ao encontro dos números divulgados pela última pesquisa *Demografia Médica no Brasil*, de 2023. De acordo com o levantamento, 37,7% dos médicos em atividade não tinham título em nenhuma especialidade.

Em 2021, segundo o Ministério da Educação (MEC), 41.853 médicos cursavam Residência Médica (RM) no Brasil, inscritos em programas mantidos por 789 instituições credenciadas pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM).

De acordo com o Dr. Tallo, sem estar ligado a nenhuma Sociedade de Especialidade, este grande universo de médicos tem mais dificuldade em reciclar seus conhecimentos. “Existe uma deficiência de formação muito grave no Brasil. Isso é inegável. E os médicos (que cursam o Progeb), são, em geral, generalistas. Boa parte não tem residência médica e está trabalhando. Eles precisam de algum tipo de educação continuada, e nada melhor do que um organismo oficial para fazer isso por eles, como é o caso da AMB”, explica.

Doutor Tallo, que detém o título de especialista em Clínica Médica com área de atuação em Medicina de Urgência e Emergência, também usou as redes sociais para divulgar o Progeb de forma mais amplificada. Em 18 de agosto de 2021, ele apresentou, no perfil oficial do Instagram da entidade, a *live* “Conhecendo o Programa de Educação para o Médico Generalista do Brasil – PROGEB”, quando chegou a sortear um exemplar do livro *SeClin – Simulação em Emergências Clínicas*, cuja autoria divide com Antonio Carlos Lopes, Leticia Sandre Vendrame e Roberto de Moraes Júnior.

Praticamente desde a sua fundação, a AMB, por meio de suas Sociedades de Especialidade, construiu diversos programas de educação médica continuada, visto que o fomento do ensino médico é uma das missões da entidade. Em 1958, foi instituído o Regimento dos Departamentos Científicos da AMB, durante a gestão do Dr. Iseu de Almeida e Silva (1957-1959), e estas sociedades foram acolhidas no seio da Federação, passando a integrar seu Departamento Científico e formar seu Conselho Científico. Naquele mesmo ano, a AMB passou a conceder o Título de Especialista aos médicos aprovados em rigorosas avaliações teóricas e práticas, visando ao aprimoramento e valorização da classe.



Hoje, estas mesmas Sociedades de Especialidade têm estes programas como um dos seus destaques de atuação junto aos seus próprios especialistas. Contudo, esta é a primeira vez que unem esforços para elaborar um programa específico para o médico que não tem especialidade, mas está à frente do atendimento, dentro de espaços como Unidades Básicas de Saúde (UBS), Unidades de Pronto Atendimento (UPA), pronto atendimento e ambulatórios. “O Progeb busca trazer para os colegas médicos residentes, estudantes de Medicina e generalistas tudo aquilo que eles não conseguem obter em congressos de especialistas, que, muitas vezes, eles não podem participar”, resalta o diretor científico José Eduardo Lutaif Dolci.

## Sabe como é salvar vidas?

Treinar o máximo de pessoas para salvar vidas em situações de emergência. Este é o propósito do Projeto Sabe (Suporte de Atendimento Básico de Emergência). Lançado em fevereiro de 2022, o programa é dividido em duas fases. No primeiro momento, capacita alunos de Medicina, a partir de um curso presencial de aproximadamente três horas, a darem suporte emergencial em casos de parada cardiorrespiratória em adultos. Posteriormente, já devidamente habilitados, estes médicos são encaminhados a escolas públicas para ensinarem a professores, funcionários e alunos tudo o que aprenderam.

Jovens médicos em ação durante capacitação do Projeto Sabe no município de Caruaru (PE)



Prontos para a próxima fase, jovens médicos de Caruaru (PE) agora vão replicar o que aprenderam no Projeto Sabe em escolas da região

Voltado a alunos do 1º ao 4º ano de Medicina, o curso é gratuito e tem no seu cronograma três pontos fundamentais: treinamento para identificação da parada cardiorrespiratória; sequência de ações que devem ser realizadas para o início imediato da recuperação cardiorrespiratória de qualidade (levando-se em conta fatores como compressão, ritmo, profundidade mínima e posicionamento); e desfibrilação precoce com uso de um Desfibrilador Externo Automático (DEA). “Entre 60% e 80% dos casos de parada cardiorrespiratória (PCR) acontecem dentro do domicílio. E apesar dos avanços recentes, somente em menos de 40% dos adultos vítimas de uma PCR as primeiras tentativas de reanimação cardiopulmonar são feitas por leigos; e menos de 12% têm acesso a um DEA antes da chegada do atendimento médico especializado. As pessoas precisam ter este conhecimento básico”, adverte Dr. Fernando Sabia Tallo, que também é coordenador do Sabe.

Dados de 2015 da American Heart Association (AHA) apontam que o número de paradas cardiorrespiratórias não traumáticas em ambiente extra-hospitalar (PCREH) chegou a 350 mil casos ao ano nos Estados Unidos. Este cenário é ligeiramente mais sombrio que na Europa, onde, em igual período,

foram registrados 275 mil casos. Já no Brasil, a quantidade chega a 250 mil casos por ano, ou cerca de 700 por dia.

Geralmente, o processo de atendimento de uma situação como esta começa com o chamamento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). Mas, até o suporte chegar ao local, existe o chamado tempo de resposta, minutos cruciais para que haja o primeiro atendimento até que a ajuda especializada chegue. Por isso, identificar rapidamente o evento adverso e agir de forma precisa são atitudes essenciais para a sobrevivência da vítima. Segundo levantamento do Ontario Prehospital Advanced Life Support Study Group (Opals), o fato de identificar a parada cardiorrespiratória e tomar as medidas adequadas junto à vítima aumentam a chance de sobrevivência a 4,4% em relação ao indivíduo em igual sofrimento mas não identificado precocemente. “Muita gente morre por desconhecimento dos primeiros socorros”, adverte Bento José Bezerra Neto, presidente da Associação Médica de Pernambuco (Ampe).

Com o apoio de várias Sociedades de Especialidade, em especial da Sociedade Brasileira de Clínica Médica (SBCM), Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC), Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) e Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (SBMFC), o Projeto Sabe é ministrado por instrutores com certificação internacional do BLS da American Heart Association.

Após capacitados e certificados, os participantes vão se voluntariar e entrar em um banco de alunos para ensinar o que aprenderam dentro das escolas públicas. Foram adquiridos dez kits de treinamento, compostos de DEA de treinamento e manequins de suporte básico, o Little Annie, que por meio de sensor e aplicativo demonstra se a compressão e a profundidade do manuseio estão adequados. Fica sob responsabilidade da AMB o contato com as Secretarias de Educação Municipais e Estaduais, bem como os custos com transporte, alimentação, seguro e material de treinamento. “Com este projeto nos aproximamos do estudante de Medicina e, portanto, do futuro médico jovem. E, ao mesmo tempo, esta iniciativa é uma função e uma prestação de serviço da AMB diretamente para a sociedade”, ressalta Dr. Tallo.



Momentos do I Congresso de Medicina Geral da AMB, realizado nos dias 4 e 5 de novembro de forma presencial no WTC Events Center, em São Paulo

## Mais benefícios, mais engajamento

O ano de 2022 foi marcado por uma série de realizações importantes da AMB na busca por oferecer cada vez mais benefícios aos seus associados. A primeira delas foi a criação do Clube de Benefícios, em função do qual a entidade fez parcerias com diversas empresas de comércio e serviços para oferecer descontos e vantagens exclusivas aos médicos. Entre os planos de saúde, o acordo foi com a Qualicorp, plataforma que congrega 390 entidades de classe e mais de 100 operadoras. Soma-se também os preços diferenciados para a aquisição do Título de Especialista e do conteúdo impresso ou digital da *Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM)*. Este material, aliás, ganhou atualização (versão 2022), lançada em janeiro de 2023.

Contudo, a grande novidade do segundo semestre de 2022 foi a realização do I Congresso de Medicina Geral da AMB, em 4 e 5 de novembro. Brindando a

volta dos eventos presenciais, o evento teve como palco o WTC Events Center, em São Paulo, e foi organizado pela Medicine Eventos. Na Comissão Executiva, estavam os doutores José Eduardo Lutaif Dolci (presidente do congresso), Cesar Eduardo Fernandes (presidente de honra) e Fernando Sabia Tallo (coordenador). Na programação científica, painéis, discussões de casos clínicos e palestras preparadas por especialistas das 54 Sociedades de Especialidade e voltadas ao médico generalista. As aulas focaram em temas pontuais sobre o que de mais importante este profissional precisa saber diante dos principais assuntos das especialidades médicas brasileiras. “Esta ação é um marco porque é o primeiro congresso voltado para este tipo de médico”, sinaliza o presidente do congresso, Dr. Lutaif Dolci.



# I Congresso de Medicina Geral da AMB





**12**

**Qualidade acima  
de tudo**

**A** **LONGO DE TODA A SUA TRAJETÓRIA**, uma das pautas mais assíduas da Associação Médica Brasileira diz respeito à qualidade da formação do médico. Esta preocupação se faz valer não só durante a fase da graduação ou residência, como também após a entrada deste profissional no mercado de trabalho. Por esta razão, dentro da entidade, um grupo de profissionais, de diferentes especialidades e regiões do País, despence seus esforços para pensar em estratégias para avaliar principalmente duas importantes vertentes: a qualidade do conteúdo e a infraestrutura oferecida pelas instituições de ensino; e a qualidade do médico antes e durante sua jornada após o recebimento do título de especialista ou do registro no Conselho Regional de Medicina. “A formação em Medicina necessita de revisão profunda, a partir de um debate responsável com escolas, alunos, professores, reitores e médicos. Temos de repensar o universo didático, investir em qualificação continuada dos docentes, estimular o humanismo – deixando os recursos tecnológicos para quando realmente indispensáveis, manter hospitais-escolas que assegurem boa formação à beira do leito, incluir novos conhecimentos às grades didáticas só para mostrar o tamanho do desafio”, descreve o presidente da AMB, Cesar Eduardo Fernandes.<sup>1</sup>

O número de médicos aumentou quase 12 vezes (1.170,4%) entre os anos de 1970 e 2020, indo de 42.718 para 500 mil médicos. Em contrapartida, a população brasileira, no mesmo período, foi de 94.508.583 para mais de 210 milhões, alta de 2,2 vezes.<sup>2</sup> Soma-se a isso a elevação da quantidade de vagas de graduação em Medicina, que cresceu em larga escala nos últimos 20 anos. Se, em 2001, havia 11.541 vagas disponíveis, em 2020 esse montante chegou a 37.823, alta de 62%. Os dados são do levantamento Demografia Médica 2020, feito pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP) e com

1. DESAFIO de todos os dias. *Jornal da Associação Médica Brasileira (JAMB)*, n. 1.417, ago. 2021, p. 32.

2. SCHEFFER, M. et al. *Demografia Médica no Brasil 2020*. São Paulo: FMUSP, CFM, 2020, p. 95. Disponível em: <https://bit.ly/3VCN1Fz>. Acesso em: 18 ago. 2022.

## Qualidade acima de tudo

cooperação técnica do Conselho Federal de Medicina (CFM). De acordo com o documento, houve um salto significativo de vagas entre os anos de 2013 e 2019, com abertura de quase 17 mil vagas, passando de 20.552 para 37.546, uma média de 2.804 por ano. Segundo este estudo, “em dez anos, de 2010 a 2020, mais de 20 mil novas vagas foram acrescentadas. O aumento foi de 16.836 vagas de graduação oferecidas em 2010 para 37.823 em 2020, ou seja, 124,7%.”

Um novo balanço, preparado pela AMB em conjunto com a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, divulgado em 8 de fevereiro de 2023, trouxe outros dados impactantes. O levantamento sinalizou que, em janeiro de 2023, havia 562.229 médicos inscritos nos 27 Conselhos Regionais de Medicina (CRMs), o equivalente a 2,6 médicos por 1.000 habitantes. A compilação de dados contou com o apoio das instituições Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), FFM (Fundação Faculdade de Medicina), Opas (Organização Pan-Americana da Saúde) e Ministério da Saúde.

Esse cenário revela uma distorção, segundo o diretor científico da AMB, José Eduardo Lutaif Dolci, já que o Brasil, com 215 milhões de habitantes (dados de 2022), é o segundo País em número de escolas de Medicina, com 389 instituições com 41.805 vagas de graduação em 2023, só perdendo para a Índia e ganhando, inclusive, da China, que tem 1,4 bilhão de habitantes e cerca de 150 faculdades de Medicina. A alta no número de vagas é puxada pelas escolas particulares de medicina, visto que, enquanto nas universidades públicas o número passou de 5.917 para 9.725 de 2003 a 2022, alta de 64%, nas instituições privadas, no mesmo período, o percentual aumentou 358%, passando de 7.001 para 32.080 vagas. “É óbvio que não existem professores qualificados para tudo isso no Brasil e o gargalo da residência médica vai ficando cada vez pior, porque não há vagas para todos”, ressalta Dr. Lutaif Dolci.

Soma-se a isso o fato de muitas destas instituições de ensino terem deficiências importantes frente a questões básicas para a formação do médico, não oferecendo as condições mínimas necessárias para o seu desenvolvimento. O resultado é a graduação de um profissional que estará mais sujeito a “má-prática” médica e ao maior equívoco na tomada de decisões de diagnósticos e planos terapêuticos. É o que destaca o Dr. Carlos Henrique Mascarenhas Silva, diretor cultural da AMB. Para ele, grande parte das escolas de Medicina do País não tem capacidade

adequada de formar bons médicos, apontando também a falta de residências médicas para receber todos os formados. “A medicina vai ter um aumento do número de complicações com resultados inadequados devido à fragilidade da formação médica”, alerta o diretor. De acordo com ele, a luta para normatizar a profissão médica e a revalidação do certificado são atividades que a entidade tem feito na tentativa de resguardar a população dos médicos mal formados.

Levantamento realizado pelo Instituto de Estudos de Saúde Suplementar da Universidade Federal de Minas Gerais (Iess-UFMG) revelou que, anualmente, 1,3 milhão de pessoas das 19,4 milhões atendidas em hospitais no Brasil sofrem com pelo menos um efeito colateral causado por negligência ou imprudência durante o tratamento médico. Destas, 54.769 morreram por causa de erro médico, isto é, seis a cada hora. O cenário poderia ser ainda mais sombrio já que 329.338 sofreram pelo menos um evento adverso, com risco de morte; e 1.299.540 sofreram pelo menos um evento adverso, que pode ou não incluir falha médica. O balanço levou em conta registros de prontuários de 182 hospitais do País, entre abril de 2017 e março de 2018.<sup>3</sup> “Durante o governo da presidente Dilma Rousseff (2011-2016), resolveu-se solucionar a questão da falta de médicos estimulando a abertura de um número enorme de escolas, sem olhar para a estrutura destas. E quando o então ministro da saúde Alexandre Padilha anunciou esta política de abertura veio junto o compromisso de aumentar, na mesma proporção, as vagas de residência médica, o que não aconteceu”, relembra Dr. Giovanni Guido Cerri, presidente dos Conselhos dos Institutos de Radiologia (InRad) e de Inovação (InovaHC), do Hospital das Clínicas da FMUSP.<sup>4</sup>

É grande o número de profissionais que iniciam no mercado de trabalho sem vivenciar o período de residência médica, de no mínimo três anos de duração. Até janeiro de 2023, 37,7% dos médicos do Brasil eram generalistas, sem título em nenhuma especialidade. Na visão de Cerri, tirando questões pontuais, esta etapa é fundamental para a formação de um médico. Entre aqueles

3. FIORAVANTI, Carlos. Um diagnóstico do erro médico. *Revista Pesquisa Fapesp*, n. 287, jan. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3Tk43H1>. Acesso em: 31 jul. 2022.

4. JOTA. Formação dos profissionais de saúde I 16/08/22. YouTube, 16 ago. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3MP8kzx>. Acesso em: 31 jul. 2022.

que têm a residência na sua formação, existem dois outros desafios: escolher uma residência que, de fato, agregue conhecimento e encontrar vagas frente à alta demanda. Afinal, para os cerca de 35 mil médicos formados anualmente, estão disponíveis aproximadamente apenas 17 mil vagas para residentes.

Isso acontece porque, em muitas instituições formadoras, não foi pedida a consolidação de um hospital-escola e a formação fica a cargo de hospitais ligados à prefeitura, filantrópicos ou de regionais de saúde, que, na maior parte das vezes, não têm condição de preparar adequadamente os médicos. O presidente da AMB (gestão 2021-2023) reforça este discurso. Segundo ele, existem programas de residência muito carentes, que também não são avaliados em relação à competência para formar especialistas. “Isso é mais um ponto que mostra a importância de se ter instrumentos de avaliação que assegurem que estes médicos, saídos da graduação ou egressos da residência, estão capacitados para atender a população. Temos uma enorme preocupação com esta situação caótica que estamos vivendo na formação de médicos e residentes do nosso País”, frisa o Dr. Cesar.

O aumento crescente de vagas para o curso de Medicina levou a Associação Médica Brasileira a tornar público alguns posicionamentos. Em 10 de maio de 2021, em resposta ao questionamento da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, do Ministério da Educação, a AMB ressaltou que o Brasil não precisava investir em um maior contingente de médicos, e sim em mais qualidade na assistência aos cidadãos. Para defender a argumentação, trouxe a público quatro apontamentos importantes: a formação anual superior a 30 mil médicos; a falta de um instrumento de avaliação dos egressos dos cursos de Medicina; o fato de somente 1,7% das instituições de ensino superior conseguirem nota 5 no Índice Geral de Cursos (IGC) do MEC; e a inexistência, em quantidade, de professores que sejam qualificados na relação docente/aluno.<sup>5</sup>

Em outra ponta, uma série de trabalhos era desenvolvida em prol da qualidade dos médicos formados. O primeiro deles diz respeito à implantação da prova de suficiência/proficiência no final do sexto ano, para que todo o aluno, ao terminar a graduação, seja avaliado, nos moldes da prova organizada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) à qual se submetem os recém-formados em Direito.

5. NÃO AO aumento de vagas para medicina. *Jornal da Associação Médica Brasileira (JAMB)*, n. 1.417, ago. 2021, p. 31.

## Capítulo 12

## Qualidade acima de tudo

AMB em Brasília: na luta pela formação médica de qualidade: José Eduardo Lutaif Dolci, Antonio José Gonçalves, Gustavo Salata Romão, Akira Ishida, senador Randolfe Rodrigues, Luciano Gonçalves de Souza Carvalho, Etelvino de Souza Trindade e José Macedo



Se aprovado no teste, o jovem médico poderá exercer a Medicina; caso contrário, terá de continuar estudando para refazer o exame. “É uma luta pesada, porque do jeito que estão as escolas médicas no Brasil, quem paga por isso é a população. Digo isso porque os médicos estão sendo muito mal formados e é preciso ter o controle disso”, afirma Dolci.

O assunto foi uma das reivindicações do documento elaborado pela AMB e levado a Brasília, em 22 de março de 2022. No dia, estavam presentes os senadores Randolfe Rodrigues, Sérgio de Oliveira Cunha e Rodrigo Pacheco, este último presidente do Senado Federal da República. Além da questão relacionada ao exame de proficiência, outros dois tópicos foram relacionados: carreira de Estado para o médico (PEC 38/2021), e participação da AMB na Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec). No encontro, junto com o Dr. Lutaif Dolci estavam outros diversos representantes da AMB: Akira Ishida (primeiro-tesoureiro), Antônio José Gonçalves (secretário-geral), Etelvino de Souza Trindade (vice-presidente Região Centro-Oeste), Luciano Gonçalves de Souza Carvalho (diretor de Assuntos Parlamentares), Napoleão Punte de Salles (assessor parlamentar da AMB), Gustavo Salata Romão (especialista em Educação Médica e representante suplente da AMB na Comissão Nacional de Residência Médica – CNRM) e Cesar Eduardo Fernandes (presidente).

## Comissões de Residência Médica ganham regulamentação

Criada pelo Ministério da Educação (MEC) para credenciar e monitorar os programas de especialização médica no Brasil, a Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) publicou, em 3 de outubro de 2022, a resolução CNRM nº 16. Este ato normativo regulamenta a estrutura, organização e funcionamento das Comissões de Residência Médica (Coremes) nas instituições de saúde que oferecem os Programas de Residência Médica, entre outras providências. A Coreme é o órgão responsável pela emissão dos certificados de conclusão de residência médica aos médicos residentes, tendo por base o registro em sistema de informação da CNRM/MEC.

A normativa passou a valer em 1º de novembro de 2022. Conforme explica o Dr. Fernando Sabia Tallo, segundo-tesoureiro e conselheiro da AMB na CNRM, o documento contou com grande colaboração da entidade na sua elaboração. “Essa resolução normatiza e atualiza a

função das Coremes das instituições de saúde e da preceptorial. Durante a residência médica, os atores da residência são os residentes, as Coremes e os preceptores, que desempenham um papel fundamental de ensino aos residentes. Há muito tempo não ocorria uma atualização em todo o processo”, destacou.<sup>6</sup>

Entre as finalidades da Coreme estão: coordenar o processo de especialização do médico residente; garantir o desenvolvimento dos Programas de Residência Médica reconhecidos pela CNRM, com base nas matrizes de competências aprovadas para cada programa; propor a criação de novos programas, considerando a necessidade de médicos especialistas indicada pelo perfil socioepidemiológico da população; e cumprir e fazer cumprir as normas legais estabelecidas e aprovadas pela CNRM.

6. CNRM PUBLICA resolução que regulamenta o funcionamento das COREMES. Associação Médica Brasileira. 13 out. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3VKyEPz>. Acesso em: 13 out. 2022.



Dr. César Eduardo Fernandes, Dr. Etelvino de Souza Trindade e o senador Randolfe Rodrigues

Foi por intermédio do Dr. Cesar, aliás, que a minuta do Projeto de Lei para criar o Exame Nacional de Proficiência em Medicina foi entregue ao senador Randolfe Rodrigues. A meta é que o exame seja obrigatório, tanto para os egressos graduados no Brasil quanto para os que se formaram no exterior e desejam exercer a profissão em território nacional. A prova abordará questões teóricas e práticas. E avaliar estes conhecimentos trará segurança ao beneficiário final: o paciente. “Hoje temos a formação de muitos médicos. Diversos muito qualificados; alguns, entretanto, com formação ainda deficiente. Dessa maneira, entendemos que precisamos de um exame que ateste as competências desses profissionais, que, ao serem aprovados, receberão a certificação dos conselhos de medicina e, efetivamente, atuarão como médicos”, defende Dr. Cesar. De acordo com ele, a AMB tem como

centro principal o bom atendimento e sobretudo a segurança dos pacientes atendidos por cada um dos médicos que atuam no País.

Na ocasião, o senador Randolfe Rodrigues não só demonstrou apoio ao que foi apresentado, como também se comprometeu a apresentar o projeto ao Legislativo, frisando que a proposta prima pela segurança do cidadão e pelo bom exercício da prática da Medicina. E que, assim como aos advogados, que tutelam a liberdade, a realização de um exame aos médicos, que tutelam a vida, também é necessária. “Avaliar o recém-formado é algo que não pode deixar de existir, assim como existe em outros países do mundo, visto que a saúde e a vida das pessoas não pode ser mais ou menos qualificada. É uma bandeira fundamental, inadiável da AMB”, complementa o diretor acadêmico Clóvis Francisco Constantino.

Natural de Campinas (SP) e com especialização em Pediatria pela Escola Paulista de Medicina da Universidade de São Paulo (EPM/Unifesp), em 1972, Dr. Clóvis também é doutor em Bioética pela Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (Portugal). “Como médicos, é importante saber que

ninguém pode, em função do conhecimento científico, esquecer que ali tem uma pessoa, não só um doente. Isso é, em princípio, muito bem resolvido na Bioética”, explica. Na visão dele, o cenário atual é de muita preocupação, visto que muitas escolas atuantes no mercado são problemáticas em termos de qualidade. “Isso acaba tendo repercussão do ponto de vista do trabalho seguro que eles podem fazer ao se formarem”, adverte.

Mas não é só o Exame Nacional de Proficiência Médica que entra na lista de medidas para avaliar aqueles que estão em formação. Um outro projeto que vem sendo discutido é o chamado Teste de Progresso Seriado. A proposta é que os alunos façam uma prova, anual ou bianual, elaborada por uma junta tripartite, envolvendo AMB, CFM e Ministério da Educação (MEC). Dessa maneira, será possível averiguar a evolução do estudante durante a graduação. Para o Dr. Lutaif Dolci, o teste, somado ao de proficiência, acabará por obrigar as escolas a melhorar o seu nível, pois, por meio dos resultados provenientes das avaliações, cria-se a possibilidade de se analisar o conteúdo que está sendo passado e quais escolas podem ou não continuar abertas. “O assunto está sendo discutido por representantes da AMB e do Conselho Federal de Medicina”, pontuou.

E os médicos que já estão no mercado de trabalho? Para esta parcela de profissionais, a pretensão é trabalhar na recertificação do título de especialista, um projeto que, de novo, une CFM, AMB e MEC. A ideia é que a recertificação ocorra após o profissional atingir uma pontuação mínima necessária, que deve ser obtida por meio de atividades acadêmicas feitas dentro de cinco anos, como participação em congressos da especialidade ou cursos de atualização, por exemplo.

Outra certificação, já em prática, é a de habilitação profissional, que capacita o médico especialista na realização de procedimentos completos e específicos, como a cirurgia robótica, por exemplo. Oficializada na portaria 01/2022, de 9 de fevereiro, a certificação é emitida pela AMB após prova realizada pelas Sociedades de Especialidade. A mesma surge para garantir o credenciamento nacional, já que especialistas têm recorrido ao exterior para se capacitarem nestes temas, que não estão presentes na grade curricular de especialistas em qualquer área cirúrgica.<sup>7</sup>

7. CERTIFICADO de habilitação profissional, o que você precisa saber. *Jornal da Associação Médica Brasileira (JAMB)*, n. 1.420, mai. 2022, p. 26.

## A saga Revalida

Representantes da AMB também se mobilizaram em uma questão importante: a permissão de graduados em Medicina no exterior atuarem no Brasil sem a revalidação do diploma. Isso entrou na pauta do Senado Federal com o Projeto de Lei nº 1.539, de 6 de abril de 2020, de autoria do senador Telmário Mota (Pros/RR), que buscava alterar a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e que dispunha sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia de Covid-19. Com ele ficaria permitido, durante o período de vigência da emergência de saúde pública, que o médico brasileiro graduado no exterior pudesse exercer legalmente a Medicina no território nacional sem a exigência de revalidação de seu diploma. Na prática, o PL 1.539 congelava o artigo 17 da Lei nº 3.268 de 1957, dos Conselhos de Medicina, que exige o registro prévio. Seu texto explicitava que a carteira de trabalho do profissional mencionaria que a habilitação para o exercício da Medicina seria em caráter temporário, e a inscrição no CRM seria cancelada após o fim do período de emergência em saúde.<sup>8</sup>

Em abril de 2021, um dos meses com maior número de óbitos por conta da pandemia, o requerimento de urgência 661/2021 trazia, em um de seus artigos, a flexibilização do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida). Em nota oficial, divulgada em 5 de abril, a AMB afirmou ser contrária a esta e outras proposições que tramitavam sobre o assunto em Brasília, pois havia uma movimentação para permitir o exercício da Medicina a diplomados no exterior, sem que estes se submetessem a uma avaliação para comprovar a adequada capacitação técnico-científica.

Repudiamos a xenofobia. Entretanto, não podemos permitir que pacientes brasileiros, já penalizados com tantas mazelas da rede de saúde, sejam, desta feita, expostos a um atendimento não isento de riscos por médicos que não revalidaram legalmente os seus

8. MÉDICOS sem qualificação comprovada são risco à saúde e à vida. AMB diz, não!. *Associação Médica Brasileira*, 10 mar. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3CPviSE>. Acesso em 18 ago. 2022.

## Qualidade acima de tudo

diplomas em nosso País como proposto pelo requerimento de urgência 661/2021, do Congresso Nacional. Se aprovados no Revalida vamos recebê-los de braços abertos. Do contrário, assistiremos um desrespeito inacreditável à população e à medicina brasileira.<sup>9</sup>

O requerimento também recebeu ressalvas de Paulo Tadeu Falanghe, diretor de Previdência e Mutualismo da Associação Paulista de Medicina (APM) e conselheiro do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp). De acordo com ele, o erro já se dá devido ao fato de não se respeitar a reciprocidade existente entre países, pois nenhum médico brasileiro pode atuar em outro país do globo sem a revalidação do diploma. “O conceito é correto e tem de valer a todos os lados. Um médico formado no exterior pode atuar no Brasil, mas deve responder a critérios de aprovação determinados pelo Ministério da Educação e às normas do próprio Conselho Federal de Medicina, no caso, a revalidação do diploma. Só assim temos a certeza de que o paciente será atendido por um profissional de formação suficiente.”<sup>10</sup>

O Revalida foi tema frequente durante todo o ano de 2021. Em 20 de abril, em Rondônia, o Projeto de Lei 1.022/2021 buscava dentro da Assembleia Legislativa local ter o direito de contratar médicos brasileiros formados no exterior sem a necessidade de aprovação no Revalida. Em junho, o assunto fez parte do Projeto de Lei 3.252/2020, do deputado João Carlos Bacelar (PDT/BA), e recebeu parecer favorável da deputada Natália Bonavides (PT/RN). Ciente disso, representantes da AMB contataram o deputado Dr. Jasiel (PL/CE) que, por meio de requerimento, movimentou-se para organizar uma audiência pública. Dois meses depois, em agosto, o projeto de lei retornou a listar entre os assuntos da Câmara dos Deputados. E, no mesmo período, no Acre, houve a suspensão, em 11 de agosto, pelo CRM daquele Estado, dos efeitos da lei local que permitia a contratação de médicos sem o Revalida.

9. NOTA oficial AMB – Flexibilização do Revalida traz mais insegurança para a luta contra a Covid-19. *Associação Médica Brasileira*, 5 abr. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3Dg5u3y>. Acesso em: 18 ago. 2022.

10. APM E AMB dizem não ao Revalida light. *Associação Paulista de Medicina*, 1 abr. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3eQqOTU>. Acesso em: 18 jul. 2022;

## Capítulo 12

A primeira edição feita no Brasil do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida) ocorreu em 2011. Realizada anualmente, a prova conta com duas etapas (teórica e prática). As questões teóricas fazem parte da primeira fase, e trazem 100 perguntas objetivas e cinco discursivas, com temas voltados à Ginecologia e Obstetrícia, Cirurgia, Clínica Médica, Pediatria, Medicina de Família e Comunidade e Saúde Pública. Se aprovado, o candidato tem direito a participar da segunda fase, uma prova prática durante a qual realiza dez anamneses dentro de uma estação clínica, junto a atores. Em 2021, houve a inscrição de 11.846 interessados em se submeter ao Revalida. Destes, 50,9%, ou 6.026 candidatos, foram aprovados na primeira fase. Em 2020, este indicador foi de 17,2%. E em 2022, quando mais de 7 mil médicos fizeram o exame, a aprovação foi de somente 3,75% candidatos, o menor indicador desde 2011. “Todos os médicos brasileiros formados em escolas no exterior, ou médicos estrangeiros que demonstrarem residência legal no Brasil e fluência na língua portuguesa podem obter registro no CRM e exercer livremente a profissão no nosso País, desde que tenham sido aprovados no Revalida. Isso não pode e não deve ser desrespeitado por pessoas, instituições ou autoridades públicas em hipótese alguma, com base em nenhum argumento”, finaliza o diretor de Defesa Profissional da AMB, Dr. José Fernando Macedo.

## Matrizes de Competência projetam conteúdo de excelência

Em 7 de julho de 2021, a AMB divulgou, oficialmente, no *Diário Oficial da União*, 24 matrizes de competência de programas de residência médica brasileiros. O trabalho envolveu centenas de profissionais, entre membros da AMB, Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM), Comissão de Residência Médica (Coreme) e das Comissões Estaduais de Residência Médica (Cerems). As matrizes de competência trazem, de forma bem clara e objetiva, quais habilidades e aptidões os profissionais devem dominar, em cada ano da residência, dentro da sua especialidade, servindo como um guia para instituições de ensino, acadêmicos e residentes. “A AMB desempenhou um papel fundamental a partir de suas Sociedades de Especialidade no processo para a aprovação e publicação de todas as Matrizes de Competência de Especialidades Médicas e Áreas de Atuação no Brasil”, afirma o Dr. Fernando Sabia Tallo, membro conselheiro e representante da AMB na CNRM.<sup>11</sup> Na ocasião, as resoluções trouxeram especificações dentro dos seguintes programas:

- ✓ Cirurgia Vascular
- ✓ Cirurgia Torácica
- ✓ Cardiologia
- ✓ Nefrologia
- ✓ Medicina de Emergência
- ✓ Neurologia
- ✓ Clínica Médica
- ✓ Hepatologia e Hemoterapia
- ✓ Geriatria
- ✓ Mastologia
- ✓ Psiquiatria
- ✓ Medicina Legal e Perícias Médicas
- ✓ Patologia Clínica/Medicina Laboratorial
- ✓ Medicina do Tráfego
- ✓ Angiologia
- ✓ Medicina Preventiva e Social
- ✓ Acupuntura
- ✓ Medicina Física e Reabilitação
- ✓ Angiorradiologia e Cirurgia Endovascular
- ✓ Ecografia Vascular com Doppler
- ✓ Endoscopia Digestiva
- ✓ Administração em Saúde
- ✓ Cardiologia – Cardio-Oncologia (ano adicional)
- ✓ Disposição sobre os anos adicionais nos Programas de Residência Médica no Brasil

11. NOTA oficial AMB – Aprovação das Matrizes de Competência da Residência Médica. Associação Médica Brasileira, 7 jul. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3eLJh4U>. Acesso em: 30 jul. 2022.



A woman with long blonde hair is shown in profile, speaking into a black microphone. She is wearing a light-colored, possibly white, lace-trimmed top. The background is blurred, showing other people in a professional setting. The image is overlaid with a semi-transparent blue and white pattern of dots and geometric shapes.

**13**

**Defesa Profissional  
em ação**



José Fernando Macedo: “Defesa Profissional não é apenas defesa do profissional, mas a defesa da profissão”

**INTENSA, CANSATIVA E REPLETA DE DESAFIOS.** A rotina de trabalho de grande parte dos médicos brasileiros é marcada por numerosos plantões, penosas horas de trabalho, múltiplos empregos, baixos salários e falta de uma infraestrutura adequada para o desenvolvimento da atividade, principalmente se o profissional atuar em centros ligados ao Sistema Único de Saúde (SUS). Soma-se a isso o fato de, diariamente, estar conectado a histórias de famílias e pacientes com os mais diferentes tipos de dificuldades. Situações que, juntas, desencadeiam sérias questões relacionadas ao desgaste físico e mental. Não é por acaso que a síndrome de *burnout* é listada como um dos distúrbios mais comuns entre os médicos, especialmente após a Covid-19.

“A Defesa Profissional não é apenas a defesa do profissional, mas a defesa da profissão”, reflete o diretor do segmento na AMB, José Fernando Macedo. Especialista em Angiologia e Cirurgia Vasculuar, há muito se dedica à luta por melhores condições para médicos e pacientes. Formado pela Universidade Evangélica do Paraná, trabalhou por 30 anos no Hospital Oswaldo Cruz,

## Defesa Profissional em ação

de Curitiba (PR), e ali conheceu pessoalmente alguém que nunca esqueceu: o Dr. Albert Sabin, desenvolvedor da vacina contra a poliomielite. Desse encontro, recebeu um sábio conselho para a saúde: lavar com frequência as vias aéreas superiores (nariz e garganta) para evitar a propagação de vírus respiratórios no organismo. “Mesmo trabalhando em um hospital especializado em doenças infecciosas, nunca peguei nenhuma delas, apesar da proximidade com os pacientes por tanto tempo”, recorda o especialista, que, desde então, passou a compartilhar a dica com os pacientes.

A mesma visão de partilhar experiências em prol do bem coletivo Dr. Macedo levou para as questões associativas. Na década de 1980, integrou a Associação Médica do Paraná, onde ocupou vários cargos, chegando a ser presidente entre os anos de 1991 e 1995. Também atuou na Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vasculuar e, na AMB, vem fazendo história desde o início de 1990. É levando consigo a intenção de contribuir para o crescimento saudável da classe, o médico trabalha em ações para valorizar e defender o trabalho dos médicos, juntamente com a qualidade de atendimento ao paciente.

Uma dessas iniciativas, lançada em agosto de 2021, é o Núcleo de Proteção ao Ato Médico (Nupam), que procura contribuir para que serviços e ações de saúde no Brasil sejam prestados de forma responsável, segura e eficiente. O núcleo tem entre suas finalidades o assessoramento das sociedades de especialidades no que tange às violações ou ameaças ao ato médico e à proteção dos pacientes.<sup>1</sup> “A Defesa Profissional tem várias faces. E uma delas é a preocupação com a qualidade dos serviços prestados àquele que é o centro de nossas atenções: o paciente”, diz o médico.

O diretor de Defesa Profissional explica que quatro são os pontos de atenção do Nupam: organização do cuidado multidisciplinar; potência e harmonia nos serviços e ações de saúde; respeito às profissões e aos limites fundamentais; e o paciente como foco de toda a ação. “O Nupam nasce com a intenção de criar no nosso País um ambiente profissional respeitoso e profícuo. Os desvios de competências podem ser prejudiciais ao paciente e devem ser evitados e, se for o caso, reprimidos pelos órgãos competentes”, descreve.

1. NÚCLEO de proteção do ato médico. *Jornal da Associação Médica Brasileira (JAMB)*, n. 1.417, ago. 2021, p. 47.

## Capítulo 13

Para oferecer um suporte adequado, o Nupam também conta com assessoria jurídica, consultoria de comunicação, um canal dentro do *site* oficial da AMB ([www.amb.org.br/nupam](http://www.amb.org.br/nupam)) e um espaço de denúncia onde os médicos, Federadas e Sociedades de Especialidade podem, ao enviar suas solicitações, receber orientações do departamento jurídico. “Este canal foi uma ideia do presidente da AMB, Cesar Eduardo Fernandes, e visa valorizar a profissão e atuação do médico, honorários e condições de trabalho. O médico precisa ser tratado com ética, educação e respeito”, ressalta a Dra. Maria Rita de Souza Mesquita, primeira-secretária da AMB e uma das responsáveis pelo Nupam.

Desde que foi lançado, o Nupam já solicitou ingresso como *amicus curiae* em duas ações cíveis públicas que discutem violações a atos médicos: a primeira, proposta pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) em face do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Coffito), com o objetivo de anular as Resoluções Coffito nº 404/2011, nº 408/2011 e nº 482/2017; e a segunda, proposta por CFM e a Febrasgo em face da ANS. No primeiro caso, o apontamento se refere, especificamente, à possibilidade de realização de ultrassonografia cinesiológica por fisioterapeutas. Conjuntamente à AMB, solicitaram ingresso também nesta demanda a Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia (Sbot), o Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem (CBR), a Academia Brasileira de Neurologia (ABN) e a Associação Brasileira de Medicina Física e Reabilitação (ABMFR). Já na segunda solicitação, o objetivo é anular dispositivos da Resolução Normativa nº 465/2001, especialmente nos dispositivos que permitem a cobertura pelos planos de saúde de acompanhamento de pré-natal e de puerpério por enfermeira obstetra ou obstetriz.<sup>2</sup>

Em julho de 2022, devido a outra decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) envolvendo o Coffito, este reiterou que tanto fisioterapeutas quanto terapeutas ocupacionais não têm autorização legal para receber demanda espontânea de pacientes, diagnosticar, prescrever ou realizar exames sem assistência médica, bem como ordenar tratamento e dar alta terapêutica, já que estas são atividades reservadas aos médicos. Por outro lado, o STJ reconheceu a prática de atividades como acupuntura, quiropraxia e osteopatia aos profissionais da

2. NUPAM/AMB busca intervir em ações judiciais em prol da defesa do ato médico. *Associação Médica Brasileira*, 9 jan. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3DmWXMf>. Acesso em: 12 jan. 2022.

## Defesa Profissional em ação

Fisioterapia e Terapia Ocupacional. “É uma decisão importante. A Justiça precisa compreender os problemas envolvidos em permitir que outros profissionais realizem atos privativos de médicos e que é importante impor limitações ao exercício de algumas atividades, especialmente na área da saúde, pelo risco de danos que possam vir a causar aos pacientes<sup>3</sup>”, alerta o Dr. Macedo.

Mas não é só em âmbito nacional que a atuação da Defesa Profissional se faz presente. Por muitas ocasiões, foi preciso se posicionar diante de demandas pontuais relacionadas a alguns Estados. Foi o que ocorreu, por exemplo, em Rondônia, com a questão relacionada à flexibilização do Revalida;<sup>4</sup> e também em São Paulo, em janeiro de 2021, quando a AMB, juntamente com Associação Paulista de Medicina (APM), Sociedades de Especialidade, Sindicato dos Hospitais, Clínicas e Laboratórios do Estado de São Paulo (Sindhosp) e a Associação Nacional de Hospitais Privados (Anahp), se manifestou diante do aumento da alíquota do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para produtos do setor. Na prática, a partir de então, hospitais privados e filantrópicos teriam um incremento de 18% no ICMS ao comprarem uma série de materiais. Muitos deles eram medicamentos e utensílios voltados para os cuidados de doenças graves, como Aids, doenças cardíacas, doenças raras e tumores.

A reação veio quando o governo do Estado de São Paulo quis cortar a isenção fiscal, existente desde 1999, justamente em um período em que a pandemia de Covid-19 se alastrava e os hospitais tinham uma alta demanda. A elevação nos preços também colocava em risco o abastecimento de insumos importantes que chegavam ao País por São Paulo, destinados ao cuidado dos pacientes, que possivelmente também sentiriam o ônus dessa tributação. Conforme cálculos da indústria farmacêutica, alguns medicamentos poderiam subir mais de 20%. No caso dos dispositivos implantáveis, o incremento de 18% no ICMS ocorreria no início da cadeia de fornecimentos o que desencadearia uma elevação dos preços na ordem dos 30%.<sup>5</sup>

3. STJ reconhece ato médico e anula normas do COFFITO que ampliavam área de atuação de fisioterapeutas. *Associação Médica Brasileira*, 11 jul. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3slaXje>. Acesso em 15 jul. 2022.

4. Mais detalhes sobre o assunto se encontram no capítulo “AMB nos bastidores do Congresso”.

5. NOTA pública sobre o aumento do ICMS para produtos médicos em SP. *Associação Médica Brasileira*, 11 mar. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3VPsgXl>. Acesso em: 10 jan. 2022.

## Capítulo 13

Para reverter a situação, uma série de ações foram realizadas; entre elas, reuniões com Cauê Macris (chefe da Casa Civil de São Paulo) e Eduardo Ribeiro Adriano (secretário executivo da Secretaria de Estado da Saúde). Resultado: em 18 de maio, uma sessão extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) aprovou a isenção do imposto nos projetos de Decreto Legislativo 45/2021 e 46/2021. Em nota pública a respeito do assunto, a AMB explicou:

O PDL 45 prevê a isenção total ou parcial do ICMS, de acordo com o percentual de atendimentos de pacientes pelo SUS, na aquisição de medicamentos, fármacos, insumos e equipamentos destinados a clínicas que prestam serviços de hemodiálise. Já o PDL 46 isenta do imposto as entidades beneficentes e assistenciais hospitalares, como as Santas Casas, e fundações privadas de apoio a hospitais públicos. As instituições devem ter Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social (Cebas) e comprovar, por meio de demonstrativo, que, no exercício de 2020, as mercadorias por elas adquiridas foram destinadas exclusivamente a hospitais públicos.<sup>6</sup>

Outra questão importante é a relacionada à Reforma Tributária, que demanda um acompanhamento intenso da AMB dentro do Congresso Nacional. Ainda em 2021, houve grande movimentação para impedir a alta de impostos junto à classe médica. Graças à ação da AMB, CFM e outras entidades representativas, bem como dos deputados médicos Hiran Gonçalves e Luiz Antonio Teixeira Júnior, além de Celso Sabino, relator do Projeto de Lei 2.337/21, foram alterados pontos importantes do relatório. Originalmente, este colocava que a isenção na distribuição de lucros e dividendos era destinada a empresas tributadas com lucro presumido de até 20 mil reais mensais por sócio da empresa. Com o substitutivo, esta isenção recairia sobre médicos pessoas jurídicas sob o regime de lucro presumido com faturamento anual de 4,8 milhões de reais, média de 400 mil reais mensais. Em 1º de setembro de 2021, foi aprovado o texto-base da Reforma Tributária, na Câmara dos

6. AMB: derrubado o ICMS em insumos e equipamentos de Saúde em São Paulo. *Associação Médica Brasileira*, 20 mai. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3D17Em6>. Acesso em: 10 jan. 2022.

## Defesa Profissional em ação

Deputados. O documento, que altera o Imposto de Renda para Pessoas Físicas, empresas e investimentos, recebeu 398 votos a favor e 77 contra, acatando, assim, as questões solicitadas. Mais uma vitória comemorada.

## Em defesa da remuneração justa

A valorização do trabalho médico é uma das lutas da AMB ao longo de sua trajetória. No decorrer das décadas, a categoria teve de lidar com diversos desafios, muitos ainda em evidência nos dias de hoje. A busca pela remuneração adequada é um deles. Em 2003, ao criar a *Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM)*, a AMB tinha como objetivo levar ao sistema de saúde suplementar parâmetros nos valores pagos pelas operadoras. A tabela, criada conjuntamente com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (Fipe-USP), Sociedades de Especialidade e entidades médicas nacionais e estaduais, surgiu em um momento em que muitas operadoras há muito não reajustavam os honorários.

Reunião virtual do Núcleo de Remuneração Médica da AMB



Deputado federal  
Luiz Antonio Teixeira  
Júnior, também  
conhecido como  
Dr. Luizinho



De lá para cá, várias batalhas foram travadas. Algumas, vencidas com êxito; outras, em constantes entraves. Mas em todas elas, um único objetivo: a busca pela valorização do médico, com condições de trabalho adequadas e remuneração justa. A consultora técnica da CBHPM da Associação Médica Brasileira, Miyuki Goto, relembra que a discussão sobre remuneração médica é imprescindível, pois, a despeito de o médico continuar com seu alto grau de dedicação aos pacientes – como foi visto durante a pandemia –, a atuação do profissional exige, além de boa formação acadêmica, treinamentos específicos para curva de aprendizado ascendente e acúmulo de experiência.<sup>7</sup>

Estar atenta e ativa nas mais diferentes frentes foi fundamental para a AMB na abertura de novos caminhos e possibilidades. Pensada inicialmente para padronizar as operadoras de saúde, a CBHPM – que ganhou a edição 2022, lançada em janeiro de 2023 – voltou a ficar em evidência na Câmara dos Deputados. E, novamente, quem trouxe o assunto à pauta foi o médico e deputado federal Luiz Antonio Teixeira Júnior, também conhecido como Dr. Luizinho. Ele é o autor do Projeto de Lei 1.420/2021, que propõe que a mesma tabela seja

7. I CONGRESSO de Associativismo Médico. *Associação Médica Brasileira*, 14 out. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3z69t08>. Acesso em: 13 jan. 2022.

## Defesa Profissional em ação

também implantada e tida como referência para a remuneração dos honorários e procedimentos médicos dentro do SUS. O documento vem em resposta aos pleitos da AMB e demais entidades coirmãs.<sup>8</sup> “Os pacientes serão beneficiados duplamente: primeiro porque o rol sempre será atualizado com a inserção de procedimentos mais eficazes e resolutivos. Também porque, ao praticar uma remuneração mais adequada, a rede pública atrairá mais médicos, concorrendo em melhor condição com o sistema privado. Um avanço para a saúde do Brasil como um todo”, afirma o presidente da AMB.

Por outro lado, uma alteração na Lei nº 9.656/1998, que regulamenta os planos de saúde no Brasil, colocou os representantes da AMB em alerta. A entidade entende que, se aprovada, esta poderá trazer retrocessos ao mercado de saúde suplementar do Brasil, que tem aproximadamente 48 milhões de usuários.<sup>9</sup> A demanda veio por meio do Projeto de Lei n.º 7.419/2006 e os cerca de 250 PLs anexados na Câmara dos Deputados. Entre as propostas de alterações, estão a redução de coberturas, criação de barreiras para concessão de liminares e legalização de práticas expulsivas e discriminatórias contra pessoas idosas.<sup>10</sup> Sem ser apresentado oficialmente, foi criada uma pressão para que o texto fosse votado em regime de urgência.

Em 22 março de 2022, a AMB se posicionou documentalmente diante da questão, por meio de um manifesto, em conjunto com o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec). A iniciativa recebeu o apoio de grande número de entidades, como Associação Paulista de Medicina (APM),

8. PROJETO de Lei visa à implantação da CBHPM no SUS. *Associação Médica Brasileira*. 19 abr. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3DpbqHK>. Acesso em: 15 jan. 2022.

9. Tendo por base os números existentes em 2022.

10. CONGRESSO pode votar pacote contra pacientes de planos de saúde. *Jornal da Associação Médica Brasileira (JAMB)*, n. 1.420, mai. 2022, p. 15.



Miyuki Goto,  
consultora técnica  
da CBHPM da AMB

## Capítulo 13

Amigos Múltiplos pela Esclerose Múltipla (AME) e Sociedade Brasileira de Neurocirurgia (SBN). Uma comissão especial dos Planos de Saúde, que tem entre os membros Soraya Manato (presidente) e Hiran Gonçalves (relator), também analisa o PL 7.419 e os 250 projetos apensados. O posicionamento oficial da AMB foi protocolado e anexado ao andamento da matéria na página da Secretaria da Comissão Nacional de Planos de Saúde.

A proposta analisada não contempla as solicitações da AMB, que demonstravam a necessidade de previsão de normas mais claras e protetivas aos prestadores de serviço na saúde suplementar, com vistas a garantir: (i) a autonomia do médico; (ii) a definição da CBHPM como referência para honorários profissionais; (iii) o efetivo reajuste à remuneração dos prestadores; (iv) um modelo adequado para a remuneração do serviço médico; (v) o reembolso obrigatório para consultas médicas; (vi) regras claras para o descredenciamento de médicos, clínicas e laboratórios; e (vii) regras para o controle externo das operadoras de planos de saúde. Também não contempla proposta de previsão legal de respeito às competências dos diferentes profissionais envolvidos na prestação de serviços de saúde.<sup>11</sup>

No mesmo dia, um encontro em Brasília com representantes da AMB e os senadores Randolfe Rodrigues, Sérgio de Oliveira Cunha e Rodrigo Pacheco, trouxe o tema carreira médica de Estado à tona, juntamente com as pautas Exame Nacional de Proficiência Médica (ENPM) e representatividade na Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec). “A questão morre na previsão orçamentária. A política de médico do Estado deveria primeiro contratar o médico e fazer um bom pagamento a ele, condizente com a sua formação; e estes chegariam por meio de concursos muito bem feitos”, explica o presidente da AMB, Cesar Eduardo Fernandes. No que se refere à carreira médica de Estado, foi defendido dentro da proposta, um plano de carreira com salários

11. MUDANÇA da lei dos planos de saúde – A posição da AMB. *Jornal da Associação Médica Brasileira (JAMB)*, n. 1420, mai. 2022, p. 20.

## Defesa Profissional em ação



justos, condições adequadas de trabalho e promoções, investimento que ajudaria a solucionar a falta de profissionais em determinadas regiões do País.

Importante ponto dentro da AMB, a remuneração médica passou a ter, a partir de setembro de 2022, um núcleo especial para debater os modelos de pagamento. Formado pelos doutores César Eduardo Fernandes, José Fernando Macedo e Maria Rita de Souza Mesquita o grupo realizou, em 8 de setembro, um encontro *on-line* para falar sobre o tema e encontrar caminhos para elencar prioridades e definir meio para garantir uma remuneração digna. Na ocasião, foram ouvidos os especialistas Maria Cristina Lages Balestrin de Andrade, Ligia Bahia e Casimiro Junqueira. A reunião contou ainda com a presença dos doutores Marun David Cury (diretor de Defesa Profissional da APM), Miyuki Goto (consultora técnica da CBHPM da AMB) e Juliana Kozan (assessora jurídica da Defesa Profissional da AMB).<sup>12</sup>

12. AMB CRIA o Núcleo de Modelos de Remuneração Médica (NRM). *Associação Médica Brasileira*, 12 set. 2022. Disponível em <https://bit.ly/3TGg9Ks>. Acesso em: 20 out. 2022.

**Cesar Eduardo Fernandes, Maria Rita de Souza Mesquita e José Fernando Macedo: em busca da valorização da remuneração médica**



Senadores Randolfe Rodrigues e Rodrigo Pacheco receberam os membros da AMB em Brasília

## Saúde suplementar em foco

Enquanto, no âmbito parlamentar, as ações da AMB mantinham questões importantes relacionadas à saúde em evidência, outra vertente da entidade ia atrás de uma amostragem para visualizar o cenário dos médicos junto à saúde suplementar. Entre os dias 25 de fevereiro e 9 de março de 2022, foi realizada pela plataforma SurveyMonkey a pesquisa “Os médicos brasileiros e os planos de saúde”. O levantamento obteve respostas de 3.043 médicos e mostrou que 70,1% destes atendiam em planos de saúde, sendo que 55,3% há mais de 20 anos; e 51,7% trabalhavam em cinco planos de saúde ou mais.

## Defesa Profissional em ação

Quando questionados sobre os pacientes, 88,3% afirmaram ter presenciado abandono de tratamentos em consequência de reajustes de mensalidades; e 80,6% ressaltaram sofrer ou já ter sofrido pressão e restrição do plano de saúde quanto à solicitação e autorização de exames. Por todo este contexto, 77,1% dos médicos participantes da sondagem consideraram a proposta do PL 7.419/2006 desfavorável: 79,9% previram consequências negativas para a saúde dos pacientes; e 83,4% foram contrários à restrição da lista de procedimentos da cobertura obrigatória da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Segmento importante na atuação profissional do médico, a saúde suplementar foi o foco das diretorias de Defesa Profissional da AMB e APM, que passaram a realizar reuniões presenciais com as operadoras. As primeiras a serem abordadas foram Sulamérica e Amil, no final de abril de 2022. Outras instituições contatadas foram Porto Seguro, Notredame/Intermédica, Bradesco Saúde, Unidas Nacional, Unidas São Paulo, United Health Group e FenaSaúde. A diretoria da Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge) acompanhou a rodada de discussões.

Naquela oportunidade, Dr. José Fernando Macedo apresentou as bandeiras de luta da AMB, como o reajuste do valor da consulta (em 10,65%) e a remuneração da teleconsulta no mesmo valor da consulta em consultório. Mas a pauta de luta era ainda mais extensa, conforme fez questão de lembrar o diretor de Defesa Profissional, e incluía também “a hierarquização da remuneração seguindo a tabela de portes da CBHPM; a definição do IPCA pleno como valor mínimo para contratos que utilizam critérios pré-estabelecidos de reajuste, além da proposta de discussões junto às entidades de medidas representativas sobre as novas formas de remuneração.”

No dia 19 de maio, o Dr. Macedo, juntamente com a Comissão de Defesa Profissional da entidade, apresentou a representantes de Federadas e Sociedades de Especialidades o direcionamento das atividades. Ao final desta primeira fase, seguiu-se uma assembleia para aprovação da pauta de reivindicações e negociação de honorários com as operadoras. “O posicionamento da classe é fundamental. Caso contrário podemos ficar na dependência de quem não tem a real dimensão da complexidade e dimensão que envolve a nossa profissão”, advertiu.

Antonio Carlos Endrigo,  
diretor de Tecnologia  
da Informação da  
Associação Paulista  
de Medicina (APM) e  
presidente da Comissão  
Organizadora do Global  
Summit of Telemedicine  
& Digital Health



## Telemedicina chega às mãos do médico do novo milênio

Ressignificar foi a palavra da vez após o surgimento da Covid-19. Com o mundo em estado de espera, diversas profissões, empresas e processos tiveram de se reinventar para continuar em atividade. E o setor de saúde, um dos mais atuantes neste período, certamente não ficou de fora deste movimento. Com isso, temas que ainda estavam engatinhando dentro da sociedade brasileira, como a Telemedicina, ganharam outro ritmo e prioridade.

Para trabalhar esta e outras questões importantes relacionadas às políticas e tecnologias em Medicina e saúde, a AMB criou, em maio de 2021, a Comissão de Saúde Digital (CSD). Coordenada pelo diretor de Tecnologia da Informação da Associação Paulista de Medicina (APM) e também presidente da Comissão Organizadora do Global Summit of Telemedicine & Digital

Health, Antonio Carlos Endrigo, a comissão pretende ser referência em pautas como inteligência artificial, prontuário eletrônico, ferramentas de gestão, segurança da informação e *Internet of Medical Things* (IOMT). Fechar as lacunas existentes na parte educacional e definir um padrão de especialização em tecnologia médica também estão entre os objetivos<sup>13</sup>.

No grupo, os doutores Antonio Carlos Onofre de Lira, Beatriz de Faria Leão, César Eduardo Fernandes, Chao Lung Wen, Eduardo Cordioli, Eduardo Pereira Marques, Jefferson Fernandes, José Fernando Macedo e Mauricio Cerri. Especialistas que, muito antes da CSD ser concatenada, já estavam antenados frente a temas relacionados à regulamentação da Telemedicina. “O exercício da medicina mediado por tecnologias para fins de assistência, pesquisa, prevenção de doenças e lesões e promoção de saúde”<sup>14</sup> já pode ser exercido no Brasil, em caráter de emergência, desde abril de 2020, por conta da Lei 13.989 e do período pandêmico.

Em 12 de maio de 2021, uma audiência pública abordou o assunto de forma a delimitar parâmetros diante desta nova forma de atendimento. Muitos eram os questionamentos, por exemplo: A primeira consulta deve ser necessariamente presencial ou pode, desde o início, ser virtual? Esta decisão cabe ao médico ou ao paciente? O paciente pode fazer uma consulta virtual com um médico residente em outro Estado? Como lidar com questões relacionadas à privacidade, confidencialidade e segurança?

Todos os tópicos foram debatidos pelos doutores Cesar Eduardo Fernandes, Akira Ishida, Antonio Carlos Endrigo e Jefferson Gomes Fernandes junto aos parlamentares Hiran Gonçalves e Pedro Westphalen. Um dos posicionamentos defendidos pela AMB é que o médico tenha garantida a liberdade ética de ação no âmbito da Telemedicina, podendo avaliar, como válida ou não, a primeira consulta feita por meio de plataformas digitais.<sup>15</sup> “Telemedicina não é só fazer teleconsulta à distância. Podemos fazer Telemedicina com o paciente

13. COMISSÃO de saúde digital. *Jornal da Associação Médica Brasileira (JAMB)*, n. 1.417, ago. 2021, p. 39.

14. Definição conforme se encontra no artigo 3º da Lei 13.989, de 15 de abril de 2020, que dispõe sobre o uso da Telemedicina durante a pandemia da Covid-19.

15. NOTA AMB – Audiência sobre Telemedicina – ACE. *Associação Médica Brasileira*, 20 mai. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3VP1fDk>. Acesso em: 15 jan. 2022.



Dr. César: “Sentei várias vezes com o relator e acabamos o convencendo de que o princípio da Telemedicina é justamente a acessibilidade, que visa à quebra dessas barreiras”



na nossa frente, usando a tecnologia para entregar uma melhor Medicina e tomar as melhores decisões”, pontua o ginecologista e obstetra Eduardo Cordioli, um dos integrantes da CSD.

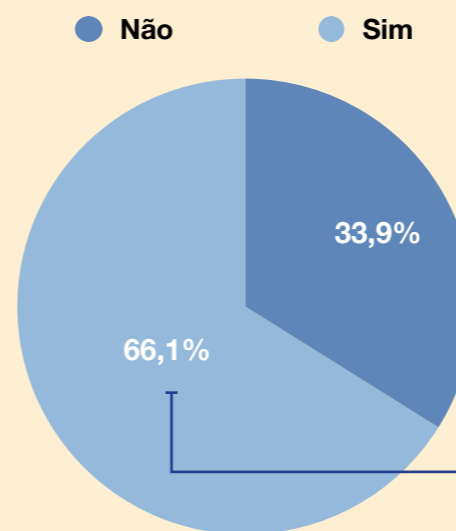
Estar atento aos debates sobre o tema no Congresso Nacional passou a ser prioridade, para evitar que propostas inadequadas fossem aprovadas e acabassem, por sua vez, prejudicando a boa prática médica. “A Telemedicina, tal como era proposta inicialmente, era extremamente restritiva. A gestão anterior do CFM pensava de uma maneira, a meu ver, equivocada, pois queria restringir o acesso. Não se poderia fazer Telemedicina em uma primeira consulta. E também não era possível atender um paciente de um Estado diferente do meu. Eu sentei várias vezes com o relator e acabamos o convencendo de que o princípio da Telemedicina é justamente a acessibilidade, que visa à quebra dessas barreiras”, afirma o Dr. Cesar.

Entender como os médicos viam e conviviam com esta questão fez parte da pesquisa “Percepção dos médicos sobre o atual momento da pandemia de Covid-19 – Segmento Telemedicina”, realizada pela AMB com 3.517 profissionais de todo o Brasil entre os dias 21 e 31 de janeiro de 2022. A sondagem mostrou que 49% dos profissionais já realizavam alguma atividade relacionada à Telemedicina, tais como como teleconsulta, teleorientação, telemonitoramento e teleinterconsulta; e 67,8% dos entrevistados realizavam Telemedicina apenas atendendo a pacientes particulares. Outro resultado importante foi que 64% dos médicos afirmaram que os pacientes não somente aceitavam como gostavam da modalidade.

Contudo, apesar do *feedback* positivo, somente 25,7% dos entrevistados analisaram que a prática vivenciada é suficiente para um regramento definitivo a ser produzido. Para 19,5% dos participantes, a experiência até este momento é muito específica e não pode ser usada como base para normatização; e 10,5% viam que a Telemedicina não deveria ser regulamentada. “Eu não fui formado para fazer Telemedicina neste conceitual atual; no entanto, descobri que sempre pratiquei Telemedicina, porque os pacientes telefonam e quando sei, dou as orientações; quando

## Percepção dos médicos sobre o atual momento da pandemia de Covid-19 – Segmento Telemedicina

Você acha que o médico deve ter autonomia para decidir se uma primeira consulta pode ser feita de forma virtual ou deve ser feita de maneira presencial?



### Região de atuação profissional

A maioria dos médicos é da região Sudeste, representada por **71,8%** dos respondentes – destes, **48,6%** atuam no Estado de São Paulo.

### Tempo de formado e especialidade

A maioria dos médicos respondentes são formados de 31 a 40 anos (**26%**) e da especialidade de clínica geral (**63%**)



### Gênero

A predominância foi do sexo masculino:  
Homens: 615 (**62,9%**)  
Mulheres: 363 (**37,1%**)

**66,1%** dos pesquisados acham que o médico deve ter autonomia para decidir se a primeira consulta pode ser virtual e **33,9%** acham que a primeira consulta tem que obrigatoriamente ser presencial

Mais dados da pesquisa em [amb.org.br](http://amb.org.br)

não, peço para vê-los. Mas nunca cobrei por isso. Vejo a Telemedicina como algo bom para o cliente e para o médico. Alguns profissionais têm um pouco de receio ou porque é algo novo ou porque ainda não experimentaram. Mas vejo a Telemedicina com um aspecto positivo”, afirma o vice-presidente da Região Centro-Oeste Etelvino de Souza Trindade.

## Capítulo 13

Intensos meses de trabalho e de embates foram necessários. Mas, em 4 de maio de 2022, a prática foi regulamentada no Brasil pela Resolução nº 2.314/2022, do Conselho Federal de Medicina. De acordo com o documento, o atendimento médico à distância pode ser exercido nas seguintes modalidades:

- teleconsulta (consulta médica não presencial, mediada por Tecnologias Digitais, de Informação e de Comunicação – TDICs, com médico e paciente localizados em diferentes espaços);
- teleinterconsulta (troca de informações e opiniões entre médicos, com auxílio de TDICs, com ou sem presença do paciente, para auxílio diagnóstico ou terapêutico, clínico ou cirúrgico);
- telediagnóstico (ato médico a distância, geográfica e/ou temporal, com a transmissão de gráficos, imagens e dados para emissão de laudo ou parecer por médico com Registro de Qualificação de Especialista (RQE) na área relacionada ao procedimento, em atenção à solicitação do médico assistente);
- telecirurgia (realização de procedimento cirúrgico a distância, com utilização de equipamento robótico e mediada por tecnologias interativas seguras);
- telemonitoramento ou televigilância (realizado sob coordenação, indicação, orientação e supervisão por médico para monitoramento ou vigilância a distância de parâmetros de saúde e/ou doença, por meio de avaliação clínica e/ou aquisição direta de imagens, sinais e dados de equipamentos e/ou dispositivos agregados ou implantáveis nos pacientes);
- teletriagem (realizado por um médico, com avaliação dos sintomas do paciente, a distância, para regulação ambulatorial ou hospitalar, com definição e direcionamento ao tipo adequado de assistência necessária ou a um especialista);
- teleconsultoria (consultoria mediada por TDICs entre médicos, gestores e outros profissionais, com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre procedimentos administrativos e ações de saúde).

## Defesa Profissional em ação

Para José Hiran da Silva Gallo, presidente do CFM, a Telemedicina foi de grande valia durante a pandemia, pois passou a ser um instrumento importante para levar assistência tanto aos grandes centros quanto às regiões mais longínquas e ajudou a diminuir a demanda represada de pacientes. “Baseada em rígidos parâmetros éticos, técnicos e legais, a norma abre as portas da integralidade para milhões de brasileiros que dependem exclusivamente do Sistema Único de Saúde (SUS) e, ao mesmo tempo, confere segurança, privacidade, confidencialidade e integridade dos dados dos pacientes”, afirmou.<sup>16</sup> Para ele, trata-se de um método que, especialmente durante a pandemia, demonstrou sua grande capacidade de levar assistência às cidades do interior e beneficiar também os grandes centros, reduzindo o estrangulamento causado pela demanda e pelo fluxo de pacientes em busca de tratamento.

Antes de se chegar a esta regulação, contudo, o caminho foi longo e marcado por muitos desencontros. Em 7 de agosto de 2002, a Resolução 1.643, do CFM, definiu e disciplinou a prestação de serviços por meio da Telemedicina. Dezesesseis anos depois, em 13 de dezembro de 2018, esta foi revogada pela Resolução 2.227, que define e disciplina a Telemedicina como forma de prestação de serviços médicos mediados por tecnologias. “Apesar de ter aspectos importantes, muitos, inclusive, presentes na resolução atual, o documento causou surpresa ao ser lançado, pois carecia de uma divulgação maior entre os médicos. Por conta disso, a resolução foi muito criticada e acabou revogada. O CFM então se comprometeu em abrir uma audiência pública; a APM, inclusive, fez um amplo debate interno e entregou todo o material ao Conselho. Mas não houve avanços até esta resolução que chega em 2022”,<sup>17</sup> relembra o Dr. Carlos Antonio Endrigo.

Para o neurologista Jefferson Fernandes, a pandemia acabou trazendo encorajamento para permitir no País a utilização da Telemedicina e, segundo ele, a experiência que se teve e se tem, ainda hoje, junto aos médicos, é gratificante. “Telemedicina é um método de cuidado e, como tal, precisa ser

16. APÓS amplo debate, CFM regulamenta prática da Telemedicina no Brasil. CFM – Conselho Federal de Medicina. Disponível em: <https://bit.ly/3F6gIc8>. Acesso em: 15 jan. 2022.

17. CULTURAL OAB. Telemedicina Regulamentada – Resolução CFM 2.314/2022. *YouTube*, 8 jun. 2022.

## Capítulo 13

aprendida”, reflete o especialista, que é também coordenador do Programa de Educação em Telemedicina e Saúde Digital da Associação Paulista de Medicina, presidente da Telemedicina Digital Health APM e um dos integrantes da Comissão de Saúde Digital da AMB.

O assunto seguiu em evidência no Congresso Nacional. E em 27 de dezembro de 2022 a Lei nº 14510, que regula a prática da telessaúde no Brasil é sancionada, disciplinando e autorizando a prática em todo o Brasil. De qualquer forma, o caminho ainda é longo e cheio de curvas, mas muito já se percorreu até aqui. É esse o entendimento do Dr. Macedo. “A concretização dos nossos objetivos depende diretamente da nossa capacidade de tomar boas decisões e atuar em benefício delas”, finaliza o diretor de Defesa Profissional da AMB.



## Burnout em números

Não são poucas as pesquisas que demonstram o impacto da síndrome de *burnout* junto aos médicos. Em dezembro de 2020, um levantamento com 2.475 profissionais da saúde, elaborado pelo site Medspace, entre os meses de junho e agosto daquele ano, revelou que 59% dos médicos com *burnout* e/ou depressão sentiram que os problemas se intensificaram com a pandemia. A pesquisa também apontou que um em cada dez médicos pensava em abandonar a carreira para sempre por conta da gravidade do *burnout* que sofria.<sup>18</sup>

Em janeiro de 2021, outro balanço, desta vez compilado pela AMB junto a 2.831 médicos, trouxe mais um dado impactante: 92,1% deles revelaram que, nos serviços onde atendiam, havia casos de médicos com alguns dos sintomas relacionados a síndrome de *burnout*, problema que, em 2022, passou a ser reconhecido como uma doença ocupacional pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

18. CERQUETANI, Samantha. Burnout médico: profissionais brasileiros enfrentam esgotamento mental. 23 dez. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3CXyqMn>. Acesso em: 20 fev. 2022.



**14**

**AMB nos bastidores  
do Congresso**

**T**RABALHAR JUNTO ÀS INSTITUIÇÕES FEDERAIS, sobretudo ao Congresso Nacional, para monitorar todo o projeto de lei que chega àquela Casa e que vai, de alguma forma, impactar a atividade médica. Isso é parte do trabalho da diretoria de Assuntos Parlamentares da AMB, encabeçada pelo urologista Luciano Gonçalves de Souza Carvalho (gestão 2021-2023). Trata-se de uma tarefa diária, constante e minuciosa, que exige o empenho de diversos profissionais, justamente para identificar precocemente os projetos que podem ser favoráveis ou danosos à boa prática médica. O objetivo final é jogar luz sobre o tema que está em destaque. Durante o processo de encaminhamento do PL, por exemplo, o grupo auxilia no sentido de inserir o pensamento médico na elaboração do texto para que o documento, futuramente, possa se transformar em lei. Ou, se for o caso, demonstrar aos seus autores e relatores os riscos e prejuízos que podem ser acarretados em caso de aprovação de determinado projeto.

De acordo com o Dr. Luciano Gonçalves de Souza Carvalho, existem atualmente no Congresso Nacional cerca de 35 mil projetos ativos tramitando nas duas casas (Senado Federal e Câmara dos Deputados). Destes, mais de 5 mil dizem respeito a saúde e assistência à população. “A diretoria da Associação Médica Brasileira entendeu que é preciso ter uma participação nos processos normativos das práticas em saúde. E há algum tempo tenta acompanhar, logicamente, de uma forma um pouco mais discreta, os movimentos e projetos de lei que são encaminhados dentro do Congresso”, revela. De acordo com o especialista, este acompanhamento teve um incremento maior a partir de 2013, quando a Lei nº 12.842, do Ato Médico, foi regulamentada, em 10 de julho.<sup>1</sup> Desde então, as demandas para transformar em lei atividades ligadas à assistência à saúde têm sido vultosas.

1. O texto completo da lei pode ser acessado no link <https://bit.ly/3z0LXlc>.

## AMB nos bastidores do Congresso



Luciano Gonçalves de Souza Carvalho, diretor de Assuntos Parlamentares da AMB (gestão 2021-2023) acompanha de perto os projetos de lei relacionados à boa prática médica

A busca de aproximação da AMB com centros decisórios e de poder vem desde a sua origem. Olhando para trás, representantes da entidade eram figuras constantes no Rio de Janeiro, quando esta era ainda a capital federal. Mesmo com a mudança para Brasília, a pressão seguiu e se intensificou com a abertura do seu escritório político na nova capital, que funcionou de 2001 até 2007. Em 2003, essas ações se tornaram mais organizadas com o advento da Comissão de Assuntos Parlamentares (CAP), que depois foi renomeada de Comissão de Assuntos Políticos. Este grupo atuava diretamente no Congresso Nacional, tratando “dos interesses políticos que envolvem a classe médica, em todas as áreas dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário”,<sup>2</sup> sendo constituído por representantes da AMB, CFM e da Federação Nacional dos Médicos (Fenam).

A partir de 2021, entretanto, a dinâmica para monitorar os projetos vem seguindo uma estratégia. A CAP passou por mudanças, mas mantém uma agenda com parlamentares e autoridades em Brasília e, no ano em questão, analisou 220 projetos de lei, com 127 encaminhamentos.<sup>3</sup>

2. REIS, Hélio Barroso dos (Org.). *AMB 60 anos: 1951-2011*. São Paulo: Associação Médica Brasileira, 2011.

3. COMISSÃO de assuntos políticos. *Jornal da Associação Médica Brasileira (JAMB)*, n. 1.417, ago. 2021, p. 27.

Mas como este trabalho de monitoramento funciona? Inicialmente, são identificados os projetos novos ou que têm algum tipo de movimentação. Esta garimpagem é feita por uma assessoria parlamentar, composta por um assessor e dois funcionários, que ficam dentro do escritório da AMB, em Brasília, e trabalham diretamente nesta observação e encaminhamento burocrático. Na primeira fase, são selecionados os projetos que têm interesse direto na atividade do médico e na atividade assistencial. Posteriormente, estes são apresentados em reuniões semanais, para se discutir a importância de cada um frente à atividade médica e à Medicina.

A comissão que analisa este material tem de cinco a seis médicos fixos, mas também recebe a contribuição de médicos de vários pontos do País. Todas as Sociedades de Especialidade e Federadas são convidadas a contribuir nestes encontros, que são abertos. Geralmente, as reuniões ocorrem com até 15 participantes, que discutem ativamente os assuntos colocados em pauta. É neste momento também que os projetos são classificados, de acordo com o seu grau de relevância:

- **Muito relevante:** atua, interfere e tem interesse direto na prática médica e assistencial;
- **Relevante:** requer atenção e exige monitoramento;
- **Meritocráticos:** importante, de alguma forma, acompanhar e monitorar.

A partir dessa identificação, inicia-se o movimento de se entrar em contato ou com os gabinetes (dos autores dos projetos e/ou dos relatores) ou com a presidência das comissões onde o documento tramita. “Nós solicitamos presença em audiência pública, audiência com os relatores e audiência com os autores para inserirmos a posição técnica. Para isso estamos fazendo um trabalho em conjunto com as Sociedades de Especialidade, no sentido de fomentar e enriquecer cada um desses projetos”, explica o Dr. Luciano.

Dessa forma, se existe um projeto associado à atividade da gestante, por exemplo, encaminha-se à Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo) para que esta possa dar um parecer técnico. “Este material que recebemos da Sociedade de Especialidade é importante para que seja inserido dentro da redação do projeto ou para que possamos discutir com os autores e relatores um parecer técnico no mérito, onde se respeita o projeto que está em andamento”, complementa o diretor de Assuntos Parlamentares.

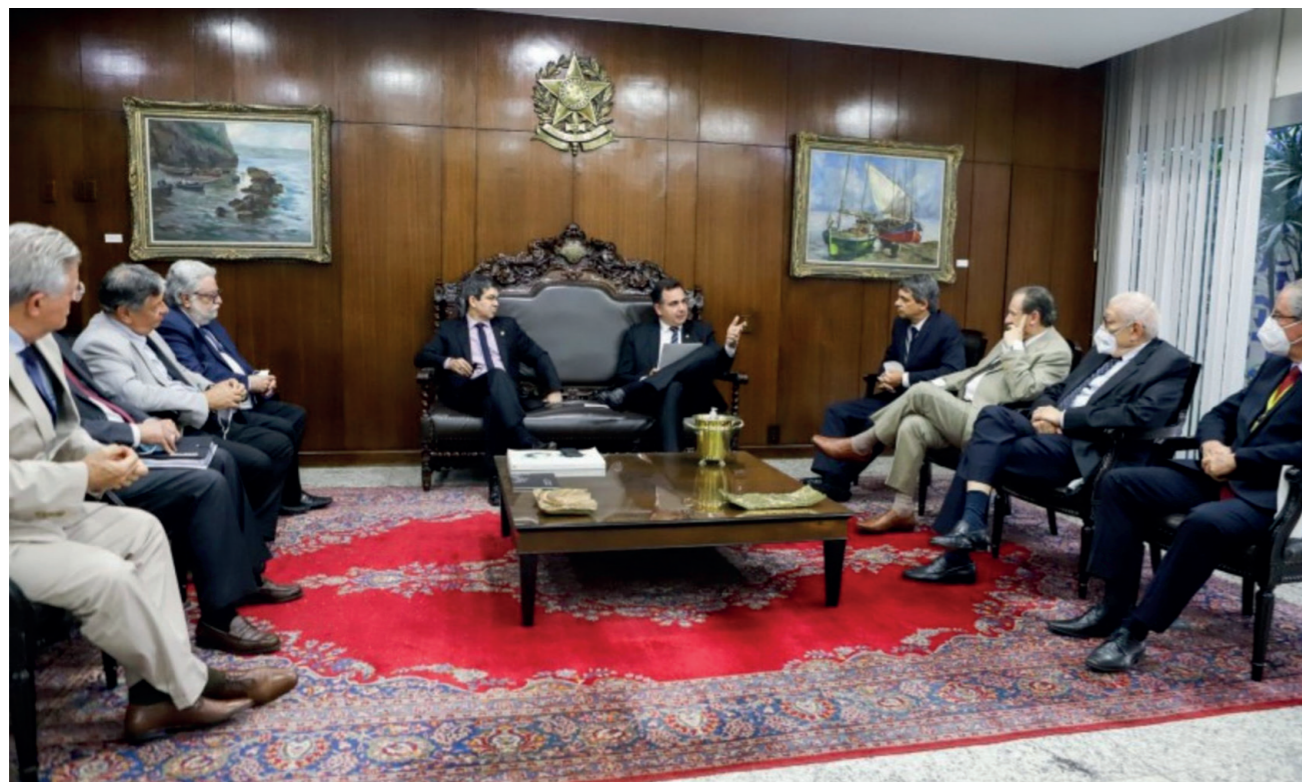
O movimento para acompanhar de perto estes projetos faz parte de uma visão de que a Associação Médica Brasileira e o segmento médico, como um todo, não poderiam só ficar reativos às determinações que são aprovadas mas, sim, ser proativos e participar de maneira mais efetiva dentro do Congresso Nacional. E todo o empenho já vem gerando frutos. Desde então, quase 700 projetos vêm sendo monitorados, gerando solicitações de audiência com integrantes do Poder Legislativo e pareceres técnicos junto às Sociedades de Especialidade no intuito de enriquecer o documento e posicionar o relator no que diz respeito à questão técnica.

Natural de Campina Grande (PB), Dr. Luciano Gonçalves graduou-se na Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco, em 1979, e fez residência em Brasília, no Instituto Hospital de Base, e no Hospital Sarah<sup>4</sup> da Fundação das Pioneiras Sociais, especializando-se em Urologia e Uro-neurologia. Em 1984, passou uma temporada nos Estados Unidos, onde fez um *fellowship* no Memorial Hospital da Carolina do Norte e, em 1987, se especializou em transplante renal e urológico. Ao retornar ao Brasil e escolher Brasília para se fixar, trouxe na bagagem o compromisso de colocar em prática tudo aquilo que tinha aprendido. Desde então, além da assistência médica direta ao paciente, sua trajetória também traz as iniciativas para contribuir junto ao movimento associativo. Nesta jornada, já foi presidente da Sociedade Brasileira de Urologia – Seccional Distrito Federal (SBU-DF) e da Associação Médica de Brasília (AMBr). “Nunca me afastei do movimento associativo e estou nele desde a época de estudante, há 42 anos”, ressalta.

## Núcleo de Atuação Parlamentar é tentáculo da AMB em Brasília

A AMB lançou, em 6 de outubro de 2021, seu Núcleo de Atuação Parlamentar (NAP). O objetivo é agregar o atendimento às solicitações das Federadas e Sociedades de Especialidade, acompanhar as comissões legislativas e interagir com parlamentares em audiências e reuniões de trabalho. “Vamos acompanhar o que se passa no Congresso Nacional e colaborar com o

4. Na época, o Hospital Sarah chamava-se Hospital das Doenças do Aparelho Locomotor (HDAL).



Membros da AMB se reúnem em Brasília. Da esquerda para a direita: José Eduardo Lutaif Dolci, Luciano Gonçalves De Souza Carvalho, Antônio José Gonçalves, César Eduardo Fernandes, Senador Randolfe Rodrigues, Senador Rodrigo Pacheco, Gustavo Salata Romão, Etelvino de Souza Trindade, Akira Ishida e Napoleão Puente de Salles

Legislativo para proposituras em favor do acesso integral e da assistência de excelência, pela valorização dos médicos e da Medicina<sup>5</sup>, ressalta Dr. César Eduardo Fernandes, presidente da AMB.

Realizado em formato híbrido, sua solenidade de abertura ocorreu na sede da Associação Médica de Brasília (AMBr) e reuniu médicos, deputados e senadores. Presencialmente, compuseram a mesa de lançamento os seguintes diretores da AMB: Akira Ishida, José Eduardo Lutaif Dolci, Luciano Gonçalves de Souza Carvalho, Jurandir Marcondes Ribas Filho, Luciana Rodrigues Silva, José Fernando Macedo e Antônio José Gonçalves, além do próprio presidente da AMB. A AMBr foi representada pelo seu presidente, Ognev Cosac. O senador Nelsinho Trad e os deputados Luizinho, Carmen Zanotto e Hiran Gonçalves foram alguns dos parlamentares que manifestaram apoio à iniciativa.

5. NAP, médicos tem agora um núcleo de atuação parlamentar. *Jornal da Associação Médica Brasileira (JAMB)*, n. 1.418, nov. 2021, p. 10.

Além de ser um canal representativo da AMB junto ao Parlamento e órgãos do Poder Executivo, o NAP oferece diversos serviços às Federadas e Sociedades de Especialidade. Entre eles, consultoria jurídica, estrutura física de *coworking* em Brasília e assessoria parlamentar junto ao Congresso Nacional. O investimento para a criação do núcleo é exclusivo da entidade, que passa a mostrar ainda mais sua representatividade frente aos parlamentares em prol da boa Medicina.

Um dos membros ativos do NAP é o Dr. Etelvino de Souza Trindade, que soma a esta função a vice-presidência da Região Centro-Oeste. Com uma sólida carreira em Brasília, o tocoginecologista vem fazendo sua história na AMB desde a época do CAP. Ele também participou do Conselho Científico e Deliberativo, quando presidente da Febrasgo, entre os anos de 2011 e 2015.



Etelvino de Souza Trindade

A atuação constante e dinâmica da AMB dentro do Congresso Nacional trouxe mais assertividade e resultados. Um deles pôde ser visto em 14 de dezembro de 2021, quando a Medida Provisória 1.067 foi aprovada pelo plenário da Câmara dos Deputados e incluiu a AMB na Comissão de Atualização do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde Suplementar. Essa MP, que alterou a Lei 9.656, de 3 de junho de 1998 e passou a dispor sobre o processo de atualização das coberturas no âmbito da saúde suplementar, foi finalmente convertida na Lei 14.307, de 3 de março de 2022.

A Comissão de Atualização do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde Suplementar tem como linha de ação assessorar a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) na análise de incorporações e outras questões sensíveis à qualidade da assistência e à prática da boa medicina. Neste grupo, a AMB pode indicar um representante da Sociedade de Especialidade Médica que considerar mais adequado, de acordo com a sua área terapêutica ou uso da tecnologia a ser analisada. Esta inserção só foi possível devido ao acompanhamento constante do NAP, que, ao averiguar que representantes da AMB e das

O Projeto de Lei 213/2022, que defende a indicação de um especialista da AMB na Conitec é de autoria do senador Rogério Carvalho



Sociedades de Especialidade não faziam parte do grupo, apresentou emendas de inclusão por intermédio dos deputados Mauro Nazif (PSB/RO) e Wolney Queiroz (PDT/PE) e do senador Nelsinho Trad (PSD/MS).<sup>6</sup>

Em julho de 2022, uma nova vitória: graças à aprovação do Projeto de Lei 213/2022, de autoria do senador Rogério Carvalho (PT/SE), pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal, a AMB poderia indicar um especialista na Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias (Conitec) no Sistema Único de Saúde. O projeto muda a Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e também o funcionamento de serviços correspondentes. Na ocasião, o relator, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), não só deu parecer favorável à proposta como também mencionou a experiência da entidade na análise de evidências científicas e na elaboração de diretrizes de conduta diagnóstica e

6. AMB NA COMISSÃO de Atualização do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde Suplementar. Associação Médica Brasileira, 15 dez. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3CONaNw>. Acesso em: 10 jan. 2022.

terapêutica à classe médica, podendo assim contribuir para elevar o nível técnico dos debates e qualificar as decisões exaradas.<sup>7</sup>

Em 5 de agosto de 2021, o que era um Projeto de Lei se transformou no Decreto Presidencial 11.161, previsto para entrar em vigor quatro meses depois da sua publicação no *Diário Oficial da União* (isto é, dezembro de 2022). Seu texto diz: “Aos integrantes da comissão compete analisar as matérias que lhes forem encaminhadas, com a possibilidade de solicitar assessoramento técnico e administrativo do Ministério da Saúde e proferir, em reunião, voto fundamentado das matérias submetidas à deliberação.”<sup>8</sup>

Em 2023, a AMB lança uma nova ferramenta: o Sistema WEB-NAP. Por meio dela, é possível acompanhar em tempo real o processo legislativo de Proposições relevantes à classe médica.

O recurso, totalmente informatizado, já está disponível gratuitamente para uso as Federadas e Sociedades de Especialidades conveniadas a AMB.<sup>9</sup>

Na opinião do Dr. Luciano Carvalho, quando se defende a qualidade da Medicina, está se defendendo tanto o médico quanto a população. Segundo ele, se não houver a oficialidade, não se pode criar programas públicos com demandas oficiais. “A Associação Médica tem de trabalhar muito neste setor e estar atenta a cada demanda, ciente do que está acontecendo e de como pode colaborar. O trabalho é grande, mas fundamental para tentar regulamentar as boas práticas”, complementa o diretor de Assuntos Parlamentares.

7. DECRETO presidencial autoriza a inclusão da AMB na Conitec. Associação Médica Brasileira, 9 ago. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3F6ShLI>. Acesso em: 10 ago. 2022.

8. Ibidem.

9. SISTEMA WEB-NAP. A AMB amplia a voz dos médicos em Brasília. Associação Médica Brasileira, 13 mar. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3ZCtZQu>. Acesso em: 2 abr. 2023.



Senador Randolfe Rodrigues e o presidente da AMB, César Eduardo Fernandes





Membros da AMB durante lançamento do escritório do Núcleo de Atuação Parlamentar (NAP) em Brasília

15

## Saúde de qualidade para todos: nasce a ASB



**A PALAVRA SAÚDE NUNCA FOI TÃO FALADA** e desejada quanto durante o advento da pandemia. A Covid-19, que ceifou oficialmente quase 7 milhões de vidas no mundo, sendo mais de 700 mil só em território brasileiro<sup>1</sup>, também escancarou as diversas fragilidades dos sistemas de saúde público e privado. Mundialmente, os desafios afetaram a prestação de serviços essenciais do setor, conforme pesquisa de pulso global da Organização Mundial de Saúde (OMS).<sup>2</sup>

Em território brasileiro, as dificuldades se mostraram nas condições de trabalho e na deficiência da assistência à população. No ápice da pandemia, profissionais da linha de frente enfrentaram não só a exaustão física e psicológica, como também desafios relacionados à falta de infraestrutura adequada para a realização do trabalho. As diversas pesquisas feitas durante este período refletiram um recorte desta realidade. Uma delas foi o levantamento da Fundação Oswaldo Cruz, *Condições de trabalho dos profissionais de saúde no contexto da Covid-19*, divulgado em março de 2021 e para o qual foram ouvidos mais de 25 mil profissionais de saúde de todo o Brasil. Constatou-se que 43,2% deles sentiam-se desprotegidos no trabalho de enfrentamento à Covid-19 e o principal motivo para isso, ao menos para 23% da amostra, era a escassez de materiais ou inadequação do uso de equipamentos de proteção individual (EPIs). Além disso, quase 50% do total de entrevistados admitiu excesso de trabalho nesse período, e 45% ressaltaram que precisavam de mais de um emprego para poderem sobreviver.<sup>3</sup>

1. Com dados do site Worldmeter de 25 de setembro de 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3LHeF0uh>. Acesso em: 25 set. 2022.

2. SERVIÇOS essenciais de saúde enfrentam interrupções contínuas durante a pandemia de COVID-19. Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), 7 fev. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3BRVY4S>. Acesso em: 28 set. 2022.

3. LEONEL, Filipe. Pesquisa analisa o impacto da pandemia entre profissionais de saúde. Fundação Oswaldo Cruz, 22 mar. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3fwE6VK>. Acesso em: 28 set. 2022.

## Saúde de qualidade para todos: nasce a ASB

Outro levantamento elaborado por pesquisadores do FGV Saúde da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP) e da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo trouxe outros dados alarmantes. O estudo ressaltou que, em 2020, mesmo com a alocação de mais recursos físicos, humanos e financeiros aumentaram as desigualdades na saúde e diminuiu em 25% o número de procedimentos realizados do Sistema Único de Saúde.<sup>4</sup> De acordo com o estudo, o governo federal não levou em conta que determinados Estados e municípios do Brasil precisavam de maior aporte, o que fez com que estes gastassem mais do que regiões mais ricas.

A injeção de recursos fez com que o número de leitos aumentasse expressivamente, mesmo que de forma tardia devido à demora de medidas provisórias do governo federal. Paralelo ao aumento de leitos, esteve o aumento de cargos de enfermagem, técnicos de enfermagem, fisioterapeutas e de forma mais modesta, de médicos. Os pesquisadores ressaltam que esse foi um aumento de cargos e não no número de profissionais, o que significa que profissionais de saúde tiveram que pegar turnos adicionais em instituições diferentes para suprir a demanda causada pela pandemia. Esse fator contribuiu para as diversas notícias de trabalhadores da área de saúde sobrecarregados com o trabalho durante a pandemia.<sup>5</sup>

Diante deste cenário insatisfatório e com muitas lacunas, a Associação Médica Brasileira não poderia, e nem deveria, se omitir. Afinal, uma das finalidades da entidade, de acordo com o seu Estatuto Social, é propor modelos e contribuir para a elaboração da política de saúde e para o aperfeiçoamento do sistema médico assistencial do País.<sup>6</sup> Portanto, já no início de 2021, a AMB constituiu um grupo de trabalho para estudar a interface de políticas públicas e privadas. E este foi o início de uma ideia que culminou, em 3 de agosto

4. PESQUISA mostra os impactos do primeiro ano de pandemia nos serviços oferecidos pelo SUS. Portal FGV, 16 mar. 2022. Acesso em: 28 set. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3UOfFTO>.

5. Ibidem.

6. Esta informação consta no Capítulo I, artigo 2º, inciso II do Estatuto Social da Associação Médica Brasileira (AMB). Disponível em: <https://bit.ly/3Re0Ne8>. Acesso em: 25 set. 2022.

## Capítulo 15



Representantes de diversos setores da sociedade brasileira se reúnem, em 3 de agosto de 2021, no lançamento da ASB

de 2021, no lançamento da Aliança pela Saúde no Brasil (ASB), um pacto social por assistência digna aos cidadãos. Couberam à Dra. Luciana Rodrigues Silva, primeira-vice-presidente da AMB, exercer a coordenação da construção da aliança; e à Dra. Márcia Bandini, professora do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Campinas (Unicamp), mentorar e estruturar o projeto, unindo as pessoas e dando alicerces sólidos à ASB. “Que esta aliança, feita de múltiplos aliados, possa sugerir pontos para melhorar a saúde. Não podemos mais ficar sem nos apropriar dessas questões, sem discuti-las e este, na minha visão, é um marco da nova gestão dentro na Associação Médica Brasileira”, ponderou a Dra. Luciana, por ocasião do lançamento do pacto.

## Saúde de qualidade para todos: nasce a ASB



O nome que batiza este projeto não foi escolhido por acaso. Apesar de ter sido idealizado pela AMB, a Aliança pela Saúde no Brasil congrega uma série de instituições, de diferentes setores da sociedade, que, juntas, dividirão ideias e sugestões em favor de uma iniciativa para elaborar uma agenda propositiva pela saúde do País. “Pela primeira vez, setores diversos se unem para construirmos juntos um projeto de atenção em saúde sem ranços partidários ou ideológicos”,<sup>7</sup> pontua Dr. Cesar Eduardo Fernandes, presidente da AMB.

Compondo a mesa, os doutores Jurandir Marcondes Ribas Filho, Cesar Eduardo Fernandes e Luciana Rodrigues Silva

7. PACTO social une instituições do País por assistência digna aos cidadãos. *Jornal da Associação Médica Brasileira (JAMB)*, n. 1417, ago. 2020, p. 56.



## ASB e seus objetivos

1. Desenvolver estratégias que garantam a ética e a integridade, com maior transparência e práticas anticorrupção na atenção à saúde da população;
2. Integrar os sistemas universal e suplementar de saúde, com foco na equidade e no melhor acesso a serviços de saúde;
3. Incentivar a participação inter e intrasetorial, para promover políticas mais abrangentes e promotoras da saúde da população brasileira;
4. Promover pactuações regionais de saúde, otimizando a capacidade instalada nos serviços, de acordo com os recursos e necessidades locais;
5. Propor a adequação dos modelos e redes de atenção à saúde às necessidades da população, integrando a Atenção Primária à Saúde (APS) com a média e alta complexidade, garantindo assistência adequada aos grupos mais vulnerabilizados, em especial crianças, adolescentes, gestantes e idosos;
6. Aprimorar os processos associados à ciência, tecnologia e inovação para garantir maior resolutividade e qualidade aos serviços de saúde;
7. Garantir a governança participativa, com maior presença dos profissionais de saúde nas decisões bi e tripartites;
8. Estabelecer critérios técnicos e transparentes para ocupação de cargos, com progressão por mérito e carreiras para profissionais da saúde;
9. Garantir a sustentabilidade econômica por meio de financiamento suficiente e gestão eficiente no setor saúde.

## Saúde de qualidade para todos: nasce a ASB

Entre as entidades que compõem a Aliança estão Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Associação Nacional de Hospitais Privados (Anahp), Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas (CMB), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomercio), Instituto Ethos e Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos no Estado de São Paulo (Sindusfarma).

De acordo com o diretor adjunto do Ethos, Felipe Saboya, por ser um organismo vivo, a pretensão é que a ASB agregue novos apoios à medida que for desempenhando suas atividades. “Iniciativas como esta são fundamentais para superar a crise sanitária e social que o País vive. Nós, do Instituto Ethos, entendemos que ações coletivas e intersetoriais, com base no diálogo, são fundamentais para enfrentar os desafios”, diz.<sup>8</sup> O mesmo sentimento é compartilhado por Luiz Monteiro Filiattaz, do Comitê do Complexo Produtivo e Econômico da Saúde e Biotecnologia (ComSaude Fiesp). “A pandemia despertou nas pessoas uma consciência maior e precisamos abrir a mente para o debate e a busca de soluções legítimas. A Fiesp está com a AMB nessa batalha e nesse desejo de alcançar uma proposta de saúde melhor”, ressaltou.<sup>9</sup>

O surgimento da ASB não ocorreu de uma hora para outra e contou com o engajamento de diversos profissionais. Após a criação do grupo de trabalho, no início de 2021, foi elaborado um documento sobre as políticas públicas e privadas. Apresentado à diretoria da AMB, este material foi lapidado e devolvido ao grupo de trabalho, que ficou com a missão de elencar os objetivos estratégicos da Aliança, bem como o mapeamento e o engajamento de *stakeholders* de interesse. Em 3 de agosto de 2021, dia do lançamento da ASB, foram avaliados e aprovados nove objetivos estratégicos (*confira quadro na página seguinte*) e outros três grandes desafios foram lançados ao grupo: desenvolver o plano de governança, a agenda propositiva e as oficinas de trabalho.

8. COM A PALAVRA os parceiros de luta por uma saúde digna no Brasil. *Jornal da Associação Médica Brasileira (JAMB)*, n. 1417, ago. 2021, p. 62.

9. *Ibidem*, p. 59.

## Capítulo 15

Entre os meses de agosto e dezembro, trabalhou-se então na reestruturação do *pool* gestor do projeto, no mapeamento de aliados, no estudo de propostas de interesse que já tivessem sido figuradas por entidades públicas e privadas e na consulta dirigida às Federadas e Sociedades de Especialidade, buscando contribuições para o plano de governança e para a agenda propositiva. Nesse período, foram recebidas 29 contribuições. Destas, 11 manifestações de apoio ou contribuições foram incorporadas à ASB; 14 com potencial de serem incorporadas à ASB e sete contribuições fora do escopo da Aliança, por serem muito específicas e precisarem ser encaminhadas por meio de outros fóruns. “A gestão não será única e exclusiva da Associação Médica Brasileira. A AMB está fundando a Aliança, mas posteriormente esta terá vida própria, praticamente independente, pelo Comitê Interno de Governança. Caberá à AMB apenas o suporte para que as coisas de fato aconteçam”, explica Dr. Cesar.

A constituição oficial da ASB ocorreu em 13 de dezembro de 2021, durante a realização da primeira oficina de debates, e foi realizada de forma híbrida: presencialmente, no auditório localizado na sede da AMB, em São Paulo; e *on-line*, transmitida ao vivo no canal oficial do YouTube da entidade. A mesa-redonda foi capitaneada pelos doutores César Eduardo Fernandes, Luciana Rodrigues Silva e Márcia Bandini. O encontro trouxe ainda as contribuições de Ana Maria Malik, professora titular da Fundação Getúlio Vargas (FGV); Milena Pavan Serafim, professora do curso de Administração Pública da Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp; Marco Akerman, do Departamento de Política, Gestão e Saúde da Faculdade de Saúde Pública

### Princípios da aliança

- ★ Dignidade humana e direito fundamental à vida
- ★ Ética, integridade e interesse público
- ★ Diálogo e participação social
- ★ Transparência, confiabilidade e capacidade de resposta

## Saúde de qualidade para todos: nasce a ASB



Gonzalo Vecina Neto



Sérgio Zanetta



Márcia Bandini

da USP; Gonzalo Vecina Neto, do Departamento de Política, Gestão e Saúde da Faculdade de Saúde Pública da USP; e Sérgio Zanetta, da Faculdade de Medicina do Centro Universitário São Camilo. Aos participantes ficou a tarefa de expor o trabalho realizado nos últimos meses, o plano de governança e ação da ASB e fazer um debate que resultasse em propostas e contribuições dos participantes. Os oito eixos de discussões da ASB foram apresentados por Marco Akerman, do Departamento de Política, Gestão e Saúde da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. São eles:

- Ousadia na articulação dos sistemas de saúde público e privado;
- Promoção da articulação intra e intersetorial nas políticas públicas;
- Aperfeiçoamento da participação social na gestão dos sistemas público e privado;
- Defesa da governança regional para aprimorar as redes de atenção à saúde;
- Formação, qualificação e desenvolvimento profissional;
- Gestão para sustentabilidade econômica na saúde;
- Estímulo à ciência, tecnologia e desenvolvimento;
- Transparência e *compliance* nos processos dos sistemas de saúde público e privado.



Em 13 de dezembro de 2021 ocorreu a 1ª Oficina de Debates da ASB. Coordenando os trabalhos, os doutores Márcia Bandini, Cesar Eduardo Fernandes e Luciana Rodrigues Silva

Estes oito eixos temáticos foram importantes na construção da agenda propositiva. Em 4 de março de 2022, os integrantes da ASB reuniram-se novamente, em São Paulo, e, separados em dois grupos, compartilharam ideias, sugestões e formataram, documentalmente, a agenda propositiva. O texto-final seguiu para redação e aprovação para ser divulgado a partidos, candidatos e à imprensa de todo o Brasil. Pouco antes da votação de primeiro turno das eleições de 2022, foi promovido o evento “Diálogos com Assessores de Saúde dos Presidenciais”, em 27 de setembro. Naquela oportunidade, foram reunidos representantes dos candidatos Luiz Inácio Lula da Silva (senador Humberto Costa), Ciro Gomes (Nelson Marconi) e Simone Tebet (João Gabbardo). Cada um deles recebeu, das mãos do presidente da AMB, o

documento final da ASB, com a proposta político-social elaborada por muitas mãos e mentes. Os assessores também discorreram sobre os planejamentos para o setor durante o encontro, que foi uma iniciativa da Fiesp em parceria com AMB, SindHosp, Abimo e Abramed. “Podemos aprofundar a discussão dos eixos que serão a base para oferecer a melhor proposta em saúde para o País. Um documento construído a partir de proposições, da compreensão e de pactos. O resultado é positivo (...). A esperança é de que se adote essas propostas inovadoras para o fortalecimento do sistema”, declarou Jurandi Frutuoso, do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).<sup>10</sup>

O sentimento de trabalhar em prol de algo maior, em benefício da população foi compartilhado por Fabio Moreira (Sindusfarma). “Iniciamos uma jornada para consolidar ideias propositivas, propostas com vistas a contribuir para a melhoria do sistema. É uma iniciativa inovadora da AMB ao compor com diferentes *players*. Vamos avançar em nossas agendas para qualificar a saúde no País”, afirmou. Já para Francisco Balestrin, do SindHosp, ter a liderança da AMB neste tipo de iniciativa é extremamente relevante. “Significa que uma importante entidade médica do País traz para sua responsabilidade a discussão dos destinos da saúde. Isso com visão clara, democrática, olhar de inclusão para os demais setores. Esse momento é muito importante para o presente e o futuro da saúde”, concluiu.

## Estrutura

A Aliança pela Saúde no Brasil é coordenada pelo Comitê Interno de Governança, responsável por alinhar as estratégias de ação do projeto e suas prioridades. Este órgão é composto por representantes de várias vertentes: AMB, poder público, empresas, instituições de pesquisa e sociedade civil organizada. A eles compete toda a estratégia tática e operacional. A eleição para coordenação e presidência do Comitê é feita entre seus pares e o mandato do grupo é renovado a cada dois anos.

10. ALIANÇA pela Saúde no Brasil alinhava pacto social e carta aos presidenciais. AMB, 8 mar. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3BUyf3L>. Acesso em: 25 set. 2022.

## Capítulo 15



O presidente da AMB, César Eduardo Fernandes, entrega em 27 de setembro a representantes de presidenciáveis da eleição de 2022, o documento final da ASB

## Saúde de qualidade para todos: nasce a ASB

Internamente, o Comitê tem duas coordenações: uma é Gestão e Estudos Estratégicos; e a outra é Comunicação. Enquanto a primeira tem como objetivo pautar, prospectar e elaborar propostas a serem debatidas pela ASB, a segunda garante a circulação dessas informações tanto entre os colaboradores da aliança quanto no âmbito de um conjunto mais ampliado da sociedade. Ao comitê também cabe a tarefa de criar grupos de trabalho, sempre que houver necessidade. A instituição do Comitê Interno e a escolha das duas coordenações ocorreram em 11 de fevereiro de 2022.

## Missão da Aliança pela Saúde no Brasil

Contribuir com o propósito de garantir à sociedade brasileira uma saúde universal, igualitária e digna, por meio de duas frentes de atuação interconectadas:

- 1 - Reunir e produzir um corpo de conhecimento sobre estratégias de melhoria às políticas de saúde e aos seus serviços.
- 2 - Estabelecer diálogo nacional acerca de uma agenda propositiva de medidas e ações a serem advogadas e empreendidas, em conjunto, pelas organizações públicas, privadas e do terceiro setor.





16

**Do Brasil para o Mundo**

Carlos Vicente Serrano  
Júnior, Diretor de  
Relações Internacionais  
da AMB (gestão  
2021-2023)



## CAPÍTULO 16

**N**ÃO É SÓ NO BRASIL que a Associação Médica Brasileira busca contribuir, de maneira relevante, para a qualidade do profissional médico e no oferecimento de melhores condições para a assistência à saúde da população. Desde a sua fundação, em 1951, a entidade é filiada à Associação Médica Mundial (WMA), onde representa o Brasil no âmbito internacional. Outro braço da qual a AMB também faz parte, desde 2005, é a Comunidade Médica de Língua Portuguesa (CMLP). Além destes, outros organismos que tiveram o apoio de representantes da AMB no decorrer dos anos foram a Confederação Médica Latinoamericana e do Caribe (Confemel) e o Foro Iberoamericano de Entidades Médicas (Fiem).

Criada em 17 de setembro de 1947, a WMA surgiu em Paris, na França, a partir da união de médicos provenientes de 27 países. Este conglomerado busca, desde então, promover padrões de comportamento ético e cuidado por parte dos médicos, adotando declarações de política global ante uma série de questões relacionadas a temas como profissionalismo médico, atendimento

### Do Brasil para o Mundo

ao paciente, pesquisa em seres humanos e saúde pública. Para tanto, conta com um conselho e três comitês permanentes, grupos que se encontram duas vezes ao ano. São eles: Ética Médica (aborda temas como aborto, eutanásia, condutas médicas, questões do dia a dia, como ética médica ou estudos clínicos); Assuntos Médico-Sociais (engloba a parte científica e a elaboração de documentos importantes) e Finanças/Planejamento. Um outro comitê, de caráter executivo, reúne-se sazonalmente, de acordo com a necessidade.

O Brasil, representado por médicos da AMB, pode fazer parte de duas dessas comissões, com direito a duas cadeiras no Conselho e dez votos na Assembleia da WMA, que ocorre uma vez ao ano, geralmente no mês de outubro. “O número de posições e votos depende da quantidade de médicos em cada país. Como o Brasil tem um grande contingente de médicos, sendo a terceira maior delegação,<sup>1</sup> tem agregado a isso uma responsabilidade maior”, descreve o diretor de Relações Internacionais Carlos Vicente Serrano Júnior (gestão 2021-2023). Ele explica que, atualmente, o País faz parte da Comissão de Finanças/Planejamento e de Assuntos Médico-Sociais. “Na Comissão de Ética Médica não temos direito a voto, mas podemos participar como espectadores”, relata.

O cargo, hoje ocupado pelo Dr. Serrano Júnior, passou a existir durante a presidência de Antônio Celso Nunes Nassif, em 1987. Na época, o debutante foi o endocrinologista Luiz Carlos Espíndola, de Santa Catarina. Nos anos seguintes, o posto foi ocupado pelos tocoginecologistas Luiz Eduardo Machado e Paulo Roberto de Almeida Insfran; o ortopedista e traumatologista Isaias Levy; o médico legista e perito médico David Miguel Cardoso Filho; o cirurgião geral e endoscopista do aparelho digestivo Viriato Cunha; o cirurgião pediátrico Murillo Ronald Capella; o psiquiatra Miguel Roberto Jorge; o cirurgião plástico Nívio Lemos Moreira Júnior; e o cardiologista Eduardo Nagib Gaudi.

Antes de ocupar a diretoria de Relações Internacionais, Dr. Serrano Júnior foi editor da *Revista da Associação Médica Brasileira (RAMB)*, entre os anos de 2015 e 2020. Nascido nos Estados Unidos, ele chegou ao Brasil em 1974, na época com 15 anos de idade. Formado pela Escola Paulista de Medicina da

1. Os outros países que ocupam a primeira e segunda maior delegação são Estados Unidos e Japão, respectivamente.

### Ex-diretores de Relações Internacionais da AMB



Luiz Carlos Espíndola



Luiz Eduardo Machado



David Miguel Cardoso Filho



Viriato Cunha



Murillo Ronald Capella



Miguel Roberto Jorge



Nívio Lemos Moreira Júnior



Eduardo Nagib Gai

### Do Brasil para o Mundo

Universidade Federal de São Paulo (EPM/Unifesp), em 1984, fez residência médica em Cardiologia no Instituto do Coração (InCor) do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCFMUSP). Após uma imersão internacional depois de um *fellowship* na Johns Hopkins University, em 1992, retornou ao Brasil, em 1994, e investiu na parte acadêmica e em projetos de pesquisa. Anos depois, em 2013, foi aprovado como professor Livre-Docente na FMUSP, onde atua desde então. Associativamente, antes da AMB, integrou cargos na Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC) e Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo (Socesp). “Hoje, como diretor de Relações Internacionais, represento a AMB em âmbito internacional e mantenho contato e vínculo com membros de outros países da WMA”, afirma.

Dentro do Comitê de Assuntos Médico-Sociais, os temas discutidos pela delegação do Brasil permeiam entre a força de trabalho médico; as diretrizes para os médicos no que se refere a Telemedicina; e prescrição de medicamentos. Já dentro do Comitê de Ética Médica, três assuntos ganham destaque: declaração sobre pesquisa com células-tronco embrionárias, uso de placebo em pesquisa médica e a Declaração de Genebra.

Por conta da pandemia da Covid-19, a reunião do Conselho da WMA não ocorreu nos anos de 2020 e 2021. Em 2022, a retomada aconteceu de forma híbrida em Paris, na França, nos dias 7, 8 e 9 de abril, e reuniu 220 participantes, sendo 150 presenciais e 70 *on-line*. Na ocasião, coube ao Dr. Serrano Júnior trazer a público dois relatórios importantes. O primeiro sobre o impacto global das doenças crônicas não transmissíveis; e o segundo com apontamentos relacionados a regras frente às reuniões virtuais. “No primeiro caso, foi feito um documento para os países darem importância para um grupo de quatro doenças crônicas, não infecciosas, que, somadas, são a principal causa de morte e comorbidades do mundo. São elas: câncer, doenças cardiovasculares, doenças respiratórias crônicas e diabetes. Já com relação ao segundo tema, a pretensão foi acertar alguns regulamentos relacionados a reuniões virtuais e híbridas. “Até então não tinha um regulamento de como seriam gravadas estas reuniões, principalmente na hora de votar, e quais assuntos poderiam ser votados e como isso poderia ser feito”, explica.

Durante o evento, também foram abordados temas relacionados a racismo na Medicina, discriminação contra idosos nos serviço de saúde, proteção e

Representando o Brasil no encontro da WMA em Berlim, no final de 2022, da esquerda para a direita, os doutores Miguel Roberto Jorge, José Luiz Gomes do Amaral, Carlos Vicente Serrano Júnior e César Eduardo Fernandes



integridade pessoal do médico em conflitos armados, atenção médica a parentes e políticas relacionadas à telessaúde e às mídias sociais.<sup>2</sup> Devido à guerra entre Rússia e Ucrânia, o destaque foi a aprovação de uma Resolução de Apoio ao Pessoal Médico e Cidadãos ucranianos. A revisão do *Código Internacional de Ética Médica* também entrou na pauta do encontro, sendo aprovada posteriormente, durante a Assembleia Geral da WMA, que aconteceu em outubro de 2022. “É muito importante esta reunião das sociedades internacionais sob o manto da WMA. Ela serve de moderadora e interlocutora entre as diferentes realidades vividas por distintos países, em todos os continentes do mundo. Este trabalho vem sendo pouco difundido entre nós. Certamente, daremos mais espaço para divulgar suas realizações e o seu acervo de publicações”<sup>3</sup>, reitera o presidente da AMB (gestão 2021-2023), César Eduardo Fernandes.

2.DELEGAÇÃO da AMB participa de reunião do Conselho da WMA na França. *Associação Médica Brasileira*, 26 abr. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3ByUUUm3>. Acesso em: 18 ago, 2022.

3.Ibidem.

## Liderança verde e amarela

Carlos Vicente Serrano Júnior esteve em Paris com a delegação brasileira, que tinha ainda os doutores César Eduardo Fernandes, José Luiz Gomes do Amaral e Miguel Roberto Jorge, sendo que os dois últimos já foram, nos anos de 2011 e 2019, presidentes da WMA. No jantar de gala, inclusive, o Dr. Miguel Roberto Jorge, psiquiatra e professor da Unifesp, chegou a ser homenageado pelo presidente do Conselho, Frank Ulrich Montgomery. Ele relembrou os desafios do brasileiro frente ao cargo, quando este encarou de perto a crise sanitária global da então desconhecida Covid-19, que rapidamente espalhou-se pelo mundo e subtraiu oficialmente mais de 6,8 milhões de vidas (dados de março de 2023). “Agora, mais do que nunca, a cobertura universal de saúde – incluindo cuidados de saúde mental – seria a melhor maneira de fornecer saúde para todos”,<sup>4</sup> ressaltou, o Dr. Roberto Jorge, ao deixar o cargo, em 2020.

O Dr. José Luiz Gomes do Amaral, que também presidiu a WMA, em 2011, recorda que, antes de ser escolhido para o cargo, trabalhou ativamente na gestão da Associação Médica Mundial. Em maio de 2007, foi eleito presidente do Comitê de Assuntos Médico-Sociais, durante a reunião do Conselho, realizada em Berlim, na Alemanha; e, dois anos depois, foi reeleito em Tel Aviv, Israel. Neste período, compartilhou com os brasileiros questões importantes no tocante a pesquisas clínicas, uso de placebo em pesquisa médica associada ao tratamento, revisão da Declaração de Helsinque,<sup>5</sup> Seminário Internacional de Resiliência Médica e a Declaração de Delhi sobre saúde e mudança climática.<sup>6</sup> “A WMA é uma instituição que representa mais de 9 milhões de médicos, com uma pluralidade fascinante. Foi uma grande honra estar à frente desta associação”, afirma Dr. Amaral. Outros médicos brasileiros que também comandaram a entidade internacional no passado foram Antônio Moniz de Aragão (1961) e Pedro Kassab (1975).

4.MIGUEL Jorge transfere cargo na WMA, agora é ex-presidente imediato. *Associação Médica Brasileira*, 5 nov. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3BC90Dc>. Acesso em: 15 ago. 2022.

5.A Declaração de Helsinque aborda os princípios éticos para pesquisas clínicas que envolvem seres humanos, fornecendo orientações a médicos e outros profissionais que atuam neste segmento. É constantemente revisada.

6.REIS, Hélio Barroso dos (Org.). *AMB 60 anos: 1951-2011*. São Paulo: AMB, 2011, p. 142.



Em visita a sede da AMB, Frank Ulrich Montgomery, da WMA (5º da esquerda para a direita) é recebido pelos doutores Miguel Roberto Jorge, José Fernando Macedo, Carlos Vicente Serrano Júnior, César Eduardo Fernandes, Antônio José Gonçalves, Jurandir Marcondes Ribas Filho e Fernando Sabia Tallo

A relação entre AMB e WMA está mais latente do que nunca. Em 13 de julho de 2022, o Dr. Montgomery esteve na sede da entidade, em São Paulo, onde participou de uma rodada de discussões. “A AMB é um importante membro da WMA, e traz ideias sul-americanas e, especialmente, brasileiras, às políticas da Associação Médica Mundial. A AMB é de extrema valia e muito importante no mundo e no nosso trabalho em conjunto também. É uma grande honra referendar a amizade que a AMB e a WMA possuem”, destacou o presidente do Conselho da WMA.

A visita foi acompanhada pelo Dr. César Eduardo Fernandes, presidente da AMB, além dos doutores Carlos Vicente Serrano Júnior, Jurandir Marcondes Ribas Filho, Antônio José Gonçalves, Fernando Sabia Tallo, José Fernando Macedo e Miguel Roberto Jorge. Naquela oportunidade, foram discutidos temas globais, incluindo a guerra entre Rússia x Ucrânia e a situação da China com Taiwan. Também foi debatida a revisão da Declaração de Helsinque, todos temas que foram devidamente aprofundados na reunião da Assembleia de outubro de 2022.



Após um hiato de dois anos, em 2022 o Conselho da WMA voltou a acontecer de forma híbrida em Paris. Na imagem, da esquerda para a direita, os doutores Carlos Vicente Serrano Júnior, César Eduardo Fernandes, José Luiz Gomes do Amaral e Miguel Roberto Jorge

Para o Dr. Cesar, a AMB vem desempenhando um papel fundamental na política de saúde nacional e internacional, devido ao seu trabalho em conjunto com a WMA. “A visita do presidente da WMA é mais um reconhecimento ao papel desenvolvido pela entidade, assim como um estreitamento de nossas relações com a Associação Médica Mundial”, afirmou.<sup>7</sup>

7. AMB RECEBE o presidente da Associação Médica Mundial, em SP. *Associação Médica Brasileira*, 13 jul. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3LyU5yh>. Acesso em: 15 ago. 2022.

## Unidos pelo mesmo idioma

Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau, Portugal, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Timor Leste e até mesmo Venezuela. Unidos pelo idioma, entidades médicas oriundas desses países congregam a Comunidade Médica de Língua Portuguesa (CMLP). Fundada em 29 de janeiro de 2005, a organização trabalha em prol da cooperação entre nacionalidades nos âmbitos científico e profissional, por meio de ações como reuniões, seminários e elaboração de programas de formação, promovendo assim um intercâmbio de ideias e iniciativas. Entre os participantes, a Ordem dos Médicos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, além do Conselho Federal de Medicina (CFM) do Brasil, a Associação Médica Brasileira (AMB) e a Associação Médica de Moçambique (AMM). Associações que representam médicos de língua portuguesa em Macau e Venezuela também se uniram ao grupo. “Acreditamos que a transformação da sociedade virá por meio da participação de cada um, em cada comunidade”, afirma Jeancarlo Fernandes Cavalcante, presidente da CMLP e 1º vice-presidente do CFM.

A ideia para a criação desta comunidade remonta a 2005, quando José Germano Rego de Souza, na condição de bastonário da Ordem dos Médicos de Portugal, foi convidado pelo então presidente da AMB, Eleuses Paiva, para conversar com a diretoria da Associação Médica Brasileira. Desse encontro nasceu uma vontade em comum: tanto José Germano quanto José Luiz Gomes do Amaral, na época vice-presidente da Região Centro-Sul, aspiravam à união dos médicos que tinham a língua portuguesa como idioma oficial. E foi assim que a AMB, o CFM e as organizações médicas de Angola e Cabo Verde criaram a CMLP e assinaram um protocolo de cooperação.

Em 2006, entre os dias 27 e 29 de novembro, a entidade organizou o seu primeiro congresso, na cidade da Praia, em Cabo Verde, na África, com atuação ativa da AMB. No ano seguinte, o país escolhido foi o Brasil, que destinou a Costa do Sauípe, na Bahia, como o local do encontro. O evento aconteceu entre 27 e 30 de setembro, reuniu 400 participantes e foi promovido pela Associação Médica Brasileira e Associação Bahiana de Medicina. Na ocasião, a inclusão de Moçambique à comunidade e o lançamento, ao vivo e *on-line*, do curso de Medicina Baseada em Evidências – organizado por Moacyr Nobre

José Luiz Gomes  
do Amaral presidiu a  
WMA em 2011



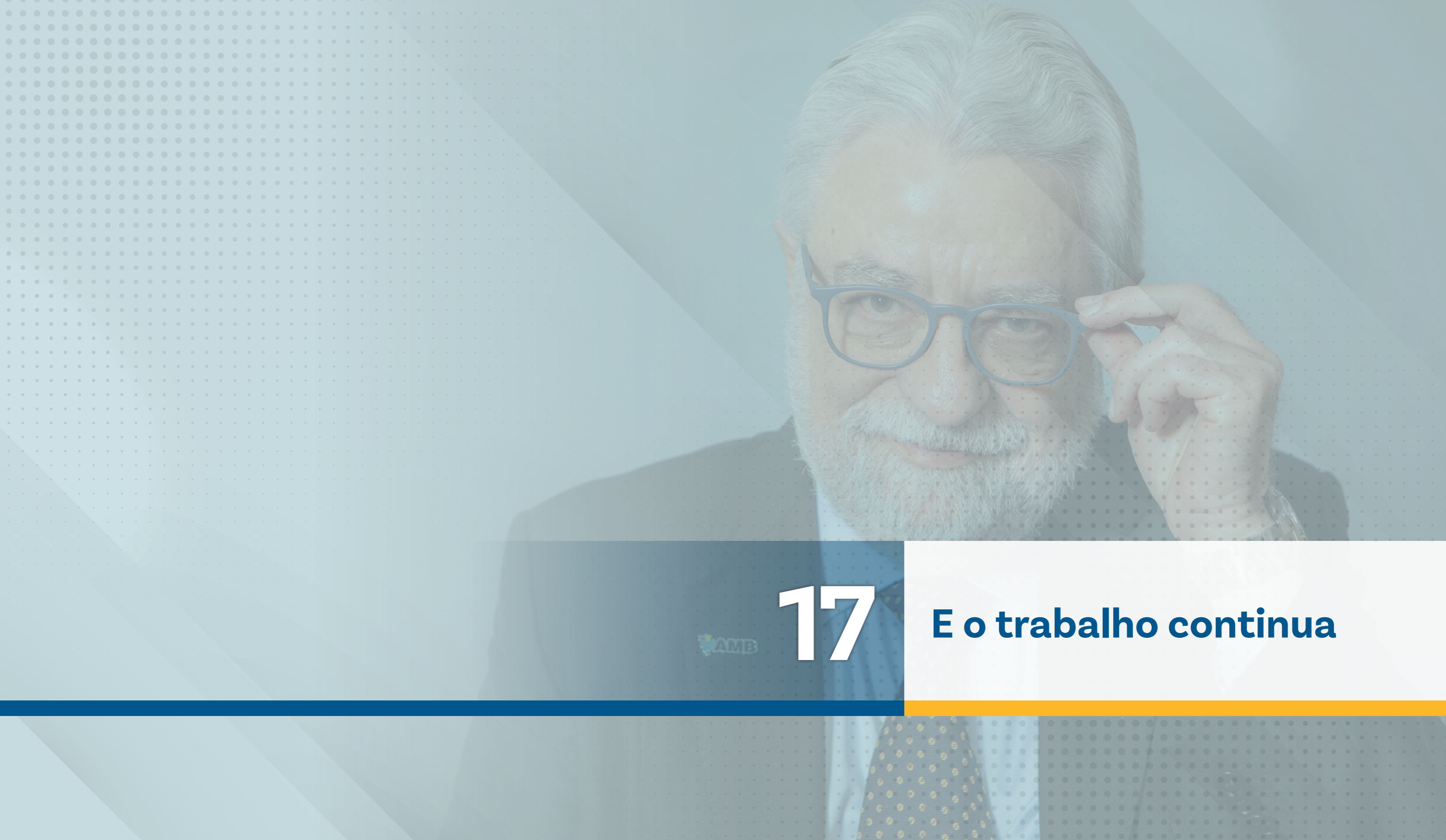
## Do Brasil para o Mundo

e Wanderley Bernardo, coordenadores do Programa Diretrizes AMB/CFM – foram os destaques.<sup>8</sup> Desde então, o congresso tornou-se o ponto forte da comunidade. Em 2010, em Moçambique, o Dr. José Luiz Gomes do Amaral foi alçado à presidente da CMLP, para a gestão 2010-2011.

Em 2022, em sua décima edição, o evento aconteceu em 4 e 5 de maio, em Guiné-Bissau, e abordou entre os assuntos a Covid-19 em outro contexto: a saúde lusófona pós-pandemia. Da pauta do congresso também faziam parte os temas “Violência no exercício da medicina” e “O desenvolvimento do capital humano em saúde”. E para promover ainda mais a interculturalidade entre os povos lusófonos, outro movimento importante ocorreu em 15 de setembro de 2022, ao ser lançado, na embaixada de Portugal, no Brasil, o I Prêmio Literário da CMLP. Os participantes puderam inscrever até dois trabalhos literários em diferentes gêneros.

“Todos que exercem a Medicina têm histórias para compartilhar com o mundo. No cotidiano de consultórios, emergências e hospitais, repetem-se situações que vão do riso às lágrimas. Certamente os médicos que concorrerem a este prêmio vão nos emocionar, revelando com sensibilidade os desafios de cuidar da saúde dos nossos povos”, refletiu na ocasião o Dr. José Hiran da Silva Gallo, presidente do CFM. Dessa maneira, médicos de vários pontos do globo se unem por um mesmo propósito. E a língua, que muitas vezes serve de barreira, agora surge como ponto unificador, poderosa ferramenta usada para conectar profissionais e engajá-los na construção do seu próprio futuro.

8.REIS, Hélio Barroso dos (Org.). *AMB 60 anos: 1951-2011*. São Paulo: AMB, 2011, p. 147 a 149.



**17**

**E o trabalho continua**



**PENSAR NO FUTURO SEM ESQUECER O PASSADO.** Esta é uma das preocupações da AMB ao longo de sua bem-sucedida trajetória. Em função disso, os primeiros meses de 2022 foram marcados pelo resgate da sua própria memória, com a produção do livro *Associação Médica Brasileira: História e construção da verdadeira Casa dos Médicos do Brasil*, trabalho que foi acompanhado de perto pelo Dr. Carlos Henrique Mascarenhas Silva, o diretor Cultural da entidade. “O resgate de nossa história é importante, mas precisamos ser mais digitais e ter mais instrumentos modernos de comunicação. Entre os nossos associados, têm aqueles que apreciam o impresso; por outro lado, há o médico mais jovem, que exige um modelo mais ágil de consulta desta mesma história, que pode ser via *podcast* ou outros meios que nascem a cada instante”, diz. Em paralelo a esta produção, outros dois materiais ganharam destaque no primeiro semestre de 2023: o lançamento da edição 2022 da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM); e do levantamento Demografia Médica no Brasil (DMB), parceria da AMB com a Faculdade de Medicina da USP (FMUSP).

O princípio por trás da iniciativa é que é preciso conhecer a própria trajetória para valorizá-la. E assim a história segue, com novas linhas e parágrafos sendo escritos a cada dia. É o caso do apreço à ciência, algo trivial, mas que precisou ser resgatado mais recentemente como uma das prioridades da casa e de seus ocupantes. Nesta direção, renovou-se a parceria com o Guidelines International Network (GIN), onde a AMB tem assento no comitê diretivo há mais de dez anos e chegou a ser premiada em 2019. O GIN é um pool de organizações e indivíduos interessados em diretrizes baseadas em evidências e que possui uma das maiores bibliotecas internacionais de diretrizes do mundo.

Dentro dessa associação científica mundial, a AMB participa de encontros e grupos de trabalho, tem assento na Assembleia, vota e pode se candidatar à diretoria. Em junho de 2022, Dr. Wanderley Marques Bernardo, coordenador de Diretrizes da AMB, assumiu, pelos próximos dois anos,

## E o trabalho continua

como *chairman* da Rede Ibero-Americana sobre Guias de Prática Clínica, dentro do GIN. Entre as metas do especialista em cirurgia torácica, estão a promoção de discussões de projetos de educação em medicina baseados em evidências, desenvolvimento de diretrizes e promoção de revisões sistemáticas e ações para reforçar a importância do GIN e do Grupo da Rede Ibero-Americana, do qual a AMB faz parte, como difusores das diretrizes no mundo.

## Unir para fortalecer

Internamente e externamente, a Casa dos Médicos ganhava a agilidade e a modernidade merecidas. Faltava, porém, que os profissionais de todos os pontos do País, de idades e especialidades diferentes se unissem e se apropriassem, de fato, desta morada. E este é o próximo desafio a ser vencido. A tarefa atual é árdua e vem exigindo importantes debates dentro da Associação Médica Brasileira. O diagnóstico passa pela mudança do formato, bem como da forma de se comunicar, especialmente no que diz respeito à importância do associativismo como meio para se alcançar dias melhores no que se refere à defesa profissional e à valorização do médico e da saúde da sociedade.

“Nossa preocupação é levar ao estudante de Medicina, e para dentro das faculdades, a informação do que é associativismo, o que é a Associação Médica Brasileira, qual a sua finalidade e propósito. Os jovens não têm vindo para dentro das entidades associativas, pois estão ocupados e veem isso como um custo. Mas, a única entidade capaz de defender o médico na sua profissão é a AMB”, afirma o especialista Nerlan Tadeu Gonçalves de Carvalho, membro do Conselho Fiscal da entidade. Segundo ele, à medida que o jovem não se torna associado, o futuro torna-se preocupante. E é exatamente por isso que medidas devem se fazer presentes para trazer o médico jovem e oxigenar as entidades.

Para desempenhar esta missão e também entender as demandas e anseios de cada Estado, começou-se um trabalho fundamental de estabelecer contatos diretos com Federadas e Sociedades de Especialidade. Este movimento teve início



**Wanderley Marques Bernardo:** coordenador de diretrizes da AMB representa a entidade na Guidelines International Network (GIN)

## Capítulo 17

ainda em 2021, de forma *on-line* (por conta das restrições impostas pela pandemia), e continuou durante todo o ano de 2022, agora com visitas *in loco* a estas entidades ou com reuniões com presidentes e representantes destas instituições na sede da AMB. Também foi essencial o trabalho dos vice-presidentes regionais, que trouxeram as reivindicações e necessidades de seus respectivos centros.

Na região Norte do País, por exemplo, as demandas apontavam a falta adequada no número de profissionais e a questão relacionada ao cooperativismo de especialidades, com o qual os médicos não concursados trabalham para o serviço público e ficam sob o bojo da cooperativa. “O médico ganha mais, mas não tem uma jornada de trabalho adequada e fica muito mais cansado. Por vezes, dá até três plantões em uma semana, não tem direito a 13º salário nem a férias”, expõe a vice-presidente da Regional Norte, Dra. Rossiclei de Souza Pinheiro. Ela também lista entre as reivindicações, a necessidade de se investir em um plano de carreira para que o médico seja atraído para o interior do Brasil. “Em Manaus e em outros Estados da região Norte, precisamos investir em uma remuneração mais adequada e em um plano de cargos e carreira, como é feito no Judiciário”, salienta.

Carlos Alberto Gomes dos Santos, diretor de Atendimento ao Associado da AMB



## E o trabalho continua

A queixa com relação à remuneração é uma das mais ouvidas dos associados, conforme cita Carlos Alberto Gomes dos Santos, diretor de Atendimento ao Associado da AMB. Segundo ele, hoje os questionamentos recaem sobre melhorias nos valores pagos pelas consultas e procedimentos, principalmente dentro dos convênios. “Eu ouço as indagações dos associados e levo para a diretoria da AMB. Os médicos querem ganhar mais, sair desse valor irrisório de recebimentos”, comenta o doutor Carlos Alberto, que é pneumologista e ex-presidente da Associação Médica do Espírito Santo (Ames). Ele acredita que a AMB tem de se fortalecer, pois é a única entidade voltada à demanda do médico e que tem representantes dentro das diversas esferas de poder político e outros órgãos.

De fato, levantar a bandeira do associativismo médico e destacar o quanto isso tem relação com o fortalecimento da classe faz parte do planejamento da Nova AMB. No último trimestre de 2021, aconteceu, de forma inédita, um evento focado somente neste tema, nos dias 1 e 2 de outubro. O I Congresso de Associativismo Médico foi encabeçado pelo Dr. Jurandir Marcondes Ribas Filho e ocorreu de forma *on-line*, facilitando o acesso às pessoas de qualquer parte do País. Entre os convidados, nomes conhecidos, como Luiz Henrique Mandetta, ex-ministro da Saúde do governo Jair Bolsonaro, que ficou no cargo entre os dias 1º de janeiro de 2019 e 16 de abril de 2020. Ele falou no painel “O médico e a sociedade”, onde focou no subfinanciamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Na oportunidade, ele discorreu também sobre o congelamento de investimentos por 20 anos, a partir da Emenda Constitucional 95, do governo Michel



Jurandir Marcondes Ribas Filho liderou o I Congresso de Associativismo Médico, entre os dias 1 e 2 de outubro de 2021

## Capítulo 17

Temer,<sup>1</sup> e sobre o combate à pandemia da Covid-19. “Os médicos devem se unir para elencar propostas e apresentar aos candidatos, influenciando no debate e angariando compromissos para com a sociedade e Medicina”, orientou o especialista.<sup>2</sup>

Outros que contribuíram durante estes dias foram Marcos Gutemberg, presidente da Federação Nacional dos Médicos (Fenam); Gerson Junqueira Jr, presidente da Associação Médica do Rio Grande do Sul; Ivan Cecconello, professor de Cirurgia do Aparelho Digestivo da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP); Florisval Meinão, ex-presidente da Associação Paulista de Medicina (APM); Marun Cury, da APM; Guido Palomba, especialista em Psiquiatria Forense e diretor cultural da APM; e Luiz Carlos von Bahten, do Colégio Brasileiro de Cirurgiões. Por parte da AMB, os médicos Cesar Eduardo Fernandes, Nerlan Tadeu Gonçalves de Carvalho, José Fernando Macedo, Miyuki Goto, Agnaldo Lopes da Silva Filho e José Eduardo Lutaif Dolci. A judicialização da Medicina, a síndrome de *burnout* e a defesa profissional também estiveram entre as pautas, bem como debates para o fortalecimento da classe médica. “Se faz urgente o associativismo atuar de forma planejada e focada para o engrandecimento continuado, principalmente das Federadas”, ressaltou, na ocasião, Dr. Florisval Meinão.<sup>3</sup>

### Pela reforma do modelo associativo

Aumentar a representatividade da classe é fundamental para se ter voz na luta pelos direitos e pela sobrevivência do associativismo e, consequentemente, da AMB. Contudo, unificar os quase 600 mil médicos dentro de um mesmo bojo é um desafio. Hoje cerca de 40 mil estão ligados à Associação Médica Brasileira, enquanto mais de 250 mil estão vinculados às Sociedades de Especialidade. Estas foram ganhando relevância e gigantismo com o passar dos anos, vistas por muitos como sendo as entidades que os representam, em

1. FORTALECER nossa representação e a medicina é a prioridade. *Jornal da Associação Médica Brasileira (JAMB)*, n. 1418, nov. 2021, pp. 4 e 5.

2. *Ibidem*, pp. 5 e 6

3. *Ibidem* p. 7.

## E o trabalho continua



Lideranças na reunião do Conselho Deliberativo da AMB realizada na sede da Associação Médica do Paraná (AMP), em 3 de junho de 2022: movimento associativo é fundamental para o fortalecimento da classe médica

todos os âmbitos. “Vamos pensar em algumas das conquistas da AMB, como a *Classificação Brasileira Hierarquizada dos Procedimentos Médicos (CBHPM)*, que traz o referencial de valores para pagamentos dos procedimentos médicos. Sem ela, cada operadora praticaria o valor que quisesse. Faz-se necessário lembrar também que a AMB é detentora do título de especialista. Cabe à Sociedade de Especialidade fazer a prova e à AMB outorgar o título”, relembra o Dr. Nerlan.

Hoje o associado da Sociedade de Especialidade não é, necessariamente, associado da AMB, sendo o nexo existente entre ambas as instituições um vínculo de convênio contratual. Porém, uma das cláusulas deste convênio ressalta que, para ser associado de uma Sociedade de Especialidade, o médico precisa, obrigatoriamente, ser associado da AMB, o que não ocorre no momento. Soma-se a isso o fato de, na prática, o médico não conseguir se associar somente à AMB. Ele tem de procurar a Federada do seu Estado para, filiado a ela, estar ligado à AMB. Com isso, o novo associado tem de pagar a Sociedade de Especialidade, a Federada e a AMB. “A diretoria atual, em um trabalho muito bem desenvolvido pelo Dr. Cesar Eduardo Fernandes, está estabelecendo como estratégia um novo modelo associativo, que objetiva trazer mais colegas para o movimento médico e para a



Agnaldo Lopes da Silva Filho, vice-presidente da Regional Sudeste, destaca o momento de transição e resultados

## E o trabalho continua

AMB”, assegura Dr. Jurandir Marcondes Ribas Filho, segundo-vice-presidente da Associação Médica Brasileira.

Nas Federadas, os associados somam cerca de 60 mil e existem casos em que o membro fica conectado somente a elas, e não a ambas instituições (Federada e AMB), conforme deveria ser. Um dos caminhos para resolver este impasse e fazer a unificação seria a criação de duas categorias de associados: uma que viesse das Federadas; e outra cuja porta de entrada seria as Sociedades de Especialidade. “Dessa forma, reunimos uma AMB forte e criamos um movimento fortíssimo, para trabalharmos de forma intensa e conquistarmos a representatividade plena dos médicos”, explica Dr. Cesar.

Em 3 de junho de 2022, a questão relacionada ao movimento associativo deu o tom durante a reunião do Conselho Deliberativo da entidade, realizada na sede da Associação Médica do Paraná (AMP). Na ocasião, além da apresentação das realizações do trabalho em curso e da exposição do balanço financeiro, coube ao presidente e também ao diretor científico da AMB, José Eduardo Lutaif Dolci, falar sobre o novo modelo associativo que aspiram.

Pouco mais de dois meses depois desse encontro, uma nova reunião do Conselho Deliberativo lançou, em 16 de agosto, a Comissão de Reforma do Modelo Associativo (Corema). O grupo conta com 12 membros (seis provenientes das Sociedades de Especialidade e seis vindos das Federadas) e vem trabalhando na elaboração de uma proposta para o novo modelo associativo.<sup>4</sup> “Congregar membros de Federadas e Sociedades de Especialidade na construção desse projeto é de suma importância. Buscamos a pluralidade de ideias com base na experiência e no conhecimento vivenciado por essa malha estrutural da AMB. A Corema, certamente, nos direcionará aos melhores caminhos a serem trilhados em prol de toda a classe médica e do futuro do associativismo médico”, acredita Dr. Cesar.<sup>5</sup>

Para Agnaldo Lopes da Silva Filho, vice-presidente da Regional Sudeste, o momento é de transição. “O César, com todo o seu vanguardismo, tem transformado a AMB com uma gestão mais profissional, focada em resultados. Eu

4. AMB cria Comissão de Reforma do Modelo Associativo. *Associação Médica Brasileira*, 17 ago. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3sE8Uak>. Acesso em: 30 ago. 2022.

5. *Ibidem*

Nerlan Tadeu  
Gonçalves  
de Carvalho:  
associativismo e  
sua importância  
na pauta dos  
estudantes  
de Medicina



espero que todo este movimento fortaleça o associativismo brasileiro. Temos de mostrar aos médicos que a AMB tem um papel vital para poder nos ajudar como classe”, afirma. Este mesmo pensamento é compartilhado pelo conselheiro fiscal da entidade, Nerlan Tadeu. “Nós temos de ter um papel atuante e consistente, mas isso só pode acontecer dessa forma com médicos associados. E quando se conquista para um, todos se beneficiam”, completa.

O caminho é difícil e o futuro, diante de tantos desafios, muitas vezes parece incerto. Contudo, a história mostra que, no decorrer destas sete

## AMB global

A AMB uniu-se a causas importantes relacionadas ao clima, como a campanha Médicos pelo ar limpo (primeira coalizão da Medicina em defesa da qualidade atmosférica e do combate à mudança climática); e engajou-se e se fez presente diante de temas relevantes da sociedade. Em São Paulo, foi uma das entidades apoiadoras da campanha “Infância eu abraço” (encabeçada pelo Instituto Olinto

## E o trabalho continua

décadas, a Associação Médica Brasileira não se encolheu frente a nenhum dos obstáculos que teve de enfrentar. “Quanto mais delicada a situação, maior o papel da AMB. O futuro pode ser preocupante, mas é possível ser modificado. Por isso estamos aqui. Vamos passar por algumas tormentas, mas temos bons capitães. E espero colaborar para isso”, conclui o secretário-geral, Antônio José Gonçalves.

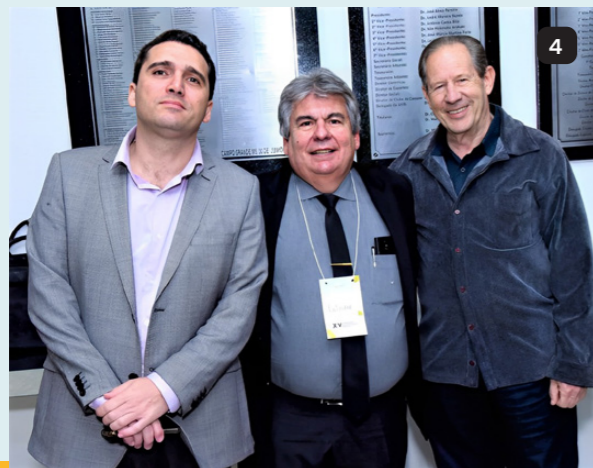
Dessa forma, entende-se que o melhor remédio para os males que atingem a classe médica é uma Associação Médica Brasileira forte, atuante, representativa e respeitada. Se a classe soubesse o quanto se torna mais corpulenta e poderosa quando participa ativamente dos processos decisórios que dizem respeito a sua profissão arregaçaria imediatamente as mangas dos seus jalecos brancos e iria também ao campo onde se processam as lutas e políticas da categoria.

Como se percebeu até aqui, a AMB não está em uma logomarca ou no casarão da Rua São Carlos do Pinhal, comprado a duras penas pelo Dr. Pedro Kassab e financiado em dez anos. A AMB é um conjunto de homens e mulheres, que ora acertam, ora erram, mas que têm como fim derradeiro defender até as últimas instâncias os interesses dos mais de 600 mil médicos que se encontram espalhados por este imenso Brasil. Esta missão é hercúlea e não pode ser feita por um pelotão de alguns homens somente, mas com um exército numeroso e aguerrido. A força do médico está na união, no uso uníssono de sua voz e isso começa nas Sociedades de Especialidade, segue pela Associações Médicas estaduais e ecoa com potência a partir desta genuína e septuagenária Casa dos Médicos do Brasil.

Marques e que tem como propósito defender o desenvolvimento saudável e combater à violência contra crianças e adolescentes) e ainda passou a integrar o Conselho Superior de Combate às Doenças Infecciosas. Já em prol de todo o Brasil, realizou diversas ações no combate ao tabagismo e ao uso de cigarros eletrônicos, através da Comissão de Combate ao Tabagismo.

Conexão AMB com Federadas e Sociedades de Especialidade

- 1. AMMG
- 2. SBMA
- 3. Federadas Norte, Nordeste, Sudeste e Sul
- 4. AMMS
- 5. ABM
- 6. ACM
- 7. SMA
- 8. Amrigs
- 9. AMP
- 10. AMPE
- 11. AMIB



## Tecnologia e gestão integrada: modernização e transparência marcam Nova AMB

Levar transparência a todos os processos sempre esteve entre os objetivos da Nova AMB. E com este pensamento foi implantado, nos primeiros meses de 2022, o sistema integrado de gestão ERP/SAP. Por meio desta ferramenta, é possível gerenciar, dentro de uma única plataforma, processos administrativos, fiscais e contábeis, bem como estoque, contas a pagar e receber, compras, recursos humanos, cadastros, contratos, patrimônio e certificados. Tudo isso disponibilizado em nuvem e com as benesses das tecnologias atuais, como a inteligência artificial. “Até então tudo era realizado manualmente ou com uma planilha Excel simples, algo absolutamente inconcebível quando se pensa em termos empresariais”, discorre o tesoureiro Akira Ishida.<sup>6</sup>

No que se refere aos cadastros de sócios, com o sistema em funcionamento, a AMB tem uma visão real das associações de todo o Brasil. A plataforma também passa a ficar disponível para as Federadas e Sociedades de Especialidade, trazendo assim uma gestão compartilhada de serviços e uma integração completa em toda a cadeia associativa. “Diferentemente do que ocorria até então, quando a falta de controle abria brecha para falhas humanas e até malfeitos, com o ERP/SAP as informações serão de domínio geral, oferecendo ao associado a segurança de que não mais ocorrerão desvios”, pondera o secretário-geral Antônio José Gonçalves.<sup>7</sup> “Vamos investir até o final do nosso mandato em um banco de dados espelho, ou seja, as informações do sócio de Pernambuco ou do Rio Grande do Sul, por exemplo, têm de estar aqui conosco, na AMB, exatamente como se encontram no seu local de origem”, complementa.

A tecnologia também facilitou e foi preponderante em outro serviço importante oferecido pela AMB: a emissão dos certificados. Até então, antes de chegarem nas mãos dos novos especialistas, os títulos passavam por um longo trajeto, que começava com a solicitação do médico aprovado junto à sua Sociedade de Especialidade. Esta o cadastrava no sistema da Associação Médica Brasileira e encaminhava o link de pagamento para a confecção do documento. Confirmado, os dados eram enviados pela AMB à gráfica, que, ao confeccioná-lo, encaminhava-o à AMB. Cabia então à entidade enviar os títulos,

6. SISTEMA de gestão da AMB é totalmente integrado. *Jornal da Associação Médica Brasileira (JAMB)*, n.1420, mai. 2022, p. 11.

7. Ibidem.



Akira Ishida



Antônio José Gonçalves

já impressos, para as respectivas Sociedades de Especialidade para coleta de assinaturas do presidente e secretário-geral. O documento então retornava à AMB para assinaturas do presidente e do secretário-geral, e posterior envio para reconhecimento de firma em cartório. Do cartório, o título voltava à AMB e, só então, era encaminhado ao médico por correio ou carta registrada. Todo este processo levava de 90 a 120 dias.

A partir da mudança, os certificados passaram a ser liberados em cerca de 30 dias. Com o uso da plataforma Docusign, os documentos são assinados digitalmente, de forma simples, ágil e eficaz. Presidentes e diretores indicados pelas Sociedades de Especialidade aptos a assinarem eletronicamente os certificados têm acesso à plataforma.<sup>8</sup>

8. TÍTULO digital da AMB via docusign. *Jornal da Associação Médica Brasileira (JAMB)*, n.1420, mai. 2022, p. 12.

# Presidentes da AMB







## Alípio Corrêa Netto

**Gestões:** 1951-1953 e 1953-1955

**Natural de:** Cataguases - MG

**Escola:** Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (atual FMUSP), 1923

**Especialidade:** Cirurgia

Participar como cirurgião Revolução Constitucionalista de 1932 e, anos depois, da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) marcaram a trajetória do médico Alípio Corrêa Netto. Nascido em 14 de janeiro de 1898, em Cataguases, região Sudeste de Minas Gerais, ele atuou na Itália como chefe do Serviço de Saúde da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Começou com a patente de major, foi promovido a tenente-coronel durante a Segunda Guerra e foi condecorado ao final. Destas duas experiências, redigiu o trabalho *Cirurgia de guerra no Hospital de Sangue de Cruzeiro* (em parceria com Edmundo Etzel e Francisco Cerrutti) e o livro *Notas de um expedicionário médico*, onde relatou com detalhes sua rotina em solo europeu durante o conflito.

Graduado aos 25 anos, pela então Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (hoje Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - FMUSP), apresentou a tese de doutoramento em 1924 sob o título *Contribuição ao estudo dos cystos congênitos do pescoço*. Discípulo de João Alves de Lima (1872-1934), pioneiro da neurocirurgia no Brasil, Alípio introduziu a ideia inicial das especialidades cirúrgicas. Como professor catedrático de Clínica Cirúrgica da mesma FMUSP, entre 1935 e 1968, fazia ele próprio uma série de discípulos, incluindo Euryclides de Jesus Zerbini, Puech Leão, Walter Henrique Pinotti, Victor Spina, Orlando Ludovici e Massayuki Okumura. Concursado, também foi professor de Clínica Cirúrgica da Escola Paulista de Medicina, instituição que seria federalizada em 1956.

Mas a atuação do Dr. Alípio não se restringiu à parte clínica e acadêmica. O especialista tomou parte na fundação da Associação Paulista de Medicina (1930) e foi presidente, entre 1947 e 1948, da antiga Sociedade de Medicina e Cirurgia de Medicina de São Paulo (hoje Academia de Medicina de São Paulo). Por esta ocasião, liderou a classe médica paulista na luta por melhores salários, reivindicações que resultaram em uma greve de um dia. Posteriormente, uniu esforços que culminaram na criação da Associação Médica Brasileira, em 1951, sendo escolhido seu primeiro presidente. Nesse período, foi aprovado, em janeiro de 1953, o *Código de Ética* da entidade e lançada a *Revista da AMB*, em março de 1954.

Aproveitando da popularidade junto à classe, candidatou-se naquele mesmo ano de 1951 a deputado estadual e foi eleito pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), cuja seção paulista ajudou a fundar em 1947 e do qual era conhecido como o “eterno presidente”. Em abril de 1953, tornou-se secretário municipal de Higiene e Saúde Pública na gestão do prefeito paulistano Jânio Quadros. E quando Jânio se tornou governador, o cirurgião foi alçado à condição de reitor da USP (entre fevereiro de 1955 a março de 1957). Doutor Alípio faleceu em 24 de maio de 1988, aos 90 anos.



## Hilton Ribeiro da Rocha

**Gestão:** 1955-1957

**Natural de:** Cambuquira - MG

**Escola:** Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 1933

**Especialidade:** Oftalmologista

**G**raduado em 1933 pela Faculdade de Medicina da então Universidade de Minas Gerais (hoje Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG), Hilton Ribeiro da Rocha nasceu em 23 de dezembro de 1911, em Cambuquira, a 310 quilômetros de Belo Horizonte, no Sul do Estado. Fez parte da Associação Médica Brasileira desde o nascimento desta entidade, ocupando a cadeira de segundo-vice-presidente nos dois mandatos do Dr. Alípio Corrêa Netto (de 1951 a 1955). Neste ínterim, foi presidente da Associação Médica de Minas Gerais (AMMG) em 1951 e em 1956. Isso o qualificou para o passo seguinte, ao substituir o próprio Dr. Alípio como presidente da jovem AMB. Naquela oportunidade, superou no processo eleitoral o prestigiado cirurgião paulistano Edmundo Vasconcelos.

A gestão de Hilton Ribeiro da Rocha foi marcada pelo I Congresso da AMB, que ocorreu em Ribeirão Preto (SP), em outubro de 1956. Deste evento saiu um estudo sobre o ensino médico que serviria de base para a nova legislação brasileira sobre o assunto. Conseguiu também a determinação legal para que a AMB e suas Federadas tivessem representantes, respectivamente, no CFM e nos CRMs.

Professor-assistente de Clínica Oftalmológica da Universidade de Minas Gerais (1935), livre-docente de Clínica Oftalmológica pela Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil (1937) e da Universidade de Minas Gerais (1938), o especialista nem tinha completado 32 anos e já havia se tornado o catedrático mais jovem do País pela Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais, em 1942, ano em que também assumiu a chefia da Clínica Oftalmológica do Hospital São Geraldo (pertencente à UFMG). Manteve-se nesta condição até a aposentadoria compulsória, em 1981.

Concluída sua missão como presidente da AMB, Dr. Hilton Ribeiro da Rocha criou e dirigiu o primeiro curso de pós-graduação (residência médica) em Oftalmologia do País, na UFMG, consistindo de dois anos em regime de dedicação exclusiva, com um terceiro opcional. Este modelo, posteriormente, acabaria sendo adotado nas demais faculdades de Medicina do Brasil. Em 1971, ousou de novo ao implantar o doutoramento na mesma especialidade. Incansável e pioneiro, foi um dos fundadores e primeiro presidente do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais (CRMMG), pertencendo a ele o registro de número 1 do Estado. Foi também presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO) e integrante do Conselho Internacional de Oftalmologia (ICO). Ele faleceu em 21 de maio de 1993.



## Iseu de Almeida e Silva

**Gestão:** 1957-1959

**Natural de:** Rio de Janeiro - RJ

**Escola:** Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (atual UFRJ), 1924

**Especialidade:** Cirurgia

**F**ilho de Francisca Bernardes e Eugênio José de Almeida e Silva, o Dr. Iseu de Almeida e Silva nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 29 de abril de 1901. Graduado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1924, acabou abraçando a cirurgia e associando-se ao Colégio Brasileiro de Cirurgiões. Ali se ocupou como segundo-secretário (1939 e 1941) no 6º Diretório Nacional; fez parte da Comissão de Sindicância e Fiscalização (1949 e 1951); e foi primeiro-tesoureiro (1951 a 1955). Paralelamente, também foi um dos fundadores da antiga Sociedade Brasileira de Reumatologia, em 15 de julho de 1949 e se aproximou da Associação Médica do Distrito Federal (AMDF).

Em 12 de fevereiro de 1953, por designação e patrocínio do governo federal, embarcou para os Estados Unidos para um período de seis meses de atualização. Naquele momento era chefe do Serviço de Cirurgia da Santa Casa do Rio de Janeiro e presidente do Centro de Estudos Paulo César de Andrade. No seu retorno ao Brasil, uniu-se à chapa vencedora para conduzir a Associação Médica Brasileira, liderada pelo Dr. Alípio Corrêa Netto, fazendo parte da segunda diretoria da AMB (1953-1955), na condição de segundo-vice-presidente. Na gestão subsequente, presidida pelo Dr. Hilton Ribeiro da Rocha (1955-1957), ocupou o cargo de primeiro-vice-presidente e fez parte da comissão de Defesa Profissional. Neste período, foi eleito para presidir o Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro, permanecendo no cargo de 1956 a 1958.

O próximo passo levou o Dr. Iseu à presidência da AMB, com eleição em chapa única em 1957. Fez a campanha levantando a bandeira da reforma do ensino, da socialização unilateral da Medicina e da ampliação do quadro de Federadas. Em 1958, sua diretoria aprovou e instituiu o Regimento dos Departamentos Científicos da AMB, que permitiu à entidade firmar convênios com as Sociedades de Especialidade, que passaram a fazer parte dos departamentos científicos. No último ano de mandato, promoveu ainda o II Congresso da AMB, que aconteceu de 29 de setembro e 4 de outubro de 1959, em Belo Horizonte. Depois da AMB, ocupou a presidência do Conselho Federal de Medicina (CFM), entre 1959 e 1964, vindo a falecer, em decorrência de um acidente vascular cerebral, em 24 de agosto de 1973, aos 72 anos, na cidade do Rio de Janeiro.



## Antônio Moniz de Aragão

**Gestão:** 1959-1961

**Cidade:** Petrópolis - RJ

**Escola:** Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (atual UFRJ), 1926

**Especialidade:** Cirurgia e Ortopedia

**A**ntônio de Pádua Moniz Barreto de Aragão nasceu em 16 de março de 1903, em Petrópolis (RJ). Graduado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1926, especializou-se em Cirurgia e Ortopedia e, logo após a formatura, fez viagens a vários países europeus para aperfeiçoamento e estudos. Como estudante, foi auxiliar acadêmico do serviço de Cirurgia do Ambulatório Rivadávia Corrêa e auxiliar acadêmico do Hospital de Pronto-Socorro do Rio de Janeiro. Já na condição de médico, foi assistente de Cirurgia do ambulatório Rivadávia Corrêa (no serviço do Dr. Alberto Farani). Ex-médico militar, atuou como cirurgião na campanha de 1932 e ocupou, entre outras funções, a chefia da Enfermaria do Hospital Militar de São Paulo (localizado no bairro paulistano do Cambuci).

Moniz recebeu a inscrição número 1 do Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina, Estado onde se estabeleceu. Foi assistente do Dr. Alípio Corrêa Netto na primeira cadeira de Clínica Cirúrgica e diretor do Hospital Militar de Florianópolis (SC). Exerceu também a função de cirurgião do Departamento de Saúde Pública catarinense, no Hospital Nereu Ramos, e a chefia do Serviço de Traumatologia e Ortopedia do Hospital de Caridade de Florianópolis. Em 1939, quando um grande terremoto devastou o Chile, integrou a comissão mista da Cruz Vermelha e do Ministério da Saúde, que levou socorro àquele país. Por este trabalho, recebeu a medalha oficial da ordem ao mérito da República do Chile.

No associativismo, foi membro do Colégio Brasileiro de Cirurgiões (CBC) e vice-presidente e presidente (de 1955 a 1959) da Associação Catarinense de Medicina (ACM). Durante a gestão, fundou a Faculdade de Medicina de Santa Catarina e foi um dos fundadores da Faculdade de Farmácia e Odontologia daquele Estado, onde foi professor. No processo de nascimento da AMB, atuou como um dos representantes da ACM enviados a Belo Horizonte, em outubro de 1951, participando da primeira Assembleia de Delegados da AMB e fazendo parte da primeira comissão de Assistência e Previdência Social. Já na gestão do Dr. Iseu de Almeida e Silva (1957-1959), exerceu o papel de segundo-vice-presidente. Em seguida, assumiu em 3 de outubro de 1959 o lugar do médico carioca, com a posse sendo realizada também na capital mineira.

Na condição de presidente da AMB, o destaque foi a parceria com a Associação Médica Mundial (WMA) e os esforços para a realização da XV Assembleia da entidade internacional no Brasil. Próximo à data do evento, a renúncia do presidente Jânio Quadros trouxe instabilidade ao País e se cogitou a mudança do evento para o Uruguai. Mas coube ao Rio de Janeiro receber o encontro. Ali o Dr. Moniz foi empossado presidente da WMA, em setembro de 1961, sendo o primeiro brasileiro a alcançar este feito. Faleceu em 19 de maio de 2003, em Florianópolis, aos 100 anos.



## Sebastião de Almeida Prado Sampaio

**Gestão:** 1961-1963

**Natural de:** Casa Branca - SP

**Escola:** Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), 1943

**Especialidade:** Dermatologia

**D**ono de uma personalidade forte e marcante, Sebastião de Almeida Prado Sampaio nasceu em Casa Branca, interior paulista, em 7 de setembro de 1919, mas não passou toda a vida naquela região. Tempos depois mudou-se para a capital, onde morou com os avós e se preparou para a graduação, feita na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), em 1943. “Ele queria estudar Engenharia, mas naquela época só se podia ser padre, médico ou advogado. Meu pai foi ser médico para agradar à minha avó”, afirmou o engenheiro naval Cláudio Prado Sampaio, filho do Dr. Sebastião, em obituário publicado no jornal *Folha de S.Paulo*, por ocasião da morte do pai.

A convite do professor João de Aguiar Pupo, o jovem casa-branquense começou, em 1946, a se voluntariar como assistente na clínica dermatológica. Quatro anos depois, foi aprovado em concurso de livre-docência, apresentando uma tese sobre lúpus eritematoso. Entre 1951 e 1952, foi para os Estados Unidos, onde completou sua formação na Mayo Foundation for Medical Education and Research, conquistando, em 1960, a cátedra de Dermatologia da FMUSP.

Incansável defensor da profissão, coordenou e realizou o I Exame para o Título de Especialista da Sociedade Brasileira de Dermatologia (SBD), em 1967, na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais; e, em 1970, publicou a obra *Dermatologia Básica*, em coautoria com Raymundo Martins de Castro e Evandro Rivitti, que se tornou uma referência entre os especialistas brasileiros. “Ele mudou a visão da Dermatologia no Brasil. Estava sempre aberto a novas condutas, a novos aparelhos”, afirmou o ex-aluno Reinaldo Tovo Filho.

Ao longo da trajetória, foi presidente da Regional de São Paulo da Sociedade Brasileira de Dermatologia (1971), da própria SBD (1974) e do Colégio Ibero-Latino Americano de Dermatologia (1988-1992). Foi também um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Cirurgia Dermatológica, em maio de 1988, sendo escolhido seu primeiro presidente (1988-1989) e organizador do 1º Congresso Brasileiro desta especialidade (1989). Em outubro de 1961, foi empossado presidente da AMB, em Porto Alegre, superando nas urnas Dorival Macedo Cardoso, que, nos dez anos anteriores, atuou como secretário-geral da entidade. Dessa forma, tornou-se o primeiro paulista no cargo, quando enfrentou a complexa relação dos médicos com o arranjo previdenciário, o sistema de ensino e a distribuição dos profissionais pelo País. Doutor Sebastião morreu em 18 de outubro de 2008, aos 89 anos, vítima de um câncer no peritônio.



## José Luiz Tavares Flores Soares

**Gestão:** 1963-1965

**Natural de:** Porto Alegre - RS

**Escola:** Escola de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 1929

**Especialidade:** Clínica Médica

Natural de Porto Alegre e nascido em 30 de março de 1906, José Luiz Tavares Flores Soares é filho de Maria José Tavares Flores Soares e Alcides Flores Soares. Graduado pela Escola de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 1929, assumiu no ano seguinte o cargo de adjunto da 2ª Enfermaria da Santa Casa, serviço do professor Tomaz Mariante. Em 1932 já encontrava-se como diretor de Clínica Médica do Hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência e, concomitantemente, ocupava o cargo de secretário de Redação dos *Arquivos Rio-Grandenses de Medicina*. A partir daí, começou uma bem-sucedida trajetória no Ensino Médico, a princípio como assistente voluntário e depois chefe da 1ª Cadeira de Clínica Médica da mesma faculdade em que se formou.

Em 27 de outubro de 1951, logo depois da fundação da AMB, o Dr. Flores Soares fundou com um grupo de amigos a Associação Médica do Rio Grande do Sul (Amrigs), vindo a se tornar presidente de sua quinta e sexta diretorias (de 1959 a 1963). Foi também o primeiro presidente da Sociedade de Medicina Interna do Rio Grande do Sul e presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (Cremers) de 1956 a 1958. Com esta trajetória associativa, Dr. Flores Soares estava apto para liderar a Associação Médica Brasileira, e a oportunidade veio exatamente em 1963, quando a chapa que encabeçava, a *Evolução e Dignidade*, superou outra batizada de *Movimento Reformador*, capitaneada pelo Dr. Djalma Chastinet Contreiras. Assim se tornou o sexto presidente desta Federação, e o primeiro e único gaúcho a ser elevado a esta condição.

À frente da AMB, travou uma luta constante junto ao governo em favor dos interesses da classe, especialmente pelo aumento do valor da Unidade de Serviço (US). Enfrentou também uma séria crise interna de cunho ideológico, que resultaria, em 1964, na expulsão de uma de suas Federadas: a Associação Médica do Estado da Guanabara (Ameg). Como esta era malvista pelos órgãos de controle e repressão da ditadura militar, o status de filiada foi transferido para a Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro (SMCRJ).

No final da década de 1960, o Dr. Flores Soares passou a integrar o Conselho Federal de Medicina (CFM), cargo que ocupou por dez anos. Já entre 1970 e 1976, tornou-se delegado da AMB, representando a entidade nas assembleias da Associação Médica Mundial (WMA). Em 22 de junho de 1972, o Dr. Flores Soares foi homenageado pela AMB, recebendo o título de sócio benemérito. Veio a falecer menos de cinco anos depois, em 1º de fevereiro de 1977, consequência de uma falência abrupta do coração.



## Fernando Megre Velloso

**Gestões:** 1965-1967 e 1967-1969

**Natural de:** Pará de Minas - MG

**Escola:** Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, 1941

**Especialidade:** Psiquiatria

**F**ernando Megre Velloso foi o terceiro mineiro a ocupar a presidência da AMB. Ele nasceu em 1918 na cidade de Pará de Minas e se graduou na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1941. Reconhecido precocemente pelo domínio da oratória, esta habilidade acabou por levá-lo para os movimentos associativos, angariando postos administrativos e políticos. Foi um dos fundadores da Associação Brasileira de Psiquiatria (1966), entidade que veio a presidir entre 1971 e 1973. Concomitantemente, foi Secretário da Saúde e Assistência do Estado de Minas Gerais (1971 a 1975), durante os governos de Rondon Pacheco e Aureliano Chaves, além de presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (Ipsemg) e do Conselho Regional de Medicina do seu Estado.

Sua trajetória na AMB começou em 1963, na diretoria de José Luiz Tavares Flores Soares. Naquela oportunidade, foi escolhido como primeiro-vice-presidente. Foi eleito presidente na eleição seguinte, sendo empossado durante o IV Congresso da AMB, realizado em Porto Alegre. Seu primeiro mandato foi marcado pelo lançamento da primeira versão da Tabela de Honorários Médicos da AMB (THM-AMB), e pelo incêndio que consumiu boa parte da documentação e da memória da entidade, respectivamente, em abril e junho de 1967. Reeleito naquele mesmo ano, tomou posse em 28 de outubro na cidade de Florianópolis, cabendo a ele realizar o V Congresso da AMB e submeter o *Jornal da Associação Médica Brasileira* a uma reformulação gráfica, passando a ser impresso em offset.

Fora da AMB, participou ativamente da fundação da primeira Residência Médica de Psiquiatria de Minas Gerais, em 1968. Resultado de um convênio firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais e a Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (FCMMG), esta foi uma das primeiras do País. Sua sede foi no Hospital Galba Velloso, cujo nome homenageia o pai, o também psiquiatra Galba Moss Velloso. Doutor Fernando Velloso faleceu em 4 de maio de 1986, aos 76 anos, em Belo Horizonte, e seu corpo se encontra enterrado no Cemitério do Bonfim.



## Pedro Salomão José Kassab

**Gestões:** 1969-1971; 1971-1973; 1973-1975; 1975-1977; 1977-1979 e 1979-1981

**Natural de:** São Paulo - SP

**Escola:** Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), 1953

**Especialidade:** Dermatologia

Foi no dia 17 de maio de 1930 que nasceu, na avenida Celso Garcia, na capital paulista, o último dos nove filhos do libanês Salomão José Kassab e da brasileira Luiza David Kassab. Registrado no Cartório de Paz e Registro Civil do Belenzinho, recebeu o nome de Pedro Salomão José Kassab. Aos 17 anos, foi um dos primeiros colocados no exame obrigatório para ingresso na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Durante o curso, participou das Ligas de Combate à Tuberculose, à Sífilis e ao Câncer (de 1949 a 1951) e atuou na 3ª Clínica Cirúrgica, chefiada pelo professor Benedicto Montenegro, e na disciplina de Técnica Cirúrgica e Cirurgia Experimental, do professor Eurico da Silva Bastos. Teve como colegas de turma o cardiologista Adib Jatene e o ortopedista Aldo Fazzi (presidente da Associação Paulista de Medicina de 1971 a 1973). Enfim, colocou grau em 22 de dezembro de 1953, no Teatro Cultura Artística, quatro dias antes de se casar com a professora Yacy Palermo. Com ela teve sete filhos, sendo um deles, o ex-prefeito de São Paulo e deputado federal Gilberto Kassab.

Na AMB, começou a atuar durante a gestão do também dermatologista paulista Sebastião de Almeida Prado Sampaio, como diretor responsável pelo então *Boletim da Associação Médica Brasileira (BAMB)*, que a partir de junho de 1962 se tornaria *JAMB*. Este não era um universo estranho para ele, já que, entre 1956 e 1959 foi o responsável pela seção de Biologia e Medicina do jornal *Folha de S.Paulo*. No entanto, em seguida, assumiu o cargo de secretário-geral, ficando entre 1963 e 1969, durante as gestões dos doutores José Luiz Tavares Flores Soares e Fernando Megre Velloso. Só então foi eleito presidente da AMB, cargo que ocupou por 12 anos consecutivos ao longo de seis mandatos.

Com Kassab à frente da entidade, buscou-se conter a expansão das escolas de Medicina, que já eram em número total de 63 e tinham mais do que dobrado somente no período entre 1961 e 1969. Diante deste cenário, fez-se pressão junto ao Ministério da Educação pedindo a suspensão da criação de novas faculdades médicas. Outra iniciativa foi o projeto de Cadastro Nacional dos Médicos, um censo visando a fazer um retrato fidedigno dos profissionais que atuavam no País. Mas, sua grande conquista foi a compra da sede da entidade, realizada em maio de 1973 e financiada em dez anos. Foi ainda eleito, em 1976, presidente da Associação Médica Mundial, tornando-se o segundo brasileiro a alcançar o posto.

“Ele sabia a história de tudo. Ele lia muito e gostava de compartilhar seus conhecimentos”, destacou Márcia Kassab, filha do ex-presidente da AMB a uma publicação voltada para a comunidade libanesa. Doutor Pedro Kassab foi ainda membro de dezenas de entidades e, em 2009, se vinculou a mais uma, quando foi eleito membro da cadeira 25 da Academia Paulista de Letras. No entanto, veio a falecer poucos dias antes da posse, em 15 de setembro, enquanto se recuperava de uma cirurgia cardíaca. Estava com 79 anos. Teve a felicidade de, antes, visitar o Líbano, acompanhado do seu neto mais velho, também chamado Pedro.





## Mário Barreto Corrêa Lima

**Gestão:** 1981-1983

**Natural de:** Fortaleza - CE

**Escola:** Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil (atual Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ), 1959

**Especialidade:** Gastroenterologia

Foi nas dependências da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil que Mário Barreto Corrêa Lima concluiu a graduação, mesma instituição onde o pai, Augusto Hyder Bizerril Corrêa Lima, se formou três décadas antes. Já formado, atuou no Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu) e no Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (Iapi), de 1960 a 1961. Foi ainda médico do ambulatório de Clínica Médica da 7ª Enfermaria da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, onde foi chefe de Grupo Clínico. Também foi chefe de Serviço do Instituto Nacional de Câncer (1969-1970) e do Serviço de Clínica de Doenças Infecciosas e Parasitárias do Hospital Gaffrée Guinle (1983). Atuou ainda como diretor da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, chefe do departamento de Clínica Médica da Faculdade de Medicina de Vassouras (1975-1978) e chefe do departamento de Medicina Interna da Faculdade de Medicina de Valença (1977-1978).

Com especialização em Gastroenterologia, obteve livre-docência pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), em 1969, e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1971. Mas não foi só a Medicina que despertou o seu interesse na área acadêmica. Entre as graduações, fez Ciências Políticas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 1967; e Pedagogia na Universidade Estácio de Sá, em 2000.

Na sua jornada até a AMB, Dr. Mário Barreto foi antes secretário-geral e, em seguida, presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro (SCMRJ), por dois períodos. Em 1981, depois de uma eleição muito polêmica e acirrada, foi eleito presidente da Associação Médica Brasileira, encerrando um domínio de 12 anos de Pedro Kassab à frente da entidade. Assim, tornou-se o primeiro cearense a liderar aquela casa. “Quando assumimos tínhamos como propósito tornar a AMB uma entidade mais acolhedora e democrática, e atrair os mais jovens. Inclusive regularizamos a situação de um grande número de médicos que não estavam pagando”, afirma o ex-presidente.

Com ele na presidência, além dos embates por melhores condições de trabalho do médico foram atualizados os Estatutos e criado o Conselho Científico da AMB, no qual têm assento todas as Sociedades de Especialidade filiadas. Na sua gestão também foi quitada, em abril de 1983, a última parcela do pagamento referente à compra da sede, realizada dez anos antes por Kassab. Naquele mesmo ano encerrou-se o seu mandato, sem que conseguisse a reeleição. Desde 1985, é membro titular da Academia Nacional de Medicina (ANM), tendo sido ali orador oficial e secretário-geral. Quase nonagenário, não deixa de sonhar com um País que tanto lutou para construir. “Desde garoto, sempre achei que o Brasil deveria ser uma das maiores nações do mundo. Mas não desisti desse sonho. Ainda espero que um dia venha a ser, embora nestes meus quase 90 anos de vida eu tenha me decepcionado bastante”, finaliza.



## Nelson Guimarães Proença

**Gestões:** 1983-1985 e 1985-1987

**Natural de:** São Paulo - SP

**Escola:** Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), 1956

**Especialidade:** Dermatologia

**N**ascido na cidade de São Paulo, em 4 de maio de 1932, Dr. Nelson Guimarães Proença fez parte da turma de 1956 da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Foi eleito três vezes para a Câmara Municipal de São Paulo, permanecendo no cargo de 1963 a 1972 e, posteriormente, entre 1993 e 1996. Em seguida, foi secretário de Assistência e Desenvolvimento Social do Governo do Estado de São Paulo, entre 2001 e 2002, durante a gestão de Geraldo Alckmin. Desempenhou também a carreira universitária, como doutorado em Medicina pela Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e livre-docência pela Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), sendo habilitado em concurso realizado em junho de 1975. No ano seguinte, tornou-se professor titular da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, na disciplina de Dermatologia, e chefe da Clínica Dermatológica da Santa Casa de São Paulo, condição que manteve até 1992.

Antes de chegar à AMB, foi presidente do Departamento de Dermatologia da Associação Paulista de Medicina por dois mandatos: 1970 e no biênio 1978-1979. Também presidiu a regional paulista da Sociedade Brasileira de Dermatologia (1978-1979); e foi diretor do departamento de Defesa Profissional da APM (1979-1981), vindo a presidir esta mesma Federada em duas ocasiões: 1981-1983 e 1987-1989. Foi no intervalo entre estas duas gestões que foi eleito e reeleito para a Associação Médica Brasileira, permanecendo no cargo de 1983 a 1987.

Com o dermatologista na presidência, a AMB ganhou em outubro de 1984 o primeiro computador e adquiriu um conjunto comercial na Avenida Faria Lima. Esse local viria a servir de endereço provisório da entidade por cerca de um ano, enquanto era reformada a sede da Rua São Carlos do Pinhal. O período do Dr. Nelson Proença foi marcado ainda pelo movimento das Diretas Já, a ascensão de José Sarney à Presidência da República e a interminável crise econômica que levou ao Plano Cruzado.



## Antonio Celso Nunes Nassif

**Gestões:** 1987-1989, 1989-1991, 1995-1997 e 1997-1999

**Natural de:** Jaú - SP

**Escola:** Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná (UFPR), 1958

**Especialidade:** Otorrinolaringologia

**E**mbara tenha se estabelecido em Curitiba, no Paraná, o Dr. Antonio Celso Nunes Nassif nasceu em Jaú, interior de São Paulo, em 11 de abril de 1934. Graduou-se em Medicina na Universidade Federal do Paraná (UFPR), em 1958, onde também concluiu o Mestrado e Doutorado em Clínica Cirúrgica. Foi livre-docente de Otorrinolaringologia, médico do Hospital das Clínicas da UFPR e sócio-fundador da Sociedade Paranaense de Otorrinolaringologia. Antes de chegar à AMB, foi ainda presidente da Associação Médica do Paraná, de 1985 a 1987.

Sua trajetória na Associação Médica Brasileira se consolidou depois de um convite do Dr. Nelson Guimarães Proença, a quem até então não conhecia. Acabou por suceder o dermatologista paulistano no cargo, com uma transição bastante tranquila. Da chapa que formou, fez parte - como segunda-tesoureira - a pediatra Maria Ester Quartim Cunha Fonseca, que se tornou a primeira mulher a compor uma diretoria da AMB, em 1987. Bastante empenhado em valorizar a profissão médica, buscou construir pontes, especialmente com o Conselho Federal de Medicina, de quem se aproximou. "Minhas principais características são paciência e sinceridade de propósito. Manifestava isso no trato das coisas. Quando havia um problema, minha posição era sincera. Se estava consciente da situação, não abria mão; se estava em dúvida, construía o consenso", diz.

Os quatro mandatos do Dr. Nassif na AMB, que somados equivalem a oito anos, faz dele o segundo presidente que mais tempo liderou a entidade, atrás apenas do Dr. Pedro Kassab (12 anos). Neste longo intervalo (que vai de 1987 a 1997 e de 1995 a 1999) empenhou-se em valorizar o ensino médico e conter o avanço do número de faculdades de Medicina. Além disso, publicou duas edições da Tabela de Honorários Médicos (1988 e 1990), foi um dos idealizadores do Sistema Nacional de Atendimento Médico (Sinam) e conseguiu que a AMB fosse representada na Comissão Nacional de Residência Médica do Ministério da Economia. Destacou-se também durante a elaboração da Constituição Federal de 1988. Seu zelo e atenção aos eventos que se desenrolavam em Brasília impediram que a redação de alguns artigos da nova Carta Magna abrissem brechas para a estatização da saúde no Brasil. "Modéstia à parte, quando assumo uma missão, assumo para fazer bem feito. É uma pena que já esteja no fim da vida, porque ainda tenho muita coisa para fazer", afirma o Dr. Nassif, que criou e coordena o site "Escolas Médicas do Brasil", autointitulado "o maior portal brasileiro de informações sobre os cursos de medicina no Brasil".



## Mario da Costa Cardoso Filho

**Gestões:** 1991-1993 e 1993-1995

**Natural de:** Santos - SP

**Escola:** Faculdade de Ciências Médicas de Santos, 1974

**Especialidade:** Clínica Médica

Nascido na cidade de Santos, em 24 de novembro de 1950, Dr. Mario da Costa Cardoso Filho foi o primeiro médico atuando fora de uma capital a ser eleito presidente da AMB. Concorrendo em chapa única, conseguiu 87% de aprovação e, aos 41 anos, tornou-se o segundo médico mais jovem a assumir a entidade (Pedro Kassab tinha 39 quando foi alçado ao posto, em 1969). Dois anos depois, em uma disputa com o Dr. Celso Carlos de Campos Guerra, foi reeleito para mais dois anos de liderança. Na presidência da AMB, buscou dinamizar o ensino médico nas universidades e fazer a defesa profissional, buscando a melhoria dos honorários e das condições de trabalho.

Doutor Mario da Costa fez parte da terceira turma da Faculdade de Ciências Médicas de Santos, que colou grau em 1974, com residência em Clínica Médica. Naquele mesmo ano, iniciou suas atividades no corpo clínico da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Santos, sendo depois seu diretor técnico. Foi presidente da Associação Médica de Santos, de 1983 a 1985, vice-presidente da Associação Paulista de Medicina (APM), de 1985 a 1987, e um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Clínica Médica, em 13 de março de 1989, sendo hoje o coordenador de sua comissão de Defesa Profissional. Sua caminhada na Associação Médica Brasileira começou na gestão do Dr. Antonio Celso Nunes Nassif, sendo vice-presidente naquela gestão (1987 a 1991) e presidente da Comissão Nacional de Honorários Médicos, de 1989 a 1993. Quando assumiu a AMB (em 1991), ainda vigorava o congelamento de preços como parte da política econômica do governo Fernando Collor. No entanto, o Dr. Mario da Costa ousou aumentar o valor do Coeficiente de Honorário (CH) da sua tabela, causando grande irritação em Brasília. A reação veio na forma de um pedido de prisão contra ele. “Tive de ficar 15 dias escondido, e as autoridades policiais vinham à minha casa e à AMB à minha procura. Só saí do meu esconderijo depois que, finalmente, o nosso advogado conseguiu um *habeas corpus*”, afirma o ex-presidente.

Na condução da entidade, travou uma luta incansável pela defesa da Tabela de Honorários Médicos da AMB (THM-AMB), especialmente contra as investidas promovidas pelo governo federal. “Vivíamos uma inflação galopante e por causa dos reajustes do CH, frequentemente éramos ameaçados pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que tentava nos qualificar como cartel”, relembra o Dr. Mario da Costa. No período da sua gestão, a AMB inaugurou seu escritório no Distrito Federal (1992), lançou a versão em cores do JAMB, (fevereiro de 1993), promoveu a 12ª edição do seu congresso (setembro de 1994), viu nascer o Plano Real (27 de fevereiro de 1994) e teve a sede reformada por ocasião das celebrações dos seus 44 anos (1995). “Eu sou um apaixonado pela AMB e um comprometido com a comunidade médica e com a saúde que se pratica neste País”, finaliza o Dr. Mario da Costa.



## Eleuses Vieira de Paiva

**Gestões:** 1999-2002 e 2002-2005

**Natural de:** Santos - SP

**Escola:** Faculdade de Medicina de Itajubá (FMIT), 1978

**Especialidade:** Medicina Nuclear

**E**leuses Vieira de Paiva assumiu a AMB aos 46 anos e foi o primeiro presidente da entidade com nascimento depois de sua fundação. Natural de Santos, nasceu em 13 de junho de 1953 e foi o primeiro a ter direito a um mandato de três anos. Graduado em 1978 pela Faculdade de Medicina de Itajubá (Minas Gerais), fez residência em Medicina Nuclear no Centro de Medicina Nuclear do Instituto de Radiologia (InRad) do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCFMUSP), de onde se tornou pesquisador. Mudou-se em seguida para o interior paulista, em 1982, dando início à sua carreira universitária na Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto.

No associativismo, passou por diversas entidades. Começou presidindo a Sociedade de Medicina e Cirurgia de São José do Rio Preto, de 1993 a 1995; passou depois, em dois mandatos, pela Associação Paulista de Medicina, de 1995 a 1999; até chegar à AMB, onde foi vice-presidente Centro-Sul na gestão do Dr. Antonio Celso Nunes Nassif (1997-1999) e, finalmente, presidente. Neste cargo permaneceu por dois mandatos, de 1999 a 2005, conquistando os pleitos em chapa única. Foi ainda vice-presidente da Comissão de Ética Profissional do Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem (CBR) e diretor da Sociedade Brasileira de Medicina Nuclear (SBMN).

Na sua gestão, buscou aproximar a AMB do Conselho Federal de Medicina (CFM) e da Federação Nacional dos Médicos (Fenam), visando a uma agenda comum em temas relevantes para a classe médica, como abertura de escolas de medicina, honorários e atuação de médicos estrangeiros no Brasil. “Eu entendo que mesmo cada uma destas instituições (AMB, CFM e Fenam) tendo um foco diferente, o objetivo final é o mesmo, que é ter um profissional médico qualificado e bem remunerado, que possa prestar um serviço de qualidade e com atendimento digno à sociedade”, explica.

Uma das conquistas do período foi a implantação da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM), além da regulamentação do Ato Médico, a criação do projeto Diretrizes e a exigência do Certificado de Atualização Profissional (CAP) para médicos com Título de Especialista ou Certificado de Área de Atuação. “Em qualquer cargo que ocupei, assim como na minha vida, nunca fiquei olhando para o passado, mas sempre para o futuro. É como dirigir: se ficar olhando muito pelo retrovisor, pode-se acabar batendo”, afirma Dr. Eleuses, que se tornou uma das principais lideranças nacionais para a classe, tendo exercido, inclusive, em três oportunidades, o mandato de deputado federal.

Em janeiro de 2023, passou a ocupar o cargo de Secretário de Saúde do Estado de São Paulo, na gestão do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos).



## José Luiz Gomes do Amaral

**Gestões:** 2005-2008 e 2008-2011

**Natural de:** São Paulo - SP

**Escola:** Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo (EPM-Unifesp), 1976

**Especialidade:** Anestesiologia e Medicina Intensiva

Desde a infância, o Dr. José Luiz Gomes do Amaral gostava de música, mas tinha dúvidas quanto ao seu talento para isso. Assim acabou optando por outra arte, a Medicina, graduando-se na Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo (EPM-Unifesp), em 1976. Dois anos depois, especializou-se em Anestesiologia e, em seguida, conquistou o título de mestre (1981) e de doutor (1987). Em 1984, fez especialização em Terapia Intensiva na Faculdade de Medicina Louis Pasteur, na cidade francesa de Estrasburgo, obtendo o Título de Especialista em Medicina Intensiva pela AMB e Associação de Medicina Intensiva Brasileira, em 1990. Neste mesmo ano, fez livre-docência pela Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu (FCMB) pertencente à Universidade Estadual Paulista (Unesp).

“Entrei na faculdade pensando em fazer Psiquiatria. Mas rapidamente passei a me sentir melhor em especialidades que permitiam resultados mais rápidos. No último ano de Medicina, por exemplo, estava disposto a fazer Obstetrícia e Ginecologia e tive muitas oportunidades de ser treinado nessa área”, diz. No entanto, quando passou pela Anestesiologia, ele se encontrou, especialmente pelo fato de a especialidade lhe permitir acesso a doentes graves, em uma época em que a Medicina Intensiva ainda não estava estruturada como especialidade. “Minha escolha foi pela fascinação em relação à técnica dos procedimentos e à prática clínica, mas também por poder atuar junto a doentes graves. Depois, quando a oportunidade surgiu, passei a me dedicar tanto à Anestesiologia quanto à Medicina Intensiva”, complementa.

Antes de chegar à presidência da AMB, Dr. José Luiz atuou no Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp), Sociedade de Anestesiologia do Estado de São Paulo (Saesp), Sociedade Paulista de Terapia Intensiva (Sopati) e Associação Paulista de Medicina, onde foi eleito presidente em dois momentos diferentes (de 1999 a 2005 e de 2017 a 2023). Simultaneamente às suas atribuições na APM, coordenou o projeto *Diretrizes para Condutas Médicas*, cujo primeiro volume foi lançado pela AMB em setembro de 2002; e fez parte da Comissão Nacional de Implantação (CNI) da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM), em 2003.

Na AMB, ocuparia ainda a vice-presidência da Região Centro-Sul durante o segundo mandato do Dr. Eleuses Vieira de Paiva (2002-2005), vindo enfim a substituí-lo na presidência da Federação, em 2005. Com a reeleição, ficaria à frente da entidade até 2011. Nesse período, a AMB buscou uma abordagem internacional com a aproximação de importantes entidades médicas estrangeiras. Com isso, conseguiu que o Brasil sediasse, em agosto de 2008, o Fórum Ética e Pesquisa/Revisão da Declaração de Helsinque, promovido em parceria com a AMB, Conselho Federal de Medicina (CFM) e Associação Médica Mundial (WMA). Foi a primeira vez que um país da América Latina sediou uma reunião prévia à revisão da Declaração de Helsinque. Em 2012, o Dr. José Luiz se tornou o terceiro brasileiro a ocupar a presidência da WMA. Também é membro titular da Academia Nacional de Medicina (ANM), desde 7 de abril de 2015, e da Academia de Medicina de São Paulo, desde 7 de março de 2002.



## Florentino de Araújo Cardoso Filho

**Gestões:** 2011-2014 e 2014-2017

**Natural de:** Crateús - CE

**Escola:** Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará (UFC), 1985

**Especialidade:** Cirurgia oncológica

**N**atural de Crateús, no Ceará, o Dr. Florentino de Araújo Cardoso Filho nasceu em 24 de outubro de 1961 e se formou pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará (UFC), em 1985. Deixou então a capital do seu Estado natal e foi para a cidade do Rio de Janeiro, onde fez duas residências médicas: a primeira em Cirurgia Geral, no Hospital de Ipanema, em 1987; a outra em Cirurgia Oncológica, no Instituto Nacional de Câncer (Inca), em 1990. Quando retornou para o Ceará, fez o mestrado em Cirurgia, Oncologia e Biologia do Câncer, na mesma UFC, entre 1993 e 1995.

Doutor Florentino foi presidente da Associação Médica Cearense por três gestões, de 1999 a 2005 e de 2008 a 2011. Esse período coincide com aquele em que foi diretor-geral do Hospital Geral de Fortaleza (2003-2006) e vice-presidente regional Norte-Nordeste da Associação Médica Brasileira (de 2002 a 2008). Posteriormente, assumiu a Superintendência dos Hospitais Universitários da UFC, de 2010 até 2014. Também na AMB, foi diretor de Saúde Pública e representante na Comissão Nacional Pró-SUS. Em 2011, finalmente chegou à presidência da entidade, tornando-se o primeiro médico fora do eixo Sul-Sudeste a alcançar este feito, sendo reeleito para o triênio 2014-2017.

Suas duas gestões foram marcadas por intensa luta em defesa dos interesses da classe, da Medicina e da saúde da população. Nesta arena, ficou marcada a luta enfática contra o programa federal Mais Médicos e a favor do Ato Médico e também o embate pela revogação do Decreto 8.497/2015, no que foi bem-sucedido. Em lugar deste, foi assinado o decreto 8.516/2015, que reconheceu que, no Brasil, somente a Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) - vinculada ao Ministério da Educação - e a Associação Médica Brasileira, em conjunto com suas Sociedades de Especialidade, podem certificar o Título de Especialistas para médicos. "Eu não tenho medo de briga, pois o cearense, normalmente, não teme isso. Mas não é bom brigar. Brigas tivemos muitas, mas só no Congresso Nacional", afirma o Dr. Florentino.

No período relativo à sua presidência, foi tomada uma série de medidas administrativas, inclusive uma que levou à redução quase pela metade do número de funcionários da AMB. Por sua intervenção direta, pacificou-se uma questão que já se encontrava há muito judicializada, entre a Associação Brasileira de Alergia e Imunopatologia (Asbai) e a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), que dizia respeito à Área de Atuação em Alergia e Imunologia Pediátrica. Naquele período de seis anos de gestão, houve ainda o aumento do número de especialidades, por conta do reconhecimento de Medicina de Emergência, Cirurgia Oncológica e Oncologia Clínica. Atualmente, o Dr. Florentino é vice-presidente institucional da Confederação Médica Ibero-Latino-Americana e do Caribe (Confemel) e conselheiro do CFM, onde faz parte das Câmaras Técnicas de Endoscopia Digestiva e de Segurança do Paciente e coordena os trabalhos da Câmara Técnica de Oncologia Clínica e Cirúrgica.



## Lincoln Lopes Ferreira

**Gestão:** 2017-2020

**Natural de:** Itaúna - MG

**Escola:** Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFC), 1982

**Especialidade:** Cirurgia Geral

**M**ineiro de Itaúna, cidade a 80 quilômetros de Belo Horizonte, Lincoln Lopes Ferreira iniciou a graduação de Medicina em 1977 na Universidade Federal de Minas Gerais. No ano seguinte à conclusão do curso, deu início à sua residência médica em Cirurgia Geral na Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, que concluiu em 1985. Fez ainda um estágio no Serviço de Cirurgia Digestiva do Hospital Beaujon, na França (em 1989) e MBA em Gestão de Organizações Hospitalares e Sistemas de Saúde na Fundação Getúlio Vargas (2001-2002). Nascido em 31 de dezembro de 1959, é o primeiro de cinco irmãos, sendo dois médicos, um veterinário, um biólogo e uma arquiteta.

Na caminhada associativa, foi diretor de Assuntos do Interior da Associação Médica de Minas Gerais (AMMG), de 2008 a 2011, ascendendo à presidência por dois mandatos, cargo que exerceu de 2011 a 2017. Em seguida, foi eleito presidente da AMB para o triênio 2017-2020. Dessa forma, tornou-se o quarto mineiro a liderar a entidade, assumindo 50 anos depois do Dr. Fernando Megre Velloso, que era até então o último representante do Estado a alcançar este status. Segundo o Dr. Lincoln, o associativismo foi a forma que encontrou para devolver à sociedade aquilo que recebeu dela. “Isso mudou a minha vida. Tudo o que eu fiz, aprendi e consegui na vida foi por meio da Medicina. Ciente disso, tento retornar para a sociedade a partir do associativismo. E faço isso com muito gosto e carinho”, diz.

Durante a sua gestão, foram reabertas as filiadas de Rondônia, Amapá e Roraima, o que fez com que a AMB tivesse representatividade em todas as Unidades da Federação. Firmou também um convênio com a Associação Médica do Rio Grande do Sul (Amrigs) para levar o exame de residência médica para todo o Brasil. Também foi atualizado o projeto *Diretrizes*, lançada a edição 2020 da *Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM)* e inaugurado o AMB Espaço Brasília, em parceria com a Associação Médica de Brasília (AMBr). Entre os maiores desafios do período, figuram o advento da Covid-19 e a descoberta de uma fraude financeira nas contas da AMB. “Temos de separar as pessoas dos problemas. É preciso ser suave com as pessoas e firme com os problemas”, finaliza o ex-presidente, que, no triênio 2020-2023, retomou a função de diretor de Assuntos do Interior da AMMG.





## Cesar Eduardo Fernandes

**Gestão:** 2021-2023

**Natural de:** Araçatuba - SP

**Escola:** Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (FCMSCSP), 1975

**Especialidade:** Ginecologia e Obstetrícia

**E**mora tenha nascido na cidade de Araçatuba, Noroeste paulista, em 1º de outubro de 1950, ainda pequeno Cesar Eduardo Fernandes se mudou para Martinópolis (SP), onde passou a infância e o início da juventude. Amante do futebol, chegou a atuar como meio-campista em um time local, o Martins Esporte Clube, mas não demorou para que percebesse que o seu campo não era aquele. Em 1969 embarcou para a Capital do Estado para se preparar para o vestibular de Medicina, sendo aprovado no ano seguinte na Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (FCMSCSP). Ali fez parte da oitava turma, graduada em 1975.

Entre o quarto e o sexto ano, fez estágio na Maternidade Pérola Byington. Encerrada a graduação, deu início à residência médica no Departamento de Cirurgia daquela instituição e, nos dois anos seguintes, no Departamento de Obstetrícia e Ginecologia, sob a inspiração do professor Salim Wehba. “Ele me influenciou demais na época pela sua inteligência e perspicácia. Foi meu orientador no Mestrado (1994) e Doutorado (1996) e chegamos a construir juntos o Instituto de Saúde e Bem-Estar da Mulher (Isbem)”, relembra. Depois de concluir a especialização médica em janeiro de 1979, obteve, naquele mesmo ano, o Título de Especialista em Ginecologia e Obstetrícia (Tego), conferido pela Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo), entidade da qual viria a ser presidente quase quatro décadas depois.

Na sua atividade profissional, foi professor assistente da FCMSCSP até o início de 2001, quando se desligou da instituição onde já estava havia 22 anos. Em 2004, foi aprovado em concurso como docente-livre em Ginecologia, Obstetrícia e Reprodução Humana na Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia. Pouco antes desta conquista, iniciou, em setembro de 2003, a atividade de docente da disciplina de Ginecologia da Faculdade de Medicina do ABC (FMABC), onde ocupou diversas funções até conquistar a vaga de professor titular de Ginecologia desta instituição, função que exerce atualmente.

No associativismo, começou na Associação Brasileira de Climatério (Sobrac) onde, entre 1991 e 2020, foi secretário-geral (duas gestões), presidente (duas gestões) e presidente do Conselho Científico (cinco gestões). Foi também delegado do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp), entre 1994 e 1998; tesoureiro da Federação Latino-Americana de Sociedades de Climatério e Menopausa (Flascym), entre 1996 e 1998; secretário-geral e presidente por dois mandatos da Associação de Obstetrícia e Ginecologia do Estado de São Paulo (Sogesp), entre 2008 e 2013; presidente da Febrasgo, entre 2016 e 2019, onde é diretor científico (gestão 2021-2023). Esse longo caminho acabou por levá-lo, em 8 janeiro de 2021, à presidência da AMB, com a missão de recolocar a casa em ordem. “A AMB foi um desafio do ponto de vista administrativo. Precisávamos dar este choque de modernidade e estou absolutamente convencido de que vamos deixar para a próxima gestão uma casa muito mais bem organizada”, finaliza.



# Federadas da Associação Médica Brasileira





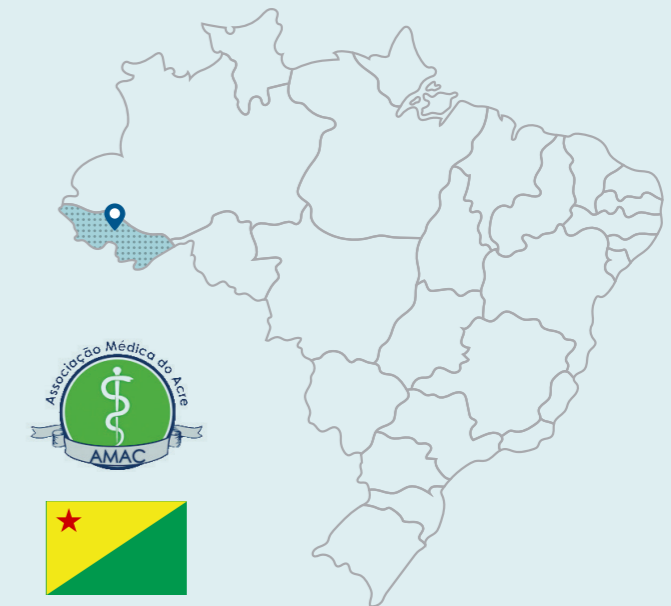
**E**M UM TEMPO EM QUE o acesso às informações e o contato entre os profissionais da Medicina era algo muito mais complexo, médicos das mais diferentes partes do País constataram a importância de se unir. Foi nesse contexto que começaram a surgir as associações médicas estaduais, com vistas a serem um local onde os problemas da profissão e do sistema de saúde brasileiro pudessem ser debatidos livremente entre os pares. Hoje, estas entidades, presentes em todas as Unidades da Federação, formam as Federadas da AMB, que, devidamente reconhecidas, representam os médicos em seus respectivos Estados.

A mais antiga delas é a Associação Médica de Pernambuco (Ampe), fundada em 4 de abril de 1841 e que se encontra ativa desde então. Em seguida nasceu a Associação Médica Cearense (AMC, de 1913) e, para completar este honroso pódio, a Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará (SMCP, de 1914). Já as representantes mais caçulas desta família se encontram todas na região Norte, respectivamente em Rondônia (2018), Roraima e Amapá (2019).









Se lá no início estas sociedades começaram de forma tímida, com o passar dos anos foram aprimorando sua organização, estabelecendo diretorias, fixando-se em sedes próprias e propagando a educação continuada a seus respectivos associados. Um marco deste desenvolvimento se deu no início da década de 1950, quando se reuniram, debateram e chegaram ao consenso sobre a importância de uma entidade nacional, que congregassem todas sob um único guarda-chuva. E assim a AMB foi oficialmente criada, mantendo as entidades estaduais suas importâncias e identidades próprias. Em 2023, a AMB conta com 27 associações médicas federadas e mais de 396 associações regionais.

## Associação Médica do Acre (AMAC)

Fundação: 21/06/1976



Presidente:  
**Jene Greyce Oliveira da Cruz**  
(2020-2023)

-  Rua Valéria Magalhães, 366, Sala 4 - Bosque Rio Branco (AC), CEP 69900-685
-  (68) 99958-0123
-  (68) 99958-0123
-  secretaria@ambacre.org.br
-  [ambacre.org.br](http://ambacre.org.br)
-  @amb\_acre
-  @AMBACre
-  ambacre

## Sociedade de Medicina de Alagoas (SMA)

Fundação: 17/09/1917



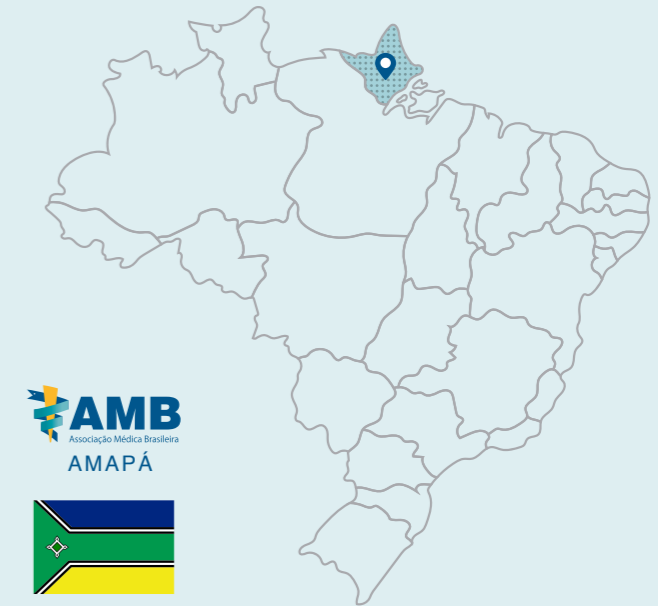
Presidente:

**Fernando Antonio Gomes de Andrade**  
(2020-2023)

- 📍 Barão de Anadia, 5, Centro  
Maceió (AL), CEP: 57020-630
- ☎ (82) 99972-8275
- ✉ sociedadeemedicinaal@gmail.com
- 📷 @sociedademedicinaal

## Associação Médica Brasileira do Amapá (AMB-AP)

Fundação: 06/06/2019



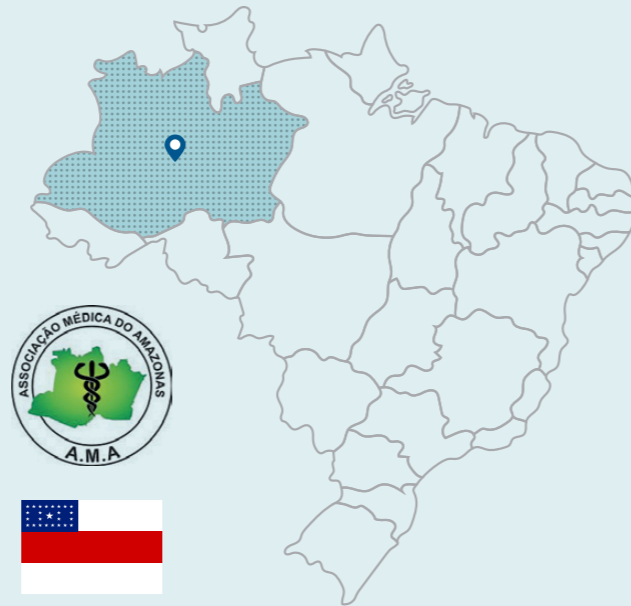
Presidente:

**José Mauro Secco**  
(2021-2023)

- 📍 Avenida Feliciano Coelho, 1.060, Sede do CRM-AP, Central  
Macapá (AM), CEP: 68901-025
- ☎ (96) 9913-83946
- 📞 (96) 9913-83946
- ✉ contato@amb-amapa.org.br
- 🌐 **amb-amapa.org.br**
- 📷 @amb\_amapá

## Associação Médica do Amazonas (AMA)

Fundação: 03/02/1972



Presidente:

**Emanuel Jorge Akel Thomaz de Lima**  
(2017-2020 e 2021-2023)

- Avenida Djalma Batista, 1.905, Loja 08, Sala 03, Chapada  
Manaus (AM), CEP: 69050-010
- (92) 3228-6424
- associacaomedicadoamazonas@gmail.com

## Associação Bahiana de Medicina (ABM)

Fundação: 11/10/1942



Presidente:

**César Amorim Pacheco Neves**  
(2020-2023)

- Rua Baependi, 162, Ondina  
Salvador (BA), CEP: 40170-070
- (71) 2107-9666
- (71) 98347-7401
- abm@abmnet.org.br
- [www.abmnet.org.br](http://www.abmnet.org.br)
- abmedicina
- @abmedicina

## Associação Médica de Brasília (AMBr)

Fundação: 06/02/1959



Presidente:  
**Ognev Meireles Cosac**  
(2021-2023)

- 📍 SCES Trecho 03, conjunto 06  
Brasília (DF), CEP: 70200-003
- ☎ (61) 2195-9797
- 📞 (61) 2195-9797
- ✉ presidencia@ambr.org.br  
secretaria@ambr.org.br
- 🌐 [www.ambr.org.br](http://www.ambr.org.br)
- 📷 @ambr.df
- 📺 @associacaomedicadebrasilia915
- 📘 @AMBr.DF

## Associação Médica Cearense (AMC)

Fundação: 25/03/1913



Presidente:  
**José Aurillo Rocha**  
(2021-2023)

- 📍 Avenida Dom Luís, 300, sala 1.122, Meireles  
Fortaleza (CE), CEP: 60160-230
- ☎ (85) 3092-0401  
(85) 3264-9466
- 📞 (85) 99640-1001
- ✉ amc@amc.med.br
- 🌐 [www.amc.med.br](http://www.amc.med.br)
- 📷 @associacaomedicacearense
- 📺 @associacaomedicacearense2069
- 📘 @associacaomedicacearense

## Associação Médica do Espírito Santo (Ames)

Fundação: 10/01/1924



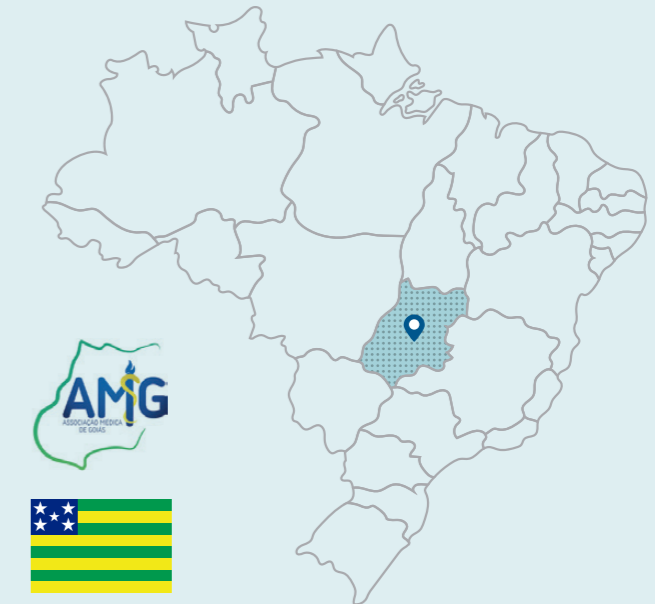
Presidente:

**Leonardo Lessa Arantes**  
(2021-2023)

- Rua Francisco Rubim, 395, Bento Ferreira Vitória (ES); CEP: 29050-680
- (27) 3324-1333
- ames@ames.org.br
- [ames.org.br](http://ames.org.br)
- @associacaomedicaes
- @associacaomedicadoespirito1444
- @associacaomedicadoes

## Associação Médica de Goiás (AMG)

Fundação: 17/11/1950



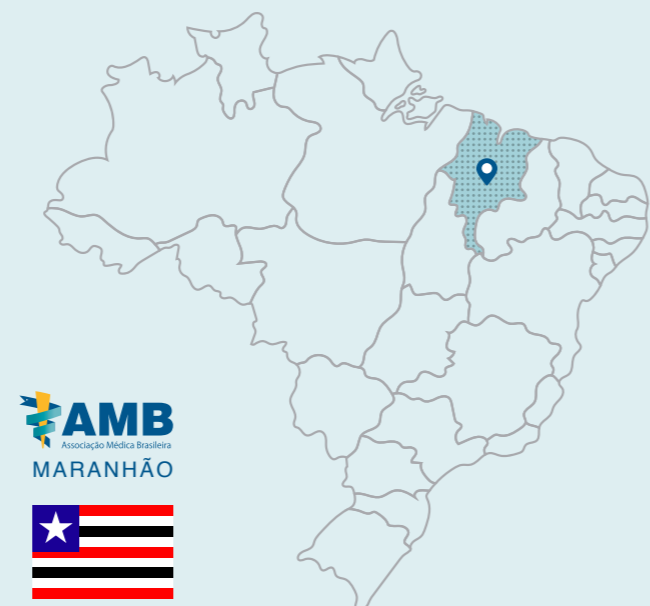
Presidente:

**Washington Luiz Ferreira Rios**  
(outubro 2020-outubro 2023)

- Avenida Portugal, 1.148, 15º andar, sala B, Marista Goiânia (GO), CEP: 74150-030
- (62) 3285-6111
- (62) 99830-0805
- amg2001@terra.com.br  
edna@amg.org.br
- [www.amg.org.br](http://www.amg.org.br)
- @amgoias
- @AMGOficial
- @amgoias

## Associação Médica do Maranhão (AMMA)

Fundação: 22/03/1939



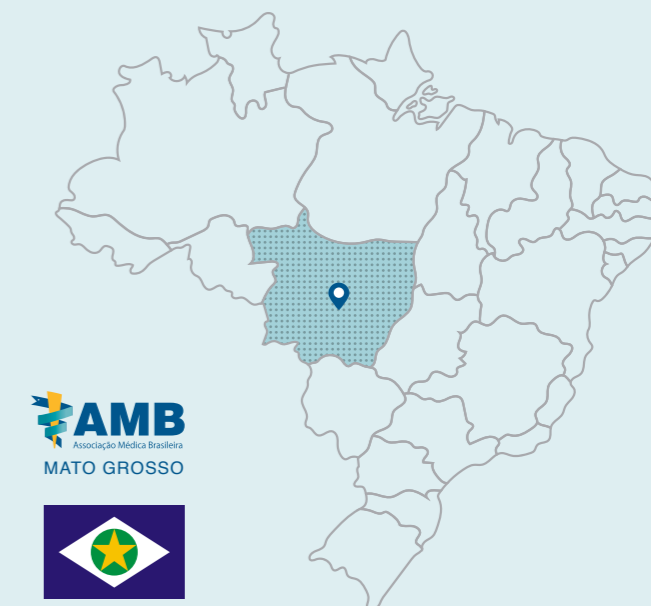
Presidente:

**José Albuquerque de Figueiredo Neto**  
(2021-2023)

- Rua do Passeio, 541, Centro  
São Luís (MA), CEP: 65015-370
- (98) 3222-6779
- (98) 3222-6779
- ambma@ambmaranhao.com.br  
amma.associacaomedica@gmail.com
- [ambmaranhao.com.br](http://ambmaranhao.com.br)
- @amb.maranhao
- @ambmaranhao3188
- AMB - Maranhão
- Associação Médica Brasileira do Maranhão - AMBMA

## Associação Médica do Mato Grosso

Fundação: 22/09/1951



Presidente:

**Anderson Abreu Cunha**  
(2021-2023)

- Rua 13 de Junho, 895, 7º andar, sala 703, Centro Sul  
Cuiabá (MT), CEP: 78020-001
- (65) 3322-5296  
(65) 3623-5371
- (65) 3322-5296
- ammte@terra.com.br
- <https://amb.org.br/blog-federadas/associacao-medica-do-mato-grosso-blog>



## Associação Médica de Mato Grosso do Sul (AMMS)

Fundação: 16/08/1978

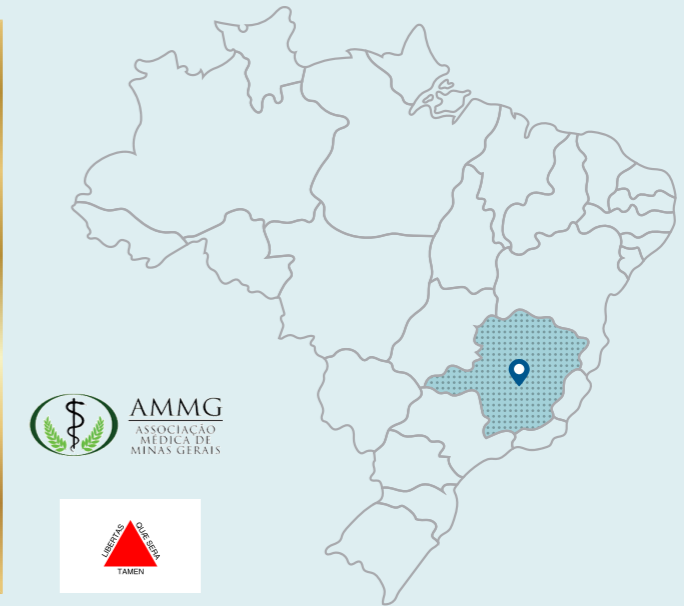


Presidente:  
**Justiniano Barbosa Vavas**  
(2021-2023)

- 📍 Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 155, Jardim Veraneio Campo Grande (MS), CEP: 79037-100
- ☎️ (67) 3327-4110
- 📞 (67) 99836-0616
- ✉️ administracao@amms.com.br
- 🌐 [www.amms.com.br](http://www.amms.com.br)
- 📷 @associacaomedica.ms
- 📘 @associacaomedica.ms

## Associação Médica de Minas Gerais (AMMG)

Fundação: 19/01/1946

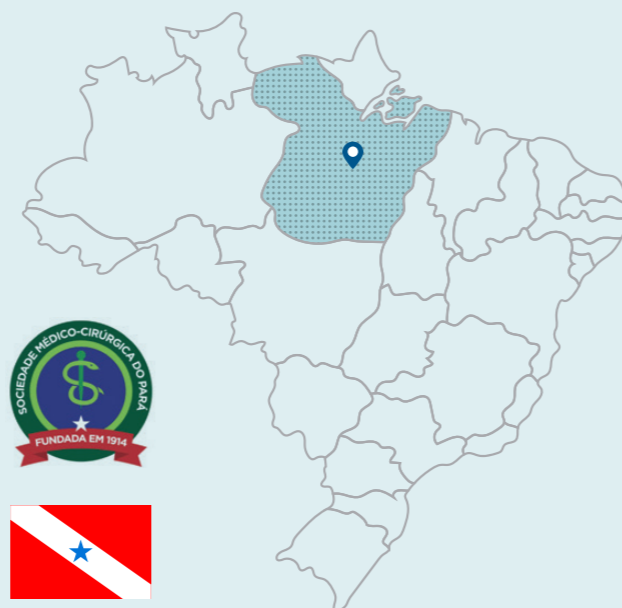


Presidente:  
**Fábio Augusto de Castro Guerra**  
(2020-2023)

- 📍 Avenida João Pinheiro, 129 e 161, Centro Belo Horizonte (MG), CEP: 30130-183
- ☎️ (31) 3247 1600
- 📞 (31) 99957 9477
- ✉️ presidencia@ammg.org.br  
comunicacao@ammg.org.br
- 🌐 [www.ammg.org.br](http://www.ammg.org.br)
- 📷 associacaomedicamg
- 📺 @sigammg
- 📘 @associacaomedicamg

## Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará (SMCP)

Fundação: 1914



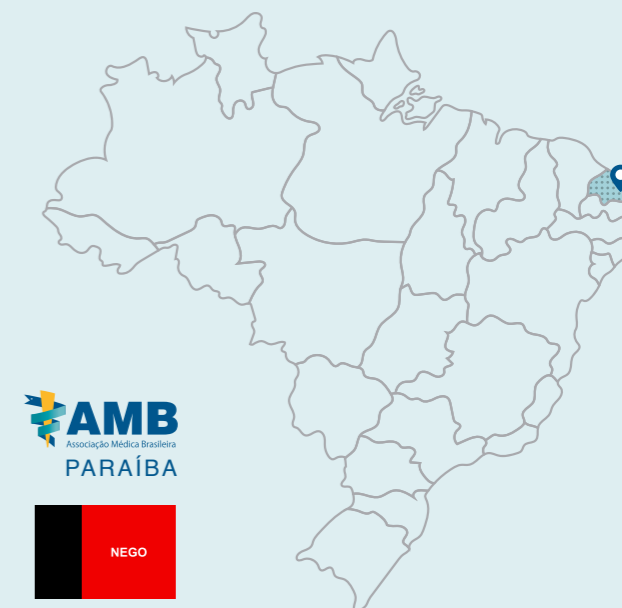
Presidente:

**José Rufino Costa dos Santos**  
(2021-2023)

- 📍 Rua Passagem Bolonha, 134, Nazaré Belém (PA), CEP: 66053-060
- 📞 (91) 98131-9537
- ✉ medicocirurgicap@gmail.com
- 🌐 [www.smcp.org.br](http://www.smcp.org.br)
- 📷 @socmedcirurgica

## Associação Médica da Paraíba (AMB-PB)

Fundação: 05/09/1976



Presidente:

**Ronald de Lucena Farias**  
(2021-2023)

- 📍 Avenida Camilo de Holanda, 821, Centro João Pessoa (PB), CEP:58013-000
- 📞 (83) 3221-2877
- 📞 (83) 99412-5305
- ✉ saudeampb@hotmail.com
- 🌐 [www.ambparaiba.org](http://www.ambparaiba.org)
- 📷 @ampboficial

## Associação Médica do Paraná (AMP)

Fundação: 02/07/1933



Presidente:

**Nerlan Tadeu Gonçalves de Carvalho**  
(2020-2023)

- 📍 Rua Cândido Xavier, 575, Água Verde  
Curitiba (PR), CEP: 80240-280
- ☎️ (41) 3024-1415
- 📞 (41) 99697-1141
- ✉️ secretaria@amp.org.br
- 🌐 [www.amp.org.br](http://www.amp.org.br)
- 📷 @amp.parana
- 📺 @associacaomedicadoparana5375
- 📘 @associacaomedica.doparana

## Associação Médica de Pernambuco (AMPE)

Fundação: 04/04/1841



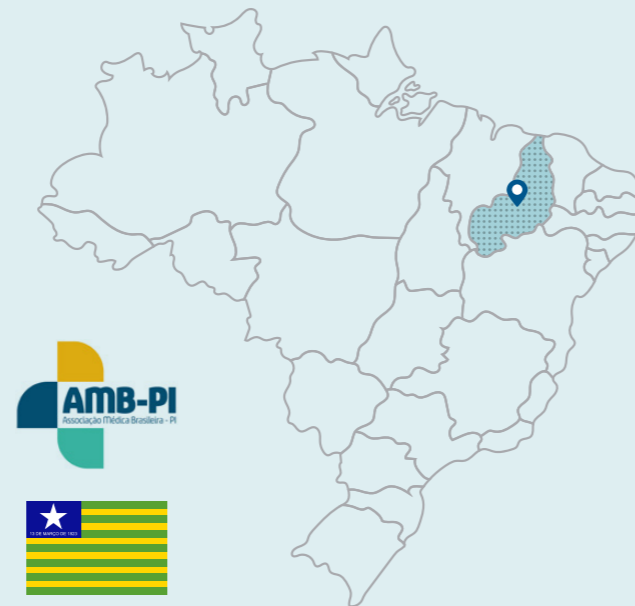
Presidente:

**Bento José Bezerra Neto**  
(2021-2023)

- 📍 Rua Oswaldo Cruz, 393, Soledade  
Recife (PE), CEP: 50070-365
- ☎️ (81) 3423-5473  
(81) 99162-4068
- 📞 (81) 99162.4068
- ✉️ somepe.ampe@hotmail.com
- 🌐 [www.ampe-med.com](http://www.ampe-med.com)
- 📷 @ampe\_med
- 📺 @ampeassociacaomedicadepern5975
- 📘 ampe\_med

# Associação Médica Brasileira Secção Piauí (AMB-PI)

Fundação: 23/12/1938



Presidente:

**Benicio Parentes de Sampaio**  
(2021-2023)

- 📍 Rua David Caldas, 90, Centro Norte  
Teresina (PI), CEP: 64000-180
- ☎️ (86) 3221-4402
- 📞 (86) 98821-3030
- ✉️ ambpi1938@gmail.com  
drbeniciosampaio@gmail.com

# Associação Médica do Estado do Rio de Janeiro (Somerj)

Fundação: 17/07/1985



Presidente:

**Benjamin Baptista de Almeida**  
(2020-2023)

- 📍 Avenida Franklin Roosevelt, 84, sala 604, Centro  
Rio de Janeiro (RJ), CEP: 20021-120
- ☎️ (21) 99307-4648
- 📞 (21) 99307-4648
- ✉️ somerj@somerj.com.br
- 🌐 [www.somerj.com.br](http://www.somerj.com.br)
- 📷 @somerj\_associacaomedica
- 📺 @somerjassociacomedia
- 📘 @somerjassociacaomedica/

## Associação Médica do Rio Grande do Norte (AMRN)

Fundação: 01/08/1931



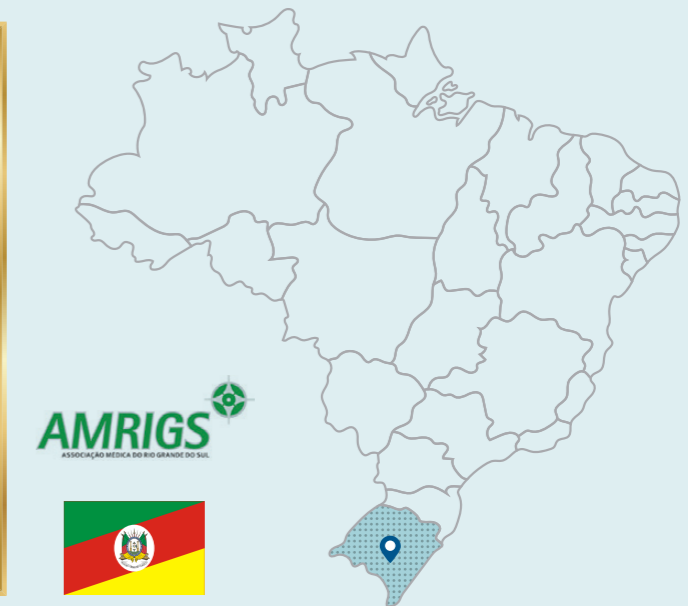
Presidente:

**Itamar Ribeiro de Oliveira**  
(2021-2023)

- Avenida Hermes da Fonseca, 1.396, Tirol  
Natal (RN), CEP: 59020-650
- (84) 3211-6698  
(84) 3211-6817
- (84) 99921-3091
- contato@amrn.org.br
- [www.amrn.org.br](http://www.amrn.org.br)
- @associacaomedicarn

## Associação Médica do Rio Grande do Sul (Amrigs)

Fundação: 27/10/1951



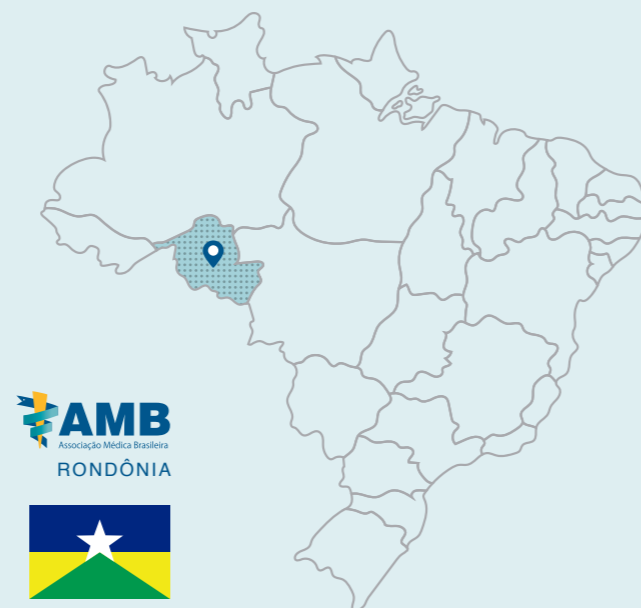
Presidente:

**Gerson Junqueira Junior**  
(2021-2023)

- Avenida Ipiranga, 5.311, Partenon  
Porto Alegre (RS), CEP: 90610-001
- (51) 3014-2004
- (51) 99540-7477
- diretoria@amrigs.org.br
- [www.amrigs.org.br](http://www.amrigs.org.br)
- @amrigsoficial
- @amrigs
- @amrigs
- @amrigsoficial

## Associação Médica Brasileira de Rondônia (AMB-RO)

Fundação: 22/06/2018



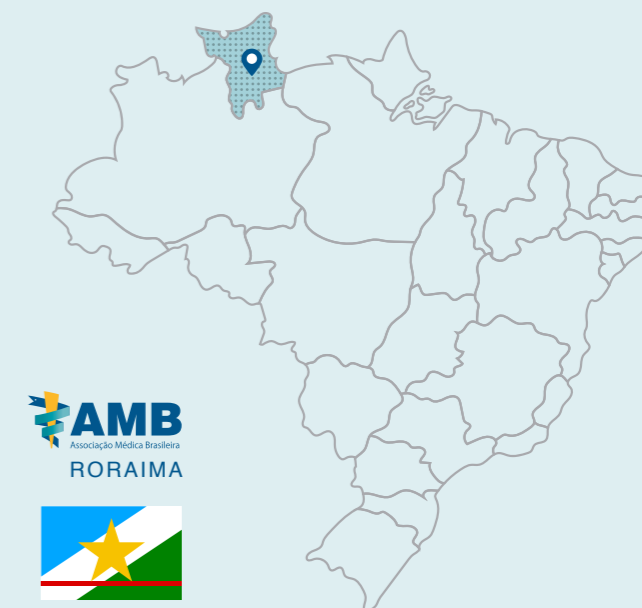
Presidente:

**Aparicio Carvalho de Moraes**  
(2021-2023)

- Avenida dos Imigrantes, 3.414, Prédio CRM, Sala AMB-RO, Liberdade Porto Velho (RO), CEP: 76803-850
- (69) 3217-8932  
(69) 3217-0050
- (69) 98115-8551
- ambrondonia@gmail.com
- [www.amb-ro.org.br](http://www.amb-ro.org.br)
- @ambrondonia
- @ambrondonia

## Associação Médica Brasileira de Roraima (AMB-RR)

Fundação: 18/03/2019



Presidente:

**Nympha Carmen Akel Thomaz Salomão**  
(2021-2023)

- Rua Nossa Senhora do Carmo, 93, Centro Boa Vista (RR), CEP: 69301-455
- (95) 98111-0100
- (95) 98129-2559
- ambroraima@gmail.com
- @ambroraima

## Associação Catarinense de Medicina (ACM)

Fundação: 28/04/1937



Presidente:

**Ademar José de Oliveira Paes Junior**  
(2021-2023)

- Rua José Carlos Daux, 3.854, Saco Grande Florianópolis (SC) - CEP: 88032-005
- (48) 3231-0300
- (48) 99193-4085
- acm@acm.org.br
- [www.acm.org.br](http://www.acm.org.br)
- @acm.org.br
- @acmedicina1
- @acm.org.br
- [www.linkedin.com/company/acmedicina](https://www.linkedin.com/company/acmedicina)

## Associação Paulista de Medicina (APM)

Fundação: 29/11/1930



Presidente:

**José Luiz Gomes do Amaral**  
(2020-2023)

- Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 278, Bela Vista São Paulo (SP), CEP: 01318-901
- (11) 3188-4200
- (11) 3188-4200
- [central.relacionamento@apm.org.br](mailto:central.relacionamento@apm.org.br)
- [www.apm.org.br](http://www.apm.org.br)
- @apmestadual
- @TVAPMOFICIAL
- @APM.Estadual
- [www.linkedin.com/company/apmestadual](https://www.linkedin.com/company/apmestadual)
- @apm\_sp

## Sociedade Médica de Sergipe (Somese)

Fundação: 27/06/1937



Presidente:

**Hesmoney Ramos Santa Rosa**

(Outubro de 2020-Outubro 2023)

- 📍 Rua Guilermino Rezende, 426, São José Aracaju (SE), CEP: 49020-270
- ☎️ (79) 3211-0719
- 📞 (79) 3211-0719
- ✉️ atendimentosomese@gmail.com
- 🌐 [www.somese.com.br](http://www.somese.com.br)
- 📷 @somese
- 📺 @somese8051

## Associação Médica do Tocantins (AMT)

Fundação: 02/11/1991



Presidente:

**Wallace André Pedro da Silva**

(2021-2023)

- 📍 Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 201 Sul, Conjunto 1, Lote 15 Edifício Urban Futuro, Sala 703, Plano Diretor Sul Palmas (TO), CEP: 77015-200
- ☎️ (63) 99241-2228
- 📞 (63) 99241-2228
- ✉️ amt.tocantins2@gmail.com
- 📷 @amb.tocantins
- 📺 AMT Associação Médica do Tocantins





# Sociedades de Especialidade





**IMPORTANTE BRAÇO DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA** Brasileira, as Sociedades de Especialidade desempenham um papel fundamental na transmissão de conhecimento médico de qualidade em suas respectivas áreas, tanto para especialistas quanto para a população, que vê nestas entidades uma fonte de informações seguras, confiáveis e atualizadas. Hoje, a AMB conta com 54 Sociedades de Especialidade, que abrangem 55 especialidades. Isto porque a Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular (SBACV) responde por duas especialidades distintas.

A primeira Sociedade de Especialidade do Brasil surgiu antes mesmo de 1951, marco da fundação da AMB. A Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) foi criada em 27 de julho de 1910, pelo médico Fernandes Figueira, e tinha como propósito estudar os problemas e patologias infantis. Com sede no Rio de Janeiro, mas contando nos dias atuais com escritórios em São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS), a entidade une 27 filiadas e mais de 25 mil sócios.<sup>1</sup> Em 2022, a SBP é liderada por Clovis Francisco Constantino, que também é diretor Acadêmico da AMB na gestão 2021-2023.

O surgimento das Sociedades de Especialidade caminhou a passos lentos no Brasil, chegando a um total de 13 em 1950. Depois da Pediatria, surgiram as associações de Dermatologia (1912), Cirurgia Geral (1929), Ortopedia (1935), Oftalmologia (1941), Cardiologia (1943), Patologia Clínica (1944), Cancerologia (1946), Alergia e Imunologia

(1946), Radiologia (1948), Anestesia (1948), Cirurgia Plástica (1948) e Hematologia e Hemoterapia (1950). A partir de 1960, com a trajetória da AMB já em curso, a entidade passou a fazer a certificação destes especialistas.

O ano de 1976 é marcado por alterações importantes relacionadas a este quesito. Até então, havia duas formas de certificação: a da AMB e a das Associações de Especialidade. Após importantes negociações, surge o Conselho Científico da AMB, com a institucionalização dos Departamentos Científicos, integrados pelas respectivas associações e com reconhecimentos técnico e científico. Naquele mesmo ano, o Conselho Federal de Medicina (CFM) normatiza o registro de qualificação como especialista<sup>2</sup>. No ano seguinte, em 1977, nasce a Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM). Regulamentada em 1981, esta comissão passa a conferir o título de especialista aos médicos habilitados.

Assim, no início da década de 1980 havia três tipos de titulação, conferidas por AMB, CFM e CNRM. A questão foi passando por mudanças com o passar dos anos e em 2002, as três entidades passaram a fazer parte de um convênio e uma resolução do CFM criou a Comissão Mista de Especialidades (CME). Entre seus objetivos, a emissão de lista única de especialidades e áreas de atuação; especificação dos modos de formação e registro de títulos; e definição de critérios de reconhecimento de novas áreas.<sup>3</sup>

1. Com dados da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) de 2020.

2. REIS, Hélio Barroso dos. *AMB 60 anos: 1951-2011*. São Paulo: AMB, 2011, p. 184.

3. *Ibidem*, p. 186.

# O raio-X das Sociedades de Especialidade



Presidente:  
**André Wan Wen Tsai**  
(2021-2023)



## Colégio Médico Brasileiro de Acupuntura (CMBA)

Fundação: 11/04/1998

- 📍 Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 278, 6º andar, sala 4, Bela Vista São Paulo (SP), CEP: 01318-901
- ☎️ (11) 97556-0116
- 📞 (11) 97556-0116
- ✉️ contato@cmba.org.br
- 🌐 www.cmba.org.br
- 📷 @cmba.acupunturamedica
- 📺 Youtube CMBA
- 📘 Colégio Médico Brasileiro de Acupuntura - CMBA @cmba.acupunturiatria
- 📺 CMBA - Colégio Médico Brasileiro de Acupuntura



Presidente:  
**Fábio Chigres Kuschnir**  
(2023-2024)



## Associação Brasileira de Alergia e Imunologia (Asbai)

Fundação: 17/11/1972

- 📍 Rua Domingos de Morais, 2.187, 3º andar, sala 317, Vila Mariana São Paulo (SP), CEP: 04035-000
- ☎️ (11) 5575-6888
- 📞 (11) 99703-7937
- ✉️ sbai@sbai.org.br
- 🌐 www.asbai.org.br
- 📷 @asbai\_alergia
- 📺 @ASBAIAlergia
- 📘 @asbai.alergia



Presidente:  
**Maria Angela Tardelli**  
(2023)



## Sociedade Brasileira de Anestesiologia (SBA)

Fundação: 25/02/1948

- 📍 Rua Professor Alfredo Gomes, 36, Botafogo Rio de Janeiro (RJ), CEP: 22251-080
- ☎️ (21) 3528-1050
- 📞 (21) 98123-0182
- ✉️ www.sbahq.org/contato
- 🌐 www.sbahq.org
- 📷 @sba.anestesiologia
- 📺 Sbawebtv
- 📘 @sba.sociedade
- 📺 SBA - Sociedade Brasileira de Anestesiologia
- 📺 @SbaSociedade



Presidente:  
**Julio Cesar Peclat de Oliveira**  
(2022-2023)



## Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular (SBACV)

Fundação: 01/11/1952

- 📍 Rua Estela, 515, bloco E, conjunto 21, Vila Mariana São Paulo (SP), CEP: 04011-904
- ☎️ (11) 5084-6493
- 📞 (11) 99530 6605
- ✉️ contato@sbacv.org.br
- 🌐 www.sbacv.org.br
- 📷 @sbacvnacional
- 📺 @sbacvnacional
- 📘 @sbacvnacional
- 📺 SBACV - Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular



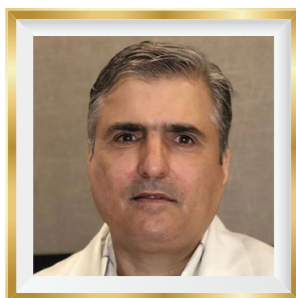
Presidente:  
**Andréa Araujo Brandão**  
(2023)



## Sociedade Brasileira de Cardiologia (Cardiol)

Fundação: 14/08/1943

- Rio de Janeiro:** Avenida Marechal Câmara, 160, 3º andar, sala 330, Centro Rio de Janeiro (RJ), CEP: 20020-907
- São Paulo:** Alameda Santos, 705, 11º andar, Cerqueira César São Paulo (SP), CEP: 01419-902
- Rio de Janeiro:** (21) 3478-2700
- São Paulo:** (11) 97647-9363
- (21) 99181-1793
- sbc@cardiol.br
- www.portal.cardiol.br
- @sbc.cardiol
- @CardiolBr
- @sbc.cardiol
- Sociedade Brasileira de Cardiologia



Presidente:  
**João Carlos Ferreira Leal**  
(2022-2023)



## Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular (SBCCV)

Fundação: 1969

- Rua Afonso Celso, 1.178, Vila Mariana São Paulo (SP), CEP: 06395-530
- (11) 3849-0341  
(11) 5096-0079
- (11) 91277-4188
- sbccv@sbccv.org.br
- www.sbccv.org.br
- @sbccv
- SBCCVOFICIAL
- @SBCCV1
- SBCCV – Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular



Presidente:  
**Antonio Tufi Neder Filho**  
(2023)



## Sociedade Brasileira de Cirurgia da Mão (SBCM)

Fundação: 17/06/1959

- Avenida Ibirapuera, 2907, conjuntos 919 e 920, Indianópolis São Paulo (SP), CEP: 04029-200
- (11) 5092-3426  
(11) 5092-3434
- atendimento@cirugiadamao.org.br
- www.cirurgiadamao.org.br
- @sbcmcirugiadamao
- Sociedade Brasileira de Cirurgia da Mão
- @SBCM - Cirurgia da Mão
- SBCM - Cirurgia da Mão



Presidente:  
**Marco Aurélio Vamondes Kulcsar**  
(2021-2023)



## Sociedade Brasileira de Cirurgia de Cabeça e Pescoço (SBCCP)

Fundação: 08/12/1967

- Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 278, 6º andar, sala 05, Bela Vista São Paulo (SP), CEP: 01318-901
- (11) 3107-9529  
(11) 94539-0110
- sbccp@sbccp.org.br
- www.sbccp.org.br
- @sbccp
- @SBCCVoficial
- Sociedade Brasileira de Cirurgia de Cabeça e Pescoço (SBCCP)
- Sociedade Brasileira de Cirurgia de Cabeça e Pescoço – SBCCP












Presidente:  
**Antônio Carlos L. Campos**  
(2023-2024)



## Colégio Brasileiro de Cirurgia Digestiva (CBCD)

Fundação: 22/07/1988

-  Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 278, 6º andar, salas 10 e 11, Bela Vista São Paulo (SP), CEP: 01318-901 (Prédio da Associação Paulista de Medicina - APM)
-  (11) 3288-8174  
(11) 3266-6201
-  (11) 93299-4844
-  faleconosco@cbcd.org.br
-  www.cbcd.org.br
-  @cbcdigestivo
-  CBCD - Colégio Brasileiro de Cirurgia Digestiva
-  Colégio Brasileiro de Cirurgia Digestiva
-  Colégio Brasileiro de Cirurgia Digestiva












Presidente:  
**Luiz Carlos von Bahten**  
(gestão 2020-2021 e 2022-2023)



## Colégio Brasileiro de Cirurgiões (CBC)

Fundação: 30/07/1929

-  Rua Visconde Silva, 52, 3º andar, Botafogo Rio de Janeiro (RJ), CEP: 22271-092
-  (21) 2138-0650
-  (21) 97451-1594
-  cbc@cbc.org.br  
secretaria@cbc.org.br
-  www.cbc.org.br
-  @colegiobrasileirodecirurgioes
-  CBC | Colégio Brasileiro de Cirurgiões - @CBCcirurgioes
-  Colégio Brasileiro de Cirurgioes - @CBCcirurgioes
-  CBC - Colégio Brasileiro de Cirurgiões












Presidente:  
**Héber Salvador de Castro Ribeiro**  
(2021-2023)



## Sociedade Brasileira de Cirurgia Oncológica (SBCO)

Fundação: 31/05/1988

-  Avenida Princesa Isabel, 323, sala 709, Copacabana Rio de Janeiro (RJ), CEP: 22011-011
-  (21) 98903-5197
-  (21) 98903-5197
-  administrativo@sbco.org.br
-  www.sbco.org.br
-  @sbco\_oficial
-  SBCO Oficial
-  Sociedade Brasileira de Cirurgia Oncológica - SBCO
-  Sociedade Brasileira de Cirurgia Oncológica (SBCO)












Presidente:  
**Maria do Socorro Mendonça de Campos**  
(2018-2021 e 2022-2024)



## Associação Brasileira de Cirurgia Pediátrica (CIPE)

Fundação: 30/01/1964

-  Rua Cardeal Arcoverde, 1745, 12º andar, sala 123, bloco A, Pinheiros São Paulo (SP), CEP: 05407-002
-  (11) 3032-8955  
(11) 3814-6947
-  (11) 93360-8955
-  secretaria@cipe.org.br
-  www.cipe.org.br
-  @cipecirurgiapediatrica
-  @cipecirurgiapediatrica
-  @cipecirugiapediatrica
-  Associação Brasileira de Cirurgia Pediátrica



Presidente:  
**Lydia Masako Ferreira**  
(2022-2023)



## Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCEP)

Fundação: 07/12/1948

- Rua Funchal 129, 2º andar, Vila Olímpia  
São Paulo (SP), CEP: 04551-060
- (11) 3044-0000
- (11) 99884-4670
- presidente@cirurgioplastica.org.br  
sbcp@cirurgioplastica.org.br
- www.cirurgioplastica.org.br
- @sbcpoficial
- @SBCEPoficial
- @sbcpoficial
- Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica



Presidente:  
**Artur Gomes Neto**  
(2021-2023)



## Sociedade Brasileira de Cirurgia Torácica (SBCT)

Fundação: 27/05/1997

- Avenida Paulista, 2073, Horsa I, conjunto 518  
São Paulo (SP), CEP: 01311-300
- (11) 3253-0202
- (11) 97036-9528
- secretaria@sbct.org.br
- www.sbct.com.br
- @sbct.toracica
- SBCT - Sociedade Brasileira de Cirurgia Torácica
- @sbct.toracica
- Sociedade Brasileira de Cirurgia Torácica - SBCT



Presidente:  
**Antonio Carlos Lopes**  
(2020-2023)



## Sociedade Brasileira de Clínica Médica (SBCEM)

- Rua Botucatu, 572, conjunto 112, Vila Clementino  
São Paulo (SP), CEP: 04023-061
- (11) 5908-8385
- (11) 97542-3818
- sbcm@sbcm.org.br
- www.sbcm.org.br/v2
- @sbcm\_oficial
- Sociedade Brasileira de Clínica Médica
- a@SociedadeBrasileiraClinicaMedica
- Sociedade Brasileira de Clínica Médica



Presidente:  
**Antonio Lacerda Filho**  
(2022-2023)



## Sociedade Brasileira de Coloproctologia (SBCEP)

Fundação: 30/10/1945

- Avenida Marechal Câmara, 160/916  
Rio de Janeiro (RJ), CEP: 20020-080
- (21) 2544-5262
- (21) 97965-1674
- sbcp@sbcp.org.br
- www.sbcp.org.br
- @sbcp\_portal
- @SBCEPPortal
- @sociedade.brasileira.de.coloproctologia











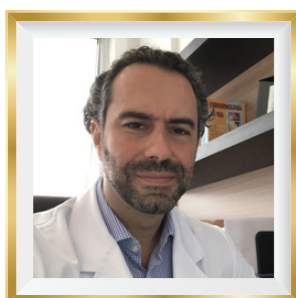
Presidente:  
**Heitor Sá Gonçalves**  
(2023-2024)



## Sociedade Brasileira de Dermatologia (SBD)

Fundação: 05/02/1912

-  Avenida Rio Branco, 39, 17º e 18º andar, Centro Rio de Janeiro (RJ), CEP: 20090-003
-  (21) 2253-6747
-  (21) 98880-4295
-  [diretoria@sbd.org.br](mailto:diretoria@sbd.org.br)
-  [www.sbd.org.br](http://www.sbd.org.br)
-  @dermatologiasbd
-  SBDONLINE
-  @SociedadeBrasileiradeDermatologia














Presidente:  
**Paulo Augusto C. Miranda**  
(2022-2023)



## Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM)

Fundação: 01/09/1950

-  Rua da Assembleia, 10, sala 1622, Centro Rio de Janeiro (RJ), CEP: 20011-901
-  (21) 2579-0312
-  (21) 98212-2266
-  [secretaria@endocrino.org.br](mailto:secretaria@endocrino.org.br)
-  [www.endocrino.org.br](http://www.endocrino.org.br)
-  @sbemnacional
-  @SBEMNacional
-  @sbemnacional
-  @endocrinologia
-  Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM)
-  SBEM











Presidente:  
**Herbeth José Toledo Silva**  
(2021-2022 e 2023-2024)



## Sociedade Brasileira de Endoscopia Digestiva (SOBED)

Fundação: 25/07/1975

-  Rua Peixoto Gomide, 515, conjunto. 44, Jardim Paulista São Paulo (SP), CEP: 01409-001
-  (11) 97543-1561
-  (11) 97543-1561
-  [comunicacao@sobed.org.br](mailto:comunicacao@sobed.org.br)
-  [www.sobed.org.br](http://www.sobed.org.br)
-  @sobednacional
-  SOBED Nacional
-  Sociedade Brasileira de Endoscopia Digestiva (SOBED)













Presidente:  
**Sergio Pessoa**  
(2023-2024)



## Federação Brasileira de Gastroenterologia (FBG)

Fundação: 22/10/1949

-  Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.391, 10º andar, Jardim Paulista São Paulo (SP), CEP:01401-000
-  (11) 3813-1690
-  (11) 98781-2070
-  [secretaria@fbg.org.br](mailto:secretaria@fbg.org.br)
-  [comunicacao@fbg.org.br](mailto:comunicacao@fbg.org.br)
-  [www.fbg.org.br](http://www.fbg.org.br)
-  @fbg\_gastro
-  @fbg\_gastro
-  @GastroOficial
-  Federação Brasileira de Gastroenterologia












Presidente:  
**Têmis Maria Félix**  
(2018-2023)



## Sociedade Brasileira de Genética Médica e Genômica (SBGM)

Fundação: 15/07/1986

-  Rua São Manoel 456/303  
Porto Alegre (RS), CEP: 90620-110
-  (51) 98019-9410
-  (51) 98019-9410
-  secretaria@sbgm.org.br
-  www.sbgm.org.br
-  @sbgm\_genetica
-  @sbgmgenetica
-  Sociedade Brasileira de Genética Médica e Genômica
-  Sociedade Brasileira de Genética Médica e Genômica - SBGM












Presidente:  
**Ivete Berkenbrock**  
(2021-2023)



## Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG)

Fundação: 16/05/1961










-  Avenida Nossa Senhora de Copacabana, 500, salas 609-610  
Copacabana, Rio de Janeiro (RJ), CEP: 22020-001
-  (21) 2285-8115  
(21) 3734-5568
-  (51) 98019-9410
-  nacional@sbgg.org.br
-  www.sbgg.org.br
-  @sbggoficial
-  @sbggnacional623
-  @SBGGOficial
-  Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG)



Presidente:  
**Agnaldo Lopes da  
Silva Filho**  
(2020-2023)



## Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo)

-  Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 3421, sala 903, Jardim Paulista  
São Paulo (SP), CEP: 01401-001
-  (11) 5573-4919  
(11) 3050-0400
-  (11) 99512-1648
-  gerencia@febrasgo.org.br
-  www.febrasgo.org.br/pt
-  @febrasgooficial
-  @febrasgooficial
-  @febrasgo
-  FEBRASGO












Presidente:  
**José Francisco Comenalli  
Marques Júnior**  
(2022-2023)



## Associação Brasileira de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular (ABHH)

Fundação: 29/10/2008 (Data da fusão entre o Sociedade Brasileira de Hematologia e Hemoterapia e Colégio Brasileiro de Hematologia)

-  Rua Doutor Diogo de Faria, 775, conjunto 133, 13º andar  
Vila Clementino, São Paulo (SP), CEP: 04037-002
-  (11) 2369-7767
-  (11) 2338-6764
-  abhh@abhh.org.br
-  www.abhh.org.br
-  @abhhoficial
-  @abhh.oficial
-  ABHH
-  ABHH Oficial





Presidente:  
**Luiz Darcy Gonçalves Siqueira**  
(2021-2023)



## Associação Médica Homeopática Brasileira (AMHB)

Fundação: 24/11/1979

- Rua Doutor Diogo de Faria, 839, Vila Clementino  
São Paulo (SP), CEP: 04037-002
- (11) 99925-8438
- (11) 99925-8438
- amhb@amhb.org.br
- www.amhb.org.br
- @amhb.oficial
- Associação Médica Homeopática Brasileira
- Associação Médica Homeopática Brasileira



Presidente:  
**Alberto Chebabo**  
(2022-2024)



## Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI)

Fundação: 30/01/1980

- Rua Teixeira da Silva, 660, conjunto 42, Paraíso  
São Paulo (SP), CEP: 04002-033
- (11) 5572-8958  
(11) 5575-5647
- (11) 9706-69856
- sbi@infectologia.org.br
- www.infectologia.org.br
- @sbinfecto
- SBI - Sociedade Brasileira de Infectologia
- @SociedadeBrasileiradeInfectologia



Presidente:  
**Augusto Tufi Hassán**  
(2023-2025)



## Sociedade Brasileira de Mastologia (SBM)

Fundação: 06/07/1959

- Praça Floriano, 55, sala 801, Centro  
Rio de Janeiro (RJ), CEP: 20031-050
- (21) 97271-0192
- (21) 97271-0192
- secretaria@sbmastologia.com.br
- www.sbmastologia.com.br
- @sbmastologia
- @sbmnacional
- SBM - Sociedade Brasileira de Mastologia



Presidente:  
**Hélio Penna Guimarães**  
(2022-2024)



Onde cada segundo importa!

## Associação Brasileira de Medicina de Emergência (Abramede)

Fundação: 24/04/2008

- Avenida Ipiranga, 40, sala 2002  
Praia de Belas, Porto Alegre (RS), CEP: 90160-090
- (51) 99332-6130
- (51) 99332-6130
- secretaria@abramede.com.br
- www.abramede.com.br
- @abramede
- @AbramedeNacional
- ABRAMEDE
- ABRAMEDE



Presidente:  
**Zeliete Linhares  
Leite Zambon**  
(2022-2024)



## Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (SBMFC)

Fundação: 05/12/1981

-  Avenida Franklin Roosevelt, 39, sala 607, Centro Rio de Janeiro (RJ), CEP: 20021-120
-  (21) 3553-1352
-  (21) 98340-1338
-  secretaria@sbmfc.org.br
-  www.sbmfc.org.br
-  @sbmfc
-  @SBMFCoficial
-  @SBMFCoficial
-  SBMFC












Presidente:  
**Antonio Edson Souza  
Meira Júnior**  
(2020-2021 e  
2022-2023)



## Associação Brasileira de Medicina do Tráfego (ABRAMET)

Fundação: 19/08/1980

-  Rua Afonso Celso, 552, Conj. 51/52, Vila Mariana São Paulo (SP), CEP: 04119-002
-  (11) 5083-2458
-  (11) 97422-4441
-  secretaria@abramet.org.br
-  www.abramet.org.br
-  @abrametoficial
-  @TVABRAMET
-  ABRAMET - Associação Brasileira de Medicina de Tráfego
-  Abramet











Presidente:  
**Ivan Pacheco**  
(2021-2023)



## Associação Brasileira de Medicina do Exercício e do Esporte (SBMEE)

Fundação: 1962

-  Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 278, 7º andar, sala 05, Bela Vista São Paulo (SP), CEP 01318-001
-  (11) 3106-7544
-  (11) 97033-0441
-  secretaria@medicinadoesporte.org.br
-  www.medicinadoesporte.org.br
-  @sbmee
-  @sbmee2658
-  Sociedade Brasileira de Medicina do Exercício e do Esporte












Presidente:  
**Francisco Cortes  
Fernandes**  
(2023-2025)



## Associação Nacional de Medicina do Trabalho (Anamat)

Fundação: 26/03/1968

-  Rua Peixoto Gomide, 996, Sala 350, 3º Andar, Jd Paulista São Paulo (SP), CEP: 01409-000
-  (11) 3251-0849
-  (11) 95658-7462
-  secretaria@anamt.org.br
-  www.anamt.org.br/portal
-  @anamt\_brasil
-  @ANAMT\_Brasil
-  @anamt.org.br
-  Associação Nacional de Medicina do Trabalho - ANAMT










Presidente:  
**Eduardo de Melo  
Carvalho Rocha**  
(2020-2022 e 2022-2024)



## Associação Brasileira de Medicina Física e Reabilitação (ABMFR)

Fundação: 09/09/1954

-  Rua São Carlos do Pinhal, 324, Bela Vista  
São Paulo (SP), CEP: 01333-903
-  (51) 9919-40018
-  (51) 9919-40018
-  secretaria@abmfr.com.br
-  www.abmfr.com.br
-  @a\_abmfr
-  @abmfr
-  ABMFR












Presidente:  
**Marcelo de Oliveira Maia**  
(2022-2023)



## Associação de Medicina Intensiva Brasileira (AMIB)

Fundação: 10/11/1980

-  Rua Arminda, 93, 7º andar, Vila Olímpia  
São Paulo (SP), CEP: 04545-100
-  (11) 5089-2642
-  (11) 96663-9614
-  diretoria@amib.org.br
-  www.amib.org.br
-  @amib\_oficial
-  @amib3294
-  @amiboficial
-  Associação de Medicina Intensiva Brasileira – AMIB











Presidente:  
**José Jozefran Berto  
Freire**  
(2023-2024)



## Associação Brasileira de Medicina Legal e Perícia Médica (ABMLPM)

Fundação: 01/04/2011

-  Avenida Brigadeiro Luís Antonio, 278, 7º andar, sala 02, Bela Vista  
São Paulo (SP), CEP: 01318-901
-  (11) 3101-5994
-  (11) 97403-4818
-  secretaria.brasileira@abmlpm.org.br
-  www.abmlpm.org.br
-  @abmlpm\_
-  @abmlpm9957
-  @abmlpmorg











Presidente:  
**Rafael Willain Lopes**  
(2023 - 2024)



## Sociedade Brasileira de Medicina Nuclear (SBMN)

Fundação: 14/09/1961

-  Rua Desembargador Eliseu Guilherme, 292, Escritório 91, Caixa Postal 56  
Paraíso, São Paulo (SP), CEP: 04004-030
-  (11) 97408-7455
-  (11) 97408-7455
-  sbmn@sbmn.org.br
-  www.sbmn.org.br
-  @sbmnuclear
-  @sbmnsociedadebrasileiradem965
-  Sociedade Brasileira de Medicina Nuclear












Presidente:  
**Antônio Eduardo  
Fernandes D'Aguiar**  
(2022-2024)



## Associação Brasileira de Medicina Preventiva e Social e Administração em Saúde (Abrampas)

Fundação: 27/11/1976

-  Avenida Brigadeiro Luís Antonio, 278, 7º andar, Bela Vista  
São Paulo (SP), CEP: 01318-901
-  (11) 3188-4213  
(11) 3188-4214
-  (11) 93219-4862
-  [abrampas@abrampas.com.br](mailto:abrampas@abrampas.com.br)
-  [www.abrampas.org.br](http://www.abrampas.org.br)
-  [@abrampas.oficial](https://www.instagram.com/abrampas.oficial)
-  CQH Vídeos
-  [abrampas.oficial](https://www.facebook.com/abrampas.oficial)
-  [abrampas-oficial](https://www.linkedin.com/company/abrampas-oficial)












Presidente:  
**José Andrade  
Moura Neto**  
(2023-2024)



## Sociedade Brasileira de Nefrologia (SBN)

Fundação: 02/08/1960

-  Rua Machado Bittencourt, 205, conjunto 53, Vila Clementino  
São Paulo (SP), CEP: 04044-000
-  (11) 5579-1242  
(11) 5579-7838  
(11) 5574-3232
-  (11) 97859-6088
-  [secretaria@sbn.org.br](mailto:secretaria@sbn.org.br)
-  [www.sbn.org.br](http://www.sbn.org.br)
-  [@sbnefro](https://www.instagram.com/sbnefro)
-  [@sociedadebrasileiradenefro6170](https://www.youtube.com/channel/UCsbn6170)
-  Sociedade Brasileira de Nefrologia - SBN
-  Sociedade Brasileira de Nefrologia












Presidente:  
**Wuilker Knoner Campos**  
(2023-2024)



## Sociedade Brasileira de Neurocirurgia (SBN)

Data de fundação: 26/07/1957

-  Rua Abílio Soares 233, conjunto 143, 14º andar, Paraíso  
São Paulo (SP), CEP: 04005-001
-  (11) 3051-6075
-  (11) 96076-1823
-  [sbn@sbn.com.br](mailto:sbn@sbn.com.br)
-  [www.portalsbn.org](http://www.portalsbn.org)
-  [@sbn.neurocirurgia](https://www.instagram.com/sbn.neurocirurgia)
-  [@SBNNeurocirurgia](https://www.youtube.com/channel/UCSBNNeurocirurgia)
-  Sociedade Brasileira de Nefrologia - SBN
-  Sociedade Brasileira de Neurocirurgia











Presidente:  
**Carlos Roberto de  
Mello Rieder**  
(2020-2024)



## Academia Brasileira de Neurologia (ABN)

Fundação: 05/05/1962

-  Rua Vergueiro, 1353, sala 1404, Torre Norte, Vila Mariana  
São Paulo (SP), CEP: 04101-000
-  (11) 5084- 9463  
(11) 5083-3876
-  (11) 99943-2616
-  [contato@abneuro.org.br](mailto:contato@abneuro.org.br)
-  [www.abneuro.org.br](http://www.abneuro.org.br)
-  [@academiabrasileiradeneurologia](https://www.instagram.com/academiabrasileiradeneurologia)
-  [@academiabrasileiradeneurologia](https://www.facebook.com/academiabrasileiradeneurologia)
-  Academia Brasileira de Neurologia - ABN











Presidente:  
**Durval Ribas Filho**  
(2020-2022)  
(2022-2024)



## Associação Brasileira de Nutrologia (ABRAN)

Fundação: 21/03/1973

-  Rua Belo Horizonte, 976, Centro  
Catanduva (SP), CEP 15801-150
-  (17) 3523-9732
-  (17) 99281-6797
-  abran@abran.org.br
-  www.abran.org.br
-  @abranbr
-  @abrannutro
-  Associação Brasileira de Nutrologia - ABRAN - @abranbr











Presidente:  
**Cristiano Caixeta  
Umbelino**  
(2022-2023)



## Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO)

Fundação: 26/11/1941

-  Rua Casa do Ator, 1117, 2º andar, Vila Olímpia  
São Paulo (SP), CEP: 04546-004
-  (11) 3266-4000
-  comunicacao@cbo.com.br
-  www.cbo.com.br
-  @cbo\_ofthalmologia
-  @CBOftalmologia
-  Conselho Brasileiro de Oftalmologia - @conselho.ofthalmologia
-  Conselho Brasileiro de Oftalmologia












Presidente:  
**Carlos Gil Ferreira**  
(2023)



## Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (SBOC)

Fundação: 21/10/1981

-  Avenida Paulista, 2073, Edifício Horsa II, Conjunto Nacional, conjunto 1003  
São Paulo (SP), CEP: 01311-300
-  (11) 3192-9284
-  (11) 95777-0292
-  sboc@sboc.org.br
-  www.sboc.org.br
-  @sboc\_oncologia
-  @sboc7061
-  Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica - SBOC
-  Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (SBOC)











Presidente:  
**João Antônio  
Matheus Guimarães**  
(2023)



## Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia (SBOT)

Fundação: 19/09/1935

-  Alameda Lorena, 427, 14º andar, Jardim Paulista  
São Paulo (SP), CEP: 01424-000
-  (11) 2137-5400
-  (11) 97633-8112
-  presidente@sbot.org.br
-  www.sbot.org.br
-  @sbotnacional
-  @SBOTBR
-  SBOT Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia




Presidente:  
**José Roberto Parisi Jurado**  
(2023)



## Associação Brasileira de Otorrinolaringologia e Cirurgia Cérvico-Facial (ABORL-CCF)

Fundação: 1948

-  Avenida Indianópolis, 1.287, Planalto Paulista  
São Paulo (SP), CEP: 04063-002
-  (11) 5053-7500
-  (11) 95266-1614
-  [direx@aborlccf.org.br](mailto:direx@aborlccf.org.br)  
[administrativo@aborlccf.org.br](mailto:administrativo@aborlccf.org.br)
-  [www.aborlccf.org.br](http://www.aborlccf.org.br)
-  @aborlccf
-  AborlCCF
-  @aborlccf
-  ABORL-CCF











Presidente:  
**Clovis Klock**  
(2023-2024)



## Sociedade Brasileira de Patologia (SBP)

Data de fundação: 05/08/1954

-  Rua Topázio, 980, Vila Mariana  
São Paulo (SP), CEP: 04105-063
-  (11) 5080-5298
-  (11) 99815-3226
-  [sbp@sbp.org.br](mailto:sbp@sbp.org.br)
-  [www.sbp.org.br](http://www.sbp.org.br)
-  @sbpatologia
-  @SociedadeBrasileiradePatologia
-  Sociedade Brasileira de Patologia - (SBP)












Presidente:  
**Fábio Vasconcellos Brazão**  
(2022-2023)



## Sociedade Brasileira de Patologia Clínica/Medicina Laboratorial (SBPC/ML)

Fundação: 31/05/1944

-  Rua Dois de Dezembro, 78, salas 909/910, Largo do Machado  
Rio de Janeiro (RJ), CEP: 22220-040
-  (21) 3077-1400
-  (21) 99544-9288
-  [secretaria@sbpc.org.br](mailto:secretaria@sbpc.org.br)
-  [www.sbpc.org.br](http://www.sbpc.org.br)
-  @sbpcml
-  @sbpcml
-  Sociedade Brasileira de Patologia Clínica/Medicina Laboratorial
-  Sociedade Brasileira de Patologia Clínica/Medicina Laboratorial











Presidente:  
**Clóvis Francisco Constantino**  
(2022-2024)



## Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP)

Fundação: 27/07/1910

-  Rua Santa Clara, 292 Copacabana  
Rio de Janeiro (RJ), CEP: 22041-012
-  (21) 2548-1999
-  [administracao@sbp.com.br](mailto:administracao@sbp.com.br)
-  [www.sbp.com.br](http://www.sbp.com.br)
-  @sociedadebrasileiradepediatria
-  @sbpnarede
-  @SBPediatria
-  Sociedade Brasileira de Pediatria












Presidente:  
**Margareth Maria Pretti Dalcolmo**  
(2023-2024)



## Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT)

Fundação: 18/10/1978

-  SCS, Bloco K, Edifício Denasa, Sala 223, Asa Sul  
Brasília (DF), CEP: 70398-900
-  (0800) 616218
-  (61) 97402-1169
-  sbpt@sbpt.org.br
-  www.sbpt.org.br
-  @pneumosbpt
-  @socbraspneumol
-  @pneumosbpt
-  SBPT - Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia











Presidente:  
**Antônio Geraldo da Silva**  
(2023-2025)



## Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP)

Fundação: 13/08/1966

-  Rua Buenos Aires, 48, 3º andar - Centro  
Rio de Janeiro (RJ), CEP: 20070-022
-  (21) 2199-7500
-  abp@abp.org.br
-  www.abp.org.br
-  @abpbrasil
-  @canaldapsiquiatria
-  @abpbrasil
-  Associação Brasileira de Psiquiatria - ABP












Presidente:  
**Cibele Carvalho**  
(2023-2024)



## Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem (CBR)

Fundação: 1948

-  Avenida Paulista, 37, 7º andar, Bela Vista  
São Paulo (SP), CEP: 01311-902
-  (11) 3372-4559
-  (11) 98572-3361
-  secretaria@cbr.org.br
-  www.cbr.org.br
-  @cbr\_radiologia
-  @CBRadiologia
-  Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem - CBR
-  Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem











Presidente:  
**Marcus Simões Castilho**  
(2020-2023)



## Sociedade Brasileira de Radioterapia (SBRT)

Fundação: 11/03/2003

-  Praça Oswaldo Cruz, 124, Conjunto 52, Paraíso  
São Paulo (SP), CEP: 04004-070
-  (11) 3262-3976
-  (11) 99843-3231
-  sbradioterapia@sbradioterapia.com.br
-  www.sbradioterapia.com.br
-  @sbrt\_radioterapia
-  Sociedade Brasileira de Radioterapia
-  Sociedade Brasileira de Radioterapia



Presidente:  
**Marco Antônio Araújo  
da Rocha Loures**  
(2022-2024)



## Sociedade Brasileira de Reumatologia (SBR)

Fundação: 15/07/1949

- Avenida. Brigadeiro Luís Antônio, 2.466, 9º andar, Jardim Paulista São Paulo (SP), CEP: 01402-000
- (11) 3289-7165
- (11) 98606-0174
- contato@reumatologia.org.br  
secretaria@reumatologia.org.br
- www.reumatologia.org.br
- @sociedadereumatologia  
@reumatologinsta
- @reumatologiabrasileira
- SBR - Sociedade Brasileira de Reumatologia
- Sociedade Brasileira de Reumatologia
- @rheuma\_brazil



Presidente:  
**Alfredo Canalini**  
(2022/2023)



## Sociedade Brasileira de Urologia (SBU)

Fundação: 03/05/1926

- Rua Real Grandeza, 108, sala 101, Botafogo Rio de Janeiro (RJ), CEP: 22281-034
- (21) 2246-4003
- sbu@sbunet.org.br
- www.portaldaurologia.org.br
- @sbuoficial  
@portaldaurologia
- @portaldaurologia8494
- @portaldaurologia  
@sbuoficial
- Sociedade Brasileira de Radioterapia

# Linha do tempo

1990 1995 2000 2005 2010 2015 2020 2025



1951

**26 de janeiro:** Durante o III Congresso da Associação Paulista de Medicina (APM), na cidade de São Paulo, é fundada a Associação Médica Brasileira (AMB).

**Outubro:** É realizada na cidade de Belo Horizonte a primeira Assembleia de Delegados da AMB, sendo ali aprovados os estatutos da AMB e eleita sua primeira diretoria.

1952

**Janeiro:** Começa a ser encartado trimestralmente dentro da *Revista da APM* o *Boletim da Associação Médica Brasileira*, ou simplesmente *BAMB*, a primeira publicação oficial da AMB.

**14 de outubro:** Paralisação de diversos serviços de saúde da cidade do Rio de Janeiro, como parte da luta pela aprovação do projeto 1.082/1950, que garantia melhores salários.

1953

**30 de janeiro:** é aprovado o Código de Ética da AMB durante a IV Reunião do Conselho Deliberativo, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro.

**12 de fevereiro:** embarca para os Estados Unidos o Dr. Iseu de Almeida e Silva, para um período de atualização de seis meses na área cirúrgica. No retorno, integra a chapa vencedora liderada pelo Dr. Alípio Corrêa Netto, fazendo então parte da segunda diretoria da AMB.

1954

**Março:** é lançada a *Revista da Associação Médica Brasileira*, com uma primeira tiragem de 14 mil exemplares.

**De 3 a 6 de dezembro:** acontece a maior e mais longa greve dos médicos já realizada até ali por médicos no Brasil, como reflexo da luta pela aprovação do projeto 1.082/1950.

1955

**Fevereiro:** Dr. Alípio Corrêa Netto, primeiro presidente da AMB se torna reitor da Universidade de São Paulo, cargo que manteria até março de 1957.

**5 de novembro:** toma posse a nova diretoria da AMB, presidida pelo oftalmologista mineiro Hilton Ribeiro da Rocha, durante a Assembleia de Delegados realizada no Recife.

1956

Gradua-se na Faculdade de Medicina da USP (FMUSP) o Dr. Nelson Guimarães Proença, que virá a se tornar o décimo presidente da AMB (1983-1987).

**De 23 a 27 de outubro:** é realizado o I Congresso da AMB na cidade de Ribeirão Preto, levando um grande número de médicos ao interior paulista.

1957

**Agosto:** a Portaria 122/1957 estabelece o número máximo de 16 consultas aos médicos dos Institutos de Aposentadorias e Pensões e remuneração máxima de 11.500 cruzeiros.

**30 de setembro:** publicada a Lei n.º 3.268, que determinou a obrigatoriedade de um representante de uma filiada da AMB no CRM local e de um representante da AMB no CFM.

1958

– O paulista da cidade de Jaú e futuro presidente da AMB, Dr. Antonio Celso Nunes Nassif, cola grau na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná

– A Assembleia de Delegados instituiu o “Regimento dos Departamentos Científicos da AMB”, e as Sociedades de Especialidade passam a integrar os departamentos científicos da entidade.

1959

**De 29 de setembro a 4 de outubro:** é realizado na cidade de Belo Horizonte o II Congresso da AMB. Na ocasião, toma posse o Dr. Antônio Moniz de Aragão.

**Dezembro:** publicado, de forma independente, o 1º *Boletim da AMB* (BAMB). Por considerar as 23 edições editadas entre setembro de 1952 e setembro de 1953, recebe o número de 24.

1960

**5 de novembro:** o então secretário-geral da Associação Médica Mundial (WMA), Dr. Heinz Lord, é recebido na sede da AMB por seu presidente, Antônio Moniz de Aragão, e outros diretores.

**Dezembro:** a AMB encerra o ano de 1960 com 15.894 associados, um aumento de quase 50% em relação ao fechamento do seu primeiro ano de atividade.

1961

**11 a 20 de setembro:** acontece no Rio de Janeiro a XV Assembleia da Associação Médica Mundial, quando o Dr. Antônio Moniz de Aragão toma posse como presidente da entidade.

**28 de outubro:** toma posse em Porto Alegre, como presidente da AMB, o Dr. Sebastião de Almeida Prado Sampaio. É o primeiro paulista a ser eleito para o cargo.

1962

**Junho:** o periódico da AMB deixa de ser um boletim (BAMB) e, encorpado, torna-se o *Jornal da Associação Médica Brasileira* (JAMB), deixando de ser quinzenal e passando a ser semanal.

**Dezembro:** a AMB lança novo veículo de comunicação, voltado à cobertura do universo jurídico e científico, e o batiza de novo com o nome de *Boletim da Associação Médica Brasileira* (BAMB).

1963

- Doutor Nelson Proença assume pela primeira vez o cargo de vereador da Câmara de São Paulo. Seria reeleito na legislatura seguinte (1969-1972) e novamente eleito em 1992.

**De 20 a 25 de outubro:** Fortaleza (CE) recebe o III Congresso da AMB. Durante este evento foi empossada a diretoria presidida pelo médico gaúcho José Luiz Tavares Flores Soares.

1964

**25 de março:** a diretoria da AMB envia telegrama ao ainda presidente João Goulart solicitando equiparação de salário dos médicos federais e autárquicos ao de procuradores.

**18 de abril:** Assembleia de Delegados discute o desligamento da Associação Médica do Estado da Guanabara, decisão ratificada em junho daquele ano pelo Conselho Consultivo da AMB.

1965

**1º de setembro:** o psiquiatra mineiro Fernando Megre Velloso vence o renomado cirurgião paulista Henrique Mélega e se torna o sétimo médico a presidir a AMB.

**30 de outubro:** durante o IV Congresso da AMB, realizado em Porto Alegre (RS), o Dr. José Luiz Tavares Flores Soares passa a presidência para o colega Fernando Megre Velloso.

1966

**Janeiro:** acontecem o I Congresso Médico da Cidade de Belém e o III Congresso Médico do Amazonas, com a presença de Pedro Kassab, Hilton Rocha e Sebastião de Almeida Prado Sampaio.

**14 de agosto:** nasce a Associação Brasileira de Psiquiatria, que teve como um dos seus fundadores e presidente (entre 1971 e 1973) o Dr. Fernando Megre Velloso.

1967

**7 de junho:** um incêndio na sede da AMB atinge a Redação e o setor de Expedição, destruindo parte dos documentos e da memória da entidade.

**Setembro:** eleição, desta vez com chapa única, assegura o segundo mandato de Fernando Megre Velloso à frente da AMB.

1968

**1968**

**De 6 a 11 de outubro:** acontece simultaneamente na cidade de Caxambu (MG), o V Congresso da AMB e o IX Congresso da Associação Médica de Minas Gerais, que reuniu 1 mil médicos.

- Somente no ano de 1968 foram abertas dez novas escolas de Medicina no País, contribuindo para a consolidação de um processo de produção de médicos em escala industrial no Brasil.

1969

**25 de outubro:** toma posse como presidente da AMB o dermatologista paulistano Pedro Kassab, que ficaria à frente da entidade por seis mandatos consecutivos, ou 12 anos.

- De 1961 a 1969 foram abertas 38 escolas médicas no País, sendo 19 federais, cinco estaduais, duas municipais e 19 privadas.

1970

**Março:** a AMB propõe a suspensão da criação de escolas médicas no País e a instituição de um exame para os futuros formandos de Medicina.

**15 de dezembro:** a Associação Médica do Rio Grande do Sul abre as inscrições para o seu primeiro "Exame Amrigrs", realizado em maio de 1971 com os doutorandos daquele ano: 102 foram aprovados.

1971

**2 de setembro:** em disputa com o Dr. Alípio Corrêa Netto, Pedro Kassab sai vencedor e é reeleito presidente da AMB, conquistando 9.802 votos contra 3.102 do seu oponente.

**Novembro:** realizado, na cidade pernambucana de Garanhuns, o VI Congresso da AMB. Na ocasião (dia 20), foi empossada a nova diretoria presidida pelo Dr. Pedro Kassab.

1972

**22 de junho:** o gaúcho José Luiz Tavares Flores Soares é homenageado pela entidade que presidiu entre 1963 e 1965, sendo agraciado com o título de sócio benemérito.

**27 de setembro:** morre, aos 72 anos, o Dr. Jairo de Almeida Ramos, peça fundamental na idealização e para o nascimento da Associação Médica Brasileira.

1973

**24 de agosto:** morre no Rio de Janeiro o Dr. Iseu de Almeida e Silva, aos 72 anos, vítima de AVC. Ele foi o terceiro presidente da AMB.

**De 4 a 9 de novembro:** a Guanabara recebe o VII Congresso da AMB. Foi dado espaço para que homeopatas, marginalizados pela entidade, apresentassem as bases científicas da Homeopatia.

1974

- Depois de mais de duas décadas ocupando um espaço no prédio da APM, a AMB finalmente muda para sua sede própria, na Rua São Carlos do Pinhal, 324, em São Paulo.

**Novembro:** a AMB adquire o mais moderno meio de comunicação da época, um aparelho de telex, tecnologia que resistiu até o final do século XX.

1975

**28 de agosto:** depois de eleição com chapa única, o nome de Pedro Kassab é ratificado para seu quarto mandato na presidência da AMB.

**10 de outubro:** ao final da Assembleia Geral da Associação Médica Mundial (WMA), Pedro Kassab é eleito, em Tóquio, presidente dessa entidade global.

1976

**21 de junho:** fundada a Associação Médica do Acre (Amac). Pouco tempo depois, em 14 de agosto, nasce a Associação Médica de Rondônia.

**De 24 a 30 de outubro:** acontece, no Palácio das Convenções do Anhembi, a XXX Assembleia Médica Mundial, ocasião em que Pedro Kassab foi empossado presidente da WMA.

1977

**5 de setembro:** decreto n.º 80.281 estabelece a residência médica como procedimento formal de pós-graduação em Medicina e cria a Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM).

**Agosto:** processo eleitoral assegura ao Dr. Pedro Kassab mais um mandato à frente da AMB, para o biênio 1977-1979.

1978

**16 de agosto:** é constituída a Associação Médica de Mato Grosso do Sul (AMMS), como sucessora da Associação Médica de Campo Grande, fundada em 1954.

**17 de setembro:** é realizado o I Exame da AMB, para avaliar médicos e estudantes do 11º e 12º períodos. Foi aplicado em São Paulo, Curitiba, Florianópolis e Porto alegre e teve 1.056 inscritos.

1979

**De 12 a 17 de agosto:** depois de São Paulo, a cidade de Niterói recebe a nona edição do Congresso da AMB, que contou com a presença do Dr. Albert Sabin.

**30 de agosto:** depois de oito anos, há concorrência na eleição da AMB. Desta vez, em um pleito marcado por polêmica, Pedro Kassab supera o Dr. Matheus Papaléo Netto.

1980

**30 de janeiro:** sob a liderança do professor Ricardo Veronesi, é fundada a Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI), que realiza no ano seguinte seu primeiro congresso, em Camboriú (SC).

**1º de fevereiro:** 20 entidades assinam a *Carta de Fortaleza*, que critica a “subserviência” da AMB sob a gestão Pedro Kassab, e pede o fim do “divórcio” da AMB com a classe médica.

1981

**27 de agosto:** na disputa eleitoral entre Waldenir de Bragança e Mário Barreto Corrêa Lima, vence o último, que põe fim a Era Kassab na AMB.

**Novembro:** durante reunião do Conselho Consultivo, em Belo Horizonte, o Dr. Nelson Proença comparece munido de liminar contra manobras kassabistas para manutenção do poder.

1982

**12 de janeiro:** depois de dois meses de sua eleição, o Dr. Mário Barreto vence os obstáculos impostos pela diretoria de Pedro Kassab e, munido de mandado judicial, ocupa a sede da AMB.

**14 de setembro:** sob a presidência do Dr. Mário Barreto Corrêa Lima, a AMB lança o Dia Nacional Contra o Fumo, campanha que teve grande repercussão internamente.

1983

**Abril:** durante a gestão do Dr. Mário Barreto é paga a última prestação do financiamento da compra da sede própria da AMB junto à Caixa Econômica Federal.

**Outubro:** gestão Nelson Proença cria uma comissão para uma completa revisão da Tabela de Honorários Médicos da AMB.

1984

**16 de abril:** AMB marca presença em passeata pelas Diretas Já, em São Paulo, e, por esta ocasião, assina um manifesto em favor da campanha em favor da redemocratização do Brasil.

**Outubro:** na gestão do Dr. Nelson Guimarães Proença, a AMB lança uma nova versão da sua Tabela de Honorários Médicos (THM) e adquire seu primeiro computador.

1985

**Abril/Maio:** AMB produz um relatório a partir de depoimentos sigilosos dos médicos que assistiram Tancredo Neves em seus últimos momentos.

**Agosto:** uma única chapa, liderada pelo Dr. Nelson Proença, concorre à eleição da AMB, recebendo 17.417 votos. A posse da nova diretoria aconteceria no mês seguinte, em Fortaleza.

1986

**28 de janeiro:** Governo Sarney lança o Plano Cruzado, com congelamento dos preços, inclusive dos profissionais liberais. Inicialmente, a AMB dá apoio total ao pacote econômico.

**15 de julho:** Fundada a Sociedade Brasileira de Genética Médica, durante o 32º Congresso Nacional de Genética realizado em Curitiba, Paraná.

1987

**22 de setembro:** depois de cerca de um ano funcionando na Avenida Faria Lima, a sede da AMB volta para o casarão da rua São Carlos do Pinhal, agora completamente reformada.

**Outubro:** o Dr. Antonio Celso Nunes Nassif assume, pela primeira vez, a presidência da AMB, publicando no ano seguinte uma nova Tabela de Honorários Médicos (THM-AMB).

1988

**24 de maio:** morre na cidade de São Paulo, aos 90 anos, o Dr. Alípio Corrêa Netto, primeiro presidente da AMB.

**5 de outubro:** promulgada a nova Constituição, que, graças aos esforços da diretoria da AMB, passou por mudanças que impediram a estatização dos serviços de saúde do País.

1989

**Junho:** acontece o Fórum Nacional de Ensino Médico, em Sergipe, de onde saem subsídios que contribuiriam para a edição do decreto que regulamentaria a criação dos cursos na área da Saúde.

**Agosto:** o Dr. Antonio Celso Nunes Nassif é reeleito presidente da AMB, em um processo eleitoral tranquilo, sem a manifestação de chapa concorrente.

1990

**Setembro:** juiz da 26ª Vara Civil do Rio de Janeiro concede liminar proibindo a AMB e a Associação dos Hospitais do Rio de Janeiro de tabelar serviços médicos.

**De 7 a 9 de dezembro:** acontece o I Fórum sobre a Tabela de Honorários Médicos, na cidade de São Paulo, quando se buscou alternativas para melhorar a questão da remuneração médica.

1991

**Janeiro:** por ocasião da festa de celebração dos 40 anos da AMB, o Dr. Antonio Celso Nunes Nassif inaugura a Galeria dos Presidentes da entidade que presidiu.

**29 de agosto:** eleição do Dr. Mário da Costa, com a posse da diretoria realizada em 29 de outubro no Hilton Hotel, em São Paulo. A chapa *Saúde e Dignidade* obteve 85% dos votos do País.

1992

**Janeiro:** descontente com o governo de Fernando Collor de Mello, a AMB lança uma campanha de *outdoors* com a mensagem: “Presidente Collor, basta de desmandos na Saúde”.

**Novembro:** sob a coordenação do Dr. Juarez Avelar, presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, acontece no Maksoud Plaza o XI Congresso da AMB.

1993

**21 de maio:** morre o Dr. Hilton Ribeiro da Rocha, o segundo presidente da AMB, sucedendo ao Dr. Alípio Corrêa Netto. Sua gestão durou de 1955 a 1957.

**26 de agosto:** depois de dez anos, a AMB volta a ter uma eleição com dois concorrentes. Na disputa com Celso Carlos de Campos Guerra, o Dr. Mario da Costa Cardoso Filho foi reeleito.

1994

**28 e 29 de janeiro:** é realizado em São Paulo o I Fórum Nacional de Especialidades Médicas, quando se debateu critérios definidores de especialidade médica e área de atuação.

**Setembro:** acontece, no Maksoud Plaza, o 12º Congresso da AMB, sob a coordenação do Dr. Antonio Carlos Lopes de Assis, então presidente da Sociedade Brasileira de Clínica Médica.

1995

**Janeiro:** no último ano de sua gestão, o Dr. Mario da Costa Cardoso Filho apresenta a sede da AMB totalmente reformada, por ocasião das comemorações de 44 anos da entidade.

**31 de agosto:** única eleição da história da AMB com três concorrentes. Ao final, o Dr. Nassif vence os colegas Celso Barros e Wirton Palermo e retorna à presidência da entidade.

1996

**1º de maio:** a AMB oficializa a extinção da Tabela de Honorários Médicos (THM) e do Coeficiente de Honorários (CH); e ainda valida a Lista de Procedimentos Médicos (LPM).

**Junho:** a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça cancela todos os reajustes dos serviços médicos aplicados nos três meses anteriores, inclusive dos fixados pela AMB.

1997

**25 de fevereiro:** morre o Dr. Ermiro Estevam de Lima, cuja vida dedicou ao ensino e à prática da Otorrinolaringologia e que integrou a primeira Comissão Científica da AMB.

**27 de maio:** fundada em São Paulo a Sociedade Brasileira de Cirurgia Torácica (SBCT). Como seu primeiro presidente foi escolhido o Dr. Vicente Forte, pioneiro no transplante de pulmão.

1998

**Janeiro:** lançado na cidade paranaense de Foz do Iguaçu o livro *40 anos de Associação Médica Brasileira*, de autoria do Dr. Julio Sanderson.

**29 de maio:** lançado o Sistema Nacional de Atendimento Médico (Sinam), na Bahia, durante a gestão do Dr. Antonio Celso Nunes Nassif, como opção ao planos de saúde convencionais.

1999

**Julho:** ao final da segunda passagem do Dr. Antonio Celso Nunes Nassif pela presidência, o JAMB abandona o formato *standard* e se torna novamente um tabloide.

**Outubro:** Depois de liderar a Associação Paulista de Medicina (APM), Dr. Eleuses Vieira de Paiva assume a presidência da AMB, cargo que ocuparia por dois mandatos, até 2005.

2000

**12 de fevereiro:** pela primeira vez, o Conselho Federal de Medicina (CFM) participa de um Conselho Deliberativo da AMB, que foi realizado em Campo Grande (MS).

**Abril:** a *Revista da AMB* passa a ficar disponível também na plataforma Scielo, a principal biblioteca digital da América Latina, facilitando assim o acesso ao seu conteúdo científico.

2001

**Setembro:** é inaugurado, na capital federal, o escritório político da AMB em Brasília, que funcionou de 2001 até 2007.

**25 de outubro:** as primeiras *Diretrizes*, projeto em parceria da AMB e CFM, são lançadas em Manaus, durante a gestão do Dr. Eleuses Vieira de Paiva.

2002

**2 de junho:** morre o Dr. Djalma Chastinet Contreiras, figura importante do associativismo no Brasil e integrante da comissão que organizou a primeira assembleia da WMA no Brasil, em 1961.

**Setembro:** impresso o primeiro volume do projeto *Diretrizes para Condutas Médicas*, que foi coordenado pelo Dr. José Luiz Gomes do Amaral e que reuniu 40 diretrizes.

2003

**Maio:** lançado oficialmente, em Vitória (ES), um projeto-piloto da *Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos* (CBHPM).

- Criada a Comissão de Assuntos Parlamentares (CAP) - depois renomeada de Comissão de Assuntos Políticos - com a missão de defender os interesses da AMB dentro do Congresso Nacional.

2004

**Junho:** A *Revista da Associação Médica Brasileira* (RAMB) ganha sua versão *on-line* e site próprio, onde já era possível fazer a submissão de artigos e consultar as edições anteriores.

**1º de julho:** lançada a terceira edição da *Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos*, que entrou em vigor e prevaleceu até 30 de agosto de 2005.

2005

**Abril:** lançado o terceiro volume do *Projeto Diretrizes*, que já reunia 120 condutas e também uma cartilha, em parceria com a Pro-Teste, sobre acidentes de consumo.

**31 de agosto:** em processo de chapa única, o Dr. José Luiz Gomes do Amaral é eleito presidente da AMB, contando com o apoio de todas as Sociedades de Especialidade e 26 de 27 Federadas.

2006

**Janeiro-fevereiro:** o tradicional *Jornal da Associação Médica Brasileira* (JAMB) abandona o formato de "jornal" e passa a ser impresso no formato de revista.

**Agosto-setembro-outubro:** a RAMB traz os primeiros vencedores do prêmio Liberato Di Dio, oferecido aos autores dos melhores artigos científicos de 2005.

2007

**31 de maio:** após três anos de mobilização, o PL 3.466/2004, que torna a *CBHPM* referência para a saúde suplementar, é aprovado na Câmara dos Deputados.

**De 6 a 8 de junho:** acontece em Brasília o XI Encontro Nacional das Entidades Médicas (Enem), quando foi feita uma acurada análise do sistema de saúde no Brasil.

2008

**24 de abril:** morre de infarto o Dr. Vicente Forte, pioneiro no transplante de pulmão e primeiro presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Torácica (SBCT).

**19 e 20 de maio:** AMB, APM e Associação Médica Japonesa realizam o Congresso Médico do Centenário Brasil Japão, como parte das comemorações do centenário da imigração japonesa.

2009

**Agosto:** AMB disponibiliza para a ANS sua lista de códigos e nomenclaturas da *CBHPM*, que acabariam servindo de base para a Terminologia Unificada da Saúde Suplementar (Tuss).

**15 de setembro:** morre o Dr. Pedro Salomão José Kassab, ex-presidente da Associação Médica Mundial e aquele que mais tempo permaneceu na presidência da Associação Médica Brasileira (1969-1981).

2010

**12 de janeiro:** um devastador terremoto atinge o Haiti e a AMB lança a campanha SOS-Haiti, voltada a ajudar as vítimas daquela grande tragédia humanitária, que deixou 300 mil mortos.

**De 1º a 3 de fevereiro:** AMB organiza reunião, na sede da APM, com representantes da WMA para debater o uso do placebo em pesquisa médica associado ao tratamento.

2011

**Agosto:** a ANS, o Cade e a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça (SDE) reconhecem que a *CBHPM* pode ser usada como referência técnica em discussões sobre remuneração.

**22 de outubro:** lançamento do livro *AMB 60 Anos*, no Theatro Municipal de São Paulo. Na mesma oportunidade, tomou posse a diretoria liderada pelo Dr. Florentino de Araújo Cardoso Filho.

2012

**2 de março:** integrantes da Comissão Nacional de Honorários Médicos da AMB e da Comissão Nacional de Saúde Suplementar (Comsu) se reúnem na sede da APM para traçar metas de atuação.

**6 e 7 de novembro:** AMB sedia o I Workshop de Editoração Científica, com a presença de Sabine Kleinert (editora do jornal *The Lancet*) e Ana Murusic (do *Jornal Croata de Medicina*).

2013

**14 de fevereiro:** a AMB lança a carreta Casa + Segura no Parque do Ibirapuera, em São Paulo. O projeto visava à redução do número de acidentes domésticos.

**Entre 16 e 19 de outubro:** Caucaia, região metropolitana de Fortaleza (CE) recebe a Assembleia Anual da WMA. O evento voltou ao Brasil depois de 37 anos. A última tinha sido em 1976, em São Paulo.

2014

**12 de março:** lançamento do projeto Caixa-Preta da Saúde, portal feito para receber denúncias envolvendo as condições de saúde do Brasil

**24 de outubro:** Dr. Florentino de Araújo Cardoso Filho e sua diretoria tomam posse da AMB, em cerimônia realizada na sede da Associação Paulista de Medicina (APM).

2015

**Segundo semestre de 2015:** o documentário *Grandes Médicos Brasileiros* é lançado em festivais, mostras e salas de cinema. Nele foi revelada a vida de oito grandes médicos brasileiros.

**Setembro:** AMB aprova a criação da especialidade de Medicina de Emergência e, no ano seguinte, a Abramede é escolhida como a representante desta nova especialidade na AMB.

2016

**Janeiro:** Dr. César Eduardo Fernandes assume a presidência da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo), mantendo-se no cargo até 2019.

**Setembro:** a AMB cria seu departamento de Medicina de Emergência e lança edital para a escolha da associação que representaria esta especialidade no seu Conselho Científico.

2017

**21 de março:** o Conselho Científico da AMB vota e escolhe a Associação Brasileira de Medicina de Emergência (Abramede) para representar esta nova especialidade em suas reuniões.

**4 de dezembro:** é inaugurado o AMB Espaço Brasília, parceria da AMB com a AMBr, com salas para reunião e espaço de suporte às Federadas e Sociedades de Especialidade.

2018

**Abril:** acontece a moratória das escolas médicas, conforme a Portaria n.º 328 do Ministério da Educação, que suspende por cinco anos os editais para novos cursos de Medicina e novas vagas.

**13 de dezembro:** a Resolução n.º 2.227 do CFM define e disciplina a Telemedicina como forma de prestação de serviços médicos mediados por tecnologias. Mas esta seria revogada em 2019.

2019

– Com a reabertura das filiadas dos Estados do Amapá e de Roraima, a AMB passa a ter representação em todas as Unidades da Federação.

**Setembro:** firmado convênio da AMB com a Associação Médica do Rio Grande do Sul (Amrigs) para levar o exame de residência médica, já aplicado no Rio Grande do Sul, para o restante do País.

2020

**11 de março:** a OMS anuncia em Genebra, por meio do seu diretor-geral, Tedros Adhanom Ghebreyesus, que a Covid-19, passou a ser caracterizada como uma pandemia.

**2 de abril:** publicado edital do processo eleitoral para o pleito 2021-2023 da AMB. Em 31 de agosto é anunciada a vitória da Chapa 2 – Nova AMB, liderada pelo Dr. César Eduardo Fernandes.

2021

**8 de janeiro:** posse oficial da gestão 2021-2023, com o Dr. César Eduardo Fernandes na presidência.

**15 de janeiro:** criação da Força-tarefa AMB Covid 19, com o propósito de enviar médicos voluntários para atender regiões do Brasil mais atingidas pela pandemia.

**6 de fevereiro:** chega a Manaus (AM) os primeiros seis médicos da Força-tarefa AMB Covid 19. No mesmo mês, novos voluntários se juntaram ao grupo.

**15 de março:** lançado o Comitê Extraordinário de Monitoramento Covid-19 (CEM COVID AMB), união da AMB com Sociedades de Especialidade que lidavam diretamente com os efeitos do SARS-Cov2.

**23 de março:** a AMB, em união com sua Federadas e as Sociedades de Especialidade, condena oficialmente o uso de medicamentos sem eficácia contra a Covid-19.

## 2021

**19 de abril:** inicia tramitação na Câmara dos Deputados do Projeto de Lei n.º 1420/2021, que visa implantar a *CBHPM* como referência na remuneração de honorários e procedimentos no SUS.

**9 de maio:** morre, devido a complicações da Covid-19, o Dr. Luiz Carlos João, ex-diretor e professor de Ginecologia da FMABC e então membro do Conselho Fiscal da AMB.

**3 de agosto:** lançamento do Aliança pela Saúde do Brasil (ASB), que trabalha pela efetivação de políticas públicas no SUS e na assistência de qualidade aos cidadãos do Brasil.

**1 e 2 de outubro:** acontece o I Congresso de Associativismo Médico da AMB, de forma 100% *on-line* e gratuita e que debateu a formação médica, síndrome de burnout e perspectivas de saúde no País.

**6 de outubro:** lançado, na Associação Médica de Brasília (AMBr), o Núcleo de Atuação Parlamentar da AMB (NAP), voltado a atuar junto ao Parlamento e órgãos do Poder Executivo.

## 2022

**27 de janeiro:** morre o oncologista Antonio Pedro Mirra, um dos fundadores e por anos coordenador da Comissão de Combate ao Tabagismo da AMB.

**Fevereiro:** lançado o Projeto Sabe (Suporte de Atendimento Básico de Emergência). Alunos de Medicina são capacitados e repassam o que aprenderam a funcionários de escolas públicas.

**Março:** AMB entrega ao senador Randolfe Rodrigues um projeto de lei para instituir o Exame Nacional de Proficiência da Medicina (ENPM), similar ao Exame da OAB, só que para médicos.

**11 de abril:** AMB implanta Sistema de Assinatura Eletrônica nos Certificados. Com o uso da plataforma DocuSign, os documentos passaram a ser assinados digitalmente, de forma simples, ágil e eficaz.

**4 de maio:** Resolução n.º 2.314/2022 do Conselho Federal de Medicina regulamenta, depois de intensos embates, a Telemedicina no Brasil.

**13 de julho:** o Dr. Frank Ulrich Montgomery, presidente do Conselho da Associação Médica Mundial (WMA) visita a sede da AMB, quando se debateu a revisão da Declaração de Helsinque.

**27 de setembro:** AMB promove o evento “Diálogos com Assessores de Saúde dos Presidenciáveis”, com representantes de Luiz Inácio Lula da Silva, Ciro Gomes e Simone Tebet.

## 2022

**4 e 5 de novembro:** é realizado o I Congresso de Medicina Geral da AMB, no WTC Events, em São Paulo, que contou com a participação de profissionais de notório saber de diversas áreas médicas.

**11 de novembro:** em assembleia extraordinária, com participantes presentes fisicamente no auditório no auditório da APM e remotamente, foi aprovado o novo estatuto da AMB.

**12 de dezembro:** portaria assegura à AMB espaço e direito a voto na Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec).

# Bibliografia

ALMEIDA, Fábio de Oliveira. Coesão e interesses da medicina paulista diante do populismo adhemarista: contradições e ambivalências. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 131-139, jan./jun. 2011. DOI: 10.5216/sec.v14i1.15687.

AMB ENTREGA À ANS códigos e nomenclaturas da CBHPM adequados à TUSS. *Conselho Federal de Medicina*, 8 nov. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3LDGXYV>. Acesso em: 24 set. 2022.

AMS/IBGE. Pesquisa Dinâmica do Emprego em saúde no Brasil, 76/84 – ENSP/UFGM. In: GIRARDI, Sabado Nicolau. *O perfil do emprego em saúde no Brasil*. Disponível em: <https://bit.ly/3BtwYSy>. Acesso em: 8 set. 2022.

ANDREONI, Wilson Rubens Andreoni. *Sebastião de Almeida Prado Sampaio*. Disponível em: <https://bit.ly/3CZC89l>. Acesso em: 15 out. 2022.

BGLIOMINI, Helio. *Alípio Corrêa Netto*. Disponível em: <https://bit.ly/3pxmgDA>. Acesso em: 15 ago. 2022.

BERTONI, Estêvão. O pré e o pós-Sampaio na história da dermatologia brasileira. *Folha de S.Paulo*, 21 out. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3T3JQox>. Acesso em: 15 out. 2022.

CAFÉ FILHO, João. *Palestras semanais do presidente João Café Filho – 1ª Série*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação, 1955. Disponível em: <https://bit.ly/3wcEcr5>. Acesso em: 8 ago. 2022.

CBHPM. Cremesp, sd. Disponível em: <https://bit.ly/3xIqn4p>. Acesso em: 22 set. 2022.

CENTENÁRIO de Fernando Velloso, o mago. *Misto Brasília*, 22 abr. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3wFgvaY>. Acesso em: 29 ago. 2022.

CONSELHO Federal de Medicina aprova resolução que extingue a Comissão Nacional de Acreditação. Associação Brasileira de Psiquiatria, 31 dez. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3dAZWH2>. Acesso em: 24 set. 2022.



**Bibliografia**

- COSTA, Mário Gentil. *Antônio Moniz de Aragão: Uma vida e um exemplo – Memória Biográficas*. [s.l.]: [s.n.], 1999.
- ESCOREL, Sarah. *Reviravolta na saúde: origem e articulação do movimento sanitário*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999. Disponível em: <https://bit.ly/3CWKpv6>. Acesso em: 1 set. 2022.
- HISTÓRIA da fundação à federalização da Escola Paulista de Medicina (EPM) documentada. Disponível em: <https://sp.unifesp.br/epm/medicina/informes/historia-da-fundacao-a-federalizacao-da-escola-paulista-de-medicina-epm-documentada>. Acesso em: 20 ago. 2022.
- MELLO, Carlos Gentile de. A medicina previdenciária e o ensino médico. Disponível em: <https://bit.ly/3TrMjtB>. Acesso em: 29 ago. 2022.
- MORGADO, Patricia; OLIVEIRA, Oldair de. *Memórias da Febrasgo: Da concepção à maturidade*. São Paulo: Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia, 2020.
- MOURA, Fagner Rodrigo do Nascimento. *Hospital Militar de Área de São Paulo: 100 anos a serviço do Brasil*. São Paulo: HMASP, 2020.
- NASSIF, Antonio Celso Nunes. *O idealismo de um presidente*. São Paulo: Atheneu, 2000.
- OLIVEIRA, Oldair de; MORGADO, Patricia. *História da Sogesp: 25 anos de lutas e conquistas*. São Paulo: Associação de Obstetrícia e Ginecologia do Estado de São Paulo, 2014.
- PAGNAN, Rogerio. Contribuição de 50 mil médicos brasileiros foi desviada para salão de cabeleiros. *Folha de S.Paulo*, 3 set. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3RsvVXI>. Acesso em: 20 set. 2022.
- PAULO, Leandro. Associação Médica cria sistema de atendimento. *Folha de S.Paulo*, 30 mai. 1998. Disponível em: <https://bit.ly/3LjMiEk>. Acesso em: 16 set. 2022.
- PRIMEIRA greve médica. *Revista Histórica*. Disponível em: <https://bit.ly/3Aiy42G>. Acesso em: 13 ago. 2022.
- PROENÇA, Nelson. *O fio da meada – Análise crítica de fatos que envolveram a medicina brasileira de 1979 a 1987*. São Paulo: Klaxon, sd.
- RAMOS, Vera Lucia. *Jairo de Almeida Ramos: Centenário*. [S. l.: s. n.], 2000.
- REIS, Hélio Barroso dos (Org.). *AMB 60 anos: 1951-2011*. São Paulo: AMB, 2011.
- SANDERSON, Júlio. *40 anos de Associação Médica Brasileira*. São Paulo: Editora Atheneu, 1998.

**Bibliografia**

- SCHEFFER, Mário (Coord.). *Demografia médica do Brasil*, vol. 2 – Cenários e indicadores de distribuição. Brasília: CFM/Cremp, 2013.
- SCHEFFER, Mário et al. *Demografia Médica no Brasil 2020*. São Paulo: FMUSP, CFM, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3VCN1Fz>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- SILVA, Raphael Oliveira. *O movimento da letra “O” (1950/1954): Uma investigação histórica do primeiro movimento grevista médico brasileiro*. Disponível em: <https://bit.ly/3QagBPD>. Acesso em: 8 ago. 2022.
- TEMPO de criação - 1951-1956. *Ser Médico*, n. 31, abril/maio/junho de 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3zCX5FL>. Acesso em: 23 jul. 2022.
- UNIÃO é obrigada a pagar pensão de anistiado político. *G1*, 21 dez. 2006. Disponível em: <http://glo.bo/3CIxJb5>. Acesso em: 29 ago. 2022.

**Publicações e documentos oficiais da AMB consultados**

- Boletim da Associação Médica Brasileira/Jornal da Associação Médica Brasileira
- Portal [www.amb.org.br](http://www.amb.org.br)
- Acervo de atas diversas

**Jornais consultados por intermédio da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional (<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>):**

- A Noite (RJ)
- A Tribuna (Santos/SP)
- Correio Braziliense (DF)
- Correio da Manhã (RJ)
- Correio do Povo (SC)
- Diário da Noite (SP)
- Diário da Noite (RJ)
- Diário da Tarde (PR)
- Diário de Natal (RN)
- Diário de Notícias (RJ)

**Bibliografia**

- Diário de Pernambuco (PE)
- Diário do Paraná (PR)
- Imprensa Popular (RJ)
- Jornal da República (SP)
- Jornal de Notícias (RJ)
- Jornal do Brasil (RJ)
- O Brazil-Medico (RJ)
- O Fluminense (RJ)
- O Jornal (RJ)
- O Jornal (SP)
- O Paiz (RJ)
- Tribuna da Imprensa (RJ)

**Lista de entrevistados**

- Agnaldo Lopes da Silva Filho
- Akira Ishida
- Antonio Celso Nunes Nassif
- Antônio José Gonçalves
- Carlos Alberto Gomes dos Santos
- Carlos Henrique Mascarenhas Silva
- Carlos Vicente Serrano Júnior
- Cesar Eduardo Fernandes
- César Teixeira
- Clóvis Francisco Constantino
- Eleuses Vieira de Paiva
- Etelvino de Souza Trindade
- Fernando Sabia Tallo
- Florentino de Araújo Cardoso Filho
- José Eduardo Lutaif Dolci

**Bibliografia**

- José Luiz Gomes do Amaral
- Jurandir Marcondes Ribas Filho
- Lincoln Lopes Ferreira
- Luciana Rodrigues Silva
- Luciano Gonçalves de Souza Carvalho
- Márcia Pachiega Lanzieri
- Maria Rita de Souza Mesquita
- Mário Barreto Corrêa Lima
- Mário da Costa Cardoso Filho
- Nelson Guimarães Proença
- Nerlan Tadeu Gonçalves de Carvalho
- Oscar Pereira Dutra
- Roque Salvador Andrade e Silva
- Rossiclei de Souza Pinheiro

# Índice onomástico

---

**Bibliografia**

**Índice onomástico**

**Bibliografia**

**Índice onomástico**

**Bibliografia**

**Índice onomástico**

**Bibliografia**

**Índice onomástico**

**Bibliografia**

**Índice onomástico**



